

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

25

TEXTOS & DEBATES

ISSN 2317-1448

Dossiê

DITADURA MILITAR E AMAZÔNIA



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 25

DOSSIÊ

Ditadura Militar e Amazônia



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

ISSN On-line 2317-1448

Textos & Debates | Boa Vista | Nº 25 | Referência 2014 / Publicação 2015

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 2317-1448

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)
Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
nº 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa

Rodrigo P. Chagas

Berto Batalha M. Carvalho

APRESENTAÇÃO 04

ARTIGOS

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS E A IGREJA CATÓLICA EM RORAIMA: ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA 07

Jaci Guilherme Vieira
Karl Arenz

GESTÃO HÍDRICA, PONTES, IMPRENSA E DITADURA: O CASO DO JORNAL BOA VISTA E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM RORAIMA. 25

Elisângela Martins

GRUPOS POLÍTICOS, CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO EM RORAIMA . 41

Manoel Ribeiro Lobo Junior

MARECHAIS E BURAREIROS: PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL..... 63

Manuela S. Siqueira Cordeiro

OCTAVIO IANNI, DITADURA MILITAR E A AMAZÔNIA..... 79

Rodrigo P. Chagas

O REGIME MILITAR BRASILEIRO, A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA 107

Nelvio Paulo Dutra Santos

MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE E CONFLITO SOCIAL NA REGIÃO DO TOCANTINS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 117

Patrícia Sposito Mechi

A PINTURA POLÍTICA DE GONTRAN GUANAES NETTO 130

Fábio Roberto Ribeiro

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO VERSUS DITADURA MILITAR: 1964-1985 – A CLANDESTINIDADE TAMBÉM MATA 161

César Alessandro Figueiredo

MÍDIA E DITADURA MILITAR : UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA AMARAL NETO , O REPÓRTER 188

Carla Monteiro de Souza

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de textos, agrupados na forma de Dossiê Ditadura Militar e Amazônia, tem o propósito de contribuir para ampliar o conhecimento acerca das ações e dos impactos da Ditadura civil militar no Brasil, com foco na região Amazônica. Num contexto de cinquenta anos do início desse processo, nosso entendimento é que lançar luzes sobre esses tempos sombrios e tenebrosos é fundamental para a criação de uma consciência social que possa se constituir numa resistência tenaz a toda e qualquer forma de cerceamento da liberdade, não apenas no Brasil, mas no mundo.

Os textos aqui apresentados resultam da produção teórica de pesquisadores de diversas partes do país. Refletem, assim, estudos feitos sob diferentes óticas a respeito do regime militar no Brasil. Decerto que buscamos dar ênfase na discussão, que ainda carece de aprofundamento, da ditadura militar na Amazônia. E com essa intenção contamos aqui com a valiosa contribuição de pesquisadores como Jaci Vieira, Karl Arenz, Manuela Cordeiro, Elisangela Martins, Rodrigo Chagas, Manoel Lobo, Nélvio Santos e Patrícia Mechi.

Ampliando o debate para além da Amazônia temos artigos que retratam a relação e impactos da ditadura militar na arte, na mídia e na militância política de esquerda. Com efeito, os artigos de Fabio Ribeiro, Carla de Monteiro Souza e Cesar Figueiredo são importantes contribuições para entender as temáticas acima referidas.

Num primeiro bloco de artigos, que retratam a presença e as ações dos militares na Amazônia, Jaci Vieira e Karl Arenz, ao analisarem o período de ditadura militar e as políticas econômicas para a região, mostram a violência praticada contra as populações indígenas, particularmente no estado de Roraima, e o envolvimento da Igreja Católica com os povos indígenas na luta pela demarcação de suas terras.

A professora Elisangela Martins, por sua vez, analisa matérias do jornal Boa Vista, mostrando que o modo de abordar determinadas notícias teve impacto na constituição de uma memória sobre a ditadura civil militar em Roraima.

Ainda no contexto de Roraima, Manoel Lobo traz uma reflexão sobre o processo de formação e organização dos grupos políticos do estado no período entre 1943 e o final da década de 1980, com a transformação do território em estado. Apresenta-nos um cenário em que, no contexto em que os grupos construíram suas bases de sustentação, o clientelismo foi reforçado por elementos como nepotismo, corrupção e impunidade.

A professora Manuela Cordeiro nos apresenta importante estudo sobre projetos de assentamentos dirigidos, criados durante o governo militar na região Amazônica. Negando a ideia de “vazio demográfico” propagada pelo governo, e apresentando as formas específicas de organização do espaço, mostra o papel do Estado traçando diretrizes não apenas no processo de ocupação, mas também na forma de organização dos projetos de assentamento.

Rodrigo Chagas nos ajuda a compreender as articulações históricas entre o projeto de Brasil da ditadura militar e a região amazônica. Para isso faz importante revisão bibliográfica dos estudos do sociólogo Otávio Ianni sobre a ditadura militar e o processo de “desenvolvimento capitalista” na região amazônica.

Nélvio Santos estuda as relações entre o regime militar brasileiro, a Escola Superior de Guerra e a geopolítica na Amazônia. Para o autor, as medidas adotadas pelo regime militar brasileiro na Amazônia tem origem nas teorias geopolíticas centradas nos pensadores da Escola Superior de Guerra.

Já saindo da Amazônia, mas em seu entorno, Patrícia Mechi trata da repressão e da resistência camponesa à ditadura civil militar na região do Tocantins no contexto da pavimentação da rodovia Belém – Brasília e da construção da ponte sobre o rio Tocantins. Para a autora, tais políticas podem ser denominadas de “modernização excludente” e foram empreendidas gerando diversos conflitos na região de Porto Nacional e seu entorno, com amplo favorecimento dos latifundiários.

Num segundo bloco de artigos, contamos com a contribuição de pesquisadores que nos apresentam elementos para pensar a arte, a mídia e a militância de esquerda no contexto de regime militar.

Assim, Fabio Ribeiro nos apresenta o artista plástico Gontran Guanaes Netto e a forma como o exílio imposto pela ditadura impactou sua arte. No exílio, o artista buscou produzir uma arte desvinculada dos interesses mercadológicos, projetando-a como instrumento de luta política.

Ainda falando em instrumento de luta política, César Figueiredo discute o papel do Partido Comunista Brasileiro – PCB – na luta pela redemocratização do Brasil. Reflete como a clandestinidade, imposta pela ditadura militar ao Partido, significou o aumento da fragilidade e, consequentemente a baixa expressividade política do Partido ao fim da ditadura.

No contraponto das lutas dos partidos de esquerda encontramos a ação da mídia no país, fortalecendo o regime militar e manipulando a opinião pública. Assim, o artigo de Carla de Souza discute e nos faz refletir sobre a relação entre a mídia e a

ditadura. Em seu artigo, a pesquisadora enfatiza o papel da televisão, com foco no Programa Amaral Neto, o repórter, exibido pela TV Globo entre 1968 e 1983.

O presente Dossiê representa, por fim, um esforço da Revista Textos & Debates, junto com os pesquisadores acima nomeados, em apresentar as muitas questões que envolvem a ditadura militar no Brasil, e tem o sentido claro de tornar público os muitos problemas e conflitos, bem como as muitas dores motivadas por perseguições, torturas e assassinatos ao longo dos vinte anos de regime ditatorial em nosso país.

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luíza Fernandes
(Comitê Editorial)

ARTIGO

**VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS E A IGREJA
CATÓLICA EM RORAIMA: ENTRE A DITADURA E A
DEMOCRACIA**

Resumo

A ditadura militar na Amazônia, ainda pouco estudada, traçou uma série de políticas econômicas para a região sem levar em consideração as populações indígenas. O presente artigo analisa os efeitos das mais variadas obras no ex-Território Federal de Roraima sobre os índios Waimiri Atroary, os macuxi, os Yanomamis, os Taurepang entre outras etnias. Por meio de periódicos locais conseguimos mostrar o alto grau de violência desencadeado sobre as populações indígenas, antes e depois ditadura, como também o envolvimento dos membros da Igreja Católica de Roraima com os povos indígenas na luta pela demarcação das terras indígenas, entre elas a Raposa Serra do Sol.

Palavras-Chave:

História; Ditadura; Índios; Roraima.

Abstract

The military dictatorship in the Amazon, still little studied, drew a series of economic policies for the region without considering indigenous people. This article analyzes the effects of various works in the former Federal Territory of Roraima on the Indians Waimiri Atroary, the Macuxi, the Yanomami, the Taurepang among other ethnicities. Through local newspapers, we were able to show the high degree of violence unleashed on indigenous peoples, before and after the dictatorship, as well as the involvement of members of the Catholic Church of Roraima with indigenous peoples in the struggle for the demarcation of indigenous lands, including the Raposa Serra do Sol.

Keywords:

History; Dictatorship; Indians; Roraima.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima. E-mail: jacivieira@uol.com.br

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Pará. E-mail: arenz@free.fr

Nos últimos anos, as telas dos cinemas brasileiros têm sido invadidas por uma avalanche de filmes cujo mote é a ditadura militar. Entre esses filmes, um dos mais recentes foi “Batismo de Sangue”, baseado na obra do escritor Frei Beto, que viveu junto com frei Tito, os horrores desse período. Essas produções cinematográficas, de bom nível, acabam levando as pessoas a pensar que a repressão ocorrida em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém ou em Porto Alegre pode ter sido uma imagem fiel do que ocorreu em todo o Brasil. Podemos afirmar que isso não é uma verdade consolidada, pois a repressão desencadeada do Chuí ao Caburaí teve diferenças expressivas. Entre essas diferenças estão as relativas aos povos indígenas, pouco faladas, pouco comentadas, pouca estudadas. No atual estado de Roraima, existem bairros e prédios públicos, incluindo o palácio do Executivo, moradia oficial do Governo, cujo nome é Palácio 31 de Março, homenageando e enaltecendo o regime militar como também escritores locais que fazem referências elogiosas ao período. Isto porque acabou ficando na memória coletiva uma imagem positiva do regime militar em Roraima

A Ditadura acabou fazendo inúmeras obras a partir de 1970, conforme se observou nos vários Boletins Oficiais no ex-Território. A grande obra da ponte do Rio Branco que liga Boa Vista a Bonfim e República da Guiana, a Ponte sobre o rio Mucajaí e Cauamé, o surgimento das Companhias de água (CAER) e de telefonia fixa (TELAIMA) são exemplos de grandes obras. Destaque também neste período foi a autorização para construção do Banco de Roraima e uma nova Termoelétrica (CER) que passaria a fornecer energia 24 horas na cidade de Boa Vista. Não poderíamos nos esquecer do novo aeroporto internacional, o Palácio da Cultura, a Secretaria da Educação, o palácio do Governo, denominado 31 de março, além das inúmeras pontes menores como a do Surumú e dos ramais e das estradas que vão facilitar a comunicação e o comércio na região. Essas grandes e pequenas obras forjaram a ideia positiva de que a ditadura no ex-Território Federal foi extremamente benéfica, esquecendo-se de mencionar que toda essa infraestrutura proporcionou um contato mais intenso com as populações indígenas, em especial com as etnias dos Uauás, Uaimiris Atroaris, Yanomamis e os Macuxis. Essas atividades foram também exemplos concretos da colocação da DSN (Doutrina de Segurança Nacional) em prática num dos pontos mais ao extremo do país. (Martins, 2010).

Este artigo não tem o objetivo de discutir, neste exíguo espaço, os motivos que levaram os militares, boa parte deles nacionalistas, a derrubarem um governo democrático e constituírem uma ditadura militar, com o apoio da classe média e da burguesia nacional e internacional, mesmo porque já existe uma produção historiográfica que, a nosso ver, já dá conta dessa tarefa.

Porém, não podemos nos furtar de reafirmar que a abertura política vivida no Brasil de forma mais intensa no início da década de 1950, a qual nos anos seguintes conseguiu atingir um número expressivo de pessoas, precipitou o golpe de 1964. Uma pequena elite que até então havia conseguido garantir seus privilégios sentiu-se ameaçada diante dessa abertura política e do futuro que se vislumbrava para o país. Assim, subservientes aos interesses norte americanos e apoiados pela CIA, interromperam esse movimento apoiando os golpistas, acreditando que com isso, manteriam seus privilégios.

Uma das melhores descrições do sentido do golpe está contida nas palavras de Herbert de Souza, o Betinho, sociólogo anistiado em 1979:

[...] num primeiro momento o golpe paralisou, para em seguida desarticular as forças embaladas na mobilização social por um país novo, diferente, mais justo e mais livre. Era um processo que seguramente levaria o Brasil para o caminho das reformas. Não estávamos a caminho da revolução, mas da libertação. Mas aqueles setores extremamente atrasados, temendo que isto se transformasse na revolução, resolveram se unir para matar a criança ainda no útero. Foi o primeiro golpe absolutamente preventivo contra a liberalização e a democratização da sociedade brasileira. (Apud -BARROS, 1991, p.18).

Inseridos neste contexto, passamos a revisitar a história do ex-Território Federal de Roraima, onde a ditadura militar acabou vitimando diversas etnias indígenas, entre elas destacamos os Waimiri Atroaris, os Macuxi e o povo Yanomami. Nosso objetivo é perceber como sua gente viveu e sentiu esse período, em especial os povos indígenas, a medida que a ditadura acabou criando nessa região uma infra estrutura capaz de atrair, antes e depois da ditadura centenas de migrantes e garimpeiros para essa região.

O professor e antropólogo Paulo Santilli, num trabalho de grande folego, tratou de mostrar que a nova política fundiária imposta pela ditadura no ex-território, atingiu boa parte da área denominada Raposa Serra do Sol¹. Não é novidade para ninguém que os novos donos do poder não desejavam e eram contrários a reforma

¹ A área indígena Raposa/Serra do Sol fica localizada no estado de Roraima é a mais extensa de todas as áreas indígenas já homologadas. Esta área, que compreende 1.678.800 ha, estende-se, ao norte, até as vertentes meridionais do Monte Roraima; ao leste, compreende todo o curso do rio Mau ou Ireng – fronteira entre Brasil e Guiana–; ao sul, limita-se no médio curso do rio Tacutu, na confluência com os rios Surumu e Mau; e ao oeste, confina com a área São Marcos, tendo por limites os rios Surumu e Miang. Edson Soares Diniz afirma que, ao realizar sua pesquisa no ex-Território, em 1970, observou que já era comum encontrar pessoas nas áreas mais centrais de Boa Vista, que faziam questão de mostrar um ou dois índios que tinham em casa, na maioria trabalhando nas lides domésticas. DINIZ, Edson Soares. Os Índios Macuxi de Roraima. IOSP. Marília. tese 09: 1972.

agrária. Aliás, esta foi uma das principais demandas dentre as que levaram o presidente João Goulart, eleito democraticamente, a ser derrubado em 1964.

A partir do golpe de Estado de 1964, um novo projeto fundiário conservador que atendesse as oligarquias e o grande capital, voltado a diminuir as tensões do campo, mas não para resolvê-las, começa a ser desenhado. O lema passou a ser “*homens sem terra para terra sem homens*”, atribuído ao presidente Médici, cujo objetivo era ocupar os supostos “espaços vazios”, na Região Amazônica. Ele próprio cria, por decreto datado de 16 de junho de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) que acabou por dar as diretrizes da ocupação da Amazônia de forma dirigida pelo Estado.

No então Território Federal de Roraima, o PIN identificou, como área prioritária para sua atuação, a região considerada como foco de conflitos mais agudos, isto é, a região de campos naturais, denominada de *lavrado* pelos nativos, que se estende a partir do alto curso do rio Branco, por ambas as margens, e por áreas banhadas por seus formadores, principalmente pela margem direita, em torno do baixo curso do rio Uiraricoera. Esta área, junto às margens do alto rio Branco e baixo curso do rio Uiraricoera foi onde incidiu primeiramente e, de modo mais concentrado, a ocupação pecuarista no vale do rio Branco a partir das últimas décadas do século XIX. Em consequência, ali, os conflitos entre índios e regionais pela posse das terras adquiriram proporções mais graves, com a expulsão maciça da população indígena de seus territórios tradicionais, causando seu confinamento progressivo nas aldeias (SANTILLI, 2001).

Uma nova geopolítica foi traçada para a Amazônia, os governantes militares conceberam, desde 1966, a chamada “Operação Amazônia”. Constituindo um conjunto de projetos, esta operação visava à implantação de uma malha de grandes eixos de comunicação e de transporte – como a *Transamazônica* que corta a floresta tropical em direção leste-oeste, a rodovia *Belém-Brasília* traçada em direção norte-sul e o traçado da BR-174, que ligou Manaus, Boa Vista e Caracas, através de um acordo internacional, cortando ao meio o território dos índios Waimiris-Atroaris². Essa

² A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista. Entretanto, os documentos do início da sua construção comprovam que o objetivo do governo militar era outro, ou seja, o acesso às minas de Pitinga, seguidos de interesses em fontes de energia e ocupação de uma área considerada pelo governo como “vazio demográfico”. A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari. Comitê Estadual de Direito à Verdade, à memória e a justiça do Amazonas, 2014. Pitinga hoje é distrito de Presidente Figueiredo, área de exploração mineral pertencente à mineração Taboca (Grupo Parapanema). Está localizada a 320 km de Manaus, no município de Presidente Figueiredo, em área indígena Waimiri Atroari, no sentido Bom Vista RR (BR-174). Atualmente o local conta com 1 escola (Pitágoras), 1 hospital (Logos Pró saúde), 1 supermercado (COOPITINGA), 2 clubes (Pitinga Tennis Clube e Clube Uirapurú), segurança patrimonial entre outros serviços. A população atual é de aproximadamente 2.700 habitantes.

estrada era um sonho antigo de moradores da região do alto rio Branco, pois a única ligação com Manaus era o rio Branco navegável três meses ao ano.

Em 1968 o projeto da BR-174 tem início, passando um ano depois para a responsabilidade do Exército e inaugurado em 1974. Ali os índios foram diretamente atingidos na fronteira sul com Manaus. Com pouco contato com não-índios, os Waimiri-Atroari sofreram uma forte baixa demográfica, além de diminuírem a sua área em aproximadamente 75%. Em 1968, perfaziam 3.000 índios, e em 1999 eram somente 798³. Aqui não poderíamos deixar de mencionar que houve um assassinato em massa dessa população com o apoio do Governo biônico do Amazonas, Danilo Areosa. Solicitando providências, Areosa afirmava à imprensa que a estrada deveria ser construída a qualquer custo e que o índio era uma figura inútil e que deveria ser transformado em um ser útil a pátria. E prosseguia: “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas do nosso estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional”. Do outro lado da linha, o governador de Roraima, Ramos Pereira da Aeronáutica afirmava: “sou de opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancado o seu desenvolvimento”⁴. Esse desenvolvimento, ao qual se refere o governador, custou a vida de mais de 2000 índios, não existindo um nome citado nas listas dos mortos e desaparecidos da ditadura militar.

O regime militar fez uma forte intervenção no ex-Território Federal de Roraima, beneficiando-o substancialmente devido a sua localização geográfica e a situação de isolamento em que se encontrava. Essa situação dificultava, dentro da visão estratégica de defesa, a realização das Manobras de Segurança Nacional, as quais eram vistas como prioridade no governo militar. Portanto, não bastava apenas disponibilizar terras, mas era necessário criar a base necessária capaz de dar sustentação à reprodução do capital.

Os dois governos, da Amazônia e Roraima, tinham um discurso bastante afinados para abrir caminho à instalação da mineradora Taboca, do mesmo grupo da mineradora Paranapanema, após a descoberta de diversos minérios na região, que vinham sendo pesquisado desde 1944. Nessa data os Waimiri-Atroari suprimiram uma expedição de pesquisa norte americana que penetrou pelo Rio Alalalú sob o comando de militares norte americanos, nas proximidades onde a Mineração Taboca

³ Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA) In: Biodiversidade Na Amazônia Brasileira. São Paulo. Ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: 2001. & Jornal Porantim. Janeiro/Fevereiro de 1984 pág.13.

⁴ SCHWADE, Egydio. Dois mil Waimiri Atroari desaparecidos na ditadura militar . Carta Capital. 22.02.2011. Pg. 13.

começou a exploração de minérios de diversos tipos (Comitê Estadual da Verdade, 2014: pag.54).

Em 1981, o presidente da República, João Figueiredo, chegou ao absurdo de desmembrar parte leste da terra indígena Waimiri-Atroari, tudo a revelia da constituição. Em 1986, depois da descoberta de Nióbio e Tântalo, essa empresa receberia do Departamento Nacional de Mineração (DNM) a concessão para explorar a área por um período de 30 anos. A Mineração Taboca permanece no local até os dias atuais, onde há minérios para serem explorados por mais cem anos. Por fim, a ditadura atingia seus objetivos de atrair mineradoras multinacionais ou não para essa região, a custas de milhares de mortes das populações indígenas⁵.

A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, é uma rodovia federal brasileira projetada para atender aos estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. Até hoje somente foram implantados trechos nos dois últimos estados citados.

A Perimetral Norte foi planejada no auge do desenvolvimentismo econômico do regime militar para cortar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas, fazendo parte do Plano de Integração Nacional - PIN.

Em Roraima foram implantados inicialmente os trechos de São João da Baliza até Caracará e de lá até o rio Repartimento, seguindo até a Missão Catrimani. Esta última porção foi desativada no ano de 2004 devido a falta de manutenção de pontes e deslizamento de barrancos. Da Missão Catrimani a estrada foi construída até o Posto Indígena Demini, já no Estado do Amazonas.

No Amapá, foi iniciada em 1973 aproveitando os 102 quilômetros já construídos pela ICOMI para exploração da Serra do Navio, saindo de Macapá, o projeto foi suspenso em 1977 depois de 170 km construídos que hoje terminam dentro da Terra Indígena Waiãpi.

A construção da Perimetral Norte, só em Roraima cruzando a BR-174 possui hoje 411,7 quilômetros abertos, saindo do rio Jatapu à Missão Catrimani. Todo este trecho encontra-se asfaltado, embora muitos segmentos em estado crítico de conservação. Conecta as cidades de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz e Caracará, além de diversas vilas.[3] No seu trajeto roraimense intercepta as federais BR-174 e

⁵ A mineração Taboca foi fundada em 1969 e atua na mineração e metalurgia de estanho e minerais industriais. É uma das poucas empresas, ativas no mercado mundial de estanho, a possuir mina própria, sendo a Mina de Pitinga, localizada na Região Amazônica, uma das mais ricas do mundo, com longevidade estimada em 100 anos.

BR-432, as estaduais RR-460 e RR-344, além de diversas estradas vicinais de administração municipal.

A Perimetral Norte estabeleceu um contato permanente entre os operários da construção e os índios Yanomami, desencadeando surtos epidêmicos e também uma significativa baixa demográfica entre outras etnias, já que a estrada cortou as bacias dos rios Alalaú, Uraricoera, Catrimani e o Contigo, alcançando a fronteira da ex-Guiana Inglesa. Segundo a antropóloga Alcida Rita Ramos (RAMOS, 2005: pag.80), o efeito foi devastador para os Yanomami. Quatro aldeias do vale do Rio Ajanari perderam 22% de sua população entre 1973 e 1975. Outras quatro aldeias do vale do Rio Catrimani perderam 50% de sua população em 1978. Essa estrada, posteriormente, facilitou a construção de pistas de pouso clandestinas e uma forte entrada de garimpeiros, calculada pela Polícia Federal, em torno de 40.000 homens na região norte de Roraima, intensificando ainda mais o genocídio no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

A construção de estradas, pontes de grande extensão, do aeroporto internacional, e das companhias de energia elétrica e telefonia fixa em Boa Vista, capital do ex-território, acabou por atrair um número significativo de empresários, migrantes, pessoas ligadas ao setor agropecuário que ocupariam a terra indígena Raposa Serra Sol (Figura 2).

Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos afirmam ter chegado à região por volta de 1970 com promessas de riquezas da ditadura militar, ocupando áreas indígenas e alargando seus domínios quando passaram a comprar de má-fé posses de antigos fazendeiros. Em 2010 estavam localizados numa área de mais de 100 mil hectares, com uma produção de 320 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, representado 5% do arroz produzido no país, mais de 30 mil cabeças de gado e três mil hectares de plantação de soja. Estavam na melhor área da região⁶.

⁶ Somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 400 hectares de arroz irrigado. Quando foi retirado da área havia em torno de 50 mil sacas de arroz para serem colhidas. Os dados sobre essa produção acabam se contradizendo a medida que divulgar uma grande produção, principalmente a partir de 2005, época da homologação em área contínua, significava mais elementos para os rizicultores, estabelecidos nessa região poder contestar no Supremo Tribunal Federal.

No mapa (figura 2) acima podemos verificar as fazendas, destacadas em rosa, que se estabeleceram dentro desse novo projeto de ocupar os denominados “espaços vazios”. Outro foco de incentivo à migração veio do garimpo, com a descoberta de grande quantidade de cassiterita, ouro e diamante ao norte de Roraima, em áreas indígenas, localizadas principalmente nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela. Estima-se que nesse período mais de 40.000 garimpeiros tenham chegado à região na década de 1980, à procura do Eldorado. Para se ter uma ideia, no auge do garimpo, no Aeroporto Internacional de Boa Vista, havia um maior volume de pequenas aeronaves aterrissando e decolando do que no Aeroporto Internacional de Congonhas em São Paulo⁷.

A consequência dessa nova política não foi só fundiária, mas de orçamento para a Amazônia, e especificamente para o ex-Território Federal. Na década de oitenta, proporcionou um forte crescimento populacional em função de incentivos dados por prefeitos dos novos municípios, políticos da região e em grande parte, por governadores, principalmente depois da ditadura que, usavam como mote a farta distribuição de grandes lotes de terras e a promessa de financiamento agrícola pelos bancos estatais.

Esse ritmo acelerado na infraestrutura em direção das fronteiras deixava claro o objetivo maior, facilitar as manobras militares em relação a “Segurança Nacional” e em segundo lugar incentivar a migração. Essas duas expressões estiveram sempre presentes no discurso ideológico do governo e que agora estava em fase de concretização.

Documentos analisados e escritos pelas lideranças, como um ofício datado de dezembro de 1969, indicam o alto grau de ocupação das áreas indígenas no final do anos setenta de garimpeiros e fazendeiros na área indígena Raposa Serra do Sol.

[...] resolvemos dirigir a V. Excia., no sentido de solicitar que sejam organizados os nossos garimpos de diamante, com o fim de evitar a exploração do garimpeiro branco, que nos cobra a metade do que colhemos e ainda somos obrigados a pagar caro a alimentação. Com isto, nunca podemos organizar nossa vida econômica nem social Outrossim necessitamos de arame farpado e grampos para proteger nossas roças do gado dos fazendeiros invasores de nossas terras... (OFÍCIO, 1969. Documentos dispersos no Arquivo da Diocese de Roraima).

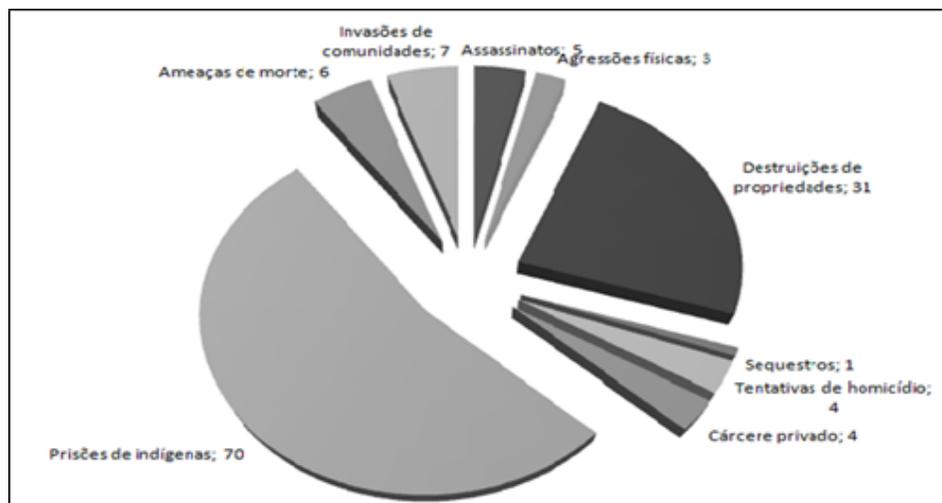
⁷ Dois voos, por dia, ligavam Boa Vista a Manaus, Brasília e São Paulo. Apesar do comércio do ouro estar proibido neste período apareceu varias lojas onde se comprava ouro, a rua passou a ser denominada de rua do ouro.

Do processo de violência contra os povos indígenas participaram não só os invasores das terras indígenas, como garimpeiros e fazendeiros, mas órgãos e instituições públicas como a Polícia Civil e Militar, como também uma personagem nova, as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, que numa ação desastrosa, já em plena democracia, acabou comprometendo-se na defesa dos interesses da elite local.

A pergunta que nos fazemos é: quais foram os reflexos e desdobramentos da política da Ditadura na Amazônia, em especial, em Roraima?

E uma das respostas seria a manutenção de práticas como a destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado. O que mais salta aos olhos no gráfico I, por exemplo, é o excessivo número de prisões. Levando em conta somente os casos noticiados nos jornais locais temos 70 índios presos. Outro dado é o número de assassinatos, são 5 ocorrências. As destruições de propriedades foram intensas, chegando ao total de 31 episódios.

Gráfico 1: Violência contra as etnias indígenas: 1980 a 1989



Observando os dados da pesquisa, pode-se verificar que os processos violentos contra os povos indígenas cresceram gradativamente ao longo da luta pela demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol em área contínua, abrangendo uma ampla gama de ações que vão da destruição de casas, roças e a agressões físicas a atentados contra a vida dos indígenas, mortes, estupros, formas de violência “mais

visíveis”, até ameaças e outros tipos de violências mais difíceis de serem percebidas. (VIEIRA, 2010: pag. 142)

Passados sete anos da redemocratização, os meses de setembro a dezembro de 1992 foram crivados de conflitos na área indígena Raposa serra do Sol. Nesse período surge um fato inédito, a presença de soldados do Exército brasileiro no dia 02/09/1992 na comunidade do Maturuca. Segundo relatos dos índios, neste dia, mais de 40 soldados e oficiais prenderam o índio Amadeus, sem qualquer justificativa, que posteriormente foi entregue a Polícia Federal em Boa Vista. Ainda de acordo com os índios, os soldados estavam a procura do padre Jorge, assim arrombaram a porta da missão católica, os barracões onde estava a merenda escolar, o local onde ficava os equipamentos de energia, desligaram o sistema de comunicações e terminaram por levar pastas contendo documentos da missão. Existe uma forte evidência de que o grande objetivo dessa operação fosse prender o padre Italiano Jorge dal Bem ligado a diocese de Roraima que não foi encontrado. Para fazendeiros, entre eles Water Woguel, dono de aproximadamente 30% da área urbana e rural de Boa Vista, Jorge seria um dos grandes responsáveis pelos conflitos na região (JORNAL 1 Diário de Roraima. 03-09-1992).

Segundo relatório feito pelas populações indígenas sobre dois crimes ocorridos na maloca do Napoleão, próximo a Normandia, em maio de 1994: O índio Bento Sampaio de 72 anos foi assassinado e em seguida, sua esposa, Irlene foi estuprada. O autor dos crimes, Rodinei Cezar da Silva, assassino confesso, é trabalhador da fazenda Vitória, de propriedade de José Saraiva. Segundo o relatório dirigido às autoridades locais, os próprios índios apontam que há indícios claros do mandante do crime ter sido o próprio dono da fazenda Vitória, fazenda essa que estava localizada a apenas dois quilômetros da comunidade. Esse e vários outros crimes contra índios acabam por ficar impune na região⁸.

Irlene relata ao tuxaua Adriano, da comunidade Napoleão, que presenciou a saída do marido com o trabalhador da fazenda. Algumas horas depois, o assassino voltou onde se encontrava a mulher sozinha quando entrou e iniciou os espancamentos. Irlene não queria se entregar, ocasião em que o assassino puxou uma faca e foi logo afirmando: “Se você não se entregar vou te matar, como matei teu marido. Porque eu vim contratado para matar pelo José Saraiva”. Com medo de morrer se entregou, sofrendo todas as mazelas da violência sexual a que estão sujeitas as centenas de mulheres indígenas da região⁹.

⁸ Relatório vindo da comunidade de Napoleão, Normandia 02 de junho de 1994.

⁹ Idem

Organização da resistência

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato das relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar com mais intensidade o aumento da violência contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Porém, a história não tem uma única mão. Também é verdade que foi o próprio aumento da violência que levou boa parte dos povos indígenas, especialmente, os moradores das serras, onde a Igreja católica possuía maior influência, a iniciar um processo de organização política e resistência nos moldes dos não índios, auxiliados por essa Igreja no período da ditadura militar.

O pontapé para o movimento aconteceu durante o primeiro encontro dos indígenas da região, em julho de 1970, do qual participaram cerca de 70 indígenas das etnias Macuxi e Wapichana. Durante o encontro, um indígena se destacou como grande líder era o tuxaua Gabriel, que na época contou com o apoio de líderes de outras sete malocas que teve papel fundamental na luta pela homologação da terra. Como resultado desse encontro, nasceram também as Assembleias Gerais dos Tuxauas, que começaram em fevereiro de 1971 e perduram até hoje (Jornal Porantim, 2014).

A situação a que ficaram sujeitos os índios da região, a dizimação de que eram vítimas era tão evidente, que uma nova base missionária já não podia compactuar com aquela situação, passando a fazer oposição sistemática aos militares que tiveram somente uma preocupação: “ocupar o vazio da região amazônica”. Muitos missionários da Igreja Católica adotaram uma política voltada para os povos indígenas, abrindo mão definitivamente da catequese da desobriga e construindo um projeto político audacioso e criterioso junto a essas populações.

A elite de Roraima parecia ter acordado para um fato novo, a partir do final da década de 60, ao se deparar com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu. Essas reuniões contavam com a participação das diversas etnias indígenas do Território. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses e constituía parte do projeto levado adiante pelas bases missionárias, que posteriormente fora assumido pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os

fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas: por meio da cooptação de suas lideranças; pela força, que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e tomada das suas terras; e por meio de acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nas primeiras assembleias, e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a falar mal de fazendeiros, derrubar cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrada rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comunidades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à FUNAI e reivindicações por escrito foram feitas, por meio de cartas e abaixo assinados. Para as lideranças indígenas, a FUNAI estava completamente desacreditada, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras (VIEIRA, 2007).

Vamos procurar o nosso direito com o nosso chefe, que manda e desmanda em nós? eu pergunto assim porque ninguém sabe quem manda em nós. Tem a FUNAI, pra que essa FUNAI, é para ajudar índio ou civilizado? Eu pergunto porque está ajudando mais civilizado, está sendo mais para branco do que para o índio.

Está dando o nosso terreno para o branco e mesmo está tudo cercado por ordem da FUNAI, está dando o arame farpado para os criadores cercar o terreno dos próprios índios. Foi a FUNAI que disse para o Tuxaua que o fazendeiro podia correr o seu cercado porque a FUNAI vai dar o arame ao fazendeiro. A FUNAI deixou de apoiar o Tuxaua para apoiar o fazendeiro. Agora nós queremos saber se a FUNAI está cumprindo com seus deveres, mas para o índio a FUNAI está errada¹⁰.

Podemos até afirmar que as primeiras reuniões e assembleias, aos poucos foram amadurecendo uma consciência crítica, para então combater os privilégios das velhas estruturas autoritárias e burocráticas, enraizadas no ex-território de Roraima. Iniciava-se assim, um processo sem volta. As etnias indígenas começavam a mostrar que eram capazes de construir um movimento organizado que ao longo desses anos vem conquistando espaço político e ameaçando os diversos interesses dos grupos econômicos locais.

¹⁰ Os Tuxauas Silenciados. Boletim do CIMI. Ano 06-34 – Brasília., Janeiro/ Fevereiro de 1977.

Em julho 1970, no inverno, quando os rios estavam cheios, o que facilitaria o deslocamento para Boa Vista, surge a primeira assembleia de tuxaúas, convocada pela prelazia. Nesta reunião, que reuniu 70 lideranças, foram discutidas quatro questões de suma importância: o alcoolismo nas comunidades; a degradação do índio; as falhas dos missionários; e, pela primeira vez, se discute politicamente, a questão da invasão das terras pelos fazendeiros que já era intensa nesse período.

Padre Jorge descreve a emoção de encontrar seus novos companheiros de luta no Surumú a 60 km de Boa Vista:

Na ocasião fui ao encontro do grupo do tuxaúa Gabriel que vinha da maloca da Raposa. Lembro-me bem da emoção que sentida ao chegar a uma cabana sobre o rio Tacutu na cheia, quando de pé na proa do barco, depois e um dia e meio de viagem no rio entrevi o luso-fusco, o burburinho da gente. Avisara-nos pelo rádio. Temia porém que não viessem ao nosso encontro. Tinham vindo a pé de noite da Raposa e estavam apenas chegando com carro de boi carregado de farinha de mandioca, coco e banana para contribuir com as despesas da reunião. Naquela momento tive a sensação clara de que alguma coisa de novo estava surgindo (JORGE, 1985: 08).

O Padre Jorge tinha razão, algo de novo estava para acontecer em Roraima, como no restante do Brasil, os processos de ocupação cada vez mais violenta das terras indígenas, o aumento do latifúndio em meio a relevantes transformações econômicas e políticas – como a ditadura militar e os projetos que excluíam os povos indígenas – trouxeram para a linha de frente as tensões sociais e políticas para uma população não apenas numerosa, mas participativa, que se lançava ao um processo sem volta de organização, passando a ensaiar as suas primeiras assembleias e seus primeiros movimentos de rua, fazendo suas primeiras reivindicações pela demarcação de suas terras e protestos no início dos anos de 1970.

Nessa primeira reunião, destacou-se como uma das grandes lideranças o tuxaúa Gabriel Viriato, que na ocasião propôs uma reunião ampliada a cada ano, nascendo assim a Primeira Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima em 1971. Outra proposta importante saída dessa reunião foi a criação de uma cooperativa, proposta feita pelo padre Jorge, que acabou ganhando adesão dos povos indígenas das serras. Nascia assim o projeto da Cantina que funcionou por mais de uma década em diversas comunidades da Raposa Serra do Sol.

Não encontramos documentos referentes as assembleias de 1971 a 1976. Porém já em 1977, sob o Bispado de D. Aldo Mogiano, foi realizada na Missão São José, na Vila Surumu VII assembleia dos povos indígenas de 7 a 9 de janeiro. Esse foi um

dos maiores encontros já registrados e, que contou com a participação de 140 índios de diversas comunidades, principalmente das etnias Macuxí, Wapixana e Taurepang, sendo 50 desses, Tuxauas. Ali, entre iguais, continuaram se reunindo para discutir seus problemas de forma conjunta, especialmente os fundiários. Atenta-se aqui para o número expressivo de participantes, o que em si já demonstra o grau de influência e o poder de mobilização que a Igreja Católica havia conseguido ter sobre as populações indígenas:

Foto 1: Participantes da I Assembléia indígena - janeiro de 1977 em Roraima.



Foto: Antônio Carlos Moura (CIMI)

As primeiras reuniões, que evoluíram posteriormente para Assembleias, foram coordenadas pelos próprios missionários. Seguiam uma metodologia que procurou reservar o maior espaço possível às lideranças, pois a primeira atividade prática consistia exatamente na apresentação dos tuxauas, para que esses expusessem os problemas e as angústias das suas comunidades da forma que desejassem, em sua língua materna ou em português. O coordenador, auxiliado por um secretário, também missionário, teve sempre o cuidado de anotar todas as falas, como também de dar a oportunidade para que todos, sem exceção, pudessem fazer o uso da palavra, mesmo que uns falassem mais e outros falassem menos:

[...] naquele dia, 7 de janeiro, ganharam coragem, fizeram um relatório, falaram mais de quarenta lideranças, e sempre contavam a mesma história, era a cidade que reprimia, o fazendeiro, era o policial, era também o garimpeiro, que naquele período era pouco é verdade. Como pude perceber daquelas falas vivíamos aqui uma situação tipicamente colonial. O que o índio fazia ou produzia era somente a favor do branco. O índio tinha que trabalhar para o fazendeiro [...] Finalmente havíamos encontrado quem eram os oprimidos em Roraima (MOGIANO, 1996).

Na segunda parte da assembleia outro espaço era reservado somente para os índios. Era então o momento em que eles construíam e encaminhavam propostas, tomando decisões para a solução de seus problemas, já previamente apresentados e discutidos entre eles.

O objetivo, afirmava D. Aldo, era intervir o mínimo possível e, dessa forma, levar os índios a refletirem, a tomarem consciência da necessidade de que eles próprios teriam que assumir a luta pela sua sobrevivência física e cultural e que conseguissem sair da situação, do tipo colonial, existente.

No dia marcado para o início da I Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima, a primeira parte ocorreu com tranqüilidade, todas as lideranças tiveram oportunidade de relatar os seus problemas. No segundo dia de trabalho, quando seriam encaminhadas as propostas do movimento com suas principais reivindicações, a FUNAI, auxiliada pela Polícia Federal, interrompeu a Assembleia sob a justificativa da presença de D. Thomás Balduino, convidado especial de D. Aldo, presidente do CIMI e Bispo de Goiás. A FUNAI impunha como condição, para a continuidade da Assembleia, a retirada de D. Balduino, o que mostra que as relações entre os militares e parte da igreja católica, especialmente os religiosos ligados aos movimentos sociais, não iam bem.

Foi no contexto de assassinatos, destruição de retiros, estupros. carcere privado, destruição de casas, etc. que muitos índios, organizados no então Conselho Indígena de Roraima (CIR), passaram a não prestar serviços aos maiores fazendeiros da região como: Quartiero, Itikaua, Faccio, entre outros. Todos estes eram fazendeiros contrários à demarcação de terras, em especial em áreas contínuas, proposta que começou a prevalecer a partir das primeiras assembleias em meados dos anos de 1970. Em outras palavras, os índios não estavam dispostos a serem vendedores da própria força de trabalho em suas próprias terras.

Este foi o início do processo organizado de luta dos povos indígenas da região. Através de inúmeras reuniões, sempre sujeita a intervenção policialesca, foram sendo montadas estratégias e organizações. De maneira coletiva e horizontal, foram re-

alizadas assembleias que buscaram projetos econômico alternativos de auto sustentação como o voltado para a criação do gado através das comunidades indígenas, o já citado projeto Cantina dentre outros. Lutas que foram sendo construídas durante a ditadura militar e que, infelizmente, ainda hoje são necessárias.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

BORGES FILHO, Nilson. O Estado e Militarização: as políticas militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis: 1989. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Elisângela. Memórias do Regime Militar em Roraima. Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-Graduação da UFAM .Manaus , 2010. Uma discussão da memoria foi muito bem elaborada no segundo capítulo desse trabalho.

RAMOS, Alcida Rita. Memórias Sanumá. Citado In: Victor Leonardi. Fronteiras Amazônicas do Brasil Saúde e História Social. Brasília, ed. Pararelo 15; São Paulo; marco Zero.2003. pág. 80.

SANTILLI, Paulo José Brando. Uso da Terra: Fusos da Lei. Antropologia e direitos humanos – Prêmio ABA/FORD/ Regina Reyes Novaes/Roberto Kant de Lima (Organizadores) — Niterói: Ed. UFF, 2001.

VIEIRA, Jaci Guilherme. A homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol e a violência contra os povos indígenas. Brasília. Revista Universidade e Sociedade, nº 46 pag. 142, 2010.

VIEIRA, J. G. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Jornais, revistas e outras fontes

A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari. Comitê Estadual de Direito á Verdade, á memoria e a justiça do Amazonas. – Campinas, SP: Crt Nimuendajú, 2014. Pag. 54, 2014.

Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA) In: Biodiversidade Na Amazônia Brasileira. São Paulo. Ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental e Jornal Porantim, 2001.

Entrevista com D. Aldo Mogiano, Bispo de Roraima. Boa Vista 28 de Agosto de 1996.

Jornal Diário de Roraima. 03-09-1992

Jornal Porantim, Ano XXXIII N° 324. Brasília DF. Abril de 2010. Pag. 04. Arquivo do autor.

Ofício dos Tuxauas, endereçados a Funai reunidos em Boa Vista em 04/12/1969. Arquivo do Museu do Índio. Rio de Janeiro. Microfilme 406.

SCHWADE, Egydio. Dois mil Wamiri Atroari desaparecidos na ditadura militar . Carta Capital. 22.02.2011. Pg. 13.

ARTIGO

GESTÃO HÍDRICA, PONTES, IMPRENSA E DITADURA: O CASO DO JORNAL BOA VISTA E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM RORAIMA

Resumo

O texto apresenta o Jornal Boa Vista e seu modo de abordar determinadas notícias para refletir sobre o impacto dessa abordagem na constituição de uma memória sobre o período da ditadura civil-militar brasileira em Roraima. O conteúdo de algumas matérias publicadas pelo jornal em meados dos anos de 1970, cotejados com outros documentos, são analisados sob a ótica dos estudos históricos que tratam da propaganda política da ditadura, em especial os realizados pelo historiador Carlos Fico. Os resultados dessa análise apontam para a relevância do Jornal e suas matérias como instrumentos na composição de uma comunidade de sentido que trata e reforça a memória do período estudado de forma positiva.

Palavras-Chave:

Jornal Boa Vista; Memória; Ditadura.

Abstract

The paper presents the Journal Boa Vista and the way to approach certain news to reflect on the impact of this approach in the constitution of a memory of the period of the Brazilian civil - military dictatorship in Roraima. The content of some articles published by the newspaper in mid -1970 , collated with other documents , are analyzed from the perspective of historical studies dealing with the political propaganda of the dictatorship, in particular those held by the historian Carlos Fico . The results of this analysis show the impact of the Journal and its materials as instruments in the composition of a sense of community that comes and strengthens the memory of positively study period.

Keywords:

Journal Boa Vista; Memory; Dictatorship.

* Mestre em História Social, é docente do curso de Artes Visuais da UFRR. E-mail: elisangela.martins@ufr.br

Entre os temas mais discutidos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira estão o de sua relação com a imprensa, abordando questões que vão desde o apoio que veículos de comunicação deram ao projeto golpista que logrou tirar João Goulart do poder até as questões relativas à censura. Esse trabalho foca nas edições do *Jornal Boa Vista*, um dos principais veículos de comunicação existente em Roraima durante a década de 1970 e tem como objetivo refletir sobre o papel da imprensa local no que diz respeito à constituição de uma determinada memória do período. O conteúdo das notícias do *Jornal* será, por vezes, cotejado com outros documentos, com destaque para o Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, para os anos de 1975 a 1979. Esse documento, apresentado pelo Governo Territorial ao Ministério do Interior, tinha por objetivo destacar as demandas locais por políticas de integração. Publicado em 1975 e composto por dados provenientes de estudos feitos pela Prefeitura de Boa Vista, pela Associação de Crédito Agrícola de Roraima - ACAR e pelo Serviço de Estatística e Geografia do Território, entre outras instituições, o Programa serve de contraponto às notícias apresentadas pelo *Jornal Boa Vista* para o período de 1973 a 1975 pois, apesar do produtor dos documentos ser o mesmo, ou seja, o governo do Território, enquanto no periódico se pode afirmar que as obras são retratadas para o público, no Programa de Roraima para o II PND, essas mesmas ações aparecem discutidas no restrito âmbito das relações institucionais, mais especificamente no trato com o nível federal ao qual estava subordinado. Assim, se por um lado o *Jornal* se convertia em uma vitrine das ações governamentais, dando destaque àquilo que o governo já realizara ou pretendia realizar, o Programa tinha como objetivo principal destacar (para justificar ou pleitear financiamento) as necessidades não atendidas da população e as metas de integração não atingidas, apesar da realização das obras. Na tensão entre aquilo que afirma o Programa e o que noticia o *Jornal*, é possível identificar de modo mais nítido o alcance e os limites das obras de integração realizadas pelo governo territorial, tanto na capital quanto no interior, permitindo demonstrar, a partir daí, como agia o *JBV* em relação a algumas das obras públicas executadas no período.

Cabe, nesse momento, chamar a atenção para as especificidades de Roraima e do *Jornal Boa Vista*. Sem TV, o Território Federal situado no extremo norte do país mal recebia as ondas de rádio nacionais, devido à interferência das emissoras dos

países vizinhos. O acesso a revistas e jornais de outras praças era precário, ocorrendo de forma esporádica e defasada. Ainda que haja notícia da existência de periódicos ligados a políticos de oposição, sabe-se que, em função dos investimentos necessários para se manter um empreendimento desse tipo, era muito difícil garantir a permanência de um jornal no Território. Shirley Rodrigues (1996) afirma que uma das características dos jornais que circularam em Boa Vista é a de que a maior parte dessas publicações surgia por ocasião das eleições e desaparecia em seguida. Foi nesse contexto que, em setembro de 1973, surge a primeira edição do Jornal Boa Vista.

Assemelhado a um jornal comercial, o Boa Vista circulou em intervalos não regulares, variando entre edições semanais e quinzenais, de setembro de 1973 até o ano de 1979. Com um número médio de oito páginas por edição, (que cresce para doze nos dois últimos anos em que circulou) o jornal possuía espaço para anúncios e era vendido aos leitores por valores que variaram, na década, entre um e três cruzeiros. Além disso, publicaram-se em torno de uma dezena de “Edições Especiais” que geralmente contavam com um maior número de páginas e imagens. Entre essas edições especiais eram mais comuns a retrospectiva do ano anterior ou a cobertura de festividades cívicas, como as datas de 07 e 13 de setembro. Mas o jornal não era puramente comercial e, durante sua história, não teve concorrentes que lhe fizessem frente em termos de circulação e regularidade. Isso se explica pelo fato de que este veículo de comunicação era de propriedade do Território Federal de Roraima. Produzido por funcionários pagos pelo governo e estando sob controle direto do governador, que poderia, inclusive, assumir a sua direção, o JBV, como por vezes se autointitulava, acabou sendo, dada a sua circulação/venda por seis anos e sua presença em todas as repartições públicas, o primeiro periódico com alcance e regularidade consideráveis na cidade de Boa Vista.

Como a primeira retransmissora de TV só surgiria no ano de 1979, quando a ditadura, assim como sua propaganda, já começava a dar claros sinais de desgaste, o Jornal Boa Vista ganha centralidade como fonte para estudo do período que envolve a Ditadura Civil-Militar em Roraima por transcender a função de registro. Em seu bojo podem ser estudadas questões relativas ao discurso, à propaganda, às disputas políticas e tantas outras nuances de interesse para compreender a memória que se projeta, atualmente, sobre a ditadura civil militar que, a partir de 1964, marcou a história do país.

Com o estudo das matérias do jornal, relacionadas ao contexto local e nacional, espera-se contribuir para a discussão sobre os significados da ditadura e de elementos de sua memória nos rincões mais extremos do norte brasileiro.

Nos últimos meses, a questão da gestão da água em centros urbanos tornou-se tema revisitado com interesse pelos meios de comunicação e provavelmente, no futuro, historiadores que empreguem jornais e revistas de notícia como fonte certamente observarão, na segunda década do século XXI e em relação ao maior centro econômico do país, as marcas da grave crise de captação e distribuição hídrica. Tal problemática, que tanto toca no cotidiano das pessoas, também teve destaque, durante a década de 1970, no então Território Federal de Roraima. O *Jornal Boa Vista*, periódico que circulou no Território entre 1973 e 1979, teve muitas páginas tomadas por reportagens que tratavam das obras de captação, tratamento e distribuição de água encanada.

As reportagens sobre o tema da água já aparecem no jornal em 1973, logo após sua entrada em circulação, no mês de setembro. Uma delas, dá grande destaque para a expansão que deveria acontecer na rede de fornecimento de água tratada pela CAER, Companhia de Águas de Roraima (JBV, 27/10/1973, p.9), com tom otimista e a presença de muitos dados técnicos sobre a obra. Em janeiro de 1974, outra reportagem, em tom bastante didático, destacava as declarações do diretor técnico da Companhia de Águas. O engenheiro Rivaldo Neves explicava, na matéria, que “os constantes cortes de abastecimento” que incomodavam os moradores da capital estariam acontecendo de forma prevista pela companhia que, diante da rede antiga de encanamentos da cidade, procedia o fechamento de registros para “evitar desperdício com vazamentos” (JBV, 15/01/ 1974, p. 06).

Se nos dias atuais essa explicação já pareceria oficiosa, em tempos de controle da imprensa pelo governo ela se torna ainda mais suspeita, exigindo uma investigação sobre a situação do saneamento básico nas áreas urbanas de Roraima durante o período. Essa pesquisa, que levantou dados do censo de 1970, demonstrou que apenas 990 dos 3614 dos domicílios do Território possuíam água encanada, sendo a maior parte na capital, Boa Vista. Isso nos permite concluir que a presença das manchetes tratando do tema da água no *Jornal Boa Vista* se dava como reação a uma situação específica que vinha atingindo a população: as dificuldades no abastecimento de água. A versão presente na notícia de que os cortes ocorriam para evitar desperdícios era muito pouco factível, sobretudo se considerado o texto do primeiro PND, que, quatro anos antes das reportagens, já apontava para o crescimento populacional acelerado, a expansão urbana e a consequente insuficiência do sistema de distribuição de água em

Boa Vista. No jornal, entretanto, seguiu-se, depois de janeiro de 1974, um silêncio significativo em relação ao tema e a versão da “economia de água” permaneceu para o público por mais oito meses.

Em setembro de 1974, com a manchete “Dinamização do saneamento”, eis que o tema volta a ser abordado. O Jornal anunciava, na capa, “o reforço do abastecimento de água e prosseguimento das obras de esgoto sanitário e drenagem pluvial” (JBV, 22/09/1974, p. Capa). As informações dessa reportagem, que de fato não trazia nada de novo em relação à anterior, foram cotejadas com o que diz o Programa de RR para o II PND. Nesse documento, o governo local informava que, no ano de 1975, um total de 3.175 casas do Território possuía água encanada. Então, confrontando tal dado com os do já citado Censo de 1970, de que havia, quatro anos antes um total de 3614 domicílios em todo o Território, pode-se supor a expansão do sistema. Entretanto, considerando-se o rápido crescimento populacional observado na capital durante o período, é justo presumir que o total de ligações não atendia suficientemente as casas da cidade com água encanada. Conseqüentemente, como era o mês de setembro, quando se inicia o período de seca e de temperaturas mais altas em Roraima, pode-se pensar que o problema do abastecimento teria se agudizado e, desse modo, a manchete tenha surgido mais com a intenção de tranquilizar a população do que pelo interesse em noticiar novos investimentos.

E se fosse apenas para preencher o jornal? Não parece, sobretudo porque o periódico voltaria ao tema mais duas vezes nos meses de outubro e novembro de 1974. Primeiro anunciando que “Esgotos e drenagens” estariam “prontos em dezembro” e depois, numa reportagem de duas páginas, intitulada “Do carro pipa ao parque das águas,” fazia referência à construção de uma estação de captação e tratamento de água. A matéria anunciava que, “em breve” a cidade contaria “com mais um requinte, a água fluoretada” e divulgava fotografias da “moderníssima estação de tratamento” (JBV, 10/11/1974) que à época, a exemplo do que ocorria com as obras do Centro Cívico, também era parte de um roteiro turístico.

É importante ressaltar que as manchetes vendiam como fatos consumados aquilo que estava ainda em fase de projeto. As maiores imagens da estação de tratamento não retratavam a obra em si, mas a maquete do “parque das águas”, num jogo que provavelmente pretendia iludir o leitor menos cuidadoso. Voltando ao tema em janeiro de 1975, uma manchete do Jornal informava em tom alegre: “Cidade hoje já tem hidrômetro”. No corpo da reportagem, entretanto, o que se noticia não é que os instrumentos de medição do consumo de água estejam instalados, mas que se firmara um convênio, entre o governo do Território e a CAER, dotando esta última de

recursos que permitiriam a instalação de “três mil hidrômetros” em Boa Vista (JBV, 26/01/1975, p.12). Reforçando a informação de que a notícia tratava apenas de um projeto, encontra-se no Programa de RR para o II PND o dado de que, das mais de três mil ligações de água encanada que existiam na cidade de Boa Vista, apenas 1000 contavam com hidrômetros instalados.

O que se pode observar cotejando os documentos é que, mesmo diante das evidentes dificuldades para a expansão da rede de distribuição hídrica, o tom das reportagens permanecia sendo o de confiança nas ações do governo, com ausência de críticas ou referências diretas ao problema. A divulgação exaltada das obras públicas, fossem estas realizadas ou apenas previstas, foi a estratégia discursiva empregada para tratar da questão que incomodava à população sem, entretanto, ferir os interesses do governo. Numa leitura a contrapelo, no entanto, pode-se observar que o descontentamento com o abastecimento de água burlou os espaços de exaltação e, ainda que de modo muito sutil, também esteve presente nas matérias do Jornal. É o que se observa no fim da matéria de 22 de setembro de 1974, sobre o reforço da rede de distribuição. Num aparente desabafo do jornalista, as medidas apresentadas são apontadas como necessárias para solucionar, “em termos definitivos”, os “velhos e exasperantes problemas boavistenses” (JBV, 22/09/1974, p. Capa. grifo meu).

Como se viu, segundo o próprio Governo Territorial, menos de um terço dos domicílios atendidos com água encanada pagava pelo consumo. Tal condição provavelmente ampliava a dificuldade de investir na rede de abastecimento, afinal não se captavam recursos locais para continuar a expansão do serviço e zelar por sua qualidade. É bom frisar que no ano de 1974, base dos documentos em questão, o Brasil começava a passar pelas dificuldades econômicas decorrentes da primeira crise do petróleo. Essas dificuldades se traduziram, sobretudo, pela diminuição de recursos que, antes, garantiram o crescimento da bolha econômica chamada comumente de “Milagre Brasileiro”. É evidente que tais informações não foram arroladas em nenhum momento pelo Jornal que, a respeito do tema saneamento básico, permaneceu apenas intercalando momentos de silêncio e exaltação. Como provavelmente as dificuldades com o abastecimento de água persistiram, uma charge publicada em junho de 1975, na coluna “É isso aí”, trouxe novamente o tema para as páginas do Jornal Boa Vista. Com um traço simples e assinada por “Cris”, a charge intitulada “Toda casa deve ter caixa d’água” é composta de dois quadros. No primeiro, às “17:45h”, hora em que o sol começa a dar uma trégua aos boavistenses e em geral a temperatura começa a lentamente a arrefecer, voltando para a marca entre os vinte e sete e vinte e nove graus, um homem que “não tem” caixa d’água se prepara para “aquele

banhozinho”. Meia hora depois, no segundo quadro, às “18:15 h”, o homem é representado frustrado, ensaboadado sob um chuveiro do qual não sai água suficiente.

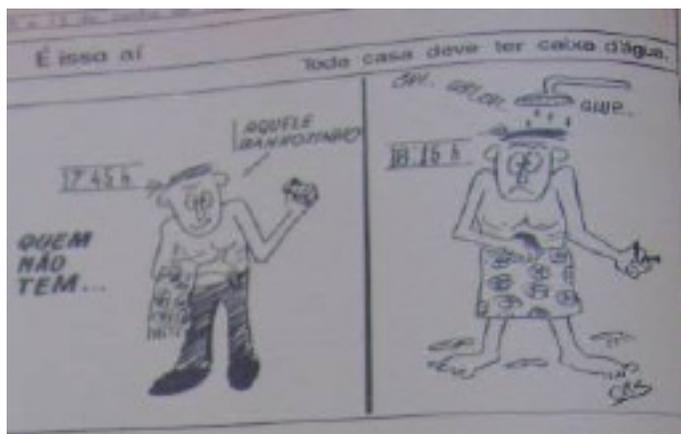


Ilustração 1 – Charge publicada no JBV em janeiro de 1975

A considerar pelo que já foi estudado em contexto nacional, a charge pode ser observada como mais uma peça típica da publicidade dos governos militares, afinal, explícita que a responsabilidade para minimizar os problemas de distribuição de água era de cada cidadão, sugerindo que toda casa deveria ter um depósito de água para evitar os transtornos causados por sua falta. Esse tipo de discurso também foi observado por Carlos Fico no que diz respeito à propaganda governamental da ditadura civil-militar. Segundo o autor, havia na “comunicação social entre governo e povo”, realizada por agências como a AERP e a ARP, uma autoritária “intenção pedagógica”. No interior dessas agências, entretanto, se observou certa resistência à execução de peças publicitárias que remetessem à propaganda política tradicional (FICO, 2003).

Tomando o exemplo da abordagem do problema de distribuição de água pelo Jornal Boa Vista, mesmo que o jornal nunca tenha tratado do tema como um problema, optando por exaltar, divulgar e “ensinar” o que seriam as soluções para a questão hídrica, não se pode afirmar, como já se expôs ao assinalar o desabafo do jornalista sobre o problema, que o jornal não esteve permeável à críticas que por ventura surgissem contra o governo. Pelo contrário. Se por um lado a charge aqui apresentada pode ser considerada, como já se afirmou, como uma peça típica da

publicidade da ditadura, não se deve esquecer, como ensina Carlos Fico (1997), que contra as imposições do poder e de frente para o que inspira temor, muitas vezes o escárnio costuma ser o comportamento de defesa nas diversas camadas e grupos que compõem a sociedade brasileira. Assim, também caberia interpretar a charge citada anteriormente como uma reação de escárnio diante da postura que arbitrariamente ignorava a existência do problema, escancarando-o em uma imagem na qual um homem, ao final do dia, não consegue tomar banho.

Esse exemplo demonstra a grande ambiguidade discursiva presente em parte das publicações do período ditatorial, sobre as quais vigoravam rigoroso controle e censura prévia. Nos grandes centros urbanos brasileiros, empregando a televisão como principal instrumento, os governos militares fizeram circular peças publicitárias que configuraram os anos de 1970 como o momento do “Brasil Grande”, do “País do futuro”, “que vai pra frente” junto com os “setenta milhões em ação”. Sobre essa publicidade, Carlos Fico aponta que se apoiava em ideias-força que, apresentadas de modo difuso, não eram associadas diretamente a um partido ou pessoa, apelando para a construção de um sentimento coletivo. Segundo ele, explorava-se, através dessas campanhas, a reinvenção do otimismo brasileiro, otimismo que se converteu em importante elemento de sustentação dos governos militares (FICO, 1997).

Em Roraima, como se viu, o *Jornal Boa Vista* era mantido pelo próprio governo do Território. Sua leitura permite observar o registro das intensas transformações do espaço de Roraima e de sua capital na década de 1970 e a análise do conteúdo das notícias veiculadas demonstra que não havia preocupação em ocultar o forte tom oficioso das notícias. Diante disso, é possível reafirmar que, em Roraima, na ausência da televisão, o *Jornal* cumpriu com muita eficiência o papel de suporte da ideologia e propaganda do Regime.

Já em suas primeiras edições, nos anos de 1973 e 1974, um tipo especial e muito frequente de reportagem facilitava a veiculação do que Fico identificou como “ideias-força” da propaganda política da ditadura: São as notícias que tratam da construção das estradas, pontes e prédios públicos. A primeira edição do *Boa Vista* já trazia duas manchetes emblemáticas: “A vez das pontes” e “Médici e as estradas”, dando grande destaque aos projetos financiados pelo Programa de Integração Nacional e às realizações do governo Hélio Campos. A capa da segunda edição destacou a expansão da Companhia de Energia de Roraima, CER, e prometia a doação, pelo FUNRURAL, de dois hospitais para o norte do Território, um em Bonfim e outro em Pacaraima. Nas duas edições seguintes, as manchetes “Desenvolvimento e Segurança é o lema do futuro presidente” e “Presidente Médici, liderança legítima”,

mostram que, como se poderia esperar da parte de um jornal produzido pelo governo, a grande sintonia com a política e a propaganda nacional.

As edições posteriores não mudam significativamente e seguem anunciando que “no Proterra” – programa para regularização fundiária e apoio ao trabalhador rural - residiam “as esperanças do homem roraimense” (JBV, 13/10/1973 p.12) ou que “Rademaker” - ministro em visita ao Território - “se impressionara com o progresso de Roraima” (JBV, 20/11/1973, p.02). Produzidas muitas vezes numa linguagem empolada e cansativa, essas reportagens traziam um tipo de exaltação que não se furtava a publicar, na íntegra, discursos como o do Ministro Maurício Rangel Reis, em que se afirmam “condições excepcionais para a conquista do mercado externo” em Roraima (JBV, 29/05/1974, p. 08). No conjunto dessas matérias, o “tom exaltado” a que me refiro se dá, sobretudo, pelo emprego recorrente de palavras como progresso, modernidade e desenvolvimento, plasmando a mensagem com uma positividade que demonstra não apenas o otimismo diante das obras, mas a intenção de fazer com que esse otimismo reverberasse, resultando em apoio às políticas governamentais.

As construções de pontes e estradas são obras que recebem destaque absoluto do jornal e aparecem nas exatas quinze edições de 1973. Com média superior a uma manchete por edição, encontram-se no total 26 notícias tratando diretamente das obras que levariam Roraima “rumo ao progresso”. O destaque que se dá às pontes, em especial, é impressionante, dado o tamanho e a quantidade de imagens presentes nessas matérias. Tal característica não pode ser considerada como casual nem há elementos que levem a crer que visasse apenas reforçar a mensagem escrita. É preciso lembrar que, em Roraima, o analfabetismo chegava a 45% do total da população no ano de 1970 (IBGE, 1981) e, dessa maneira, não é difícil concluir que o enorme espaço dedicado às imagens nas diversas matérias do jornal esteja relacionado com a preocupação de seus mantenedores em tornar suas mensagens acessíveis também ao público não-leitor.

Os repórteres a serviço do governo territorial em Roraima dispensaram atenção cuidadosa no que diz respeito à composição fotográfica. O conjunto de imagens das reportagens sobre as pontes apresenta uma estratégia discursiva que, para além do impacto da obra em si e da facilidade de acesso que ela poderia garantir, não ignorava o alto poder simbólico desse tipo de construção. Com exceção das manchetes, sempre efusivas, os textos das matérias sobre as pontes eram geralmente áridos, sendo relativamente comum a apresentação de detalhes técnicos como as medidas da ponte, quanto de concreto ou ferro seria necessário para sua construção ou ainda a quantidade de “sapatas e tubulões” para sua sustentação. Assim, são exatamente as

fotografias que chamam a atenção para a profusão de matérias sobre pontes, como as que apresentam a construção das pontes sobre os rios Surumu, Mucajá, Itacutu, Amajari e Cotingo entre outros rios.

Um destaque é a reportagem de página inteira “As pontes do grande norte” (JBV, 24/12/1974, p.5). Na contracapa da mesma edição, em chamada para a matéria principal, surgem duas imagens. No corpo da reportagem, destacam-se três imagens maiores, em tomadas aéreas das pontes do Surumu e Amajari, e uma quarta imagem menor, com o detalhe de uma “sapata de concreto” da ponte sobre o Surumu. Somadas, as fotografias chegam a ocupar mais da metade do espaço dedicado à matéria.



Ilustração 2 – Grande quantidade de fotografias nas reportagens sobre construção de pontes em Roraima

Espaço ainda maior receberam as sete imagens presentes na reportagem “Ponte do Cotingo liga anel rodoviário da região norte,” tomando mais de 80% da página (JBV, 20/03/1976, p.12). Esta matéria, ao contrário do que sugerem o título e a maior parte das imagens nela contida, fala da abertura de concorrência pública, pela

prefeitura de Boa Vista, para a construção da ponte referida na manchete. As fotografias presentes na página retratam outras pontes, algumas ainda em construção, como a do rio Urubu, na RR 026 e a do Baixo Surumu, na RR 027. A imagem que recebe maior destaque, situada na parte superior, traz uma ponte não identificada, ainda que o texto, composto de uma única coluna, faça referência direta a ela, afirmando que a ponte do Cotingo, ainda a ser licitada, deveria ser “similar à foto”.

Uma forma impactante de se retratar esse tipo de obra aparece na fotografia do igarapé AuAu. O retrato é feito sobre a ponte, a partir do centro, focando-a do meio para o fim, aproveitando para incluir, no alto da imagem, em perspectiva, a continuidade da estrada. A observação da imagem causa a nítida sensação de que o fim da ponte é o início de um novo caminho no lavrado. Essa estratégia também aparece em algumas fotografias aéreas, que destacam não apenas a ponte, mas também a paisagem para qual ela dá acesso e sua estrutura de fundação, como é o caso da imagem da ponte sobre o rio Amajari, tomada de cima. Ao mostrar o rio de uma margem à outra destacando, ao mesmo tempo, a estrutura de fundação da ponte, se produz um impacto visual importante, uma vez que se amplia a impressão de profundidade do leito sobre o qual a ponte está instalada. O efeito final salienta, desse modo, a importância e grandeza da ponte, incrustada na paisagem natural, onde se destaca a parca vegetação do lavrado. Tal imagem vem acompanhada da legenda “a ponte que vai fazer desaparecer a imagem de solidão”.

Ao contrário do que ocorre com a própria cidade de Boa Vista, bastante retratada a partir de tomadas aéreas desde o início do século XX, as pontes não foram geralmente retratadas de cima. Ao contrário. É nítida a preferência de ângulos sob a ponte, muitas vezes ao nível da água. Assim foram retratadas, no álbum e no JBV, as construções sobre o rio Parimé, Surumu, Cotingo, Amajari, Uraricoera, entre outras. Há duas fotografias da ponte do rio Surumu, por exemplo, ambas tiradas de baixo, no momento de sua inauguração, em que o fotógrafo usou o expediente de contrastar o tamanho da ponte, ao fundo da fotografia, com uma galinha ou uma criança agachada, em primeiro plano, na parte inferior direita da foto. Tiradas para registrar o momento da inauguração das pontes, essa estratégia torna, pelo contraste, a ponte que se retratava bem maior do que efetivamente seria.

Essas composições reforçam uma mensagem simbólica da construção das pontes que, “maravilhas da ação humana”, permitiam o domínio do meio natural e melhoravam o acesso a regiões carentes de desenvolvimento (o lavrado ‘vazio’), ‘modernizando’ o espaço. Dessa maneira, as imagens das pontes, amplamente divulgadas no Jornal Boa Vista, ecoavam/ecoam o discurso militar do período. Ao dar

este destaque para as pontes como obras tão grandiosas, se reforçava a sua caracterização como importantes agentes de integração, responsáveis, entre outras coisas, pelo aumento do número de empregos, a maior circulação de produtos e serviços e o maior acesso da população a outras localidades. É importante frisar que uma das características mais peculiares do *Jornal Boa Vista* está no tempo de suas notícias, onde se destaca o futuro. As obras noticiadas/exaltadas, na verdade, nem sempre estavam prontas e muitas vezes sequer tinham tido início. No caso das pontes, assim como na questão sobre o tratamento da água, foram apresentados como obras prontas ou fatos consumados o que, de fato, eram apenas projeções do governo. Desse modo, as notícias/propagandas apelavam para um discurso que depositava nas noções de desenvolvimento e progresso as esperanças de melhores tempos para a região. Construía-se um novo espaço, num presente que anunciava um futuro grandioso, para que o passado de isolamento fosse definitivamente esquecido.

No entanto, apesar da força e do apelo simbólico dessas notícias, o ímpeto com que o *Jornal* começa falando da construção de pontes e estradas no ano de 1973 não se mantém nos anos seguintes. Em 1974, apenas nove manchetes citam essas obras. Há um decréscimo também no uso do termo “desenvolvimento”, que aparece em quatro manchetes das 15 edições de 1973, e em apenas cinco manchetes das 38 edições do ano de 1974. Os termos “progresso” e “evolução” também surgem menos nas edições de 1974: são duas em contraste com as cinco aparições do ano anterior. No ano de 1974, apenas as manchetes com os termos “inauguração”, “novo, nova ou novidade” e “moderno ou modernidade” superam as publicadas no ano de 1973, ainda assim, apenas em números absolutos, dado o maior número de edições daquele ano.

Esse relativo declínio do emprego de termos que remetem às representações de progresso e desenvolvimento, relacionadas às pontes e estradas, se dá em paralelo a uma aparição maior de notícias dando conta de outras iniciativas governamentais, ações que compunham os “outros projetos de colonização” e que diziam respeito a políticas de saneamento, urbanização, educação, esportes e cultura, cujo impacto seria de mais longo prazo. Desse modo, as construções em sentido literal perdem espaço, crescendo o apelo para as construções sociais.

A abordagem de outros temas, pelo *Jornal*, apresenta características muito semelhantes às que, como pretendi demonstrar, marcam as “notícias” sobre construção das pontes ou ainda sobre o abastecimento de água na cidade de Boa Vista. Os exemplos poderiam compor um rosário, indo desde a cobertura de construções simples como escolas e postos de saúde, passando pela chegada e atuação de instituições

bancárias e de crédito e chegando até a implantação da TV. O estudo das edições do JBV demonstra que, apesar de sutilmente permeável aos problemas enfrentados cotidianamente pela população diante das rápidas transformações pelas quais passavam o Território e sua capital, o jornal, convertido em espaço publicitário para os governos militares locais e voltado para a exaltação e as projeções dos benefícios das “obras da revolução”, promoveu um jogo de ilusão que buscava silenciar e consequentemente negar os problemas que delas poderiam advir. Desse modo, em termos de comunicação local, o Jornal repetia, no Território Federal, o que ocorria nas grandes campanhas publicitárias nacionais, estudadas por Carlos Fico. Nas páginas do Boa Vista os problemas do presente eram tratados como desafios coletivos que, sob a batuta dos militares, estavam sendo vencidos. Desse modo, seriam superadas as ruínas do passado rumo ao progresso e ao futuro.

Não se pode negar que, além de um grande suporte para a propaganda governamental, o Boa Vista foi também um importante espaço de visibilidade para a elite local. Meio eficaz de ver e ser visto, o jornal publicava as mais diversas informações sobre os chamados “filhos da terra”. Ao lado das notícias sobre as obras governamentais, outras, não apenas na coluna social, garantiram espaço suficiente para prestar homenagens escritas, publicar imagens e registrar fatos envolvendo jovens que passavam nos vestibulares, senhoras que bem recebiam autoridades em suas casas ou a presença de alguma celebridade esportiva ou artística. O Jornal garantiu, ainda, em seus seis anos de existência, a ampla cobertura dos torneios esportivos, concursos de misses, rainhas e princesas, bem como dos bailes e desfiles que contavam com a participação da “mais fina flor da mocidade roraimense”. Ressalte-se ainda que muitos dos que trabalharam no JBV se tornaram, posteriormente, “papas” do jornalismo em Roraima, como Laucides de Oliveira, a quem os jornalistas locais chamam de Mestre Lau, e o radialista Carlos Alberto Alves, que à época atuou como repórter esportivo.

Empregando, como se viu, um discurso que destaca o contraste entre “Roraima de ontem e de hoje” e, sob esse contraste, a ideia de que, com integração de Roraima ao território nacional, um novo tempo se iniciava, com prosperidade e bem estar para aqueles que ali habitavam, a publicidade do Regime, travestida de notícia através do Jornal Boa Vista, gerou consensos que uniram governantes a importantes parcelas da sociedade local, apoiando-se, assim como no restante do Brasil, em estratégias discursivas que apelavam para “material histórico preexistente” fundados “em mitos e estereótipos clássicos” (FICO, 1997, p.146), entre os quais podem ser citadas as ideias de vazio amazônico, do domínio humano sobre o meio natural como forma

de garantir progresso e desenvolvimento e desses dois últimos como consequências diretas, imediatas e desejadas da “integração”.

O apelo a elementos anteriormente arraigados no imaginário da região permite crer que as notícias do JBV reverberavam de modo significativo entre parte da população, inclusive daquela recém chegada doutras áreas, parte integrante e ativa desse mesmo processo integracionista através das levas migratórias. Acrescente-se a esse fator simbólico, o fato de que, em Roraima, a ideia da “construção de um novo tempo” teve um suporte material impactante, traduzido pela grande quantidade de obras públicas que promoveram verdadeira transformação do espaço do Território e de sua capital, Boa Vista. Por isso, pode-se arriscar que os esforços do JBV para criar uma comunidade de sentido (tratando positivamente o período relativo à ditadura civil-militar) tenham sido mais eficazes entre os roraimenses do que em outros lugares do país, que não contaram com o mesmo suporte material para as ideias veiculadas por sua propaganda política.

Por todas essas coisas, me furtarei a tratar o Jornal Boa Vista como um simples veículo de imposição de ideias, estabelecendo uma relação direta de causa e efeito entre sua forma de abordar os anos de 1970 e determinada memória roraimense sobre o Regime Militar, inclusive porque é impossível abranger, dadas as limitações desse estudo, as diferentes formas de recepção do JBV no conjunto da sociedade roraimense.

O estudo demonstra, entretanto, que esse jornal teve grande importância na composição de uma comunidade de sentido em relação aos fatos dos anos de 1970 em Roraima, compondo o que pode ser tratado como memória positiva hegemônica sobre a ditadura civil-militar. Dessa comunidade de sentido fazem parte, de modo destacado, os elementos do grupo social que, aliado direta ou indiretamente aos militares, produziu e consumiu as informações presentes naquele veículo de comunicação.

Expresso sob uma ótica muito peculiar, ou seja, à maneira do próprio governo territorial, o cotidiano de Roraima ficou documentado em um jornal que reforça e perpetua determinada memória que se tem sobre o período. Registrando que todos estavam envolvidos na “vertiginosa carreira rumo ao progresso” que vinha “desenvolvendo o Território de Roraima” (JBV, 20/11/1973, p.3), o Jornal Boa Vista permanece exposto como material de consulta para estudantes de educação básica em uma biblioteca pública. Eu, que tive livre acesso às edições do jornal, ao analisá-lo nesses termos encerro com uma incômoda sensação: mais interessante que os artigos científicos e os poucos trabalhos sobre o cotidiano de Roraima, o Jornal Boa

Vista segue exercendo, com destaque, seu papel de exaltar as obras militares e silenciar os dissensos sobre o período na memória roraimense.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

IBGE. Tabela dos Censos 1950-2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela01.shtm. Último acesso em janeiro/2014.

FICO, Carlos. Prezada Censura, cartas ao Regime Militar. In: *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, pp. 251-286, set. 2002. Versão eletrônica disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>, último acesso em 07 de abril de 2008.

_____. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

AS PONTES do grande norte. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.05, 24 dez.1974.

CIDADE hoje já tem hidrômetro. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 26 jan.1975.

DO CARRO pipa ao parque das águas. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, sem paginação, 10 nov.1974.

ESPERANÇAS do homem roraimense residem no PROTERRA. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 13 out.1973.

FOLDERES e portfólios contam história. *Revista Diretrizes*. N.1. Ano 2. Boa Vista, RR: Janeiro de 1991. p.24.

IMPLANTADO em Roraima o Programa de Desenvolvimento da Comunidade. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.05, 29 mai.1974.

MÉDICIS e as estradas. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, Capa, 15 set.1973.

PONTE do Cotingo liga anel rodoviário da região norte. *Jornal Boa Vista*, Boa Vista, p.12, 20 mar.1976.

REDE hidráulica terá mais 44 quilômetros. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.09, 27 out.1973.

RORAIMA. Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima 1975 a 1979. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: 1975.

RUMO ao progresso. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.3, 20 nov.1973.

SOLUÇÃO do problema fundiário urgente! Imediata! – clama o governador Ramos Pereira. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.05, 27 jul.1974.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.10, 04 jun.1977.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.11, 16 jun.1975.

XAUD, Jaber. Sociedade. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.13, 12 set.1976.

ZARA Xirly é miss Roraima 77. *Jornal Boa Vista, Boa Vista*, p.08, 28 mai.1977.

ARTIGO

GRUPOS POLÍTICOS, CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO
EM RORAIMA

Resumo

Este trabalho procura refletir sobre o processo de formação e reorganização do grupos políticos do Estado de Roraima, a partir do fenômeno clientelista, sobretudo buscou analisar no período proposto da criação do ex-Território Federal do Rio Branco (1943), as lutas das elites locais para se manterem no cenário político com poder de mando após essas mudanças que os colocaram temporariamente aliados das decisões políticas. Na outra parte os líderes da nova estrutura montada com o território, possibilitaram a formação, consolidação e reorganização em um cenário futuro, cujas bases foram forjadas durante o final da década de 1980, em que a transformação do antigo Território em Estado era uma realidade. E é nesse contexto que os grupos construíram suas bases de sustentação, cujo clientelismo foi reforçado por elementos como nepotismo, corrupção e impunidade.

Palavras-Chave:

Grupos Políticos; Clientelismo; Corrupção; Poder; Elites.

Abstract

This paper attempts to reflect on the process of training and reorganization of political groups in the state of Roraima, from the patronage phenomenon, particularly sought to examine the proposed period of the creation of the former Federal Territory of Rio Branco (1943), the struggles of local elites to remain on the political scene with command power after these changes temporarily put them priced out of policy decisions. In another part of the leaders of the new structure established with the territory, had enabled the formation, consolidation and reorganization in a future scenario, the base of which were forged during the late 1980s, in which the transformation of the old territory in the state was a reality. It is in this context that the groups built their bases of support, whose patronage reinforced by elements such as nepotism, corruption and impunity.

Keywords:

Political groups; clientelism; Corruption; Power; Elites.

* Mestre em Sociedade e Fronteiras PPGSOF/UFRR, professor do curso de História da Universidade Estadual de Roraima-UERR.

A formação do Estado brasileiro, desde que se tornou independente de Portugal em 1822, concebeu-se a partir de interesses de grupos, especificamente neste primeiro momento, dando poderes as oligarquias ligadas a terra e a economia agroexportadora montada sob o sistema escravocrata, tanto que o modelo em questão atendia as demandas do tráfico de escravos, principal mola de crédito da economia escravista. O tráfico, instituição só considerada ilegal em 1850, operou como financiadora do parlamento brasileiro por um longo tempo. Portanto, os elementos de construção societária brasileira hegemonizaram os interesses de particulares, de uma camada da sociedade, que resultou em um modelo “coronelista”. Uma prática da política brasileira que possibilitou poder aos estados e aos particulares com maior ênfase durante a República Velha. “O coronel era o comandante máximo da guarda nacional. Essa guarda foi criada em 1831, e substituiu as ordenanças da época colonial” (CARVALHO, 2004, p.27).

Raízes histórica do clientelismo

A clássica obra de Victor Nunes Leal traz uma análise histórica, sociológica e política mostrando que “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40). Para Leal (1997), o que se observa de imediato ao buscar conhecer a vida política no interior é o fenômeno do coronelismo, ressaltando que não se trata de um fenômeno simples, mas atende a uma complexa rede de laços políticos que envolvem os “chefes” da política municipal com a grande maioria da população pauperizada e intermediária na relação de poder local. Nesse sentido, acredito que os aspectos ligados ao fenômeno do coronelismo analisado na obra de Leal (1997), Faoro (2004), são importantes no estudo das práticas de clientela da política atual. Na primeira obra citada, Victor Nunes Leal apontou o coronelismo como resultante de uma tríplice condição: superposição do sistema representativo sobre uma realidade social, e econômica inadequada, a dependência estrutural do município aos estados e à União, e o isolamento e a baixa comunicação do sistema local com o resto do país.

Na região do Rio Branco o final do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX, a economia estava baseada na criação de gado, desenvolvendo uma sociedade de grandes fazendas, mesmo os que se enveredavam na extração de minério. De acordo com Oliveira (2003), objetivavam tornarem-se fazendeiros que era o que

estabelecia o status quo. Com isso, a montagem da sociedade riobranquense se configurou propiciando a formação do clientelismo, sobretudo com a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo essa prática intrinsecamente ligada à instituição do aparelho governante burocrático (BAHIA, 2003, p.122). Vieira (2007) faz uma importante abordagem do desenvolvimento pecuarista desencadeado em conflitos entre os primeiros fazendeiros na disputa pela mão-de-obra indígena.

Vieira (2007) percebeu que a estratégia de se estabelecer na região do Rio Branco uma sociedade pecuarista, se deu na medida em que grande parte desses pecuaristas apossou-se das antigas fazendas nacionais e acabariam ditando as regras sociais, econômicas, políticas e religiosas nas primeiras décadas, tanto da criação do Município de Boa Vista do Rio Branco, ao período da criação do antigo Território Federal do Rio Branco.

Cirino (2008) analisa o processo de expansão da pecuária e os conflitos decorrentes desta disputa dos grupos oligárquicos que lutavam pelo domínio da região. Neste aspecto, relata o autor que esses conflitos se configuraram no estabelecimento de uma estrutura social do tipo coronelista. Marcadamente, observa-se que os primeiros habitantes desta região do Município de Boa Vista do Rio Branco, ou seja, os fazendeiros, vão ditar as diretrizes da política local. Para Barros (1995), a atmosfera provinciana ditada pela primazia das fazendas de gados que compunham o panorama coronelista e pecuário, produzindo um cenário de vila acanhada, só foi destruída na década de 1950, com a presença massiva de migrantes vindos de diversas unidades da federação para atuar nas repartições públicas federais, garimpos, colônias rurais, comércio, aproximando-se da conjuntura nacional.

Um elemento fundamental no processo de desenvolvimento das práticas clientelísticas é perceber como se compreende o fenômeno da política, nas mais diversas esferas de uma sociedade. No Brasil, e especificamente, em Roraima, ainda existe uma grande lacuna ou um desvio de concepção acerca da política. Percebe-se refletido no cenário político local a permanência de um Brasil arcaico cujo povo, excluído do processo político, fica a espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios deste poder. De fato em Roraima o acesso ao sistema político se configura como privilégio de uns poucos, onde o Estado aparece como uma máquina forte em detrimento de um povo, ou sociedade civil frágil e desarticulada (SANTOS, 1998). Para Rémond (2003).

O político é uma das mais altas expressões de identidade coletiva: 'um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura,

seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma como seus outros comportamentos políticos. (pp. 449-450).

A sociedade aqui formada pode ser percebida na lógica do domínio coronelista, de subjuço de algumas etnias indígenas, sobretudo os Macuxi e Wapichana, povos do primeiro contato com os colonizadores. Desta forma, os conflitos aqui gerados davam-se em torno da disputa pela mão-de-obra dos indígenas, entre colonos e missionários e, posteriormente, nas relações de compadrio estabelecidas entre os beneditinos e os fazendeiros locais. Portanto, a política que prevalece é a do mandonismo, do compadrio, da disputa estabelecida entre os primeiros fazendeiros e os Governadores indicados com a criação do Território Federal do Rio Branco. A lógica construída no espaço aqui analisado é da disputa de poder político, e no jogo político pode se considerar o uso da força legítima ou ilegítima para estabelecer uma organização ou uma ordem. Para Cardoso (2012, p. 41):

O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política.

De fato, no ano de 1943, a instituição do Território foi responsável por alterar, de modo significativo, a organização do poder local: nesse momento de reestruturação política da administração pública em Roraima, criou-se o cargo de Governador do Território, indicado, a princípio, pelo presidente da República, posteriormente, pelo Ministro do Interior. No caso do prefeito, que desde os anos iniciais do século XX era escolhido habitualmente entre representantes da tradicional elite ligada à pecuária, extinguiu-se o direito de escolha: segundo o Estatuto Territorial, nos dois únicos municípios do Território Federal do Rio Branco, Boa Vista e Caracarái, o ocupante do cargo também assumiria por indicação política, nomeado pelo Governador. Tal situação permaneceu inalterada até o ano de 1985, alijando das disputas políticas, ao menos temporariamente, e para o primeiro escalão do poder executivo local, os dois grupos que até então dominavam a cena no Município de Boa Vista do Rio Branco (SANTILLI, 1994).

O Território Federal do Rio Branco foi criado e instituído através do Decreto Lei, N. 5.812, de 13 de setembro de 1943¹. Com isso desanexou as terras pertencentes ao Município de Boa Vista do Rio Branco, do Estado do Amazonas. Esse processo corroborou de forma significativa com o alijamento temporário dos grupos políticos denominados de pioneiros, agora conferido e delegado aos governadores indicados. Esses territórios operavam como elementos de manipulação, conferindo ao Governo Federal as terras dos Estados, foi um mecanismo fundamental de estratégia da União, criando por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ ou direito de propriedade (BECKER, 1998). O Governador nomeado era delegado do Presidente da República, neste caso, os temas pertinentes ao Rio Branco se desvincularam do Palácio do Rio Negro, em Manaus e se transferiram para o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para Freitas (1993) “com a criação do Território federal essa região vai sair da letargia que se encontrava na época em que era município do Estado do Amazonas”.

O primeiro Governador indicado para comandar o território recém-criado foi o carioca capitão Ene Garcez, um homem acostumado a trabalhar em regiões de fronteiras, que havia conhecido o presidente Getúlio Vargas em Rondônia, na época da visita do presidente a Amazônia. Segundo relata o próprio Ene Garcez, citado por Freitas (1993, p. 34),

[...] sempre que eu conversava com o presidente, ele tocava no assunto. Precisava nomear alguém para o Rio Branco. Até que, em abril de 1944, eu me ofereci para ir ser Governador, do Rio Branco. Ele não me convidou, eu é que de tanto ouvir o Presidente falar no assunto comigo, resolvi apresentar-me para ser Governador e fui nomeado no dia 19 de abril, dia do aniversário do presidente.

No entanto, Júlio Martins, que presenciou grande parte de fatos da história política local afirma que, anterior ao capitão Ene Garcez dos Reis, “foi indicado outro Governador para implantar o governo do Território Federal do Rio Branco”, esse governador que ele não recorda o nome, relata o entrevistado, “ao chegar em Boa Vista nem desceu do avião ao se deparar com a realidade decidiu voltar”².

¹ Decreto n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

² Entrevista com o ex-prefeito de Boa Vista e ex-secretário geral do governo do Antigo Território Federal de Roraima Júlio Martins, em sua residência. (23/10/2013).

Em 1964, os militares assumem o governo brasileiro por meio de um golpe, após a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Essa troca de comando trouxe mudanças significativas para o então Território Federal de Roraima, que recebeu essa nova nomenclatura em 1962, devido a um problema de correspondências que ocorria pela duplicidade de nomes do Território Federal do Rio Branco, com a capital do Acre. Com o governo militar, o Ministério do Interior ficou responsável pela nomeação dos Governadores dos territórios. Sendo que, no Território Federal de Roraima a força militar vai ser representada pela aeronáutica através de seus coronéis, majores e brigadeiros (FREITAS, 1997). Para Martins (2010), com a militarização em 1964³, “não houve grande alteração em termos de autonomia política, no Território Federal de Roraima”, além do domínio local do Governo Federal com os Governadores, que também eram responsáveis pela escolha dos prefeitos dos dois municípios, Boa Vista e Caracaraí.

Para Santos (2004), a intervenção na Amazônia dos governos militares pode ser considerada de forma efetiva com a construção da rodovia Transamazônica, em 1970, pois foi nesse mesmo período projetada grande parte das estruturas rodoviárias, com a construção de outras rodovias, como a Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília. Para Becker (1990), entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro militarizado buscou implantar malha na Amazônia, cujas bases procuravam completar a apropriação física e controlar o território e a formação de redes de comunicações, circulações rodoviária, de telecomunicações, urbana etc.

Para Souza & Vieira (2009) e Martins (2010), no antigo Território o que ficou explicitado aos olhos da população foram as obras estruturais dando uma conotação peculiar ao regime militar, reforçado pelos constantes eventos de cunho populista protagonizado pelos Governadores do período militar. Com destaque para três destes Governadores, (Hélio da Costa Campos, Fernando Ramos Pereira e Ottomar de

³ A presença dos militares no processo político brasileiro não teve início em 1964, durante momentos cruciais da história política do país tivemos a intervenção direta dos militares em várias fases. Portanto mesmo que se busque delimitar a entrada dos militares no processo político apenas a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em vários momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como elementos políticos atuantes. Foi assim, em 1889, com a Proclamação da República, na década de 1930 com a instalação do Estado Novo, em 1945 quando se buscou romper com a ditadura Vargas e em 1955, para garantir a posse de Kubitschek. Ver BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

Souza Pinto), cuja escolha não está relacionada a méritos, mas por se tratar de um maior destaque nas esferas de influência da política local, e que marcou na memória coletiva da população roraimense⁴.

Para entender melhor essa intervenção, na Região Amazônica precisamos compreender Roraima nesse espaço de fronteira, cujas políticas se inserem numa perspectiva geopolítica, a abertura dessa nova fronteira engloba-se também em uma esfera mercantil, colocando a região como uma área com um potencial econômico cujas estruturas iniciadas a partir da construção das malhas viárias amalgamaram esperanças e sonhos migrantes. Dessa estrutura surgem áreas de colonização durante o período militar respondem as políticas desenvolvidas e os grandes projetos desenvolvimentistas como: Programa de Integração Nacional (PIN) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDs)⁵. No caso do Território Federal de Roraima os maiores incentivadores desse programa foram os Governadores Hélio da Costa Campos (1967-1970) e (1970-1974), e Ramos Pereira (1974-1979) sendo que esse segundo buscou implantar as diretrizes contidas no POLAMAZÔNIA.

Governadores do período militar: Hélio Campos, Ramos Pereira e Ottomar Pinto - Conflito, populismo e infraestrutura no território federal de Roraima

O Tenente-Coronel Hélio da Costa Campo, carioca de Vila Isabel, também da Aeronáutica, cuja última missão foi governar o Território, foi o Governador que permaneceu no comando do Território por mais tempo, de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974. Portanto, em dois períodos, sendo o seu segundo mandato o mais significativo do ponto de vista de êxito de sua governabilidade, pois lhe propiciou um maior conhecimento da realidade local e dos anseios e lutas dos grupos políticos locais. E neste sentido procurou fazer seu governo com apoio desses grupos. Como representante da ARENA, precursor do PDS e do PFL, procurou logo neutralizar

⁴ No entanto, vale ressaltar que os militares promoveram um verdadeiro massacre aos Waimiri-Atroari durante a abertura da BR 174. Para se ter uma maior informação ver o livro que faz parte do relatório da Comissão da Verdade do Estado do Amazonas, transformado em livro (A Ditadura Militar e o Genocídio do povo Waimiri-Atroari).

⁵ Foram instituídas três versões do PND. O I PND, ao tratar do aspecto de integração da Amazônia, traz textualmente: "A estratégia para Amazônia, que é a de integrar, para desenvolver, assentará em duas linhas mestras: Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira, e ocupação econômica e desenvolvimento. O II PND definiu claramente as terras a serem ocupadas: os eixos de penetração na Amazônia ou seja, os vales e as rodovias e terras mais férteis, com prioridade para as zonas de fronteiras. O III PND foi o único dos Planos Nacionais de Desenvolvimento a citar textualmente, os Territórios Federais dentro das diretrizes formuladas ao longo período de 1964 a 1985.

o MDB, hoje PMDB, tendo na pessoa do Dr. Silvio Lofego Botelho, da ARENA, o candidato único a Deputado no pleito de 1970.

Com o término do governo de Hélio Campos, o comando do Território Federal de Roraima ficou sob a direção do Coronel Aviator amazonense Ramos Pereira. Segundo Freitas (1993), Pereira ficou conhecido no Território pela sua intransigência e sua postura firme, o que lhe rendeu uma grande resistência das lideranças locais, como a indisposição com a família Brasil, que migraram para o MDB. No entanto podemos observar durante o governo de Ramos Pereira nas aparições em público nos eventos inaugurais e visitas ao interior, uma incansável postura populista de ir ao encontro do povo, de abraços, beijo em crianças e um aparato de correligionários, muitos, membros dessas lideranças das quais se refere Freitas (1993).

Santos (2013) concorda com Freitas quando afirma que uma característica importante de seu governo foi que Ramos Pereira se apresentava como um entusiasta do II PND e para isso procurou construir as bases para a implementação da política desenvolvimentista do governo militar. Durante o seu governo que foi concluída a construção da BR 174, significando uma vitória das perspectivas de integração do Território com o resto do Brasil, e, sobretudo serviu para a implantação dos projetos de colonização. Ramos Pereira defendeu em seu governo a construção da Hidrelétrica da cachoeira do Bem-Querer com o objetivo de resolver o problema energético⁶. Sua política teve como aporte estrutural o chamado POLAMAZÔNIA, que também buscava fomentar o investimento no setor agropecuário do Território.

O que ficou marcado com maior ênfase durante o seu governo foi, sem dúvidas o término da construção da BR 174, pois no campo dos que propunham linhas mestras da ordem integracionista, a principal bandeira militar para a Amazônia, a conclusão da estrada Manaus-Boa Vista apresentava-se como uma grande vitória. A conclusão da rodovia 174 era esperada com grande expectativa pelos moradores do Território, sobretudo corroborava para intensificar a ocupação através das migrações no seu itinerário. A Ligação de Manaus com a Vila de Boa Vista do Rio Branco já era um sonho desde o século XIX, período em que se desenvolveram alguns projetos de sua abertura. No ano de 1893, o senhor Sebastião José Diniz foi contratado para coordenar o trabalho da Manaus-Boa Vista.

Dentre os Governadores do período militar aqui analisados, o sucessor de Ramos Pereira no governo do Território talvez seja o mais emblemático, o que mais soube articular características autoritárias com o populismo, cujos resultados o figuram entre um dos Governadores mais lembrados deste período pela população

⁶ JBV, Boa Vista, 24/07/1976.

roraimense. Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, pernambucano de família humilde, chegou ao Território com a missão de dar continuidade às políticas dos PNDs, neste período já com o III PND. Sua capacidade de articulador político já se mostrara mesmo antes de vir assumir o cargo de Governador.

Como estratégia de governabilidade Ottomar instalou uma política de diplomacia com os grupos de interesses locais, o que lhe conferiu a fama de “Governador da paz”⁷, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado lideranças locais. De forma eficiente, formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixadas por Ramos Pereira. De um lado, os partidários de Hélio Campos eleito pela ARENA, com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado, os correligionários de Júlio Martins, também eleito pela ARENA, e os amigos de Ramos Pereira.

Portanto, tratava-se de duas correntes antagônicas, e Ottomar procurou pacificar a situação, procurando tê-los no seu governo. Para a Secretaria de Planejamento escolheu Getúlio Cruz, que representava a ala “nativa” de seu governo; ainda compunham o primeiro escalão do governo: Mozarildo Cavalcanti, Luiz Aimberê, Haroldo Amoras, Alcides Lima e Terezinha Calegari. Com isso, o início do governo Ottomar foi traduzido em diversos projetos, sobretudo no setor da agricultura.

Uma característica mais acentuada, que diverge as duas maneiras de governar entre Ottomar e seu antecessor, foi o grande investimento do segundo em intensificar os projetos de colonização, já que Ramos Pereira não tinha nenhuma intenção de colonizar o sul do estado, com incentivo na migração nordestina. Foi nesse período que ocorreu um grande esforço de povoamento do Território, sobretudo no seu interior, possibilitando a consolidação de várias colônias como: Alto Alegre, Taiano, Cantá, e Mucajá e novas frentes foram abertas: no São João da Baliza, Três Corações, Bonfim, Novo Paraíso, São Luiz do Anauá, Confiança I, II e III.

A proposta de construção de hidrelétrica e de uma Usina de produção de açúcar e álcool no Território deixa claro que o embrião da política dos governos militares na Amazônia, na sua parte mais setentrional, era consolidar uma estrutura para garantir uma colonização mais intensa nesta área de tríplice fronteira. Esta região se apresentava como o último oeste (CARDOSO & MULLER, 1978), ou seja, grande parte das terras do Território Federal de Roraima continuava inexplorada. Destarte, durante a gestão do brigadeiro Ottomar Pinto, a expansão demográfica foi um fator decisivo para as novas frentes de povoamento da chamada última fronteira agrícola,

⁷ Segundo Santos (2013), Ottomar chegou a receber em um baile oficial o diploma, em couro de carneiro. (p 128).

por migrantes nordestinos, como se pôde constatar, essa proposta de promover uma nova frente de migração tinha novo interesse, o de transformar esse território em estado.

Considerando a Região Amazônica sob o olhar da geopolítica analisada por diversos autores como Becker (1990), Becker e Egler (1994), Santos (2013), as bases de consolidação se configuram a partir dos novos investimentos estruturais explicitados durante a gestão dos Governadores militares no Território. Nesse aspecto, parece que os grandes empreendimentos como a construção de obras edificantes mudaram de maneira significativa a capital Boa Vista, expressando na memória dos seus habitantes a consolidação efetiva, visível, do regime militar no antigo Território Federal de Roraima. Vale ressaltar que no caso do Território durante esse período, mecanismos que suscitam a memória são bastante utilizados como forma de manipulação das informações trazidas pelo *Jornal Boa Vista*, mostram um olhar do próprio governo, ou seja, ideias, eventos, construções que marcaram o cotidiano das pessoas.

Para Martins (2010).

No caso de Roraima, um conjunto de políticas e obras públicas impactou de modo significativo o cotidiano de quem vivia no Território Federal, permitindo que, em vinte anos – entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980 –, o total da população no Território Federal de Roraima passasse de 40.885 para 217.583 habitantes. A chegada de migrantes de todos os lugares do Brasil – e a conseqüente alteração do cotidiano do Território e da cidade de Boa Vista – trouxe à tona a questão da identidade roraimense. Nesse contexto, o apelo do grupo denominado de “filhos da terra” à história escrita para diferenciar-se dos demais habitantes é um exemplo de invenção de tradição que deve ser considerado como uma ação direta em busca da formação de uma identidade local. Seu estudo pode oferecer, portanto, pistas de como se constituíram, em Roraima, as disputas concernentes à configuração da memória e da identidade coletivas. (pp. 30-31).

Desta forma, a história vivida nestes anos da ditadura militar no antigo Território Federal de Roraima foi marcada pelas políticas de Integração Nacional, cujas bases estruturantes marcaram a realidade local, modificando, de forma significativa, as estruturas físicas, mas, sobretudo, fez emergir símbolos e signos de desenvolvimento. Nesta lógica, a maioria da população que viveu esse período carrega em sua memória um tempo de “prosperidade” evidenciado através das estruturas edificadas, mas também as estratégias e ações assistencialistas e populistas postuladas pelos Governadores que, nas suas especificidades governamentais, souberam forjar as bases políticas do que viria a ser o novo Estado da Federação.

A década de 1980 se configurou como um momento importante para a redemocratização da política brasileira. As lutas sociais se espalharam pelo Brasil, o movimento pelas Diretas Já ganhou força, o poder dos militares já se deteriorava, tornando insustentável a permanência de um regime fechado e ditatorial. Era o processo de abertura política, depois de um logo e duro período de Ditadura;

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelar do processo de transição democrática, embora, é claro, guarde como veremos inúmeras especificidades (SILVA, 2009 p.246).

O processo de redemocratização tem seu período de transição sob o comando do General Geisel, quando fatores externos e internos, como a pressão internacional provocaram o esgotamento desses modelos autoritários na América Latina, crescendo os movimentos de oposição à ditadura no Brasil. Neste cenário ocorreu, forte resistência dentro das Forças Armadas, cujos grupos ligados ao Serviço Nacional de Informação- SNI tentaram desestabilizar o processo com vários atentados a bomba nos anos de 1979 e 1980. Mesmo assim a redemocratização ocorreu inicialmente sob o controle dos militares, no que eles denominaram de “lenta, gradual e segura”, e, num segundo momento com a participação dos movimentos sociais e partidos de oposição⁸.

Depois de duas décadas a sociedade brasileira parecia empolgada para um novo tempo onde prevalecia a democracia, todavia encontrava-se atônita com a morte de Tancredo Neves que naquele momento representara o ícone do processo de retomada do regime democrático e no qual estavam depositadas as esperanças de mudança. Apesar de não ter sido violenta a transição foi tensa, existindo em alguns momentos reuniões de oficiais do exército com discursos onde classificavam a conjuntura política brasileira de pré-revolucionária e Tancredo Neves como ponta-de-lança do comunismo (COUTO, 2003).

Nesse período, os Governadores dos Territórios continuam a ser indicados politicamente, sendo escolhidos, por voto direto, os Prefeitos das Capitais. Entretanto,

⁸ Ver maiores detalhes do processo de redemocratização em: (SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.

a escolha em Roraima foi retardada por causa do agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves. Esse fato causou inquietação nas lideranças locais. Em uma sessão de cinco de março de 1985 o Deputado Federal pelo PFL, acusa a interferência do Governador do Amazonas Gilberto Mestrinho no processo de escolha. Na sessão do dia dezoito do mesmo mês o Deputado Mozarildo Cavalcanti⁹ declara esperar que o processo de nomeação de Governador de Roraima “(...) obedeça pelo menos a critérios que levem em conta as lideranças políticas locais, que levem em conta os valores daquele povo, que sofra com nosso povo”.

Nesses apelos dos Deputados Federais reforçados pelos políticos locais, além do embate contra o que esses representantes denominavam de interferência de políticos forasteiros aos interesses locais, trazia no seu bojo perspectivas para futura criação do estado de Roraima como forma de garantir uma possível autonomia, cujos interesses se lograram a priori em duas vertentes: uma política se enquadrando a possibilidade de formação de um bloco se não coeso, mas que pelo menos, defendia uma garantia de enfrentamento contra a demarcação de terras indígenas e de interesse ambiental; e outra econômica, objetivando montar aqui empresas de exploração mineral e expansão agrícola, propiciada pela abertura da BR 174 junto ao levantamento feito pelo projeto RADAM¹⁰.

Após uma longa espera, no ano de 1985, assume o Governo do Território Federal de Roraima Getúlio Alberto de Souza Cruz, representante das forças locais. Um jornal local anunciara assim a escolha de Getúlio Cruz: “*Getúlio, uma esperança para Roraima Uma vitória incontestável. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação*” (Jornal Folha de Boa Vista, 28 de junho de 1985).

Em entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, ele explica como se deu a sua indicação para o governo do ex-Território¹¹. “*Fomos pra Brasília conversar com o Ulysses Guimarães e foi assim que o meu nome apareceu em consenso da maioria das lideranças locais e assim se formou um forte consenso de políticos muito ligado a situação no caso o PFL e ligado ao PMDB, sobretudo o Silvio Leite*”.

⁹ Discurso na sessão da Câmara dos Deputados: 05 de março de 1985.

¹⁰ Nesse contexto foram propostos projetos de exploração mineral, como o do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti. Em discurso no plenário da Câmara, Cavalcanti cobra a aprovação de projeto. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao assumir a cadeira de Deputado Federal pelo Território de Roraima trouxe para o debate da Câmara, projetos de lei e outras proposições, dispondo sobre os problemas que afligem a vida daquela Unidade da Federação, dentre os quais destaco a exploração de nossas riquezas minerais, hoje extremamente prejudicadas pela ação da FUNAI. Desta forma, apresentei, no primeiro ano do meu mandato, o Projeto de Lei nº 9 1.179, que dispõe sobre a exploração da jazida mineral de cassiterita na região do Surucucus. (Diário do Congresso Nacional, Ano XL – N 015. Sexta Feira, 22 de março de 1985).

¹¹ Entrevista com o ex-Governador do ex-Território Federal de Roraima, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, em 26 de julho de 2008, em seu escritório na sede da Editora Boa Vista.

A fala do entrevistado demonstra claramente como representantes ditos locais, almejavam o cargo de Governador do então Território Federal de Roraima sob seus domínios, cuja ação desencadeou na superação de qualquer diferença política em nome de um “consenso” que atendia seus anseios políticos. No entanto, a chamada Aliança Democrática que teve importante papel na eleição do presidente Tancredo Neves e José Sarney, com apoio da bancada do PFL de Roraima não foi construída a partir da retórica consensual que dominava o cenário de publicidade, mas já nasceu rachada no então território.

Nesse quadro de uma aliança frágil o governo de Getúlio Cruz não durou muito tempo. Como percebemos na retórica pefelista de seu representante no Congresso Nacional, Mozarildo Cavalcanti, a escolha de Getúlio Cruz para governar o Território Federal de Roraima feita através da aliança PFL/PMDB, denominada “Aliança Democrática”, mesmo sendo vitoriosa no ano de 1985 nas Eleições Municipais do Território Federal de Roraima, pois além de garantir a vitória na capital Boa Vista, ganhou em mais seis Municípios, totalizando sete dos oito existentes na época¹², se mostrara efêmera.

A exoneração do Governador Getúlio Cruz em 1987, cria uma expectativa pelo nome de seu substituto, e as lideranças políticas locais com o apoio dos empresários esperavam que fosse escolhido entre eles, sendo cogitada a volta de Getúlio e o nome de Deputados como Chagas Duarte. No entanto, o Presidente nomeou o General Roberto Klein, mais um “forasteiro” para desespero dos líderes locais que não aceitaram de forma pacífica conforme matéria no jornal “Tribuna de Roraima”, destacada em manchete “Empresários repudiam a intervenção alienígena”, pelo fato de não ter havido “[...] consultas as bases políticas e produtivas locais”. A elite local teve que engolir outra figura alheia a seus interesses, o General Roberto Klein. Para Freitas (1993) e Santos (2013), o novo governador administrou o ex-Território buscando não bater de frente com as forças políticas locais, e dando continuidade as obras deixadas por seu antecessor.

A conjuntura social e política do Território foi tomada pela presença de milhares de garimpeiros, ávidos pelo ouro que brotava fácil das terras de Roraima em regiões da área indígena yanomami, fazendo com que as forças políticas locais se aliassem a esse novo grupo de potenciais eleitores. Segundo Rodrigues (1996) em 1985, fim do regime militar garimpeiros empreenderam um avanço para a região de Surucucu, extraindo primeiramente a cassiterita, afirmando que forças econômicas e políticas de

¹² ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

Roraima apoiaram esse movimento liderado por José Altino Machado e o Deputado Federal João Fagundes. Neste cenário político é que foi indicado o novo Governador. Romero Jucá, ex-presidente da FUNAI. Para Cruz *apud* Santos (2013), Jucá veio para Roraima para beneficiar a mineradora Paranapanema¹³, mas quando percebeu o movimento de garimpeiros, mudou de posição, e procurou defender em suas ações governamentais a exploração do ouro e a permanência das atividades garimpeiras na terra indígena.

Foi também nessa conjuntura de redemocratização, a criação da União Democrática Ruralista-UDR¹⁴ local, composta pelos fazendeiros, se apresentava como um importante mecanismo de luta da elite para garantir o poder político e econômico a partir da posse das terras do Estado. A UDR fomentou na política local um elemento conciliador dos grupos políticos, o liame capaz de unificar os interesses dos “nativistas” e dos “forasteiros”, que foi e é a luta contra as demarcações de terras indígenas. Portanto o tema que aproxima os grupos diferentes, ou antagônicos é a briga ferrenha para impedir a retomada das terras pelos indígenas, que foram consolidadas com a Constituição de 1988. Esses conflitos pelas demarcações das terras indígenas colocam bem claros a posição unânime dos grupos de interesses, que os utilizam como “bode expiatório” para a falta de políticas públicas (VIEIRA, 2007).

Surge um novo estado: ampliam-se os grupos políticos

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Território Federal de Roraima, foi transformado em estado da Federação¹⁵. “A transformação do Território em estado abre uma nova perspectiva, um novo espaço político, principalmente institucional, para grupos e lideranças locais, antigos e novos” (SANTOS, 2004, p. 147). Sob esta nova conjuntura política, a consolidação do Estado de Roraima

¹³ Na ocasião apresentou o Projeto Meridiano 62, idealizado por Romero Jucá que contemplava a organização de garimpagem na Terra Yanomamy, dentro das pequenas ilhas reservadas pelo Projeto Calha Norte. O nome refere-se a divisão do Rio Uraricoera o atual limite oeste meridiano 62. (Fonte Jornal do Brasil 11 de janeiro de 1990).

¹⁴ Entidade Nacional criada em 1985, congregando os interesses dos grandes proprietários de terras, chegando a concorrer nas eleições presidenciais diretas de 1989, com Ronaldo Caiado. Atualmente tem grande representação no Congresso Nacional com 160 entre Deputados e Senadores. Aqui em Roraima foi fundada em 28 de agosto de 1987, com uma passeata com faixas de cunho nacionalista e duras críticas ao Bispo de Roraima na época Dom Aldo Mongiano (Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira 04 de setembro de 1987).

¹⁵ A transformação dos antigos Territórios Roraima e Amapá, foi feita através do artigo 14 do ADCT da Constituição Federal (1988).

possibilita o fortalecimento dos grupos políticos, já estabelecidos e o surgimento de novos grupos e líderes, já que a engrenagem burocrática se alarga ampliando os cargos institucionais nas três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Desta forma corroborando com a prática da clientela que permeou e permeia a política do Estado de Roraima.

No entanto, a transformação dos antigos Territórios de Roraima e Amapá em estados da Federação tinha no Congresso uma grande resistência, sobretudo da bancada paulista e até da bancada do Amapá que compreendia a situação de dependência a União como favorável ao Território. Para os paulistas a transformação de Roraima em estado da Federação, significava que teria também três Senadores, o que era inadmissível para a elite política paulista essa maior divisão de poder. O fato é que houve articulações e um acordo entre a bancada roraimense e o presidente Sarney, com apoio daqueles aos cinco anos de mandato do presidente em troca de seu apoio na transformação de Roraima em estado¹⁶.

Em discurso no Congresso Nacional Mozarildo Cavalcanti cobra o acordo dos Deputados Federais de Roraima para a ampliação do mandato do presidente Sarney, “O presidente José Sarney, eleito juntamente com Tancredo Neves para uma mandato de seis anos, publicamente abriu mão de um ano, optando pelo de cinco anos, coincidindo, portanto, com a decisão tomada com a Assembleia Nacional Constituinte, no que tange aos futuros Presidente da República¹⁷”.

A eleição do primeiro governador também foi polarizada entre dois principais candidatos, Ottomar de Souza Pinto vencedor naquele momento, teve como principal adversário o também ex-Governador Romero Jucá. A vitória do primeiro depois de duas derrotas para Prefeito da capital potencializou a sua força política no Estado de Roraima, pois Ottomar derrotou o candidato que na teoria era quem mais aparecia com chances de vencer o pleito, já que foi ele quem governou o Território Federal de Roraima durante o processo de transição e procurou apoiar a população nas atividades de garimpo (RODRIGUES, 1996).

Sua vitória sobre Jucá foi resultado das ações realizadas no período em que foi Governador do Território (1979-1983), governou com apoio de membros da força política local, promovendo uma intensa migração de nordestinos, esse fato lhe trouxe resultado positivo nas urnas. Mais que isso, Ottomar não só criou sua base eleitoral através do incentivo da política migratória, como promoveu em sua gestão

¹⁶ Ver depoimento do Senador Mozarildo sobre esse acordo em: LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. A Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima: de 1943-1988, (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira PPGSO\UFRR: Boa Vista, 2014).

¹⁷ Diário do Congresso Nacional, Ano XLIII – Nº 046. Brasília, Quarta-Feira, 25 de maio de 1988.

uma política assistencialista, também apoiou os pecuaristas contra a demarcação de áreas indígenas realizando reuniões destes em repartições públicas, e participando de reuniões que a FUNAI promovia com as comunidades indígenas (SANTILLI, 2001 p. 70-71).

Para ex-Governador Getúlio Cruz a vitória de Ottomar ocorreu devido a um erro do ex-Governador Romero Jucá. Para Cruz Ottomar deixou o governo do antigo território politicamente desgastado, quase enxotado, segundo ele o que atrapalhou a eleição de Jucá foi a aliança política deste com o político alagoano João Lira¹⁸ sogro do irmão do Collor, cuja atitude de “despejar” dinheiro ferindo ao que ele chama de “cidadania” das pessoas, possibilitou naquele momento uma virada para apoio eleitoral a Ottomar Pinto¹⁹.

Como Governador agora eleito pelo voto direto Ottomar Pinto deu continuidade as principais características que o fez ser conhecido durante o período militar. Como base de seu governo em continuidade as políticas de cunho assistencialistas e procurando alargar sua influência com a criação de novos municípios em 1994, e buscando formar base de enfrentamento contra a demarcação e homologação das Terras Indígenas em Roraima compromisso que fazia parte de sua política nas três vezes em que foi Governador²⁰. Objetivando dar continuidade aos seus projetos, em 1994 inicia as negociações para a escolha de seu sucessor nas eleições daquele ano. O nome do escolhido para seu sucessor representava o seu poder dentro do grupo contrariando seus pares, pois esperava-se que o escolhido fosse o então vice-governador Airton Cascavel. Ottomar indicou o nome do engenheiro Neudo Campos, que saiu do pleito vitorioso e foi reeleito em 1998, rachando com seu mentor político²¹.

O Governador Neudo Campos durante o seu governo foi acusado pela justiça de envolvimento em um esquema de corrupção, conhecido como o caso gafanhoto eclodido após o inquérito da Polícia Federal, denominada “operação praga do Egi-

¹⁸ Essa prática de importação de políticos de fora do Estado para concorrer a cargos no nascente poder legislativo estadual, os chamados políticos paraquedistas, foi uma constante no Estado de Roraima, desta forma, foram eleitos figuras totalmente estranhas como o Deputado Moysés Lipnik, Bernardo Cabral, políticos trazidos por Ottomar e Jucá respectivamente.

¹⁹ Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, 26 de julho de 2008, em seu escritório na Editora Boa Vista.

²⁰ Raposa Serra do Sol: governo decreta luto oficial por sete dias. (Manchete vinculada no sítio do Jornal Folha de Boa Vista, 19 de 2005). Que foi matéria de análise do Artigo da professora Maria do Socorro Leal, intitulado “Raposa Serra do Sol na Mídia Roraimense: a Homologação. Publicado na Revista Icarahy 2010.

²¹ Ver Lobo Junior, Manoel Ribeiro. A Formação e reorganização dos grupos políticos do Estado de Roraima 1943-1988. (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira, UFRR, 2014).

to”, desbaratando uma verdadeira quadrilha de parlamentares, juizes, secretários de estado e cujo chefe era o próprio Governador, Neudo Campos (PPB). No esquema funcionários contratados tinham um salário alto, mas recebiam uma parte e repassavam a maior parte para seu chefe imediato, poderia ser um parlamentar ou um secretário que dividia com o chefe do executivo.

Nas investigações do Ministério Público Estadual (MPE), do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal, constam que no período de 1998, época em que o Estado estava sob o comando do Governador Neudo Campos (PPB), desenvolveu-se um amplo esquema de corrupção em que o governo criou um verdadeiro aparato de desvio de dinheiro da folha de pagamentos do estado. Estima-se que foram desviados por ano 70 milhões de reais, por cerca de cinco mil “gafanhotos”, que recebiam por procurações, a maioria desses procuradores eram parentes ou assessores de vinte Deputados e três conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, além de Secretários de estado. O campeão do esquema era o Deputado Jalser Renier Padilha, duas assessoras do Deputado detinham procurações de 135 gafanhotos, cujos salários somavam-se 243 mil reais mensais²². Desta forma, o Deputado ostentou uma vida suntuosa o que podia ser visualizado na sua luxuosa mansão, com piscina coberta e aquário no chão do quarto, Jalser ao defender-se das acusações relata em matéria jornalística,

Acusado de ter sido beneficiado com o recebimento de R\$ 243 mil, através do esquema gafanhoto, o Deputado estadual Jalser Renier (PFL), afirmou que tudo não passa de perseguição política, devido ao “bom trabalho” que realiza no Estado desde que ingressou na política.

“Eles não querem admitir que um político nascido aqui em Roraima possa crescer como eu cresci”, disse. “Citam um aquário no piso, ele afirma que trata-se de uma invencionice, coloquei a minha casa a disposição da imprensa para que fosse verificada a improcedência da informação²³”.

Um discurso clássico e constante dos políticos quando são acusados, é o de remeter o fato a uma possível conspiração de seus “inimigos políticos”, ou seja, buscam desqualificar a investigação dando ao fato um caráter de perseguição política, cujos objetivos é denegrir sua imagem. Neste caso, o Deputado em questão usa de artifícios como o que permeia o cenário político local, dos conflitos que emergiram desde a criação do Território Federal de Roraima, entre os políticos considerados da

²² Fonte: Folha de São Paulo, domingo, 21 de dezembro de 2003.

²³ Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, quinta-feira, 31 de julho de 2003.

“terra” e os “forasteiros”. Reduzindo e buscando justificar a sua riqueza extraordinária e rápida como um fato normal, e só inadmissível sob o olhar dos políticos de fora, que não aceitam o seu sucesso pessoal, sustentando a velha lógica de que os seus ganhos permanecem no estado ou a velha lógica do “rouba mais faz”²⁴.

Mecanismos da prática clientelística no estado de Roraima

Notadamente a permanência desses grupos políticos frente ao poder nas esferas do Executivo, Legislativo e por que não dizer com a complacência do Judiciário, se dá pela competência dessas elites, uma capacidade de organização facilitada pela apropriação dos mecanismos que são cruciais para a ampliação e a manutenção de seu poder. Um desses mecanismos é a máquina do Estado. De fato, uma vez que conseguem êxito eleitoral, ou seja, o controle da máquina estatal, esses grupos colocam em prática os instrumentos que os credenciam a permanecer no controle. Desta forma, o uso de mecanismos clientelistas como empregos, serviços, cooptações de lideranças populares são uma constante para a manutenção do poder político, sob a égide de uma dominação legítima, cujas ferramentas em muitos casos no cenário local foram sustentadas pela dominação carismática.

O domínio carismático parece um mecanismo importante para compreender o controle político estabelecido pelos líderes dos grupos de interesse. Suas ações podem ser efetivadas pelas práticas assistencialistas, cujas bases sedimentam-se através do carisma, como pode ser observado nas ações do brigadeiro Ottomar. O então Governador se apresentava a população, sobretudo a grande massa como uma expressão do populismo demagógico, no meio do povo, em comícios e eventos de entrega de diferentes programas desenvolvidos durante seu governo. Ao mesmo tempo que, aos seus correligionários se apresentava com uma marca indelével de autoritarismo coronelista. Do outro lado os seus “mandados” acatam suas ordens como uma espécie de devoção incontestável. Desta forma, se montam os quadros burocráticos do serviço público, cujas regras obedecem a fidelidade irracional e não a competência e qualificação profissional para exercer cargos. O jogo doméstico exercido na formação dos quadros da burocracia é legitimado pelas estratégias clien-

²⁴ Tramita na 1ª Vara Federal, processo nº 2004.42.00.000796-5. Requerente Ministério Público Federal. Requerido Jalser Renier Padilha. Pois o caso gafanhoto foi desmembrado em vários processos devido o número de acusados e, sobretudo o grande número de acusações que pesam sobre eles. (Poder Judiciário, Seção Judiciária do Estado de Roraima, Sistema Processual, Processo e suas movimentações, página 13).

telistas. Em Roraima prevalecem ainda essas práticas clientelistas que perduraram de forma mais efetiva no período anterior a instituição do concurso público²⁵.

Buscando alargar os tentáculos do poder, possibilitado pela máquina estatal, a Assembleia Legislativa através de líderes políticos iniciaram projetos de criação de novos Municípios²⁶. Essa política atendia os anseios de ampliação de seus poderes, tanto que o critério adotado para a criação desses novos municípios²⁷ foi mais político que técnico. O que mais visavam esses grupos era a instituição da máquina Municipal e os diversos cargos que ela produziria. A Câmara Municipal e as Secretarias eram mais um mecanismo da geração de cabide de empregos que atendiam os favores da clientela²⁸. De fato, tal procedimento está diretamente ligado a expansão de processos de cooptação e controle político, pois é nos municípios onde se dão as relações mais estreitas entre o eleitor e as lideranças políticas roraimenses que se articulam hierarquicamente.

Assim, percebe-se a importância das figuras do Prefeito e de Vereadores nesses Municípios formando alianças com Governadores e líderes nas Câmaras Estadual e Federal, que extrapolam as siglas partidárias. Isso explica a disputa ferrenha nas eleições da Câmara de Vereadores desses Municípios, cujas receitas são irrisórias, pois dependem totalmente dos recursos repassados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é uma quantia insuficiente, dos convênios com os programas do Governo Federal e as verbas de emendas parlamentares. Santos (2013) analisa a partir do que ele denomina de paradoxo de fraqueza e força desses Municípios, fraqueza econômica e força no plano eleitoral.

Nesse sentido, formou como prática do jogo político no estado de Roraima a criação de verdadeiros “guetos eleitorais”²⁹ demarcados nos diferentes Municípios.

²⁵ Instituído no ano de 2003 sob a gestão do então Governador Flamarion Portela, ou seja, 13 anos após a criação do Estado. O Art. 37, Inciso II da Constituição Federal, traz o seguinte texto: - *a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

²⁶ Leis nº 082 e 083 de 04 de novembro de 1994, que criaram os municípios de Iracema e Caroebe e Leis nº 096, 097 e 098 de 1995 que criaram os municípios de: Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis.

²⁷ Ver as leis: Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, e a Lei Complementar nº 98 de 2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), traz o seguinte texto: Art. 2º, A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão da realização do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), e de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os prazos, procedimentos e condições estabelecidos nesta Lei Complementar;

²⁸ BAHIA, Luis Henrique. O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

²⁹ Gostaria de ressaltar que o termo “guetos eleitorais”, aqui utilizado refere-se como ao o controle do voto nas mãos de líderes políticos, como: deputados estaduais, deputados federais e senadores a uma

É comum encontrarmos deputados na Assembleia Legislativa que politicamente mandam e desmandam em alguns Municípios. Na Prática o próprio sistema político brasileiro alimenta o clientelismo, a forma como é montado o sistema político partidário, as eleições proporcionais e majoritárias com a necessidade de formar coligações entre os partidos fomentam a possibilidade de troca de cargos. Essa situação é explicada por Barry Ames, “as estruturas e regras eleitorais incentivam certos tipos de pessoas que já são políticos a agir de determinadas maneiras. Para entender como um sistema eleitoral influi na composição de uma classe política e seu comportamento subsequente, é preciso analisar as estratégias dos candidatos a cargos no Legislativo” (AMES, 2003, p. 105). Entretanto, dentro do processo democrático a distribuição de cargos, secretarias e outros aos partidos aliados são aceitáveis.

Considerações Finais

Na busca para desvelar a miopia acerca da história política de Roraima, neste trabalho, procurei demonstrar, por meio de investigação em documentos, jornais e fontes orais, os elementos de formação e manutenção do poder político de alguns grupos de pressão e interesses que ao longo da construção histórica buscam por meio de práticas clientelistas, manutenção do poder nas esferas do Executivo e Legislativo. Desta forma, a instituição do antigo Território Federal do Rio Branco possibilitou criar e articular os mecanismos de poder entre os antigos mandatários e os novos líderes que foram produzidos durante a instituição do Governo Territorial.

Durante o Regime Militar o Território Federal de Roraima, foi marcado pelo clientelismo, e altamente dependente dos investimentos federais possibilitando para a população do Território, vislumbrar a partir dos projetos de integração que fomentaram a instalação das principais estruturas físicas da capital Boa Vista produzindo uma imagem diferente dos militares para os Territórios. E nesse bojo dos grandes investimentos emergiu dessa política de integração um dos mais influentes políticos que desde sua chegada ao Território Federal de Roraima (1979-1983), como Governador, se tornou um dos protagonistas da classe política com uma capacidade articuladora, aglutinando forças políticas locais e ao mesmo tempo agudizando conflitos

determinada área ou município, sendo que os mecanismos são: a compra de votos, e a troca de favores políticos como cargos e privilégios fomentado pela clientela, nesse caso os vereadores e prefeitos são os representantes desse ou daquele deputado ou senador, que fazem parte do grupo do governador ou da chamada “oposição”.

com novos líderes que despontaram com a criação do estado, que trataram logo de buscar seu espaço político dentro das esferas de poder que a institucionalização da máquina burocrática estatal lhes aferia.

Recebido em novembro de 2014, aprovado em março de 2015.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Luis Henrique. O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Universitária\UFPE, 1995.

BECKER, Bertha, EGLER, Cláudio. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BORGES, Nilson. A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: Novos Domínios da História/ organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. MULLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo. Editora Brasiliense: São Paulo, 1978.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. A “Boa Nova” na Língua Indígena: contornos da evangelização dos wapischana no século XX. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Record, 2003.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 13 ed. São Paulo, 1998.

- FREITAS, Aimberê. Geografia e História de Roraima. 5 ed, Manaus: Belvedere, 1997.
- FREITAS, Aimberê. História Política e Administrativa do Estado de Roraima. 1943-1985. São Paulo: Umberto Calderaro, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 4 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. A Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima (1943-1988). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF\UFRR: Boa Vista, 2014.
- MARTINS, Elisângela. Memória do Regime Militar em Roraima. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010.
- RÉMOND, René (org). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará, NAEA, 1996.
- SANTILLI, Paulo. Pemong Patá: Território Macuxi, Rotas de conflito. São Paulo. Editora. Unesp, 2001.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Política e Poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000) – Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-quadismo político ao clientelismo. Textos & Debates. N°. 5, Editora da UFRR, CCH, Boa Vista, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. CRISE DA DITADURA MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra. Boa Vista: ed. UFRR, 2007.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1 e 2. Brasília: UNB, 1999

ARTIGO

MARECHAIS E BURAREIROS: PROJETOS DE COLONIZAÇÃO
NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Resumo

O objetivo do artigo é compreender a organização do espaço por meio das diretrizes do Incra, isto é, uma perspectiva de Estado, e também através de estudos acadêmicos realizados sobre dois projetos de assentamento dirigidos (PADs) criados durante o governo militar. Primeiro, demonstra-se que não se tratava de um “vazio demográfico”, tal como a propaganda do governo veiculava à época. Ademais, o Estado foi responsável por criar formas de organização dos dois projetos de assentamento, de modo a contemplar famílias específicas para tamanhos distintos de terra, contando além da experiência agrícola, a escolaridade e possibilidade de possuir capital inicial para trabalhar nas mesmas.

Palavras-Chave:

Projetos de colonização; vazio demográfico; família; Rondônia.

Abstract

The objective of this paper is to understand the space organization through Incra guidelines, which is a State perspective, also academic studies on two directed settlement projects (PADs) created during the military government. First, the paper shows that it was not a demographic void” as the government propaganda conveyed at the time. Moreover, the State was responsible for creating forms of organization of the two settlement projects, in order to include specific families for different sizes of land, making a necessity to prove beyond the agricultural experience, the education and ability to have initial capital to work on the land.

Keywords:

Colonization projects; demographic void; family; Rondônia.

* Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Instituto de Antropologia – INAN – Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Este artigo¹ apresenta dados oficiais e estudos sobre dois projetos de assentamento dirigidos (PADs), localizados na região da Amazônia Ocidental, mais especificamente na porção nordeste do estado de Rondônia, criados nos anos de 1974 e de 1978, durante o período do governo militar. Os projetos são denominados PADs Burareiro e Marechal Dutra, ambos localizados no município de Ariquemes. Assim, o objetivo do artigo é compreender a organização desse espaço por meio das diretrizes do Incra, isto é, uma perspectiva de Estado, bem como de estudos acadêmicos realizados sobre a área.

A perspectiva de “Estado” adotada aqui se aproxima da afirmação de Durkheim: “É um grupo de funcionários *sui generis*, onde se elaboram representações que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade” (Durkheim, 1983, p. 46). Assim, procuro pensar as políticas públicas da colonização “tomadas não só como ideias racionalizadas em planos escritos, mas também como ações que podem ser apreendidas na observação do cotidiano das relações sociais [...]” (Souza Lima, 2002, p. 13). Por fim, corroboro a afirmação de Borges (2006, p. 119): “Por definição, o conceito de ‘Estado’ é necessariamente atemporal. Porém o governo ou os governos de fato, nada mais são do que o Estado funcionando, em movimento”. Portanto, utilizo o termo governo federal para me referir ao “Estado em movimento” no período histórico da colonização da Amazônia, resguardando o termo “Estado” principalmente quando for uma reprodução do seu uso nativo.

Na primeira seção, apresento os assentamentos nos quais a pesquisa foi realizada, explicitando as diferenciações de “perfil” das famílias e tamanho de terras que as mesmas acessaram. Em seguida, apresento brevemente dados de documentos oficiais do Incra que permitiram a organização do processo de seleção para os dois projetos de assentamento. Já na terceira seção, tenho como objetivo introduzir brevemente o leitor na história da colonização na Amazônia durante o governo militar. Para tanto, baseio-me na formulação de Barbira-Scazzochio (1980) de que a política de colonização consistiu na transformação da “floresta” em “terra”, discutindo os termos “fronteira”, bem como “colonização” e sua caracterização como “espontânea” ou “dirigida”.

¹ O texto é baseado em parte do primeiro capítulo de minha tese de doutorado (Cf. Cordeiro, 2015).

Na região de Ariquemes, durante a década de 1970, foram implantados dois projetos de assentamento dirigidos (PAD), como parte da iniciativa de colonização do governo militar. O PAD Burareiro distribuía lotes de 250 hectares às famílias selecionadas, que deveriam possuir comprovação financeira e de experiência agrícola, enquanto o PAD Marechal Dutra distribuía apenas lotes de 100 hectares, não exigindo a mesma comprovação financeira. As terras do PAD Burareiro eram destinadas principalmente ao plantio de cacau, enquanto nas do PAD Marechal Dutra cultivava-se majoritariamente o café, de acordo com a política de incentivos do governo federal. A BR-364, que atravessa todo o estado de Rondônia, orientou a colonização ao longo da rodovia e, desta forma, as terras de Burareiro e de Marechal Dutra localizadas mais próximas a BR tornaram-se mais valorizadas com o passar do tempo. A estrada federal (BR) pode ser vista como um elemento que tem relação tanto com a organização do espaço quanto com o valor do lote. A conclusão da abertura da BR-364 também é vista como um dos fatores que influenciaram decisivamente no relacionamento de Rondônia com o Centro-Sul. Esta influência aconteceu pela ligação com as outras regiões do país por meio da rodovia, com a possibilidade de escoamento dos produtos e acesso mais facilitado ao estado por parte dos trabalhadores que não possuíam terras no Centro-Sul.

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Ouro Preto, criado em 1970, foi a primeira experiência de colonização dirigida a ser promovida no território de Rondônia. A área do PIC de Ouro Preto foi responsável pelo assentamento de mais de 5 mil famílias até dezembro de 1982. Originalmente, o projeto foi implementado para assentar 500 famílias em lotes de 100 a 200 hectares, com duas áreas destinadas à reserva florestal, sendo posteriormente ampliada devido ao intenso “fluxo migratório”. Os objetivos dos projetos integrados de colonização (PICs) eram “legitimar”, “disciplinar” e “organizar” a situação fundiária da região, ao passo que os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) tinham como meta promover o assentamento de trabalhadores sem-terra nos projetos de colonização implantados ao longo da década de 1970 (Lopes, 1983). Os PADs faziam parte da iniciativa do PIN – Programa de Integração Nacional e do Proterra – Programa e Redistribuição de Terras. De um total de mais de 100 mil famílias assentadas na Amazônia à época dessa política governamental, o estado de Rondônia abarca 56.702 famílias, isto é, mais da metade do contingente assentado, principalmente durante a década de 1970.

O Inkra² era responsável pelos 12 programas da metodologia operacional nos PICs nos anos iniciais de implantação, o que incluía distribuição de terra, organização territorial, administração do projeto, assentamento, unidades agrícolas, infraestrutura física, educação, saúde e previdência social, habitação rural, empresa cooperativa, crédito e comercialização. Os PADs diferem dos PICs, uma vez que, no segundo, ficavam a cargo do governo local os seis últimos programas, que são: educação, saúde e previdência social, habitação rural, empresa cooperativa, crédito e comercialização. Essas funções foram articuladas pelos órgãos locais, como a Codaron (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia), que foi desativada em meados de 1980, sendo suas atribuições repassadas a outros órgãos locais, tais como Companhia de Habitação do estado de Rondônia (Cohab-RO), Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER-RO), Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri-RO), esta última com grande relevância para o crédito, a comercialização e as organizações cooperativas em torno da atividade agrícola. A criação de novos órgãos públicos significou a possibilidade de maior número de empregos e cargos, o que culminou também na criação de apoio político em nível local.

No entanto, a política de colonização não foi a primeira forma de ocupação das terras no território onde se localiza o estado de Rondônia. A região de Ariquemes era parte do distrito de Porto Velho desde a criação do Território Federal do Guaporé³. Era também o ponto de apoio para a atividade garimpeira da região, principalmente a extração de cassiterita. Portanto, ficam em contradição as análises que consideram a terra “virgem” ou um “vazio demográfico”, uma vez que seringueiros, seringalistas, garimpeiros, populações indígenas e outros sujeitos sociais ocupavam a área de Ariquemes antes mesmo da colonização que teve início na década de 1970.

Seguindo a formulação do governo federal à época, a “ocupação dos vazios demográficos” em Rondônia teve início com a ação da colonizadora privada denominada Calama S.A. que atuava na cidade de Vila Rondônia, atualmente município de Ji-Paraná. Esta colonizadora adquiriu uma grande área de terra pertencente aos seringais em 1968, denominada gleba Pyrineus. O conceito adotado para projeto de colonização pelo Inkra é: “a unidade básica das atividades de colonização que se caracteriza por um conjunto de parcelas rurais integradas a uma sede administrativa,

² Segundo Ianni (1986, p. 122): “Na prática, o Inkra, a Funai, a Sudam e o Basa, entre outros órgãos do governo federal, estaduais, territoriais e municipais, continuaram a servir à criação, expansão ou consolidação dos latifúndios, fazendas e empresas de propriedade de estrangeiros na Amazônia e no país”.

³ O “Território do Guaporé” foi criado pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Já em 17 de fevereiro de 1956, a área passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O estado de Rondônia foi criado posteriormente, em 1982.

serviços técnicos e comunitários”. O termo “ocupar espaços vazios” está conjugado com a “redução de áreas de tensão social”. No entanto, o presidente Getúlio Vargas já apresentara ao país a noção de conquista e desbravamento do Oeste brasileiro, como forma de integração dessa área ao Estado-Nação. Assim, a ocupação dos “espaços vazios” era uma preocupação anterior à colonização da Amazônia. (Cf. Vargas, 1938).

Havia a ideia difundida de que o “Estado era o INCRA”, mas também outros órgãos federais compunham a organização institucional no estado de Rondônia à época da colonização, sobretudo na área de Ariquemes, eram a Ceplac⁴ (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), órgão de atuação importante principalmente no PAD Burareiro. Isto porque o plantio de cacau era um dos principais incentivos do governo para esta área de Rondônia, ou seja, a seleção das unidades familiares beneficiadas visava a um determinado modo de produção. Outro órgão com função destacada, ainda que secundária, no PAD Marechal Dutra, devido ao cultivo específico do café, era o IBC (Instituto Brasileiro do Café). No contexto de Rondônia, a Sucam (Superintendência de Campanhas da Saúde Pública) esteve presente durante o período de colonização, tendo como finalidade, de acordo com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), contribuir para a erradicação e o controle de grandes endemias no Brasil, como a malária, sendo este um grande desafio em toda a área de Ariquemes. Além disso, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) tinha atuação na área de Ariquemes, uma vez que parte do PAD Burareiro está sobreposta a uma terra indígena. A área de litígio corresponde a parte do PAD Burareiro, somando 131 lotes, que é sobreposta à parte da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau (cf. Kanindé, 2005). Dessa forma, reforça-se o argumento que havia outras populações naquela localidade.

O PAD Burareiro foi o quinto grande projeto de assentamento criado pelo Incra e o primeiro projeto de assentamento dirigido no Território Federal de Rondônia na década de 1970. O decreto que desapropriou as terras para a criação do assentamento é de 1975, no entanto, a portaria relativa à sua criação é de 1974. Já o PAD Marechal Dutra foi instalado em 1975 e teve a sua criação homologada por uma resolução em 1978. Tanto o PAD Burareiro quanto o Marechal Dutra são casos de desapropriação de terras, uma vez que houve intervenção em áreas privadas para

⁴ Para estudos especificamente sobre a colonização na Amazônia (cf. Almeida, 1992); sobre a colonização em Rondônia e a importância da Ceplac principalmente no PAD Burareiro, (cf. Álvares-Afonso, 2008); para uma pesquisa organizada por um ex-funcionário do Incra sobre as ações de colonização do órgão federal no estado, também abrangendo Ariquemes (cf. Oliveira, 2010); para uma análise agrônômica e socioambiental do perfil de agricultores em Rondônia, entre os anos de 1986 e 1996 (cf. Miranda, 1998).

a ação estatal⁵. No PAD Burareiro, o Incra assentou cerca de 1.500 famílias selecionadas para se dedicarem ao cultivo do cacau, cujas mudas foram importadas da Bahia, o maior produtor nacional da fruta à época. Apesar de algum desencontro na apresentação das datas de implantação dos assentamentos, é importante mencionar que o PAD Burareiro foi lançado antes do Marechal Dutra. De acordo com Oliveira: “Por isso é que foi criado o PAD Marechal Dutra, para atender a esses excluídos que poderiam, além de trabalhar na formação de seus lotes, prestar serviço aos burareiros nas lavouras de cacau, estas sempre dependentes de muita mão de obra humana” (Oliveira, 2010, p. 80).

Os dois projetos de colonização acima mencionados eram subdivididos em linhas, bem como em travessões. As linhas eram subdivisões a cada 5 quilômetros e os travessões – outras subdivisões, de forma transversal às linhas – a cada 40 quilômetros. As linhas recebiam uma nomenclatura aliando a letra C a um número, enquanto os travessões eram B e o número do quilômetro em que estavam dispostas espacialmente. Os dois assentamentos estavam localizados no município de Ariquemes, no período de sua implantação. Posteriormente, o município de Ariquemes foi subdividido em outros municípios⁶. A partir desse momento, as terras do PAD Marechal Dutra ficaram localizadas no município de Alto Paraíso. Esse município, antes da emancipação em 1992, era um dos Nuar (Núcleo Urbano de Apoio Rural) que existiam na área do município de Ariquemes.

Por conta da criação do PAD Burareiro e da maciça chegada de trabalhadores de outros estados do país para ocupar as terras, Oliveira (2010) conta que foi realizado um planejamento para orientar a ocupação urbana, direcionando a instalação da cidade, denominada “Ariquemes Nova”, para a outra margem da BR-364, isto é, oposta àquela onde existia o pequeno núcleo populacional denominado “Ariquemes Velha”. Portanto, foi estabelecida pela administração local uma ideia de planejamento para a cidade de Ariquemes. A área urbana do município teve início com a “abertura”, isto é, a “derrubada” da mata, realizada pela administração local para a criação do setor institucional, local onde foi instalada a sede das representações locais dos órgãos federais, bem como o banco e os outros órgãos locais acima mencionados.

Os outros setores “abertos” foram denominados “o um” e “o dois”, que seriam destinados à residência dos trabalhadores que se deslocaram para morar em

⁵ O decreto no. 75.281 de 23 de janeiro de 1975 trata sobre a desapropriação das terras referentes aos PADs Burareiro e Marechal Dutra.

⁶ Estes são os municípios: Cacaulândia, Rio Crespo, Alto Paraíso, Vale do Anari, Machadinho do Oeste, Montenegro, Campo Novo de Rondônia, Theobroma e uma área reservada ao atual município de Ariquemes.

Rondônia. Entre estes dois setores ficava o setor institucional. A cada duas ruas foi planejada a construção de uma alameda para ser um lugar de lazer e socialização dos ocupantes da área. As ruas receberam números em cada um dos setores planejados. Todos os ocupantes dos lotes tinham direito a receber uma data, isto é, um terreno urbano que media 20 por 40 metros.

Em Ariquemes, atualmente, a maioria dos lotes dos dois PADs que circundam a cidade transformou-se em pequenas chácaras, isto é, lotes subdivididos para moradia e/ou produção de hortifrutigranjeiros. Os lotes que estão localizados mais distantes do centro foram vendidos, e estão voltados principalmente à criação de gado de corte, favorecendo o processo de concentração fundiária. Grande parte das terras em Alto Paraíso ainda permanece como espaço de produção familiar, com as famílias residindo na área rural. No entanto, há também algumas fazendas de criação de gado. Alto Paraíso tem hoje uma população de cerca de 19 mil habitantes, e Ariquemes ultrapassa os 100 mil, segundo dados aproximados do IBGE para o ano de 2014. As culturas plantadas no início (cacaú e café) têm atualmente um papel pequeno nas economias de cada um dos municípios. Hoje predomina a produção pecuária, principalmente de corte, no município de Ariquemes⁷.

Incra e o “perfil” de unidade familiar

Via de regra, era consenso entre os funcionários do governo militar que o processo de colonização não poderia ser realizado com aqueles que já viviam em Ariquemes. Segundo relatos dos funcionários do governo, as populações indígenas não “sabiam trabalhar” e, desta forma, foram deslocadas ou mesmo expulsas em função de iniciativas ligadas à colonização, como a abertura da rodovia federal BR-364. Outro critério necessário para o “perfil” era “possuir família”, portanto, os garimpeiros que ocupavam as terras na região de Ariquemes não poderiam ser proprietários de terra, já que não se enquadravam na noção de unidade familiar idealizada pelo governo federal.

⁷ Sobre o crescimento da pecuária de corte em Rondônia, Vale e Andrade (2012, pp. 383-384) afirmam: “o mercado de terras arrendadas se desenvolve à medida que o setor rural se consolida, pois produtores menos preparados para o novo momento migram para outras atividades e indivíduos capitalizados de outras atividades migram para a pecuária intensiva”. Não significa que os autores defendam uma culpabilização individual dos produtores menores, uma vez que estes podem se deslocar para outras áreas e continuar praticando a pecuária com base extensiva, onde a terra vale menos; mas os produtores que praticam a pecuária intensiva podem permanecer arrendando terras em áreas “consolidadas”, como Ariquemes.

Uma família considerada apta para receber a terra tinha que ter braços para a força de trabalho⁸ e não possuir muitos familiares com idade mais avançada ou muitas crianças, porque receberiam a caracterização, com a conotação negativa, de peso. No núcleo familiar, os mais velhos são considerados responsáveis e mais valorizados dentro da organização familiar, geralmente o pai ou o irmão mais velho. Fica claro que os critérios da administração federal da época estavam, muitas vezes, em oposição aos critérios familiares para a atribuição da caracterização de uma “família forte”, já que são os membros familiares mais velhos que possuem o conhecimento do saber-fazer na terra que repassam aos mais novos.

Os pontos eram atribuídos principalmente pela força de trabalho, experiência com agropecuária, idade – 21 a 60 anos, capacidade empresarial. O Incra apenas selecionava e entregava o lote à família, sendo responsabilidade dela o processo de “abertura do lote”. Os dados referentes aos demais membros do conjunto familiar eram de grande importância para a atribuição de pontos no processo de seleção. As informações sobre os membros familiares eram: o tipo de dependência, a idade, a situação civil e a alfabetização. Para a classificação, era atribuído um valor à idade de cada um dos membros familiares e outro à força de trabalho que, somados, davam a classificação final. Outras habilidades do conjunto eram listadas, como a esposa do candidato ter sido “doméstica”, isto é, ter exercido outra atividade fora da roça. Junto com esse cadastro devia ser apresentado um conjunto de documentos de identificação, tanto do cadastro como dos dependentes do parceleiro.

A classificação era obtida por meio de quatro principais variáveis: a idade do candidato (com peso 30), a idade dos demais membros familiares (com peso 20), a capacidade empresarial, que era medida por meio da força de trabalho do conjunto (com peso 30), e a experiência agropecuária do candidato (peso 20). As condições eliminatórias também eram listadas no documento: a idade do candidato, ser funcionário público (o que não era uma possibilidade), possuir renda permanente ou outro imóvel rural e até mesmo sua higidez.

Para aqueles que queriam se candidatar ao PAD Burareiro, existia outro documento a ser preenchido que detalhava a capacidade agrícola, a escolaridade e a capacidade financeira. A capacidade agrícola era medida por pontos em ordem crescente e se referia às seguintes experiências: ter sido produtor de outras culturas, trabalhador em fazenda de cacau, ser ex-produtor de cacau, técnico ou prático agrí-

⁸ Conforme salienta Martins (2012), o “imigrante” deixa de ser visto pelo governo federal como um indivíduo sexuado e etário, passando a ser considerado “força de trabalho”, isto é, a “reprodução física da sociedade é articulada com o processo de reprodução social” (Martins, 2012, p. 160).

cola, engenheiro agrônomo ou florestal (de 2 a 10 pontos). A escolaridade também era avaliada em grau crescente, desde a caracterização como analfabeto até ter nível superior (1 a 10 pontos). A capacidade financeira era medida por intervalos de quantias em agrupamentos múltiplos de 10 mil cruzeiros, moeda da época. Assim, quem possuía até 10 mil cruzeiros somava apenas um ponto e quem possuía mais de 90 mil cruzeiros somava 10 pontos. Essa capacidade financeira deveria ser comprovada por meio de documento bancário. Também deveriam ser apresentados documentos que atestassem a capacidade agrícola. A classificação era obtida por meio da soma da capacidade agrícola (peso 4), escolaridade (peso 2) e capacidade financeira (peso 4), tornando aptos a serem um burareiro aqueles que obtivessem no mínimo 40 pontos no formulário.

De floresta a terra

Na organização de ocupação da Amazônia houve, segundo diretrizes do governo federal, a transformação da “floresta”, cobertura vegetal sem valor econômico, em “terra”, passível de ser cultivada e apropriada. Nesta seção, baseio-me na produção de autores que analisaram a colonização amazônica. Além da expressão mencionada, transformação de “floresta” em “terra”, utilizo principalmente os termos “colonização” e “fronteira”⁹ como elementos para explicar a organização do espaço.

Segundo Barbira-Scazzocchio (1980), a política de transição de uma “frente extrativista” para uma “frente pioneira”¹⁰ é definida pela transformação de “floresta” em “terra”, isto é, em propriedade passível de se obter e transferir a posse, baseada na produção agropecuária e na retirada da cobertura vegetal. Para a autora, uma das principais necessidades da “família migrante” é a obtenção do título de domínio definitivo de seus lotes, para que tenha a segurança jurídica de sua terra¹¹. Isto ocorre diante das dificuldades provocadas principalmente pela orientação do governo

⁹ A análise de Nogueira (2007) parte da afirmação de que nenhuma caracterização tem sido tão disseminada para a Amazônia, principalmente a partir da década de 1970, como a de uma “região de fronteira”. Corroboro com a colocação do autor: “Assim, a intenção é descaracterizar a ideia de ‘fronteira econômica’, visto que, sendo uma noção construída de fora, foi extremamente prejudicial a seus habitantes, pois era uma região a ser explorada”. (p.20).

¹⁰ Para outros autores que trabalham com a relação entre “frente de expansão” e “frente pioneira” (cf. Velho, 1972; 1976); (Martins, 1996; 2012) e D’Incao (2009). Especificamente sobre o “imaginário” da colonização em Rondônia, cf. Cemin (2001).

¹¹ Sobre a visibilidade que os documentos referentes à posse promovem para os selecionados pelo Inera, cito: “O documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle legítimo para o Estado” (Peirano, 2002, p. 37).

acerca das culturas a serem desenvolvidas nos lotes, acarretando problemas para o escoamento da produção e o estabelecimento de um preço insatisfatório dos produtos. Um conceito bastante utilizado pelos autores ao se referirem à colonização na Amazônia é fronteira. Segundo Ianni (1986):

A Amazônia é transformada numa “fronteira” de desenvolvimento extensivo do capitalismo. Isto é, a economia da região é impulsionada e “modernizada”, de modo a articular-se dinamicamente com o capitalismo monopolista que capturou o poder estatal e desenvolve intensa acumulação no Centro-Sul e no exterior (p. 83).

Assim como a colonização, a interpretação de fronteira como “lugar da alteridade” (Martins, 2012) deve ser tomada se houver também como referência a organização sociopolítica e econômica global. Hébette e Marin (2004, p. 76), unindo os termos “fronteira” e “colonização”, afirma: “São os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira, são eles que determinam, forçosamente, a institucionalização da fronteira, na forma de colonização”. Ademais, ainda de acordo com o mesmo autor, a colonização em si, com todo o aparato legislativo, representa para a classe de proprietários rurais um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço.

A partir da década de 1970, em especial, a Amazônia passa a ser considerada a nova fronteira agrícola nacional¹². O Incra foi criado em julho de 1970¹³. Naquela época, o país atravessava os chamados “anos de chumbo”, que compreendem o momento da edição do AI-5 no fim de 1968, até o final do governo Médici, em 1974. A expressão se deve à caracterização do período como o mais repressivo da ditadura brasileira. Naquela década, como parte de um esforço de complementaridade entre a Amazônia e a região Nordeste, surgem vultuosos programas nacionais, como o PIN e o Proterra. O objetivo destes programas era:

[alcançar] um desenvolvimento espacial integrado, pela combinação dos fatores regionais das duas áreas geográficas, onde o Nordeste se caracterizava por excedente populacional, baixo nível de renda, além de problemas das secas e a Amazônia, como área de baixa densidade populacional, mas com grande potencial de recursos naturais (Incra, 1984, p. 658).

¹² Cf. Apêndice dos Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, 1984.

¹³ O Incra foi criado pelo decreto lei no. 110 de 09/07/1970. Logo depois, em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).

A noção de colonização organiza o processo de ocupação articulado principalmente pelo governo federal. A diferenciação entre colonização dirigida e espontânea é relevante para marcar a denominação utilizada pelo governo federal¹⁴ à época. A colonização dirigida é caracterizada por uma intensa ação do Incra, com a realização de propaganda e processo de seleção das famílias, ao passo que o movimento de colonização espontâneo reflete um processo de mudança da política governamental, no qual o Incra se compromete em consolidar os projetos já iniciados. Hébette e Marin (2004, p. 83) afirmam: “Encontrou-se, novamente, na colonização, uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição de terras aos trabalhadores”. Houve o “direcionamento” por parte do governo federal para a área de Rondônia, na medida em que propagandas sobre as terras do estado ecoaram particularmente na região Centro-Sul do país. No entanto, o processo de colonização de Rondônia não deve ser considerado como “dirigido” ou “espontâneo”, tal como apresentado acima, uma vez que houve propaganda e incentivo de distribuição de terras por parte do governo federal, o que não representou um saldo de distribuição equitativa de terras e nem condições de infraestrutura para a permanência no campo das famílias que assim projetassem o seu futuro. Portanto, a colonização foi direcionada pelo governo federal, mas não “dirigida” ou “espontânea”.

De acordo com Théry (1980), já em 1974, os custos eram excessivos, as dificuldades levantadas pelo gerenciamento eram inúmeras e, além disso, o Incra não fora capaz de assentar devidamente os “migrantes” que se instalaram na Transamazônica e na região de Rondônia. Em segundo lugar, o parceleiro era atacado tanto por razões econômicas quanto sociais – se, por um lado, ele sofria por não conseguir viver dignamente sob as condições nas quais tinha sido colocado, por outro, era lembrado como um dos principais predadores do ambiente, já que se utilizava da coivara¹⁵ para realizar a plantação, tendo a necessidade premente de retirar a cobertura vegetal da terra nativa para transformá-la em lote. Esta atividade acabava por limitar a presença no lote, pois as sucessivas queimadas prejudicavam a qualidade do solo, tornando difícil a permanência na terra em caráter definitivo. Assim, houve a culpabilização individual do parceleiro, com a alegação de que não se adaptava às condições de

¹⁴ Tal como salienta Becker (1990), para o caso da colonização de Rondônia especificamente: “A estratégia do Estado é poderosa. Induz a migração, oferece poucos recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos; dirige o processo de povoamento, mas coopta lideranças de sociedade civil, que se transformam em seus agentes locais, ou cria outras, oferecendo cargos no aparelho de Estado local. Organiza-se, assim, o poder, numa relação que usa amplamente o trabalho dos migrantes [...]” (p. 177).

¹⁵ Coivara é uma técnica agrícola tradicional que consiste na derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação para posteriormente realizar a plantação das culturas.

vida na Amazônia, além de predar o meio ambiente, o que era um pressuposto de ocupação do lote para o Incra, uma vez que se ele não “abrisse” a terra, esta seria repassada para outra família.

Martine (1980) indica como malsucedida a colonização em Rondônia, principalmente pela falta de uma preocupação sistemática do Estado em relação aos pequenos produtores. Não houve uma estratégia bem articulada para maximizar a sua absorção nas áreas de fronteira. Isto aconteceu tanto pelos limitadores ambientais, como a ocupação em área de floresta densa, quanto pela falta de recursos financeiros suficientes para a empreitada colonizadora que o estado idealizou. Nessa direção, ao caracterizar o processo empreendido em Rondônia, Lisboa (1989) afirma que a colonização está sendo feita por famílias de outras regiões, atraídas pela “ilusão de terras férteis inexploradas”. Portanto, de acordo com o autor, o desenvolvimento da colonização é fruto quase apenas de um empreendimento familiar, com pouco apoio institucional. No caso analisado, os colonos eram responsáveis por “abrir o lote” e “abrir a data”, condições necessárias para que pudessem permanecer com a terra e o terreno.

Atualmente, novas formas de culpabilização individual incidem sobre os proprietários de lotes da década de 1970. Se no início do processo de colonização havia a necessidade de “abrir” em determinado período o lote para que mantivessem a posse da terra, o que implicava desmatar rapidamente uma área suficiente para a construção de uma casa e iniciar a produção, hoje antigas práticas como a coivara e a queima de lixo no terreiro rendem multas para aqueles que ainda permanecem no meio rural. Além disso, há a impossibilidade de avanço na “limpeza” do lote, o que leva as gerações seguintes a buscarem outras terras ou outras atividades produtivas, na cidade, por exemplo. Os colonos reclamam de serem tratados como “criminosos” por órgãos federais como o Ibama, já que realizam tarefas diárias em seus lotes que hoje não fazem mais parte dos ditames legais. Ser criminoso é infringir ditames legais que foram impostos em período posterior àquela “da abertura”. O significado de produzir na terra muda radicalmente, se antes era necessário “abrir”, o que consistia na derrubada da mata e plantio das culturas, principalmente aqueles incentivadas pelo governo federal; hoje, derrubar a porção de “mata”, como “espaço ainda não aberto, se existente no lote, é considerado um crime, passível de punição.

Considerações Finais

Conforme as diretrizes do Incra, a colonização funcionou como ocupação de “vazio demográfico”, como “ pilar de integração da Amazônia ao território nacional”. A expressão “vazio demográfico” fica subentendida nas propagandas de ocupação da Amazônia feitas pelo governo militar – “Homens sem-terra para terra sem homens” e “Integrar para não Entregar”. No entanto, conforme visto no artigo, a terra na Amazônia não deve ser tratada como um “vazio demográfico”: lá havia garimpeiros, seringueiros, grupos indígenas, um pequeno comércio e produção agrícola, o que desmonta a ideia de uma área sem ocupantes. A história da colonização diz respeito a uma formulação oficial sobre aquele processo, isto é, ela instaura a necessidade de que se transforme o espaço ocupado pela “floresta” em “terra”, passível de apropriação e uso visando ao lucro. Nesse período, o governo federal, segundo diretrizes formuladas pelo Incra, molda o “perfil” das famílias que podem ocupar os dois assentamentos, atribuindo peso à experiência agrícola, e no caso dos burareiros, importância também para a comprovação financeira, demonstrando a capacidade de investimento na terra.

O processo de colonização de Rondônia não deve ser considerado como “dirigido” ou “espontâneo”. Este não foi “espontâneo”, na medida em que houve um investimento político em pronunciamentos oficiais para clamar famílias para os projetos de colonização. Ao mesmo tempo, a propaganda estatal não representou uma efetiva organização da infraestrutura do espaço a ser ocupado pelas famílias. Portanto, a propaganda direcionou um contingente de famílias para a região, não cabendo caracterizações como “dirigida” ou “espontânea”.

As famílias e o Estado, em um primeiro momento, se apresentam, cada um deles, como uma unidade em termos do governo federal, seja na personificação estatal representada pelo Incra, seja na formação de um “perfil” de família apta a participar pela colonização. Se, com o passar do tempo, o Estado passa a se fazer presente de forma fragmentada, isto é, não sendo mais representado quase que exclusivamente pelo Incra, os grupos familiares também se distinguem, mas não apenas em burareiros e marechais, mas em outros aspectos que se relacionam com a dinâmica familiar de reprodução social e ocupação da terra nos projetos de colonização.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. L. O. Colonização dirigida na Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- ALVARES-AFONSO, F. M. Rondônia: ocupação, crescimento e organização agrária. Fortaleza: Realce Editora, 2008.
- BARBIRA-SCAZZUCHIO, F. Land, people and planning in contemporary Amazonia. Cambridge: Centre for Latin American Studies, Cambridge University, 1980.
- BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, c. 1990.
- BORGES, A. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p. 91-125.
- CEMIN, A. B. A colonização em Rondônia: imaginário amazônico e projetos de desenvolvimento – tecnologias do imaginário, dádivas-veneno e violência. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário, Ano VII n°. 10, janeiro - dezembro 2007.
- CORDEIRO, M. S. S. A casa a rodar: Projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- D'INCAO, M. A. Limites culturais na responsabilidade de conservação de biodiversidade. In: D'INCAO, Maria Ângela; OLIVEIRA, Isolda Maciel. A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.
- DURKHEIM, E. Quarta lição. Moral cívica: definição do estado. In: _____. Lições de Sociologia: A moral, o Direito e o Estado. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- HEBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Estado e reprodução da estrutural social na fronteira: Ariquemes, em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.
- IANNI, O. Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- INCRA. Apêndices dos Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária. Salvador, 20 a 24 de agosto de 1984.

KANINDÉ (Associação de Defesa Etno-ambiental). Levantamento pericial sobre desmatamento ilegal na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau – Área de litígio (PAD Burareiro). Porto Velho: Rondônia, junho de 2005.

LISBOA, P. L. B. Rondônia: colonização e floresta. Brasília: CNPq/ AEP, 1989.

LOPES, E. S. A. Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceiro agregado como manifestação de resistência à expropriação. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1983.

MARTINE, G. Recent colonization experiences in Brazil: Expectation Versus Reality. In: BARBIRA-SCAZZUCHIO, F. Land, people and planning in contemporary Amazonia. Cambridge: Centre for Latin American Studies, Cambridge University, 1980. p. 80-94.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira. Revista de Sociologia USP, S. Paulo, nº 8 (1), p. 25-70, maio 1996.

_____. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MIRANDA, L. E. E. Um primeiro balanço da colonização agrícola em Rondônia. Campinas: Embrapa, 1998.

NOGUEIRA, R. J. B. Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA, J. L. Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafel, 2010.

PEIRANO, M. “This horrible time of papers”: documentos e valores nacionais. Série Antropologia 312. Brasília, UnB, 2002.

SOUZA LIMA, A. C. Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

THÉRY, H. New frontiers in the Amazon. In: ALMEIDA, A. L. O. The Colonization of the Amazon, 1970-1980. Austin: University of Texas Press, 1992.

VALE, P. M.; ANDRADE, D. C. Comer carne e salvar a Amazônia? A produtividade da pecuária em Rondônia e sua relação com o desmatamento. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 20, nº 2, p. 381-408, 2012.

VARGAS, G. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VELHO, O. Frente de expansão e estrutura agrária – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: DIFEL, 1976.

ARTIGO

OCTAVIO IANNI, DITADURA MILITAR
E A AMAZÔNIA

Resumo

Neste artigo visamos apresentar algumas categorias fundamentais para compreendermos as análises do sociólogo Octávio Ianni sobre a Ditadura Militar e o processo de “desenvolvimento capitalista” na região amazônica. Tal esforço se realiza por meio de uma revisão bibliográfica que explicita as problemáticas centrais que o autor estabelece para deflagrar as articulações históricas entre o projeto de Brasil da Ditadura Militar e a região amazônica.

Palavras-Chave:

Desenvolvimento; capitalismo; ditadura militar; Amazônia.

Abstract

In this article we aim to present some fundamental concepts to understand the analysis of the sociologist Octavio Ianni regarding brazilian military dictatorship and the process of “capitalist development” in the Amazon region. This is done through a literature review stating the core issues that the author established to illustrate the historical links between the Military Dictatorship’s project for Brazil and the Amazon region.

Keywords:

Development; capitalism; military dictatorship; Amazon.

* Professor do curso de Ciências Sociais da UFRR. Doutorando em Desenvolvimento Econômico no IE-
-Unicamp.

No pós-guerras, com a polarização entre EUA e URSS, instaura-se a necessidade de projetos de “desenvolvimento” e/ou “modernização” que possibilitassem a superação das misérias oriundas das guerras, das crises econômicas ou próprias de sociedades de um passado recente de exploração colonial ou neocolonial. Neste período a América Latina viveu o auge de suas formulações teóricas sobre o subdesenvolvimento e a dependência, tendo como centro dos embates as teorias e políticas econômicas da Cepal. Este é o pano de fundo das formulações teóricas que serão estabelecidas nacionalmente e polarizadas em instituições como o ISEB, ESG e a “Escola Paulista”. Naquele momento estava em jogo possibilidades de mudanças significativas na transformação capitalista do Brasil, uma disputa em torno de projetos de um Brasil “moderno”¹.

O sociólogo paulista, Octávio Ianni (1926-2004), faz parte de um grupo de intelectuais que buscou compreender a realidade brasileira e latino-americana para intervir neste processo de mudança em andamento. Para tanto, suas análises não se limitavam a uma especialização isolada: tinha necessidade de uma apreensão da totalidade².

No presente artigo objetivamos apresentar alguns aspectos da formação de Octávio Ianni, bem como, certas categorias fundamentais para compreendermos suas análises sobre a Ditadura Militar e o processo de “desenvolvimento capitalista” na região amazônica.

Realizaremos também uma revisão bibliográfica por meio do resgate das problemáticas centrais que o autor estabelece ou possibilita ao deflagrar as articulações históricas entre Ditadura e Amazônia.

Em nossas *Considerações Finais* buscaremos desenvolver uma reflexão entre as perspectivas de “desenvolvimento” atual da região amazônica a luz das análises de Ianni sobre o processo de “desenvolvimento com segurança”, que se deu durante os governos ditatoriais.

¹ As “ideias de Brasil moderno” constituem a base para a criação das ciências sociais no país: “Sim, no Brasil as ciências sociais nascem e desenvolvem-se marcadas pelo desafio: compreender as condições e as possibilidades do Brasil Moderno” (IANNI, 1994, p. 45).

² A mera menção do termo totalidade é o suficiente para causar, atualmente, urticárias-acadêmicas – em especial no âmbito da sociologia. Mas o fato é que Ianni tende a delinear em sua obra a totalidade da transformação capitalista no Brasil. Talvez essa seja a maior influência que o autor herda do marxismo. Lembremos que na obra de Marx: “A totalidade é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinação da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo”. (LUKÁCS, 2012, p. 297).

Ianni inicia suas publicações ainda nos anos 50, período chave da transformação capitalista do Brasil. Algumas de suas primeiras obras se voltam às várias etapas do processo de industrialização nacional e, não raro, se estendem em suas análises até o momento em que o autor escrevia. Desta forma, conseguiu destacar em várias obras tanto elementos estruturais, que atravessam a constituição do capitalismo nacional, como sua ligação com o processo histórico em fluxo.

O sociólogo pertence “à geração dos que ‘descobriram’ a América Latina através de Literatura, da solidariedade a Cuba, do ‘nacionalismo’ [...] dos anos 50 e 60, e finalmente do exílio político” (CANDIDO, 1996, p. 19). Se alça como intelectual de nível internacional a partir de sua atuação na Universidade de São Paulo, mais especificamente, na chamada *Escola Paulista de Sociologia*³.

Esta “Escola” expressou o esforço realizado por um grupo de pesquisadores – a partir da cadeira de Sociologia I da USP – capitaneado por Florestan Fernandes⁴, desde 1953 e que se estende até 1968. A partir desta instância desenvolveu-se um padrão de trabalho coletivo, até então inédito no país, (Cf., ARRUDA, 1995) que gerou frutos como o seminário *Economia e Sociedade no Brasil*⁵ e o *Cesit*⁶, com vistas à implantação e difusão de uma sociologia aplicada. Tal esforço coletivo se traduziu em uma “bem sucedida” empreitada intelectual; ainda que Florestan Fernandes tenha lamentado, mais de uma vez⁷, os rumos da experiência:

³ Ao menos dois autores trabalharam a ideia de “escola paulista de sociologia” ou “escola sociológica de São Paulo”. São eles respectivamente Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995) e José de Souza Martins (1998).

⁴ O próprio Florestan negava peremptoriamente a existência desta “Escola”: “Nos últimos anos, tenho recebido muito incentivo – com maior frequência no país, mas também do exterior – para escrever uma espécie de autobiografia ou, pelo menos, para explicar como surgiu o que alguns chamam, por falta de imaginação, de “a escola paulista de sociologia”. [...] Não tenho importância intelectual para tanto. E ainda menos, para “explicar” uma escola que não existe e nunca existiu” (FERNANDES, 1977, p. 140).

⁵ “Havia o projeto *Economia e Sociedade*, de 1962, que era referência dos projetos desenvolvidos na cadeira de Sociologia I. O centro das preocupações desse projeto era a questão da resistência às mudanças, um tema muito forte em sua sociologia quando tratava das dificuldades para transformar o país em um país democrático, moderno” (MARTINS, 1998, p. 153).

⁶ “O CESIT [Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho] marca uma transição na linha de pesquisa do grupo de sociólogos uspianos reunidos na Sociologia I. Depois de se deter por vários anos sobre a questão das relações raciais no Brasil, o grupo passa a preocupar-se com as questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro” (ROMÃO, 2006, pp. 21-22).

⁷ Sobre as críticas de Florestan ao trabalho realizado no período ver: *A sociologia no Brasil* (1977); e a segunda edição de *Mudanças sociais no Brasil* (1979).

Quanto a Octavio Ianni [...] Torneio, com Fernando Henrique Cardoso e outros, vítima de frustrações que me fizeram pensar em uma “geração perdida”. [...] Não somos culpados, em qualquer sentido! Mas ajudamos a forjar os monstros e as ruínas contra as quais desgastamos o melhor de nós mesmos, para darmos “a volta por cima” e redefinir o significado de nossa persistência e do espaço de futuro que ainda usaríamos como um aríete nos combates da história, que se convertem em civilização. (FERNANDES, 1996, p. 11)

A partir de 1958, paralelamente aos esforços centrados na cadeira de Sociologia I, Ianni passa a compor o grupo O capital, também conhecido como “Seminário Marx” – este capitaneado pelo filósofo José Arthur Giannotti (Cf., RAGO FILHO, 2008). Tratava-se de uma confraria de jovens intelectuais de esquerda e de composição multidisciplinar (na qual estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia) que começaram a se reunir fora da universidade “para estudar com mais proveito, a salvo da compartimentação e dos estorvos próprios à instituição”, mas estabelecendo uma “ligação deliberada da leitura de O capital ao motor da pesquisa universitária”, o que “iria modificar o quadro e deixar a cultura marxista anterior em situação difícil” (SCHWARZ, 1999, pp. 87 e 90).

Destas duas experiências – a primeira com conquistas amplas no âmbito acadêmico-institucional e a segunda buscando firmar uma interpretação própria de Marx e do marxismo, em oposição ao PCB – emergem uma imagem de Brasil que dá base à criação de uma “analítica paulista”⁸ que aos poucos vai ganhando hegemonia dentro dos debates intelectuais sobre o Brasil, principalmente a partir dos anos 70. Seu caráter hegemônico se traduz claramente por meio das três “teorias” que estes intelectuais ajudam a desenvolver e difundem amplamente: a da dependência, a do populismo e a do autoritarismo⁹.

Estas experiências coletivas, que podem ser entendidas como parte do período de formação de Ianni, vão se inviabilizar a partir do acirramento da Ditadura Militar em 1968, quando os militares impõe definitivamente seu próprio projeto de Brasil¹⁰.

⁸ Para uma crítica da “analítica paulista” Cf. CHASIN, 2000.

⁹ Há diferença na posição teórica dos vários autores que compõem a “analítica paulista”, mas não é difícil verificar que todos eles ajudam a inserir estas teorias no centro do debate nacional e com uma congruência interna razoável entre as posições de maior destaque. Notavelmente as análises de Fernando Henrique Cardoso compõem a principal expressão desta “analítica”.

¹⁰ “A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, produziu um modelo para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. É claro que o modelo denominado segurança e desenvolvimento não surgiu pronto, delineado, desde o começo. Foi elaborado ao longo dos anos 1949-64. E nos anos seguintes, desde 64, quando posto em ação, ganhou outros desdobramentos práticos e ideológicos” (IANNI, 2004b, p. 260).

A participação de Octavio Ianni nestes empreendimentos intelectuais nos ajuda a compreender melhor a natureza da obra do autor, bem como, de maneira reflexa, as possibilidades de interpretação do Brasil que surgiram no grupo. No presente artigo nos limitaremos a analisar a contribuição singular de Ianni, mas, a título de exemplificar a complexidade do problema, vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso – que vivenciou um processo formativo na USP muito próximo ao de Ianni – desenvolve, em sua obra e desdobramentos políticos, posições diametralmente opostas ao do autor aqui analisado, ainda que haja entre os dois uma confluência de terminologias, referenciais teóricos, etc.

Esta diferença se expressa com grande força na forma em que ambos tratam a empreitada ditatorial: enquanto para Octavio Ianni a Ditadura representa amplamente um processo contrarrevolucionário¹¹, em Cardoso, os militares trataram de levar à frente as tarefas necessárias à “revolução burguesa” no Brasil. Como nos aponta Ivan Cotrim:

Desta forma o golpe militar de 64 não poderia ser tratado como uma fatalidade do destino, ou, como afirma Cardoso: “Não penso que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da história”; contudo, ele não indica outra alternativa para o que entende por desenvolvimento econômico, e ainda justifica-se dizendo que “o estabelecimento do processo de acumulação necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares, tarefa que o golpe de 64, no seu aspecto repressivo, cumpriu imediatamente”. (COTRIM, 2001, p. 153)

Enquanto Ianni denuncia a subordinação do país ao Imperialismo e suas consequências nefastas para a população – como veremos mais adiante –, para Cardoso o que estava em jogo era uma “associação” considerada de tal forma que “reduz radicalmente o caráter subordinado da economia brasileira” (*Ibid.*, 154).

Em resumo, para Cardoso a intervenção ditatorial no âmbito econômico é vista com simpatia por cumprir tarefas necessárias para o desenvolvimento do país, ainda que o “autoritarismo burocrático” seja condenável. Já para Ianni, tanto os aspectos econômicos quanto os políticos são amplamente condenáveis na medida que aprofundam o caráter dependente do país.

¹¹ Cf. *Revolução e contra-revolução*. In: IANNI, 2004b.

Particularidade do pensamento de Octavio Ianni

a complexidade das tarefas reservadas ao sociólogo e a envergadura das suas contribuições dependem, em última instância, dos temas que lhe são postos pela sociedade. (IANNI, 1976, p. 26).

As contribuições de Octavio Ianni buscaram estar à altura das demandas sociais de sua época, que se traduziam em problemas como: a composição das classes sociais no Brasil, a particularidade do Estado brasileiro, a atuação do Imperialismo na América Latina, os modelos de desenvolvimento econômico, o papel dos intelectuais, entre outros.

Realizou um trabalho sociológico, tomando a sociologia não apenas como “uma ciência do presente, nem somente uma técnica social de resolução de problemas sociais”. Para ele “a sociologia se constituiu como ciência voltada principalmente para configurações e processos histórico-sociais” (IANNI, 1978, p. 3)¹².

Destaca-se dentro de suas análises sociológicas o processo de estratificação social, que é tido como processo estrutural que fornece os dois elementos centrais para grande parte de suas interpretações:

[...] a maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político (*Ib.*, 1978, p. 11).

Destarte, a organização do modo de produção e a repartição do produto social está na base da estrutura social, mas esta não se organiza apenas no nível econômico, diz respeito também a estruturação política: a forma de dominação. Se revisarmos as produções de Ianni facilmente verificaremos como os estudos do autor privilegia amplamente essas duas esferas de análise.

Em consonância com esta constatação, tanto as análises que fez da Ditadura Militar, quanto suas pesquisas sobre a Amazônia, devem ser contextualizadas em um

¹² Os vários ângulos da compreensão de Ianni sobre a sociologia podem ser encontrados em seu livro póstumo: *A sociologia e o mundo moderno* (2011). Também no sentido epistemológico, o sociólogo tentou abarcar a totalidade, mapeando os temas clássicos da disciplina e integrando as possibilidades de apropriação dos fenômenos sociais: contudo, faz esse esforço menos como um eclético e mais visando uma “sociologia da sociologia”, expondo as gênese e funções sociais que atravessam as várias expressões da sociologia moderna e contemporânea.

quadrante mais amplo: a transformação do capitalismo brasileiro cujos parâmetros principais são a produção econômica e o poder político, em suas relações endógenas e exógenas. Seu itinerário bibliográfico explicita esse esforço. Lembremos aqui de alguns títulos:

- *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963);
- *Estado e Capitalismo* (1965);
- *O colapso do populismo* (1968);
- *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1971);
- *Imperialismo na América Latina* (1975).

Estes trabalhos contribuíram para compor sua própria imagem de Brasil – que será refinada nas décadas seguintes – e que, como vimos, se soma a um esforço coletivo que ganha uma importância crescente nas análises acadêmicas e intervenções políticas em momentos distintos da vida nacional.

Com uma obra de aproximadamente quarenta volumes, escrita ao longo de cinco décadas, exerceu a crítica posicionando-se ao lado “dos de baixo”, como gostava de dizer seu mestre Florestan Fernandes, com quem compartilhou as lutas no âmbito das ideias. Assim, vemos emergir uma ampla denúncia e profunda análise da subordinação do Brasil que se “modernizava” por meio de uma ditadura militar e sob os auspícios do imperialismo norte-americano. Neste contexto, Ianni articula suas ideias a partir do debate sobre o capitalismo dependente.

Para ele capitalismo dependente e imperialismo são fenômenos reflexos, ou seja, “o conceito de dependência estrutural corresponde, complementar e antiteticamente, ao conceito de imperialismo” (IANNI, 1974, p. 175):

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes do processo econômico e político que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista. (*Ibid.*, p. 172).

A dependência se expressa em várias esferas da vida social e historicamente pode deixar marcas mais ou menos relevantes no funcionamento e transformação das sociedades que estabelecem esse tipo de relação. Contudo, “em perspectiva eco-

nômica, a dependência estrutural é produto e condição da internacionalização do processo produtivo. Ela nasce com a ‘divisão internacional do trabalho’ generalizada pela expansão do capitalismo industrial” (*Ibid.*, p. 176).

Esta dependência estrutural pode ter maior ou menor influência dentro dos países que foram alvos das disputas imperialistas, estando o grau de dependência ligado à receptividade ou associação das forças econômicas e políticas do país aos interesses imperialistas¹³. Tal relação, que denota um grau de autonomia dos países dependentes¹⁴, fica clara com a análise que o autor faz sobre o caso brasileiro.

Ao avaliar a atuação dos vários governos brasileiros, dos anos 30 aos anos 70, destaca a tendência de cada um em ampliar ou conter as relações de dependência estrutural no país: fica explícita a variação, principalmente, entre os governos Vargas que tende a afirmar a autonomia do país frente ao governo de Kubitschek e os da Ditadura Militar, que aprofundam o caráter de dependência estrutural do Brasil (*Cf.*, IANNI, 1979).

Como veremos à frente, dentro da compreensão de Octavio Ianni, a atuação imperialista se dá, entre outras formas, se utilizando da atuação do capital monopolista que, segundo o autor, durante o período da Ditadura Militar irá capturar o Estado nacional.

A Ditadura Militar

A Ditadura Militar foi analisada por Ianni em algumas de suas obras, destacadamente: *O colapso do populismo* (1968) e, principalmente, *A ditadura do grande capital* (1981). Como vimos, o autor já vinha acumulando um referencial analítico sobre a transformação capitalista do Brasil em seus aspectos estruturais, portanto, a análise dos governos ditatoriais é um desdobramento normal de suas pesquisas.

No já clássico, *O colapso do populismo*, Ianni realiza um balanço dos governos que ficaram conhecidos como populistas, parecendo “reclamar o populismo como forma adequada do aprofundamento do capitalismo entre nós” (BARBOSA FILHO, 1980, p. 221). Como expressa com clareza em texto posterior ao retomar o tema:

¹³ Para uma análise sobre dependência e imperialismo em Ianni ver ZERMEÑO, 1974.

¹⁴ Esta forma de tratar a dependência é muito próxima a de vários autores no que concerne o reconhecimento de uma dinâmica interna (por meio da luta entre as classes sociais) nos países dependentes. Ou seja, que não entende a ação imperialista como um demiurgo que manipula a sua livre vontade os países dependentes. Cf. CARDOSO DE MELLO, 1983 (Introdução); SANTOS, 2005.

O que está acontecendo, por dentro e por fora do populismo, em sindicatos rurais, sindicatos urbanos, partidos políticos, eleições, greves, comícios, debates e muitas outras atividades políticas do povo em geral, – o que está acontecendo é um avanço real do processo democrático. (IANNI, 2014b, 285)

Ao mesmo tempo, aponta os limites e contradições do “pacto populista”¹⁵ que resultaram na implementação da Ditadura Militar. A Ditadura aqui aparece como o ponto de viragem resultantes das contradições do período “intermediário” da industrialização brasileira, em especial das contradições entre as classes urbanas e rurais:

Pouco a pouco, a massa começa a ganhar fisionomia e o movimento de classe. Os operários da indústria e da agricultura, os camponeses, os empregados de escritório de repartição pública, muitos, milhares, milhões começam a pôr e repor as suas reivindicações econômicas e políticas. Ao longo de 1946-64, há um ascenso geral do povo no processo político. E é contra esse ascenso, contra a metamorfose de massa em classe, que cai toda a brutalidade do Golpe de Estado de 31 de março de 1964 (IANNI, 2004b, p. 286).

Será em A ditadura do grande capital que o autor faz um quadro de corpo inteiro da estruturação e funcionamento da Ditadura Militar brasileira. Porém, lançado em 1981 – ou seja, antes da finalização do período ditatorial – não contamos com uma análise sintetizada do autor sobre o processo da “abertura democrática”.

Neste livro, ele retoma elementos de análises anteriores como a ideologia do planejamento social e econômico, mas abre também outras frentes de análise, abordando além da questão urbana – vinculada ao processo industrial –, a questão rural tomando duas regiões chaves para a intervenção ditatorial: o Nordeste e a Amazônia.

Instaurada com um golpe de Estado, em 1964, a Ditadura Militar conta com amplo apoio das classes médias, que se tornaram importantes no período. Para Ianni estas classes médias revelaram-se uma massa dócil às soluções autoritárias contra a massa operária e seus porta-vozes (IANNI, 1968, pp. 137-142). Por outro lado, aponta como a militarização da política está amplamente presente na história brasileira e que, neste caso, é aguçada pelas tensões e contradições entre grupos e classes sociais em luta.

Mas o golpe militar não se trata de um acontecimento puramente político ou militar, possui raízes econômicas importantes. A política econômica da Ditadura

¹⁵ A “teoria do populismo” nos parece problemática em várias de suas vertentes. Um boa crítica sobre o populismo em geral e também sobre o populismo na obra de Ianni se encontra em: BARBOZA FILHO, 1980.

Militar não traduziu um programa de desenvolvimento econômico, mas sim uma modernização do sistema econômico¹⁶:

Trata-se de uma política destinada a “aperfeiçoar” as instituições e as relações econômicas. Em plano interno, é preciso garantir o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornavam urgentes ou se impunham praticamente. Em plano externo, é necessário garantir a integração no capitalismo mundial e facilitar a movimentação dos fatores da produção (IANNI, 1968, p. 198).

Apesar de se valer dos militares, tratou-se de uma “ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial” (Cf. IANNI, 1981). A partir da doutrina de *segurança e desenvolvimento*, há uma reorganização e concentração de poder do Estado de modo a favorecer e impulsionar a acumulação monopolista no Brasil. Inaugura-se, assim, uma “fase especial” do capitalismo brasileiro: “cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo” (*Ibid.*, p. 35).

Os dados de 1974, destacados pelo autor, nos revela uma supremacia das empresas estrangeiras que alcançam um faturamento de 42,8% em relação às empresas nacionais que chegam a 32% e às estatais com 25,2%. Neste tripé, “a ditadura foi levada a transformar (ainda mais acentuadamente do que em décadas anteriores) o Estado em uma espécie de ‘capital coletivo’” (*Ibid.*, p. 46). Contudo, favoreceu-se a supremacia imperialista sobre o conjunto da economia. Tendo como principal instrumento da economia a política salarial pautada no “arrocho”:

Depois de 64, desenvolveram-se tanto a pauperização relativa como a absoluta, de tal forma que a burguesia monopolista, nacional e estrangeira, pode realizar uma espécie de mais-valia extraordinária. Na medida em que a ditadura reprimiu política e economicamente a classe operária, as taxas de expropriação cresceram. Foi esse o fundamento do “milagre brasileiro”, do “milagre econômico” que a indústria cultural do imperialismo passou a decantar no Brasil e em âmbito internacional (*Ibid.*, p. 79).

¹⁶ Ianni diferencia modernização da econômica ou do sistema econômico de modernização da sociedade brasileira, vejamos: “Sob vários aspectos, a revolução econômica realiza-se plenamente. Ou a modernização da economia brasileira alcança pleno êxito. [...] Entretanto, a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade, deparando-se com obstáculos diversos” (IANNI, 2004b, pp. 119 e 120).

Para o autor, o Estado foi capturado pelo capital monopolista, fato que fica claro ao analisarmos a intervenção da Ditadura Militar na região amazônica.

A questão amazônica

Na bibliografia de Ianni destacam-se três livros¹⁷ cujo foco central é a região amazônica:

- A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia (1978);
- Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia (1979);
- Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978 (1979).

Em *A luta pela terra*, apesar do autor se deter na análise de um único município, Conceição do Araguaia, seus estudos abarcam oitenta anos de história:

A história das relações econômicas e políticas desenvolvidas ali, de 1879 a 1977, mostra como se desenvolve a luta pela apropriação e uso da terra; mostra como a terra é inserida na trama das relações das classes sociais; como o capitalismo chega e estende-se pelos campos de Conceição do Araguaia (IANNI, 1978a, p. 5).

Ao favorecer um recorte temporal mais amplo, Ianni retoma a fase na qual a Amazônia passa por um de seus maiores surtos econômicos, é dizer, o período da borracha¹⁸. Com isso, ele pode apreender as principais relações sociais que são estabelecidas no período anterior a intervenção ditatorial, não só na fase em que a região se dobra à demanda externa de comercialização da borracha, mas também na fase intermediária, na qual há uma acomodação à economia “campesina”:

Ao longo dos anos 1912-1960, o município de Conceição do Araguaia teve uma economia extrativista diversificada, combinada com agricultura e pecuária. Além da coleta, caça e pesca, houve roças e criações. A produção econômica destinava-se a atender principalmente às exigências do consumo de caboclos, sitiantes fazendeiros, agregados, empregados, funcionários, professores, religiosos, policiais, comerciantes, e outros, no campo e na cidade.

¹⁷ Os três estudos estão ligados à atuação de Octavio Ianni no Centro brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

¹⁸ Segundo Roberto Santos (1980), o surto gomífero tem sua principal expansão entre 1840 e 1910.

[...] Houve uma espécie de camponezação geral da sociedade local, devido ao drástico enfraquecimento do segmento mercantil (*Ibid.*, pp. 74 e 87).

A região do Araguaia é especialmente significativa na medida em que foi o local da principal guerrilha que se estabelece em oposição aos governos militares, ainda que, segundo o autor, não houvesse, naquele momento, informações seguras sobre o processo. De forma que sua apresentação da guerrilha se limita a dois parágrafos e uma longa citação que aglutina dados de jornais e revistas da época.

Apesar de o livro *A Luta pela terra* estar vinculado nitidamente aos estudos sobre a Amazônia, este trabalho pode ser relacionado com a monografia *A classe operária vai ao campo* (IANNI, 1984), publicada pela primeira vez em 1976, na qual o autor realiza um estudo semelhante, porém, sobre Sertãozinho, município localizado no “segundo Oeste” paulista.

O próprio Ianni não faz, até onde saibamos, nenhuma articulação direta entre os dois estudos realizados em dois municípios tão distantes um do outro. Mas, ao analisarmos os trabalhos, verificamos que ambos são abordados em um período coetâneo e têm como elo o fato de serem locais estratégicos das duas regiões nas quais se realizavam os dois principais processos de acumulação da época: a exportação de borracha extraída na Amazônia e a exportação de café produzido em São Paulo.

Por outro lado, os estudos abordam um momento chave para a criação dos pressupostos da industrialização nacional como é, por exemplo, o problema da mão de obra. É no final do século XIX que o Brasil conhece os dois grandes movimentos populacionais com a corrente imigratória de origem europeia para trabalhar nas fazendas de café em São Paulo e da migração de nordestinos para os seringais da região amazônica.

Como sabemos, o resultado das duas empresas são completamente diversos. Enquanto São Paulo se torna o centro mais industrializado do país, após a experiência com o café, a economia da Amazônia declina chegando mesmo em algumas regiões ao quadro expresso por Furtado:

Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar o seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. [...] o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que

o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra (FURTADO, 1995, pp. 134-135).

A extensão do período abordado nos trabalhos nos permite verificar também o retorno do interesse pelas regiões durante a Ditadura Militar, revertendo o processo que chamou de camponezação ou reforma agrária espontânea, favorecendo mais uma vez a concentração de terras e a produção do tipo latifundiária.

O problema da mão de obra na região amazônica durante o período da Ditadura Militar será retomado em *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, contudo, demonstrando agora a amplitude da intervenção ditatorial que visava integrar o país:

A forma pela qual o Estado foi levado a dar início e desenvolver a colonização dirigida, oficial e particular, na região amazônica, repõe o problema da estrutura fundiária, tanto na Amazônia, como no Nordeste, Sul e outras regiões. Simultaneamente, repõe o problema da movimentação dos trabalhadores rurais das várias regiões, no âmbito da sociedade brasileira. (IANNI, 1979a, p. 7).

Ainda que tenham criado um Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) que previa uma reforma agrária e a colonização, os governos militares acabaram por realizar apenas a última. Assim: “a política de colonização é apresentada como política de reforma agrária” (*Ibid.*, p. 125). Sua conclusão geral é que, no essencial, realizou-se, na verdade, um processo de contrarreforma agrária.

As iniciativas de colonizações espontâneas na região amazônica – que se ampliaram com o processo de abertura de estradas e a publicidade estatal – tendiam, segundo o sociólogo, a uma reforma agrária efetiva. No entanto, os governos reverteram o processo por meio de políticas de colonização dirigida, seja ela estatal ou particular:

Ao mesmo tempo, essa colonização dirigida se articula com a criação e a expansão da empresa privada de agropecuária e outras atividades, com a proteção e o incentivo econômico e político de órgãos estatais como a SUDAM, INCRA, BASA, FUNAI e outros. Isto é, a colonização dirigida se configura como uma contrarrevolução agrária [...] (*Ibid.*, p. 126).

De fato distribui-se alguma terra na Amazônia, mas para não se distribuir nenhuma no Nordeste, no Sul e em outras regiões: isto em benefício da burguesia rural que apoiou amplamente o golpe militar.

Em sua obra central sobre a transformação capitalista da Amazônia, *Ditadura e Agricultura*, Ianni acentua a relação basilar entre Estado e o capital monopolista, demonstrando como “as medida governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo” (IANNI, 1979b, p. 15).

Desde o começo, os governos militares foram levados a comprometer profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Trataram de privilegiar o caráter dependente da economia brasileira e reduzir ao mínimo, ou mesmo anular, o elemento de autonomia que também estava presente no conjunto do sistema econômico. [...] O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional (*Ibid.*, p 17).

Sob a Ditadura o país torna-se um vasto enclave do imperialismo: “O que já era uma tendência predominante nas décadas anteriores, adquiriu maior força, amplitude e intensidade quando o capital monopolista capturou quase que totalmente o aparelho estatal” (*Ibid.*, p. 25).

A política econômica desde 1964 buscou no endividamento externo um de seus pontos de apoio. Para seus idealizadores, tratava-se de “absorver poupança do resto do mundo”, trazendo dinheiro que os outros economizaram para investi-lo aqui em atividades produtivas, ora: “O resultado deste processo só poderia ser um crescimento acelerado da dívida externa que tinha crescido 25% em duas décadas (1946 a 1964) e se elevou em 1500% entre 1964 e 1978” (*Ibid.*, p. 29).

O capital estrangeiro estará presente tanto na indústria como na agricultura, no setor financeiro e comercial. A lógica da “economia aberta” dava ênfase na exportação (de base agrícola e não agrícola). Baseava-se em um mercado interno restrito e num mercado externo em expansão.

Durante o chamado “milagre econômico” (1968-1973) cresceu o produto interno bruto, mas entre 1964 e 1976 cresceu ininterruptamente as exportações. A partir de 1971 – portanto, antes da crise do petróleo – as exportações não estavam mais cobrindo as importações (*Ibid.*, p. 42).

Assim, o Estado e a economia nacional mantiveram-se prisioneiros do capital estrangeiro: favoreciam a produção de mercadorias para exportação (pois geravam

divisas) visando equilibrar a balança comercial e pagar os capitais externos (portanto, cotados em moeda estrangeira); para assim importar mais capital externo e repetir o processo. Ou seja, se mantinham presos a um círculo vicioso.

Nesse círculo vicioso, cresce a exportação brasileira de mais-valia. Se é verdade que alguns setores de classe média, principalmente tecnocratas, beneficiaram-se dessa política econômica, o que de fato ocorreu foi uma maciça concentração e centralização do capital, fortalecendo amplamente o poder econômico e político da grande burguesia nacional e estrangeira. Tudo isso com base na expropriação agressiva e repressiva do proletariado industrial e agrícola (*Ibid.*, p. 48).

Nas palavras do próprio Geisel: “Não exportamos porque nos falte vontade ou imaginação para ampliar o mercado interno. Exportamos porque precisamos importar bens e serviços essenciais que se destinam a esse mercado” (GEISEL apud *Ibid.*, p. 51).

O “milagre econômico” demonstrou, assim, ser mais um dos surtos que caracterizam o sentido dado ao país desde a colonização, já ressaltado por Caio Prado Júnior (1986) nos anos 40. Ou seja, “a rigor, o modelo de ‘economia aberta’, ou dependente, adotado desde 1964, reativou a economia primária exportadora constituída histórica e estruturalmente com a formação social brasileira” (IANNI, 1979b, pp. 51-52).

Antes de 1964 já havia na região amazônica uma articulação mercantil na agricultura e na pecuária, no entanto, o grande peso da produção era destinado para o autoconsumo ou a um comércio limitado e local. Em grande medida, a economia da região se articulava amplamente se valendo de atividades extrativistas. Contudo, entre 1964 e 1978, a atuação estatal na Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional:

Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicações, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (*Ibid.*, p. 60)

Neste período, se intensificou e generalizou as transformações econômicas da região com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966, pois “foi a partir da criação da Sudam que começaram a ganhar maior dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais

e de mineração”, e, assim, “em poucos anos a SUDAM, o BASA [Banco da Amazônia S. A.] e o BB [Banco do Brasil] passaram a atuar de modo articulado no sentido dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos públicos e privados da região” (*Ibid.*, p. 61).

As iniciativas governamentais adotadas geraram mudanças mais ou menos notáveis em praticamente todos os níveis da sociedade amazônica. Contudo, destaca-se a transformação da Amazônia em uma dupla fronteira:

Por um lado a política estatal para a região permitiu dinamizar e diferenciar as suas exportações. Com isso cresceu a sua capacidade de produzir divisas para pagar dívidas, para que o “modelo de economia aberta” pudesse ter continuidade, e o capital monopolista (nacional e estrangeiro) pudesse prosseguir a acumulação agressiva e repressiva em que se achava lançado. Por outro lado, a Amazônia se transformou numa região importadora, cada vez mais importante, de produtos industriais ou insumos para fins industriais. Nesse duplo sentido, a Amazônia representou e representa uma dupla fronteira para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo monopolista que capturou amplamente o Estado brasileiro em 1964 (*Ibid.*, pp. 71-72).

Como resultado da concentração de terra em prol do capital monopolista os principais atingidos por esta forma de transformação capitalista são os posseiros e os índios, que são literalmente massacrados. A violência das lutas pela terra no período são aterradoras e estão ainda por serem amplamente debatidas pela sociedade brasileira. Não há autor que sustente a ideia da Ditadura Militar brasileira ter sido “branda” ao ver os relatos de verdadeiros genocídios ocorridos na construção da BR-174¹⁹, entre vários outros. Já, em 1978, Octavio Ianni pode demonstrar amplos indícios dos massacres que ocorreram contra posseiros e indígenas, dedicando capítulos inteiros para tratar do tema.

Geopolítica e “Acumulação Originária”

Seguindo as análises de Ianni, a história da Amazônia, desde 64, coloca e recoloca principalmente as seguintes questões:

¹⁹ “A Comissão Nacional da Verdade começou a investigar, em outubro deste ano, o desaparecimento de aproximadamente 2.000 índios da etnia Waimiri-Atroari durante a ditadura militar. O sumiço dos indígenas, cujo território se estendia de Manaus até o sul de Roraima, ocorreu entre 1968 e 1983, época em que o governo federal construiu a rodovia BR-174 – ligando a capital amazônica a Boa Vista – para atrair à região projetos de mineração de multinacionais”. (BALZA, 2012).

- a) geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo;
- b) acumulação primitiva e luta pela terra;
- c) ditadura e fronteira.

Desde o começo os militares foram levados a adotar várias políticas para a Amazônia que passaram a dinamizar e orientar as atividades econômicas, públicas e privadas da região. No geral, a Ditadura optou principalmente por duas políticas para a Amazônia: “uma, de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região como o conjunto do País, em especial o centro-sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante” e a “outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo” (IANNI, 1981, p. 132).

As duas políticas se conjugaram e se combinaram, como por exemplo, na construção das rodovias que visavam a “segurança nacional” e o “desenvolvimento econômico”. Mesclando e confundindo razões geopolíticas, como a questão das fronteiras e com as razões do capital: “e esse é um traço fundamental da fisionomia e do desempenho da ditadura militar” (*Ibidem*).

A luta pela terra não era algo novo na região, estava presente desde os tempos coloniais com as drogas do sertão e no período do ciclo da borracha, contudo até então o problema da terra era bastante secundário, poucos se preocupavam com os títulos das terras. Com a luta pela terra instaurada pela Ditadura Militar é que se desenvolve o processo que o autor denomina “acumulação primitiva”:

As terras devolutas, tribais e ocupadas começaram a ser apropriadas por negociantes de terras, grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo, à medida que as terras são monopolizadas por grandes proprietários, expropriam-se índios e caboclos, posseiros antigos e recentes, que se transformam em assalariados permanentes e temporários. Em geral, a expropriação de índios e trabalhadores rurais, que acompanha a monopolização das terras por grandes proprietários nacionais e estrangeiros, envolve também muita violência privada e estatal contra posseiros e índios (*Ibid.*, p. 135).

Como é sabido, a ideia de acumulação primitiva (ou originária) compõe um dos capítulos de *O capital*, de Karl Marx, no qual ele se contrapõe à concepção de Adam Smith, demonstrando com se deu historicamente a origem do capitalismo por meio de uma série de processos de expropriação. De forma que “a história desta expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas diferentes” (MARX, 1984, p. 831), tais como a colonização escravista das Américas, a expulsão dos servos das terras em que trabalhavam

na Inglaterra, a pirataria e outros mecanismos pautados amplamente na violência. Marx deixa claro que este tipo de acumulação é “considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1984, p. 830).

As citações reiteradas de Octavio Ianni sobre o processo de acumulação primitiva que se realizou na Amazônia durante a Ditadura se assemelham e, ao mesmo tempo, destoam da concepção marxiana. Em primeiro lugar porque em Marx o processo aparece claramente como momento histórico que deu condições para criação do capitalismo. Ainda que enfoquemos no processo descrito por Ianni como parte do desenvolvimento do “capitalismo brasileiro”, faria mais sentido focalizar a acumulação primitiva que vai gerar a industrialização nacional no período entre 1808 a 1930, como faz, por exemplo, Florestan Fernandes²⁰. Contudo, no momento em que Ianni escreve sobre a Amazônia a industrialização brasileira já esta bastante desenvolvida, sem falar no capitalismo em nível mundial.

Por outro lado, a forma de atuação do capitalismo por meios “extra econômicos”, mediado pelo Estado e promovendo tal grau de barbárie, de fato lembra o processo descrito por Marx.

O problema sobre o tema da acumulação primitiva na obra de Ianni começa a ganhar maior clareza quando retomado pelo autor em seu artigo *Formas sociais da terra*, escrito em 1983, no qual escreve:

A acumulação originária compreendida principalmente como um processo estrutural (e não apenas em termos da gênese do capital) tem sido responsável pela extensa e intensa monopolização de terras devolutas, tribais, ocupadas e outras. Isso implica a transformação, ou rearranjos, das relações entre índios, sitiantes, caboclos, posseiros e outros trabalhadores rurais com a terra, enquanto objeto e meio de produção. Generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção. E intensifica-se a violência entre a privada e pública, de modo a favorecer a monopolização da terra, a proletarianização de trabalhadores rurais, inclusive índios (IANNI, 2004, p. 187).

Portanto, para o autor, o peso do conceito não recai sobre o processo histórico. Assim, Ianni se adianta, ainda que de forma menos esclarecedora, ao que David Harvey chama de *acumulação por espoliação*, forma jamais superada pelo Capital.

²⁰ “A Era Neocolonial, cumprirá, segundo o autor, um papel de acumulação primitiva, a partir dos recursos que passam a ficar no país e que serão essenciais para a transformação seguinte que gerará a *Era do capitalismo dependente*”. (CHAGAS, 2011, p. 78).

Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “originário” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” [...] Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas [...] (HARVEY, 2004, pp. 120-121).

Ao retomar os debates sobre o imperialismo, principalmente a partir de Rosa Luxemburgo, Harvey dá uma resolução mais harmônica ao problema identificado por Octavio Ianni, ao lidar com o processo de acumulação a partir da espoliação da região amazônica.

Destarte, a concepção de acumulação por espoliação coaduna amplamente com a conclusão do sociólogo paulista de que as iniciativas destinadas à reconquista geopolítica e capitalista da Amazônia, conjugadas, transformaram a questão fundiária em um grande problema político e econômico, dentre elas: a construção de estradas, a criação e isenção fiscais e creditícios para o capital nacional e estrangeiro, a disponibilização do aparelho estatal para os interesses burgueses (local, regional, nacional, estrangeiro). O crescimento do fluxo do capital levou o afluxo de trabalhadores desempregados (subempregados) de outras regiões.

De um lado, empresas e fazendeiros estimulados pelos incentivos fiscais e pelas facilidades concedidas pelo Governo; do outro, milhares de camponeses de todas as partes do País, atraídos por uma propaganda intensa que sugeria a existência de terras gratuitas para todos [...] A maior parte dos que chegaram ficou sem terra. Uns desde o início. Outros, depois de terem permanecido nela por dois, três, quatro anos. [...] Os fazendeiros ou empresários chegam, apresentam seus títulos de propriedade do INCRA, conseguem a legitimação de posse e depois recorrem às autoridades judiciárias para obter a ordem de expulsão. A polícia e os jagunços se encarregam do resto (Nélio LIMA *apud* IANNI, 1981, pp. 138-139).

Aos poucos “devido ao intrincado e à sucessão dos acontecimentos, muitos não se lembram mais nem da geopolítica nem do capital” (*Ibidem*). O discurso é colocado por governantes e empresários em termos de progresso, desenvolvimento, integração nacional, etc.

Em grande medida a Ditadura Militar recriou a Amazônia como fronteira, visando ocupá-la e integrá-la. A “fronteira amazônica” é o espaço no qual os governantes coloca os excedentes de força de trabalho:

1º cria estoque de mão de obra junto aos empreendimentos governamentais e privados da região;

2º diminui a tensão das contradições sociais do nordeste e no sul.

3º reduz o impacto social das migrações do nordeste para Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

De maneira global, a questão amazônica se articula, na obra de Ianni, por meio da relação de subordinação do campo à cidade. Um dos processos centrais da transformação capitalista:

Há uma articulação entre o poder político-econômico e as atividades agropecuárias e industriais que precisamos desvendar, se queremos conhecer o país. É ilusório pensar que o país se entende apenas através do jogo, ou das posições ou dos artifícios dos discursos governantes, dos políticos ou candidatos. Esta é apenas uma expressão dessa realidade. [...] É indispensável conhecer a maneira pela qual a sociedade agrária e a sociedade industrial se articulam, para entendermos o que é o Brasil de hoje e o que ele poderá ser no futuro próximo (IANNI, 2004, p. 150).

Em suas análises, a ampla disponibilidade de terras permitia aos governos a manipulação da população rural se valendo da transferência do contingente populacional entre regiões. É esta manipulação que possibilitou o processo de “contrarreforma agrária”, por exemplo:

Em vez de se fazer reforma agrária no Rio Grande do Sul, ou fazer um remanejamento da propriedade fundiária em alguns lugares do Rio Grande do Sul, realiza-se uma transferência, pura e simples, das famílias para o Norte do Mato Grosso, ou outras áreas da Amazônia. E com isso não se mexe nas estruturas fundiárias no Rio Grande do Sul (*Ibid.*, p. 145).

Contudo, Ianni via no esgotamento desta possibilidade de manipulação pautada na ampla oferta de terra uma situação na qual o problema dos conflitos deveria ser resolvido:

Se se esgota essa margem de manobra oferecida pela fronteira, pode ser que os problemas se tornem mais agudos, cruciais. Então pode ser que os governantes sejam obrigados a enfrentar de uma maneira direta e mais profunda os problemas das áreas de tensão que a sociedade brasileira tem criado, recriado e multiplicado, ao longo dessas últimas décadas (*Ibid.*, p. 147).

A diminuição deste espaço de manobra, conjugada com a própria transformação do Brasil por meio dessa imensa circulação de pessoas, poderia reformular o

Estado brasileiro de “autoritário” para “democrático”. É dizer, é pela redução da capacidade de manipulação da economia (redução da disponibilidade de terra e migração populacional) que o autor vislumbra a possibilidade de uma democratização efetiva para o país.

Outro elemento que contribuiria para o processo de democratização é a própria reconfiguração das relações sociais que se deu pela intervenção militar, ou seja, “o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo criou novas e surpreendentes possibilidades de reivindicação e luta para operários e camponeses” (IANNI, 2004, p. 172). Para o sociólogo há uma ampliação das contradições sociais devido ao desenvolvimento das classes sociais em escala nacional, o que cria possibilidades novas para uma democratização do país.

Considerações Finais

A Amazônia vive neste momento uma nova rodada de “desenvolvimento” que busca atrelar o “sucesso” da exploração regional ao “sucesso” do desenvolvimento nacional. A previsão é que a região atraia 130 bilhões em investimentos (PEREIRA, 2014). Neste sentido se pronunciou o ex-presidente Lula da Silva, orgulhoso do seu Plano de Aceleração do Crescimento – PAC: “Este país vai se transformar em uma grande potência econômica nos próximos anos. E é graças ao pré-sal, é graças a Amazônia, é graças a biodiversidade” (SILVA *apud* ZIBECHI, 2012, p. 205). A importância da Amazônia aparece também (e novamente) mesclando e confundindo razões geopolíticas, como a questão das fronteiras e com as razões do capital, acentuando seus aspectos estratégicos de “integração regional”, uma vez que é a região do país com maior quantidade de fronteiras:

O governo Lula, portanto, aprofundou a tendência à mudança de percepção em relação à fronteira, que deixou de ser vista como “ameaça” para ser entendida como “oportunidade de desenvolvimento” por meio da integração econômica e política e da cooperação bi ou multilateral. Seguindo a linha traçada por seu antecessor, o governo Dilma Rousseff vem desenvolvendo discussões interministeriais, com participação de diversos órgãos da administração pública, para o lançamento do Plano Brasil Fronteira, com o objetivo de promover uma agenda federal e onze estaduais, coordenadas entre si, para tratar o tema de fronteira de maneira integral, isto é, tratando-o da perspectiva do desenvolvimento nacional e regional e não somente a partir da geopolítica da contenção (MAGRO; RAMOS, 2013, p. 9).

A despeito do processo de “democratização”, tudo indica que essa nova investida do capital na Amazônia tem a potencialidade de ser tão violenta (ainda que em menor extensão) quanto à rodada ditatorial, dos anos entre 1968-1978, descrita por Ianni. Exemplo disto são os confrontos que envolvem as comunidades indígenas, uma vez que se mantém um interesse amplo de explorar as terras já demarcadas²¹, seja na construção de represas – como no caso do Paredão-A no rio Cotingo, dentro das terras indígenas da Raposa Serra do Sol –, seja com a exploração de minério (CUNTO, 2014). A necessidade de concentração de terras para desenvolver o agronegócio, no extremo norte²², também afeta os pequenos produtores e posseiros já instalados na região.

Desta vez as grandes construções não estão centradas nas estradas, mas nas usinas hidroelétricas (ver Fig. 1)²³. Contudo, a lógica “desenvolvimentista” para a região repete, em grande medida, o modelo anterior – na medida em que gera também a concentração de terra favorecendo o agronegócio²⁴ e a mineração ultrapesada²⁵. O impacto social segue sua mesma rota, basta pensarmos que cerca de 8.000 trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Jiral se internaram na selva para fugir da repressão policial após o levante contra a construtora Camargo e Correa; a migração de nordestinos para trabalhar nestas obras continua sendo um recurso amplamente empregado – são a maioria dos 40.000 trabalhadores que constroem duas das trinta e uma usinas previstas para a Região (Cf. ZIBECHI, 2012).

²¹ “O nosso país intensificou, nos últimos anos, uma política de crescimento econômico que passa pela exploração dos recursos naturais para a exportação. Este modelo econômico não é novo e já nos legou marcas de desigualdade social e de injustiça ambiental [...] Mesmo não sendo um modelo novo, estamos assistindo a sua intensificação, fazendo lembrar as políticas do mal chamado “desenvolvimento”, que o Regime Militar impulsionou na década de 1970. [...] O Governo Federal propõe-se a multiplicar por quatro a exploração mineral em nosso país até 2030. No decorrer dos próximos anos, incrementará grandes projetos extrativos, razão pela qual se empenha, junto com o Congresso Nacional, pela aprovação do Novo Código de Mineração. Circula ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1610/99. Este Projeto de Lei visa regulamentar a mineração em terras indígenas, sem garantir salvaguardas sobre lugares sagrados nem medidas para proteger a vida das comunidades” (PALOSCHI, 2014).

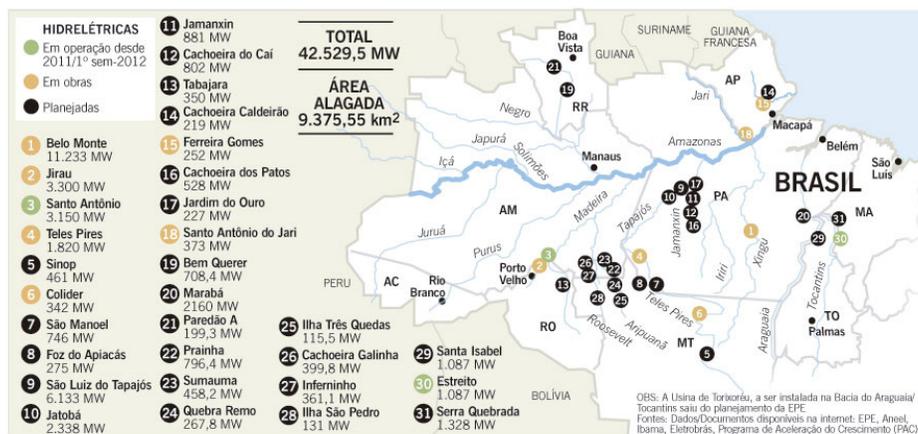
²² “Lavouras do estado do extremo Norte chegam à metade do ciclo com expectativa de produtividade acima da média nacional, mesmo com atraso no plantio” (RIBEIRO; FERREIRA, 2014).

²³ As hidrelétricas da região visam fornecer energia para todo o país e, obviamente, viabilizar a instalação de atividades industriais na região norte.

²⁴ “O movimento de concentração, diz o IBGE, foi puxado pelas grandes culturas de exportação (soja e milho, especialmente), pela profissionalização do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia e ao Pantanal – impulsionada pela criação de bovinos e pela soja” (BICCA; SOARES, 2009).

²⁵ “O atlas ‘Amazônia Sob Pressão’, divulgado nesta semana pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), pede maior atenção com relação à atividade mineradora na parte brasileira da Amazônia. Entre todas as áreas de mineração que se sobrepõem a territórios indígenas (TIs) da Amazônia, 79% estão concentradas no Brasil” (WALBERT, 2012).

Fig. 1 - Mapa das hidrelétricas em operação, em obra e planejadas



Fonte: (CARVALHO, 2012)

Não por acaso, estes investimentos geram temor nos ambientalistas, já que se trata de algumas das atividades mais poluidoras que existem e, desta vez, com uma capacidade destruidora como nunca vimos antes. Basta lembrar que a Serra Pelada passou a ser explorada recentemente pela mineradora canadense Colossus Minerals, com a utilização do “tatzão”, máquina similar as que constroem túneis para metrô. A despeito da suposta falência da mineradora (DIÁRIO DO PARÁ, 2014), o projeto vislumbrava quilômetros de escavações terra a dentro e demonstrou a potencialidade dos impactos ecológicos que se abrem dentro desta nova rodada de “desenvolvimento”.

Vale insistir, a devastação é tanto da natureza – aclamada como patrimônio universal – quanto da sociedade brasileira e latino-americana. Provavelmente gerará uma camada pequena de técnicos e burocratas bem remunerados, ampliará o comércio e melhorará o acesso terrestre e aéreo em algumas cidades – ou seja, repetirá o aspecto de “sucesso” restrito atingido durante os governos militares. Contudo, tais melhoras acompanharão, provavelmente, uma ampliação do processo de luta cruenta no campo e de favelização, violência urbana, etc. na cidade²⁶.

²⁶ “Não havia pedintes em Porto Velho. Hoje temos uma cracolândia no centro da cidade”, queixa-se Bessa. Entre 2011 e 2012, quando acentuou-se a desmobilização das usinas, o índice de homicídios cresceu 16% na capital de Rondônia. A prefeitura aponta ainda o avanço da prostituição. “Tiveram que ser criadas mais duas varas de família para dar conta do salto nos casos de investigação de paternidade”, conta a promotora Aíde Torquato, coordenadora do grupo de trabalho criado no Ministério Público de Rondônia para acompanhar as obras das usinas (CAMAROTTO, 2014).

Há uma inversão perversa no debate atual sobre o tema que tende a girar em torno do “desenvolvimento sustentável”, discurso este que vem ganhando uma plêiade de definições capazes de tornar qualquer empresa verdadeiros modelos de “sustentabilidade”. O *desenvolvimento sustentável* ocupa hoje o lugar do discurso de *desenvolvimento e segurança* que pautou a intervenção militar.

A ideia de desenvolvimento sustentável é, obviamente, simpática: quem desejaria o oposto? Mas é impotente por se restringir a uma tentativa de reforma do capitalismo que, incapaz de eliminar sua condição básica de se reproduzir de forma permanentemente ampliada – estimulando o consumo desenfreado e se apropriando, para isso mesmo, de matérias primas de forma exponencial –, se limita a falsear o processo.

A ameaça capitalista contra a natureza que é real – e por vezes ganha tons reacionários devido a contraposição do ser humano à natureza, sendo o primeiro “mal” e “degradado” por destruir a natureza que seria “ingênua” e “indefesa” –, significa a ameaça contra o próprio ser humano, uma vez que

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza [...] (MARX, 2004, p 84).

Definição esta que encontra entusiastas, mas que nem sempre é compreendida em sua radicalidade. Pelo contrário, tende-se a falsear os nexos entre a exploração da natureza e a forma específica de sociabilidade que lhe dá suporte: pensa-se o ser humano e a natureza em abstrato²⁷, despidos de suas particularidades e mediações. Tende-se a apagar ou dissolver o fato de que:

Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele. [...] A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da própria existência humana, assim como também na condição de elemento

²⁷ “Mas também a natureza, tomada abstratamente, para si, fixada na separação do homem, é nada para o homem” (MARX, 204, p. 135).

vital de efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza se tornou para ele o homem. Portanto, a sociedade é a unidade essencial completada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito (MARX, 2004, pp. 106-107).

Em resumo, não haverá desenvolvimento sustentável sem uma forma societária sustentável; não há apropriação equilibrada da natureza, sem uma sociedade equilibrada. A resolução da exploração “insustentável” da natureza, promovida pelo capitalismo, passa pela resolução da exploração insustentável do “homem pelo próprio homem”.

A sanha por acumulação do Capital não tem encontrado limites, pelo contrário, não se constringe em romper limites sociais estabelecidos a custo de gerações de lutas sociais. Assim, parece ampliar formas de acumulação por espoliação em países como o Brasil e se volta mesmo para o interior de antigos bastiões da “civilidade” capitalista – basta uma olhada para o resultado das crises atuais nos países desenvolvidos.

Ao nos voltarmos aos estudos de Ianni sobre a transformação capitalista da Amazônia vemos que há indícios de que o “modelo” ditatorial não foi desmontado, mas sim resgatado ou, se quisermos manter o espírito “sustentável”, podemos dizer que ele foi reciclado. Cabe aos pesquisadores, movimentos sociais, organizações e partidos políticos avançarem na diferenciação entre os dois períodos, no intuito de vislumbrar saídas mais adequadas para uma região fundamental para o futuro da humanidade.

Ainda que este processo atual esteja permeado de incertezas – uma vez que está aberto para o futuro – há ao menos uma conclusão que podemos extrair dos ensinamentos de Octavio Ianni: a compreensão da Amazônia continua – e isso desde a intervenção ditatorial – sendo fundamental para a compreensão da particularidade da transformação capitalista do Brasil. E, devido à importância da região como reserva natural mundial – ou, partindo da posição do Capital, “como estoque de matéria prima” –, trata-se de um polo estratégico para a análise do capitalismo enquanto relação social que se articula mundialmente.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sergio. (org.) História das Ciências Sociais no Brasil, 1995.
- BALZA, Guilherme. Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura. UOL, 12 nov. 2012.
- BARBOZA FILHO, Rubem. Teoria do Populismo: uma revisão. Belo Horizonte: UFMG, dissertação de mestrado, 1980.
- BICCA, Alexandra; SOARES, Pedro Cresce concentração de terra no país diz IBGE. Folha de S. Paulo, 01 out 2009.
- CAMAROTTO, Murillo. “Ciclo das hidrelétricas” frustra Porto Velho. Valor. 30 out. 2014.
- CANDIDO, Antonio. Tentativa de perfil. IN: FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Unesp, 1996.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Cleide. De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, sete serão construídas em áreas intocadas. O Globo. 22 set. 2012.
- CHASIN, J. Ad hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista. Ensaios ad hominem, Santo André, tomo III – política, n. 1, 2000.
- CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil. São Paulo: PUC, mestrado, 2011.
- COTRIM, Ivan. O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Campinas: Unicamp, dissertação, 2001.
- CUNTO, Raphael Di. Mineração em terras indígenas divide candidatos. Valor Econômico. 18 jul. 2014.
- DIÁRIO DO PARÁ. Mineradora de Serra Pelada vai à falência. 18 fev. 2014.
- FERNANDES, Florestan. O encanto da Vida. IN: FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978a.

_____. A sociologia e o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Petrópolis: Vozes, 1979b.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979c.

_____. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: brasiliense, 2004.

_____. Pensamento social no Brasil. Bauru: Edusc, 2004b.

_____. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. (org.). Teorias da Estratificação Social: leitura de sociologia. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978b.

MAGRO, Breno; RAMOS, Felipe. Fronteira e Integração fronteiriça. Ciclo de Reuniões Interinstitucionais a Integração norte do Brasil-Venezuela. IPEA, 2013.

- MARTINS, José de Souza. Sociologia e militância. In: Ib. Florestan: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- MARX, Karl. O capital. Livro I, vol. II, São Paulo: Difel, 1984.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PALOSCHI, Roque. Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas. CNBB. 09 jun. 2014.
- PEREIRA, Renée. Amazônia atrai R\$ 130 bilhões, mas enfrenta novos problemas. O Estado de S. Paulo. 31 mai 2014.
- PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO FILHO, Antonio. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista. Belo Horizonte, Verinotio, n. 9, Ano V, nov. 2008
- RIBEIRO, Cassiano; FERREIRA, Giovani. Com soja na arca, Roraima elimina entressafra. Gazeta do Povo. Jornal de Londrina. 8 jun. 2014.
- ROMÃO, Wagner de Melo. Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das letras. 1999.
- SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. Quieiroz, 1980.
- SANTOS, Theotônio. Dependência e mudança social. Cadernos de Ciências Sociais, nº1. Santo André: Fafil, 2005.
- WALBERT, Allan. Atividade mineradora na Amazônia brasileira ocupa territórios indígenas. Portal EBC. 03 dez. 2012.
- ZERMENHO, Sergio. Imperialismo y desarrollo capitalista tardio. (Una crítica al concepto de dependencia). Mexico: UNAM, 1979.

ARTIGO

O REGIME MILITAR BRASILEIRO, A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA

Resumo

Este artigo discorre sobre medidas do regime militar brasileiro (1964-1985) na Amazônia visando seu desenvolvimento e proteção, bem como suas origens ideológicas. Demonstra-se que as intervenções na região Amazônica tem origens remotas, mas que foram os militares que traçaram e executaram grandes Planos estruturantes, baseados em teorias geopolíticas, centradas nos pensadores da Escola Superior de Guerra. O contexto histórico mundial é o da Guerra Fria e o dos diferentes momentos por que passou a economia internacional, ou seja da expansão às crises da década de 1970 e 1980, com seus reflexos no Brasil, em especial a região em foco.

Palavras-Chave:

Regime Militar; Amazônia; Geopolítica.

Abstract

This article discusses the Brazilian military regime (1964-1985) on Amazon for their development and protection, as well as their ideological origins. Demonstrates that interventions in the Amazon region has remote origins, but it was the military that drew and executed major structural Plans, based on geopolitical theories, us-focused thinkers of the Escola Superior de Guerra. The world is the historical context of the Cold War and of the different times by now international economics, namely the expansion to crises of the 1970 and 1980, with their reflexes in Brazil, in particular the region in focus.

Keywords:

Military regime, Amazon, Geopolitical.

* Professor Associado do Curso de História da UFRR. Doutor em Desenvolvimento Sustentável – Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA). Pesquisador do NUPEPA/UFRR.

Introdução

Desde o século XVIII que o Estado promove intervenções na Amazônia, com objetivos políticos e econômicos. O denominado ciclo da borracha e o avanço do capitalismo na segunda metade do século XIX transformaram a região em foco maior de atenções frente às pretensões estrangeiras e praticamente todos os pensadores geopolíticos na metade do século XX manifestavam inquietações para protegê-la. No campo estratégico, a Segunda Guerra, época em que a borracha foi novamente explorada em escala, mostrou sua importância como fornecedora de insumos básicos em infinitas quantidades. A partir daí, proteção de fronteiras no Norte brasileiro e necessidade de integrar a imensa região ao Estado Nacional passou a ser mais que um conjunto de ideias, um verdadeiro ícone da geopolítica nacional, principalmente de alguns pensadores militares.

Em 1964 uma aliança de militares, empresários e grandes proprietários rurais derrubou o governo de João Goulart. Começava um novo tempo na política brasileira e toma visibilidade uma instituição até então pouco conhecida no universo do planejamento para o Brasil: A ESG – Escola Superior de Guerra. Seguindo uma tendência, o novo governo buscou a aplicação de uma racionalidade das decisões e da eficiência, com uso da tecnocracia para implantar seu projeto para o Brasil e a Amazônia, “integrando” esta naquele. E, como no Estado Novo (1937-1945), para a ação instrumentalizou-se o Estado com a centralização e a criação de órgãos técnicos de abrangência nacional e regional. O conjunto de medidas, principalmente os grandes Planos atingiu a sociedade nacional como um todo e no caso amazônico, se buscou através da geopolítica, o desenvolvimento e a segurança, com as rodovias tendo um papel estruturante na ocupação e domínio territorial.

A ESG e a Geopolítica no Brasil

O general Golbery do Couto e Silva escreve em *Conjuntura política nacional, o poder Executivo & geopolítica do Brasil* (1981), que deve haver uma “[...] integração crescente do grupo social que compõe a Nação, tanto do ponto de vista político, como psicossocial e econômico, é também condição fundamental da própria sobrevivência do Estado” (SILVA, 1981, p. 168-169). E mais adiante: “À sobrevivência, essencial é ainda a manutenção do território, base física do Estado, uma vez que sua

mutilação redundará, em qualquer caso, em prejuízo da integração e em redução do bem-estar, da prosperidade e do prestígio nacionais”. Esse pensamento foi básico, uma verdadeira ideia-força na atuação da geopolítica brasileira após 1964. O general Meira Mattos, seguidor de Golbery, também membro da ESG, adaptou o pensamento geopolítico para a realidade da segunda metade da década de 1970, quando o horizonte político mundial já apresentava mudanças, como se verá adiante. Houve uma certa flexibilidade, portanto, embora o pensamento básico permanecesse.

A ESG foi fundada em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), pelo general Cordeiro de Farias segundo o modelo da War College dos EUA. Stepan (1971, p. 245) identifica sua origem com a Segunda Guerra Mundial e a participação de militares da Força Expedicionária Brasileira no conflito. Ao dissertar sobre a doutrina da entidade, Arruda (1978, p. 65), revela que essa se originou de um Curso de Alto Comando criado em 1942, ano em que o Brasil rompeu relações com o Eixo. A ideia, diz ainda Arruda (1978, p. 66), seria retomada em 1948 pelo Decreto 25.795, de 22 de outubro, o qual estabeleceu normas para sua organização. Seu nascimento se deu dentro do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), onde já se encontrava uma Missão Militar Americana composta por três altos oficiais. Era o tempo de plena Guerra Fria e da presidência de Eurico Gaspar Dutra, cujo governo era acima de tudo pró-EUA e anticomunista ferrenho.

No entanto, nem sempre a ESG identificou-se inteiramente com as ideias dos geopolíticos americanos (TAMBS, 1978, p. 45-64), ou com as medidas daquele governo. Sua estrutura e os denominados “princípios fundamentais”, segundo Arruda (1978, p. 67), não eram uma cópia de sua inspiradora. A Lei de criação definitiva da Escola, de 20 de agosto de 1949, coerentemente, definia a mesma como não mais restrita a militares (ARRUDA, 1978, p. 68-69), mas congregando também civis de “[...] atuação relevante na orientação e execução da Política Nacional”. O artigo 1º da Lei, diz a mesma fonte, expressava seu objetivo maior: “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional”. O binômio Segurança e Desenvolvimento, que marcou a doutrina da Escola e os governos militares pós-1964, já despontava desde os primórdios da Escola, diz o mesmo autor.

Como qualquer entidade, a ESG teve diferentes momentos e sofreu influências de transformações políticas e ideológicas de âmbito nacional e global. Mattos (1977, p. 127), reconhece que sua origem está acima de tudo ligada a questões relativas às transformações do poder militar. Este poder, segundo o autor, após a Primeira Guerra “[...] perdia sua autonomia, no caso de conflitos bélicos e as expressões eco-

nômica e psicossocial do poder nacional entravam para o contexto bélico com um peso cada vez mais substancial”. O poder político, “[...] antes quase sempre arrastado pelo poder militar”, reconhece, passava a ser o único capaz de coordenar as três expressões citadas e a “[...] conduzi-las em convergência aos mais altos interesses nacionais”. Eis por que, afirma, a Inglaterra, em 1927 e depois a França em 1936, criaram suas escolas superiores de estudos estratégicos. Nestas, registra ainda Mattos (1977, p. 127-128), militares e funcionários civis “[...] se dedicaram ao estudo da guerra como fenômeno total [...] buscando uma melhor adequação da estrutura do Estado, para responder a uma tal emergência”.

Essa mudança conceitual estaria calcada (SILVA, 1981, p. 151) a ajustes necessários após a Segunda Guerra, quando esta mostrou que as táticas tradicionais de guerra foram superadas em favor de uma integração de ações. Com o fantasma da guerra nuclear, e já nos tempos da Guerra Fria, outras concepções de guerra foram elaboradas para responder aos novos tempos. Algumas premissas, objetivos e princípios no entanto, permaneceram. Quatro exemplos disso são dados por Mattos (1975, p. 60): o surgimento do conceito de segurança em substituição ao de defesa; a consciência de que o Brasil possuía requisitos para ser uma grande potência; a crença de que o desenvolvimento brasileiro era retardado pela incapacidade de planejamento e execução governamentais e, “[...] a necessidade de elaborar um método de formulação política nacional”.

Convivendo com rápidas transformações econômicas e políticas, a ESG esteve presente, visível ou não, por mais de três décadas na vida brasileira. Para Mattos (1975, p. 61), “[...] até 1964 a ESG não teve influência nas decisões do governo, mas formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou no campo do desenvolvimento”. Arruda (1978, p. 72-73), levando em consideração a doutrina e o método de trabalho, identifica várias fases da ESG entre 1949 e 1978. A primeira iria até 1952, quando teria predominado o estudo da conjuntura. A segunda, entre 1953 a 1967, quando se iniciou o estudo da doutrina com ênfase na segurança, abrangendo inclusive o tempo do governo Castelo Branco.

A terceira fase, de 1968 a 1973, foi a da predominância dos estudos de desenvolvimento. Neste último ano, explica Arruda (1978, p.72-73), um novo Regimento, instituído por decreto “[...] ampliou a missão primitiva da Escola – de Planejamento da Segurança Nacional – estendendo-a para a da ‘Formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento’”. Não foi apenas uma mudança de retórica, era época do “milagre econômico” e do auge do fechamento político do regime militar, e os geopolíticos viam os resultados do crescimento brasileiro como o acerto de seus

estudos e previsões. E, com o novo regimento da ESG, talvez pensassem, havia um respaldo maior, além do reforço de uma suposta fonte de legitimidade.

Se na metade da década de 1970, havia no Brasil estabilidade e progresso - supunham os geopolíticos da ESG, como Mattos (1975, p. 60-67) - isso indicava que a política proposta pela instituição era “[...] formulada dentro de rigoroso processo de racionalização científica” e incorporava “[...] os valores geopolíticos que vinham sendo levantados por todos aqueles que a precederam como instituto superior de altos estudos”¹. Lembra ainda Mattos (1975, p.61) que:

Quando veio a Revolução de 1964 a doutrina da Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o chefe da revolução, o presidente Castelo Branco e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares (sic), participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João.

Dentro da linha que atribui à entidade um papel central nos acontecimentos políticos e sucessos na economia brasileira pós 1964, Tambs (1978, p. 46), afirma:

Os militares revolucionários brasileiros, ao contrário de outros países, já tinham um plano ao chegar ao poder. Orientados por um grupo de intelectuais militares e em íntima ligação com diplomatas e tecnocratas civis, que cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG), as forças Armadas impulsionaram o Brasil para o Status de superestado.

No entanto, de acordo com o pesquisador norte-americano Alfred Stepan (1971), a doutrina da Escola, simpática ao liberalismo econômico, estava longe de ser seguida por todos os militares mais graduados e, as ideias políticas, principalmente sobre desenvolvimento, dos que assumiram o poder em 1964, foram assimiladas principalmente na experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e em cursos

¹ Compreensivelmente, ignoram-se nesse e outros textos da mesma linha, estudos e mesmo instituições de cores políticas diferentes, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por exemplo. O ISEB (SANDRONI, 1999, p. 311), foi criado em 1955, subordinado diretamente ao ministro da Educação e Cultura, embora com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa. Ocupava-se, além de estudos, da organização de cursos, conferências, palestras e seminários. Como era um foco de elaboração de ideologia nacionalista, foi extinto poucos dias após a derrubada do governo de João Goulart, em abril de 1964, por decreto.

nos EUA. Daí serem os integrantes do grupo mais próximo a Castelo Branco, mais afeito com a política externa norte-americana.

Stepan (1971, p. 245-247), anota que o governo que se seguiu ao de Castelo Branco, o de Costa e Silva, tinha um cunho mais nacionalista e elementos conhecidos como de “linha dura”, como os generais Albuquerque Lima, Syseno Sarmento, Jayme Portela e Emílio Garrastazu Médici. Entretanto, de acordo com Skidmore (2000), não diferia muito do anterior, já que continuou na mão de tecnocratas de linha semelhante. Tratava-se, salienta Skidmore, de nomes conhecidos, como o economista Antonio Delfim Neto no Ministério da Fazenda, Helio Beltrão no de Planejamento e Mario Andreazza nos Transportes. No entanto, os acontecimentos futuros mostraram que havia uma divisão quase irreconciliável entre os dois grupos, mas mesmo durante o domínio da “linha dura” no governo, que apoiava uma política econômica ortodoxa, houve preocupação com o desenvolvimento e a defesa da fronteira no extremo Norte.

O grupo da ESG voltaria ao poder em 1974 com Ernesto Geisel. E, no governo desse, associado ao II PND e aos sucessos na área econômica e na política externa, alguns pensadores geopolíticos, como o general Meira Mattos, exultam com a perspectiva de o Brasil se transformar em potência mundial. Mattos (1975, p. 103), raciocinando sobre as indefinições e crises da política norte-americana após a guerra do Vietnam, afirma que:

Na presente conjuntura mundial, dominada pela arrancada sem precedentes para o progresso científico e tecnológico, quem ficar para trás, dia irá aumentando a distância que, dramaticamente, separa as nações mais desenvolvidas das demais. Ficar para trás na escalada da ciência, da técnica e da indústria, significa condenar-se à posição de inferioridade cada dia mais irrecuperável. Pelo direito de possuímos uma vocação de grandeza, justificada pelas nossas expressões geográfica e demográfica, fomos desafiados a provar a nossa capacidade revolucionária alcançando as metas de nossa Política de Desenvolvimento a curto prazo. Este prazo concedido à Revolução não poderá passar do ano 2000. No início do milênio, teremos que estar formando entre as nações mais prósperas e poderosas do Universo.

O ano 2000 é aqui um marco, uma meta a ser atingida de acordo com o mesmo autor (MATTOS, 1977, p. 137-144), quando o Brasil faria parte do clube das potências mundiais, com a incorporação de tecnologias, como a atômica. Esse otimismo era partilhado por alguns técnicos e intelectuais ligados ao regime.

Na literatura política brasileira a data não se referia apenas ao final do século XX, quando muitas metas deveriam ser atingidas, mas também de uma “resposta” a um estudo do Instituto Hudson, de Nova York (MELO FILHO, 1974; SIMONSEN, 1973), publicado em 1965. Registra Simonsen (1973, p. 20-26), que a obra *The Year 2000*, de Herman Kahn e Anthony Wiener, indignou alguns analistas da economia brasileira, ao calcular para o Brasil uma renda de apenas 506 dólares *per capita* em 2000, enquanto a americana seria superior a 10.000 dólares anuais e o Japão, Canadá Europa Ocidental atingiriam aproximadamente 6000 dólares. O economista e ex-ministro destaca que a renda *per capita* do brasileiro era na época 280 dólares, o que representava 1:12,7 da americana, mas no ano 2000 essa relação seria de 1:20,7, de acordo com os pesquisadores americanos do Hudson. Simonsen (1973, p. 21-22), mostra que, graças às medidas dos governos brasileiros de então, a Fundação Getúlio Vargas registrava que em 1969 o *per capita* brasileiro era de 440 dólares. Se a renda nacional brasileira seguisse esse ritmo, afirma o autor, teríamos em 2000 uma projeção de 3.100 dólares, uma “cifra bem mais alentadora que a prevista pelo *Hudson Institutê*”.

Murilo Melo Filho lembra em *O progresso brasileiro* (1974, p. 91), com base em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), instituição técnica brasileira, que a renda *per capita* do país já era em 1965 de 318 dólares, e que a taxa de crescimento econômico era bem mais elevada que a dos cálculos da dupla Khan-Wiener. Melo Filho ressalta que a taxa de crescimento do “Brasil Grande” era de 7% ao ano e que na pior das alternativas, o Brasil ingressaria no ano 2000 na categoria dos países industrializados, apesar de sua elevada taxa de natalidade, que projetava para o país uma população superior a 200 milhões naquele ano. Registra ainda (1974 p. 91), que o *Hudson Institute*, através do engenheiro ítalo-americano Roberto Panero, elaborou um projeto polêmico na década de 1960: o da inundação de grande parte da Amazônia para viabilizar sua exploração econômica, via construção de imensas barragens do lado brasileiro e da Colômbia. Tal projeto indignou intelectuais e militares brasileiros e teve seu peso em decisões posteriores.

A geopolítica para a Amazônia – uma síntese

Um breve resumo das medidas para a Amazônia inclui numa primeira fase a criação do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o

Banco da Amazônia S/A - BASA, (BRITO, 2000, p. 151). Fez ainda parte do elenco de medidas a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), (BRITO, 2000, p. 151). A partir de 1970 seguem-se exemplos da busca da racionalidade burocrática: os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). O I PND (1972-1974) foi elaborado numa época em que havia grande progresso nos países ricos e, assim, capital externo disponível para investimentos (BECKER, EGLER, 1994; JOFFILY, 1998, p. 195). No governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi elaborado o II PND, que procurava dar ao Brasil o status de “potência emergente” e visou a uma maior expansão do mercado interno, substituir importados e a tornar o Brasil um exportador de bens primários em larga escala, como os minérios. Para Furtado (1981, p.191), o II PND, mais diretamente que os planos anteriores, resultou em medidas mais concretas para atenuar as disparidades regionais, redividindo a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste atribuindo a cada uma um programa específico, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

O II PND e o POLAMAZÔNIA causaram enorme efeito estruturante na Amazônia, com a abertura de rodovias, como as BR 174 e Perimetral Norte, e a implantação de projetos de mineração e as hidrelétricas de Tucuruí e Balbina. Após 1979 (BECKER, 1995), com o segundo choque do petróleo e a crise da dívida que se alastrou desde os EUA e promoveu a alta dos juros das dívidas do Terceiro Mundo, houve o refluxo.

Nos anos de 1980, o Brasil e as outras economias latino-americanas sofreriam com a segunda crise do petróleo e a denominada crise da dívida. Becker, Egler (1994), registram que nesses países a renda *per capita* caiu aproximadamente 10% e em 1985 estava apenas um pouco superior que dez anos antes; o desemprego suplantava em 15% a força de trabalho e a inflação disparava. Apenas um grande projeto de cunho militar foi instituído na Amazônia: O Calha Norte (1985). Este, ainda vigente na atualidade, ao contrário de outras medidas, não estruturou novas realidades na região. A população da região se multiplicou, a economia mudou suas matrizes, as cidades amazônicas cresceram, novos estados foram criados: como Tocantins, Amapá e Roraima. Tudo isso tem a ver com as mudanças implantadas de fora para dentro. Há pois, uma dívida mas há também uma constatação: o pensado e o real estavam muito distantes, conforme se percebe nas observações de hoje e a literatura e pensamento de ontem.

Considerações Finais

Após 1964, em diferentes momentos, medidas político-administrativas de abrangência nacional e regional foram impostas pelo Regime Militar ao Brasil e em especial para a Amazônia. A matriz principal do pensamento visando a construção de um país desenvolvido e poderoso foi a Escola Superior de Guerra – ESG. Fatores históricos, principalmente internacionais, com as crises do petróleo da década de 1970 mudaram o contexto político nacional, redirecionando o conjunto de ações e medidas adotadas, inclusive na Amazônia, um dos alvos prioritários dos planejadores geopolíticos. Na atualidade, é possível identificar resultados mais visíveis do conjunto de ações que buscavam mudar as realidades nacionais e regionais, seja na forma de rodovias, aumento e deslocamento de populações e alterações do perfil econômico e social.

No campo internacional, terminou a Guerra Fria (1991), a economia e a política mundial passaram e passam por mudanças antes impensadas. O regime militar terminou em 1985 e a partir de 1988, com uma nova Constituição Federal o Brasil e a Amazônia seriam diferentes do pensado e desejado, mas sem dúvida, há uma herança das transformações patrocinadas pelo Estado, na forma de rodovias - como a BR 174 que liga Manaus à fronteira da Venezuela – bem como estruturas administrativas e de apoio ao desenvolvimento regional, como a Zona Franca de Manaus e a SUDAM, ainda operantes. Tratados de cooperação com os vizinhos continuam a ser assinados e, acima de tudo, planos continuam a ser feitos para o Brasil e a Amazônia. Mas, diferentemente de antes, setores maiores da sociedade também debatem as possibilidades, os problemas e possíveis soluções, o que era tratado apenas por grupos fechados.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Antonio de. A doutrina da Escola Superior de Guerra. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 65, n. 679. p. 65-73, set./out., 1978.

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (Coleção Geografia).

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas 1999.

BRITO, Daniel Chaves de. A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

FURTADO, Milton Braga. Síntese da economia brasileira. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

JOFFILY, Bernardo. Isto é Brasil 500 anos: Atlas Histórico. São Paulo: Três Editorial, 1998. 314 p.

MATTOS, Carlos de Meira. Brasil, geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

MELO FILHO. Murilo. O progresso brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política Nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (Coleção documentos brasileiros,190).

SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2002. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/APEC/Bloch, 1973.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

STEPAN, Alfred. The military in politics. Princeton University Press, 1971.

TAMBS, Lewis A. Fatores geopolíticos na América Latina. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro. Ano 65, n. 679, set./out.1978.

ARTIGO

**MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE E CONFLITO SOCIAL NA
REGIÃO DO TOCANTINS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Resumo

O artigo trata da repressão e da resistência camponesa na região do Tocantins (antigo norte goiano) à época da ditadura civil-militar. Busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday” na década de setenta, que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção desta infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra. Focalizaremos, no trabalho, os conflitos ocorridos no município de Porto Nacional e seu entorno.

Palavras-Chave:

Lutas sociais; camponeses; modernização excludente.

Abstract

The communication comes from repression and peasant resistance in the region of Tocantins (formerly Northern Goiás) at the time of the civil-military dictatorship. The aim is to present an overview of the intensification of conflicts over land from paving the Belem-Brasilia highway in the region (BR-153) and the construction of the bridge over the river Tocantins “Sun Alano Marie du Noday” in the seventies, which allowed the advance of the agricultural frontier, driven by exclusionary policies of modernization in the field undertaken during the period. From the construction of this infrastructure and the facilities offered to the landowners, the region became the scene of several conflicts over land. We will focus on work, the conflicts that occurred in the city of Porto Nacional and its surroundings.

Keywords:

Social struggles; peasant; exclusionary modernization.

* Doutora em História (PUC/SP), professora de História da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

O artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins intitulada “Repressão e lutas populares durante a ditadura militar no norte de Goiás: os impactos sobre os camponeses, suas formas de luta e resistência”, cujo objetivo é investigar como se desenvolviam, à época da ditadura civil-militar, as relações entre o Estado, os latifundiários e os camponeses da região norte de Goiás, que hoje compreende o estado do Tocantins, entre os anos de 1969 e 1985. No presente texto, busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday”, que facilitou o acesso rodoviário à região norte de Goiás (atualmente estado do Tocantins) na década de setenta e que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção dessa infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra, e atrativa para o grande capital.

A questão agrária, segundo Caio Navarro de Toledo, foi um dos principais motores para o golpe de Estado desferido pelos militares em 1964. Nos pós guerra, iniciou-se no Brasil uma tímida democratização social que, ainda que nos limites da institucionalidade burguesa, significava um real avanço para as camadas populares, frente à possibilidades abertas pelos movimentos sociais. Dentre as questões que se debatiam à época, ganhava relevo a democratização do acesso à terra através da reforma agrária, de cuja luta participava de maneira intensa as Ligas Camponesas, movimento de camponeses que teve lugar no nordeste brasileiro, e que lutava contra as condições de trabalho no campo, pela melhoria no pagamento dos trabalhos realizados, pelo direito à sindicalização rural, entre outros.

O golpe, que veio colocar fim a esse período de insipiente democratização, teve impacto profundo na questão agrária brasileira. Dentre as providências iniciais do novo regime ditatorial, esteve o “Estatuto da Terra”, promulgado em novembro de 1964, e que pretendia fazer a reforma agrária no país, considerada como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.(BRASIL, 1964) Falava-se, no documento, em função social da terra, conservação de recursos naturais, assegurava o direito a posse da

terra. Entretanto, como letra morta: o *Estatuto da Terra* não gerou um plano nacional de Reforma Agrária. De acordo com Oliveira,

Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares (OLIVEIRA, p. 199-200).

No quadro da ditadura autocrático burguesa, a região Goiás-Tocantins era vista como um problema, pois os ideólogos do regime a concebiam como um vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infra-estrutura que poderia servir de avanço ao comunismo. Além do mais a proximidade dos municípios de Trombas e Formoso, região em que se desenvolveu na década anterior um grande conflito pela posse da terra liderado por José Porfírio¹, e o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974², aumentava essas preocupações. A região deveria, assim, servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas” e contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da agricultura.

Entretanto, a região era povoada por posseiros, indígenas, ribeirinhos, pequenos proprietários. Os conflitos pela terra não eram novidade na região, mas passaram a se desenvolver sob novas formas, com os incentivos à modernização excludente da agricultura, ou seja, uma agricultura voltada para a exportação realizada em grandes propriedades, tal como já existia em outras regiões do país (GOMIDE, 1996).

Em pesquisa anterior (MECHI, 2012), verificou-se que a mobilidade é um dos traços dos camponeses goiano-tocantinenses e os movimentos populacionais com origem no Centro-Oeste teriam como uma de suas causas a expulsão dessa população advinda da dinâmica da formação dos imensos latifúndios do estado de Goiás (área que hoje integra os estados de Goiás e Tocantins), que se iniciou na ocupação territorial ocorrida ainda no período colonial (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02). Entre os goianos-tocantinenses as marcas da mobilidade estão impressas, por exemplo, em elementos como a rusticidade de suas habitações, sua dieta, nos laços comunitários esporádicos que os posseiros mantinham entre si.

¹ A respeito da revolta camponesa de Trombas e Formoso ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth), IFCH/UNICAMP, Campinas, vol. 7, 1998, p. 86.

² A respeito da guerrilha do Araguaia ver: MECHEI, Patricia Sposito. Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Tese de Doutorado sob orientação da profª Drª Vera Lucia Viera. PUC-SP, 2012.

A origem da mobilidade na região estudada reside principalmente na estrutura fundiária formada no período colonial, que criou condições para a formação de um segmento social que monopoliza a terra, mas sem cultivá-la, sem uma tradição agrícola e que impede a formação de pequenas propriedades e de uma cultura camponesa baseada na agricultura familiar.

No território goianotocantinense se cultivaram gêneros agrícolas que estariam rapidamente prontos para a colheita e que não necessitassem de recursos tecnológicos avançados, tais como o milho, a mandioca e o feijão. No período colonial, a legislação imperial favorecia o abandono de roças, a interiorização cada vez maior dos posseiros e a provisoriedade de seu modo de vida. Posteriormente, foi a ação do latifundiário, monopolizando a terra através do desenvolvimento de um sistema de fraudes nos títulos, garantido pela violência do jagunço contra o posseiro, que impediu a fixação do posseiro à terra (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02).

Após a abolição da escravidão a estrutura fundiária se manteve. Não é por acaso que a lei de terras de 1850 foi outorgada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro. Nos estertores do regime escravocrata, o Estado legislava em favor da concentração fundiária, impedindo o acesso à terra aos escravos libertos, que passaram a integrar o contingente de sem terra.

Este quadro se manteve até os anos 30 do século XX. Havia poucas cidades e vilarejos, não existiam rodovias e os deslocamentos se efetuavam por estradas vicinais, estradas tropeiras e trilheiros³, além do transporte fluvial feito pelos dois grandes rios que cortam a região: o Araguaia e o Tocantins, que comportavam apenas pequenas embarcações.

A dinâmica da ocupação territorial goiano-tocantinense se modificou com as políticas de povoamento do governo Vargas após 1930. Entre elas, destaca-se a “Marcha Para o Oeste”, implementada durante Estado Novo. Pretendia-se, além de povoar a região, abrir novas fronteiras agrícolas e integrar a região centro-oeste ao centro-sul, através de um amplo projeto rodoviário. Essa política também visava fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões (Gomide, 1996).

Os deslocamentos populacionais promovidos pela “Marcha para o Oeste” tiveram dois objetivos: o primeiro, visando povoar a região, atraía camponeses cujas condições de sobrevivência em seus locais de origem eram dificultadas por fatores

³ Estradas tropeiras são aquelas destinadas ao transporte de tropas de animais, abertas séculos antes. Eram também por onde passavam os tropeiros que se dedicavam ao comércio. Os trilheiros eram trilhas mais destinadas às viagens de pessoas. Eram caminhos mais estreitos e mais difíceis de serem percorridos com grandes tropas de animais.

como a exploração do latifúndio ou o esgotamento da terra. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Concomitantemente, contribuía para essa mobilidade um movimento contrário, ou seja, o da integração com o centro sul, que permitia o deslocamento dos excedentes rurais para a indústria (Castilho, 2010).

Assim, aparentemente há uma contradição na “Marcha Para o Oeste”. Ao mesmo tempo em que se procuravam criar frentes de expansão agrícola, atraindo o camponês para a região, foram desenvolvidas condições para que uma parcela desse campesinato se deslocasse para o centro-sul.

A aparente contradição revela que não se pretendia tocar na estrutura fundiária. Atraíam-se camponeses que se apossariam de uma parte do território, mas que rapidamente entraria em conflito com o latifúndio, que continuava avançando pelo centro-oeste em direção ao norte do país. O camponês era o responsável por desbravar a região e por todo o trabalho de preparação da terra, da qual seriam posteriormente expulsos (MARTINS, 1983). Parcelas do campesinato resistiam, mas outras migravam para áreas rurais ou para o centro-sul industrial.

O processo de ocupação e colonização do Centro-Oeste durante o Estado Novo foi planejado e coordenado pela Fundação Brasil Central⁴. Sua função era a de apoiar os projetos de colonização da região, particularmente nas áreas cortadas pelos rios Araguaia e Xingu.

A Fundação projetou vias de transporte, e comunicação terrestre e fluviais, combateu epidemias e estudou os recursos naturais da região. E ainda promoveu pesquisas de apoio à modernização agropecuária, referentes ao solo, ao clima e às técnicas agrícolas mais apropriadas para as áreas de ocupação. Ou seja, a Fundação Brasil Central foi mais um empreendimento criado pelo poder público para dinamizar a expansão da fronteira rumo ao oeste (GOMIDE, 1996, p. 50).

Após 1945, com a queda de Vargas, houve uma mudança significativa no padrão de ocupação da região. Entre 1945 e 1950 os principais projetos de colonização eram de caráter privado, entre os quais se destacaram a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, a Agro-Colonizadora Industrial Ltda e a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG)⁵.

⁴ Criada pelo Decreto-lei 5.878, de 04 de outubro de 1943.

⁵ Trata-se da colônia dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, fundada em 1949 no município de Itaberaí. Lá eram encontrados imigrantes de onze nacionalidades, com predominância polonesa.

O sertanejo goiano-tocantinense não interessava à colonização promovida pelo Estado nos anos 50. Sua exclusão, em favor do camponês estrangeiro, acentuava as dificuldades de subsistência que enfrentava há muito tempo. Entretanto, apesar dessa exclusão, a expansão da fronteira agrícola provocou uma grande migração para o estado de Goiás, que recebeu contingentes populacionais de diversos outros estados da federação, formado por pessoas expulsas pela dinâmica de expansão das relações capitalistas de produção no campo.

As migrações foram inter-regionais e intrarregionais e ocorreram em diversas direções, não apenas no sentido rural-urbano, mas também no sentido rural-rural, como se pode depreender das condições de expulsão em diversas áreas agrícolas, seja no próprio Centro-Oeste ou em áreas saturadas do Sudeste e Nordeste brasileiro (MARTINS, 1984).

Castilho ressalva que apesar de serem dois períodos, reconhece-se que o primeiro foi suporte para o segundo, não existindo uma relação de ruptura entre eles. Do mesmo modo, não houve alterações nas relações de trabalho ou de produção, apenas o aprofundamento das que já estavam dadas. É legítimo afirmar a existência de um único processo, ainda que com especificidades próprias a cada um dos períodos (CASTILHO, 2010).

A modernização excludente e a questão da terra na região de Porto Nacional durante a segunda metade do século XX

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, criou-se a infraestrutura (como as rodovias federais e as vias de comunicação) para o incremento da expansão da fronteira agrícola e conseqüentemente para “mover” os trabalhadores rurais. Castilho observa que no primeiro período buscavam-se zonas férteis da zona de mata, mas no segundo período a fronteira pôde se expandir por áreas consideradas improdutivas, já que estavam disponíveis técnicas de correção (como a adição de calcário e insumos agrícolas em áreas do cerrado, bioma que ocupa a maior parte do território do atual Tocantins, à época norte-goiano).

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavoura nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia uma dependência maior dos fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas (CASTILHO, 2010, p.98).

No município de Porto Nacional e região, os conflitos agrários se registram a partir de meados dos anos 70. Na época realizaram-se diversos estudos em torno da mineração e projetou-se a construção da ponte sobre o rio Tocantins, que foi finalmente inaugurada em 11 de março de 1979. Já em 1976 a expectativa em torno da construção da ponte, é que ela trouxesse o progresso para a região, ao interligar o Sul ao Norte do Brasil:

Apesar da Belém-Brasília já ter feito muito, após interligar o Sul e o Norte do país, o pioneirismo ainda é mercante na região que a importante estrada rasgou. Por isso, a ponte sobre o rio Tocantins, altura de Porto Nacional, terá o objetivo de concretizar definitivamente a aproximação das duas regiões que lhe ficam às margens (FSP, 21 de abril de 1976).

Ao tratar dos camponeses do antigo norte goiano (atual Tocantins) em particular na área do município de Porto Nacional, o acervo da Comsaúde é promissor. A Comsaúde é uma organização não governamental, fundada em 1969 por um grupo de profissionais da área da saúde que chegou ao município de Porto Nacional em 1968 para trabalhar na “Unidade Mista de Saúde de Porto Nacional”. Um de seus fundadores, Eduardo Manzano, foi um dos quatro alunos processados na Universidade de São Paulo, em 1974 (ADUSP, 2004).

O período em que a entidade foi fundada coincide com o de maior exacerbação da repressão e da vigência do “milagre econômico”, em que o país cresceu a taxas em torno de dez por cento ao ano. Entretanto, a bibliografia aponta que a riqueza desse crescimento acelerado se manteve nas mãos dos setores dominantes, particularmente da burguesia que se associou ao capital internacional e as elites agrárias, que se beneficiaram das obras de infra-estrutura e da expansão da fronteira agrícola nos anos 70 do século XX (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de silenciadas pelos mecanismos repressivos, as oposições continuaram atuando durante todo o período, de forma clandestina ou, quando atuavam de forma legal, buscavam não chamar demasiada atenção da ditadura. A Comsaúde foi um dos canais de expressão das oposições na região norte de Goiás (atual Tocantins).

A entidade, desde sua origem, se preocupou não apenas em atender as demandas populares por saúde, mas contribuiu sobremaneira para a organização política dos movimentos populares na região, sobretudo dando apoio aos camponeses na luta pela terra. Foi na sede da Comsaúde, em Porto Nacional, que foi fundada “Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins” no final dos anos setenta (atualmente a entidade funciona no município de Araguaína); a entidade deu apoio aos posseiros

da região norte de Goiás (hoje Tocantins), ajudando-os na sua organização. A história desses posseiros, suas lutas e resistências podem ser recuperadas através dos periódicos guardados na entidade referentes à luta pela terra, atas de reuniões, estudos e diagnósticos produzidos pela Comsaúde, entre outros documentos.

Um dos periódicos mantidos pela entidade, intitulado “Anexo”, é possível perceber que a questão agrária era uma grande preocupação para os movimentos sociais da região e se vinculava às obras de infra-estrutura realizadas pela ditadura, que facilitaram o acesso ao município:

Nos últimos tempos tem acontecido vários crimes violentos, coisa que raramente acontecia aqui.

Essas violências começaram a aparecer depois da construção da ponte sobre o Rio Tocantins, que todos imaginavam só iria trazer progressos.

A ponte valorizou as terras de Porto Nacional e dos municípios vizinhos, atraindo para cá muitos fazendeiros e também muitos grileiros, que começaram a comprar e expulsar antigos posseiros da região (ANEXO 7/8, 1980, p. 02).

Da mesma forma, o periódico ressalta a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), noticiando a convocação de reuniões e participação direta na luta dos posseiros por terras. Percebe-se ainda a preocupação com o cenário nacional, de como essas lutas não se resumiam apenas a região norte:

O Félix, nosso companheiro do São João, foi numa reunião da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, onde também estavam mais de 100 lavradores. Foi muito discutido os problemas de falta de terra para os lavradores e a invasão do pessoal rico e de grandes firmas que querem tomar conta de todas as nossas terras. Estavam lá na reunião, que foi em Brasília, representantes do Pará, Maranhão, Amazonas, Acre, Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Goiás e outros (ANEXO 7/8, 1980, p. 10).

O avanço da resistência à modernização excludente no campo ocorreu em paralelo com o avanço da organização dos latifundiários na região, tal como ocorreu com a fundação da Associação dos Proprietários Rurais do Bico do Papagaio que, posteriormente, se integrou à União Democrática Ruralista (UDR). Segundo Silva, a organização dos proprietários também ocorreu no município de Porto Nacional:

Na região da Diocese de Porto Nacional, onde o trabalho de Dom Celso e dos agentes da CPT incomodava o latifúndio, sempre sedento de mais terras, também nasceu uma associação congênere daquela do Bico do Papagaio. A UDR, fundada em Presidente Prudente,

São Paulo, em 1985 constituiu uma síntese dessas associações que até então pareciam dispersas (SILVA, 2011, p. 07).

Em Porto Nacional, o principal conflito foi o da Fazenda São João, que teve início em 1979 e chegou ao fim com a vitória dos posseiros, em 1985. A documentação da Comsaúde permite recuperar esse conflito, entender suas as motivações e seus resultados. Este foi um conflito de grande repercussão, que resultou na morte de dois pistoleiros, as quais os posseiros foram incriminados. Segundo documento do Partido dos Trabalhadores em moção de apoio aos posseiros de Porto Nacional em 1984,

(...) [o] conflito armado em 1979 do qual resultou a morte de dois pistoleiros contratados pelo grileiro (...)os posseiros incriminados tiveram seus julgamentos adiados por várias vezes até que, no dia 06.04.84, finalmente, foram julgados e absolvidos pelo júri popular (...) vêm manifestar sua solidariedade e apoio aos posseiros da São João (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984).

Entretanto, outros conflitos são pontuados, tais como a luta dos trabalhadores de Taquaralto (atualmente, um bairro popular da capital do Tocantins, Palmas):

No dia 28 de setembro cerca de 40 lavradores, posseiros e pequenos proprietários da região de Taquaralto se reuniram para discutir os seus problemas e procurar juntos uma maneira de resolvê-los.

Alguns falaram sobre a atuação do INCRA, que não tem reconhecido a posse legal dos antigos posseiros (alguns já com 40 anos nas terras), ou às vezes diminuem o tamanho das suas posses. Muitos também reclamaram da vagareza como anda os processos de legalização da posse e da pressão dos proprietários de documentos (escrituras paroquiais) que nem se quer trabalham na terra e querem expulsá-los (ANEXO 9, 1980, p. 09).

A questão camponesa no norte de Goiás (atual Tocantins) e mais especificamente, no município de Porto Nacional, os anos entre 1979 a 1985, são de suma importância, já que nesse período os trabalhadores rurais se organizaram e resistiram ao avanço do latifúndio. Há poucos estudos sobre o tema e os conflitos que pontuamos.

É possível situar o conflito na Fazenda São João a partir de dois aspectos: em primeiro lugar, pelas obras de infra-estrutura que tiveram lugar na região, em particular a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em 1979, que atraiu grileiros para a região e, em segundo lugar, pela atuação da CPT Araguaia Tocantins, que teve um papel importante na organização da resistência camponesa.

O início do conflito da fazenda São João teve início quando, em 1951, o fazendeiro José Florêncio dizendo-se dono das terras, reivindicou 8000 alqueires, em área onde se encontrava a fazenda São João. Ali viviam centenas de famílias, vindas de outras regiões de Goiás e de estados como o Maranhão e o Piauí. Vinte anos depois, posseiros e o fazendeiro fizeram um acordo, mediado pelo INCRA, em que cada família camponesa (a época eram cerca de 350) ficaria com uma parcela de 23 alqueires, ao custo de 3500,00 cruzeiros, financiadas pelo Banco da Amazônia.

O acordo se manteve até 1973 quando José Florêncio faleceu e seu filho, Agenor Florêncio, alto funcionário do INCRA na região, o rompeu. Os posseiros passaram a ser pressionados por jagunços a deixarem as posses e, três anos depois, Agenor Florêncio vendeu a área para Guilherme Dicier Santana e Manoel Antônio Santana, conhecidos como “grileiros paulistas” na região.

A violência contra os posseiros aumentou com a chegada dos Santana e muitos posseiros abandonaram suas posses, restando apenas 14 famílias no São João. Estes tiveram suas casas queimadas, e viram estradas serem fechadas, além da circulação de pistoleiros pela região. Os posseiros que resistiram, tentaram obter proteção policial, em vão. Segundo Edvaldo José Alves, posseiro, “o povo tinha que se defender sozinho” (FSP de agosto de 1982, p. 10).

Numa manobra jurídica, os Santana entraram com um processo de reintegração de posse, o que foi concedido pelo juiz de Porto Nacional. As famílias foram despejadas e levadas em caminhões até Porto Nacional. No São João ficou apenas Arnaldo Paulino da Silva, com 16 anos “que resistiu armado de uma bolandeira, um instrumento de ralar mandioca para fazer a famosa farinha do São João” (FSP de agosto de 1982, p. 10).

Pouco tempo depois, sem o respaldo das autoridades municipais ou estaduais os posseiros começaram a voltar às suas posses. Novamente a truculência dos jagunços se fez presente na região quando um deles tentou incendiar a casa de um posseiro.

Frente a mais essa tentativa de intimidação, os posseiros reagiram, e num tiroteio, mataram dois pistoleiros.

Os posseiros foram processados, mas absolvidos, com base na Lei de Segurança Nacional, num julgamento que foi adiado diversas vezes, por falta de infra-estrutura jurídica na região. Em cada julgamento marcado, a Comissão Pastoral da Terra fazia ampla convocação dos posseiros da região para acompanharem o julgamento, num episódio que ganhou as páginas dos principais jornais do país.

O período em que ocorreu o conflito da fazenda São João é coincidente com as grandes manifestações populares, como o movimento das “Diretas Já” que tomaram conta do país, reivindicando o retorno à democracia (FERREIRA & DELGADO, 2003). Era também um período em que o país passava por uma profunda crise econômica, com a existência da hiperinflação, aumento do índice de desemprego e diminuição do poder de compra dos salários (EARP & PRADO, 2003). No período as lutas em Porto Nacional, além da expansão da fronteira agrícola e o projeto de modernização excludente levando à cabo pelos militares, que valorizou as terras da região e criou as condições para que muitas terras griladas fossem regularizadas, através da atuação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT, instituído em regime de urgência pelo general-presidente João Batista Figueiredo em fevereiro de 1980.

O conflito da fazenda São João talvez seja o mais importante do período proposto por essa pesquisa, que é dificultada pela escassez de estudos anteriores sobre o tema, além de grande dificuldade de acesso à documentação. Apesar das dificuldades, o estudo preliminar que realizamos, apresentado neste artigo, evidencia a relevância de recuperar os conflitos pela posse da terra a partir do advento da modernização excludente na região norte de Goiás, de modo a compreender a dinâmica da ditadura civil-militar no campo e seu legado na questão da violência contra os camponeses.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

ADUSP, O Controle Ideológico na USP: 1964-1978. São Paulo, Associação dos Docentes da USP. (Adusp), 2004.

BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. História Revista 1(2), Goiânia, jul/dez de 1996.

CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, vol. 4, n° 3, ago de 2010.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia, Ellos, 2009.

COMSAÚDE. “Anexo 7/8”. *Porto Nacional, Ano II, julho/agosto de 1980*.

COMSAÚDE. “Anexo 9”. *Porto Nacional, Ano II, setembro de 1980*.

EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano, volume 4, O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano, volume 4, O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de agosto de 1982. “Posseiros resistem no Araguaia-Tocantins”. *Primeiro Caderno*, p. 10.

FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de abril de 1976. “Duas pontes eliminarão balsas nos rios Tocantins e Araguaia”. *Primeiro Caderno*, p. 20.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm acessado em 13 de junho de 2012.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MECHI, Patrícia Sposito. “Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)” . *Doutorado em História Social*. São Paulo, Programa de Estudos Pós graduados em História Social da PUC-SP, 2012.

OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *Estudos Avançados*, vol. 15, n° 43, São Paulo, set/dez 2001.

OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. “Moção de Apoio de 08.04.84”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/3mocoos83.pdf> . Acessado em 10 de abril de 2013.

SILVA, Moisés Pereira da. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da terra (CPT) nos conflitos agrários Araguaia-Tocantins (1970-1986), (Dissertação de mestrado), Goiânia, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2011.

TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”, in: Observatório Geográfico de Goiás. Goiânia, s/d, s/l. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO__Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf , acessado em 19 de abril de 2012.

ARTIGO

A PINTURA POLÍTICA DE GONTRAN GUANAES NETTO **

Resumo

Em novembro de 1969, o artista plástico paulista Gontran Guanaes Netto (1933), desembarcou exilado em Paris (França), vítima de perseguição do governo ditatorial brasileiro. Com sua chegada à Paris deparou-se com possibilidades de atuação até então não vistas no Brasil, que lhe permitiram radicalizar uma concepção da produção artística desvinculada dos interesses mercadológicos e projetar sua arte como um instrumento para a luta política. O presente artigo apresenta e discute aspectos desta produção artística militante de Gontran, durante o período de seu exílio em Paris – França (1969-1985) e o relacionamento direto destas com o trabalho de oposição aos governos ditatoriais instaurados no cone-sul na segunda metade do século XX.

Palavras-Chave:

Produção artística; mercado; ditadura; luta política.

Abstract

In November 1969, the São Paulo artist Gontran Guanaes Netto (1933), he landed exile in Paris (France), persecution of Brazilian dictatorial government. With his arrival in Paris was faced with professional performance possibilities hitherto unseen in Brazil, that allowed him to radicalize a conception of detached artistic production of market interests and design their art as a tool for political struggle. This article presents and discusses aspects of this militant artistic production of Gontran, during the period of his exile in Paris - France (1969-1985) and the direct relationship of these with the opposition to work dictatorships brought before the cone-south in the second half of the twentieth century.

Keywords:

Artistic production; market; dictatorship; political struggle.

* Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. E-mail: fabioribeiroroberto@gmail.com.

** O presente texto foi extraído de nossa dissertação de mestrado, Arte e Política, a obra exilada de Gontran Guanaes Netto (1969 a 1985), disponível em: <http://www.escolalivredecienciaseartes.com/index.php/revista-digital-univos>.

Introdução

Compreende-se que política e arte se relacionam desde o surgimento das primeiras formas de civilização e de dominação de classe, assumindo diferentes aspectos no transcurso da história. Contudo, o sentido político de uma obra é sempre mais complexo do que a simples adequação do trabalho artístico a um conjunto de ideias explícitas, ligadas a uma ou outra classe social. Pois, conforme define Walter Benjamin (1994), em cada momento histórico a função de uma obra é sempre dada pelas condições e relações sociais em que ela se realiza, e sua atuação é sempre relativa ao papel que assume na sociedade. De forma que a discussão sobre a interação entre arte e política deve ultrapassar os limites da dicotomia entre conteúdo e forma e considerar, acima de tudo, o complexo de relações entre arte e sociedade, observados em determinado período histórico.

Nesse sentido, o debate a ser levado aqui procura posicionar o trabalho artístico de Gontran diante das especificidades da forma de produção, circulação, e recepção das artes plásticas em seu período histórico (especialmente aquele de seu exílio: 1969 a 1985), buscando compreender o papel da arte nesse momento e suas possibilidades de atuação política. Para tanto, partimos do debate realizado por Peter Bürger, em sua Teoria da Vanguarda (2008), segundo o qual há uma modificação radical das formas de produção artísticas (principalmente da produção de arte engajada) e na relação social da arte em decorrência da atuação dos movimentos históricos de vanguarda do início do século XX.

Segundo Bürger, a consolidação da sociedade burguesa e o desenvolvimento da divisão do trabalho implicado a esta sociedade permitiram que a obra de arte deixasse de ter uma função social ritualística e se desvinculasse diretamente da “*práxis vital*”¹. Nessa condição, a produção artística assumiu uma autonomia relativa diante da sociedade e passou a existir no interior de um complexo de relações e instituições artísticas oficiais, onde a obra tradicional se deparou com grandes limites para uma atuação política crítica.

Essa autonomia foi expressa com a cristalização do que Bürger identificou, a partir das reflexões de Hebert Marcuse (1997), como *instituição arte*: marco institucional de produção, circulação e recepção das obras, no qual a função da arte é reestabelecida em um novo nível, o da perda da crítica. Em outras palavras, a emergência de um complexo de instituições (museus, galerias.), relações (mercado, crítica

¹ Compreende-se *práxis vital* como a produção e reprodução da vida em determinada sociedade.

de arte) e indivíduos (*marchands*, críticos) que passaram a mediar a vinculação entre as obras de arte e os receptores, conforme os interesses em que estes “meios oficiais” foram erigidos (o da classe dominante burguesa) e geraram a neutralização do conteúdo da obra, a auto-realização da arte em si mesma – a partir de um alto grau de desenvolvimento formal – e a reprodução das obras nos limites dos complexos institucionais, como mercadorias. Ao ponto que a capacidade de projetar o devir e apontar as possibilidades do futuro vistas por Cervantes, Bach, Michelangelo ou Machado na obra de arte tradicional, encontrou-se restrita pelas estruturas erigidas na sociedade do capital.

Para Bürger, os movimentos históricos de vanguarda, do início do século XX, identificaram a condição autônoma da arte e realizaram uma crítica a todo o complexo de produção e reprodução da arte burguesa. Através do choque, da ofensa à classe controladora das formas de produção e circulação da arte e da negação das estruturas tradicionais da obra moderna (racionalismo formal, unicidade, totalidade e a própria institucionalidade), o intento vanguardista procurou negar criticamente a arte tradicional e forjar a religação de uma nova arte à práxis vital.

Seu ataque, porém, foi fracassado, mas possibilitou a visualização da condição autônoma da arte e dos limites impostos pelos meios institucionais, abrindo aos movimentos seguintes o dilema de manter-se resignado ao sistema artístico oficial ou opor-se a ele.

A ofensiva vanguardista rompeu com a tradição aurática da obra de arte burguesa e, conseqüentemente, com as regras antes impostas à arte ocidental. Neste contexto Luc Ferry (1994) identifica a emergência de um ecletismo pós-moderno no momento posterior, capaz de englobar as mais diversas manifestações formais e conteudistas, principalmente no interior da “instituição arte”. Para a arte interessada politicamente, o ataque vanguardista possibilitou o surgimento de formas de ação conscientes da necessária oposição a ser feita diante dos complexos artísticos oficiais, encarnados na produção artística ou nas práticas que circundam seu processo de realização e relacionamento com a sociedade.

Quando Gontran chegou na Europa, no final da década de 1960, tomou contato, justamente, com um amplo debate sobre a participação da arte na sociedade, no qual a relação dos artistas e da obra com o público, e também com as instituições oficiais, estavam predominantemente em pauta. No entorno destes debates e das múltiplas formas de ação política e produção artística que os acompanhavam, Gontran desenvolveu seu trabalho plástico e militante.

Durante todo o período em diáspora, o artista integrou diversos grupos, coletivos, associações etc. com os quais desenvolveu uma vasta produção, em que é possível observar uma grande preocupação com a participação da arte na realidade social, como também com a autonomia do trabalho dos artistas ante seus condicionantes externos (mercado, galerias, museus, crítica etc.). Dentre os diversos exemplos de suas ações pode-se indicar a realização de exposições individuais e coletivas voltadas à denúncia direta de situações de opressão, tortura, exploração etc.; doação de obras para salões e museus direcionados ao debate de lutas políticas em diversos países; exposições e vendas de obras para auxílio de exilados e presos políticos; criação e/ou fortalecimento de espaços de disputa com os meios artísticos oficiais; utilização do trabalho estético diretamente em manifestações e lutas populares; além de uma vasta produção plástica quase sempre caracterizada pela representação do trabalhador do campo.

Uma das principais vertentes da obra crítica de Gontran foi o trabalho de oposição ideológica ao governo ditatorial brasileiro (1964-1985) e das demais nações latino-americanas, que também passaram pela mesma situação em certo período da segunda metade do século XX. Justamente por ser o exílio, provocado pelo governo militar brasileiro, a causa do contato de Gontran com as práticas artísticas e militantes pós-vanguardistas, na Europa, daremos, aqui, ao apresentar o seu trabalho, um maior destaque à forma como o artista se valeu da sua nova realidade para enfrentar os governos ditatoriais.

A formação do artista no Brasil (1952-1969)

Para compreender os sentidos da constituição de Gontran como um artista e militante político de esquerda, interessado na atuação social de sua obra, faz-se necessário uma breve passagem por sua formação no Brasil. Durante esse período destaca-se o caráter conflitivo de sua prática artística com a atuação política, que se transformarão no exílio, culminando no desenvolvimento de uma extensa produção plástica combativa.

Gontran formou-se como artista plástico e militante político em São Paulo, de 1950 à 1969, durante um movimento de profunda transformação social da cidade e do país (ARRUDA, 2001). Um movimento marcado por fortes lutas sociais e pela grande agitação cultural e produção ideológica (MORAIS, 2011), que colocavam em questão a disputa dos rumos da industrialização do país (DREIFUSS, 1981) e da

formação da identidade simbólica nacional (NAPOLITANO, 2000). Nesse contexto o artista fundou algumas das bases de sua visão do mundo, na qual apoia seu trabalho até os dias de hoje: a crença no socialismo como saída para o desenvolvimento humano e a promoção da arte como instrumento de mudança social. Base esta que se estabeleceu, principalmente, devido a sua vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao trabalho com os principais representantes da “pintura social” do Brasil, na época.

Não só Gontran, mas boa parte da esquerda brasileira e, principalmente, da intelectualidade progressista do período se vinculava, relacionava ou, pelo menos, transitava pelas estruturas de produção e disputa ideológica mantidas pelo PCB. Mesmo contestado por diversos grupos, o “partidão” e o seu discurso “moderado” mantiveram-se hegemônicos na esquerda brasileira até o ano de 1964 – tanto no movimento sindical, como na relação com os intelectuais progressistas –, como afirma Dênis de Moraes (2011). Foi através do PCB ou aliado a ele que Gontran desenvolveu suas principais atividades no período. Foi também no entorno ao partido que o artista conheceu e relacionou-se com importantes intelectuais e militantes políticos brasileiros da época e usufruiu de uma formação cultural e prática bastante expressiva.

Do lado da militância Gontran integrou a célula do partido no bairro de Ipiranga, em São Paulo, depois passou a participar, já na década de 1960, da célula do Teatro de Arena (com Gianfrancesco Guarnieri, Jean Claude Bernardet, Mauricio Capovilla, Juca de Oliveira, Paulo José, Vera Gertel, entre outros) e, a partir de 1962, se tornou secretário executivo do Centro de Estudos Sociais, um espaço de formação do PCB, destinado à promoção e produção de cultura e ciência no país, composto por Gontran, Mário Schemberg, Caio Prado Jr., Vilanova Artigas, Olga Baeta, etc².

Em relação à pintura, Gontran estudou ou trabalhou com alguns dos principais nomes da pintura nacional da época e que se destacaram pela figuração e pelo comprometimento com a sociedade. Artistas como Clóvis Graciano, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Livio Abramo e Mário Gruber que, paralelamente “às tendências renovadoras e antiacadêmicas que começam a tomar corpo nos anos 20, ou simultaneamente a elas”, passaram, “cada vez mais, a se indagar sobre a função social de sua produção, seu público e como colocar sua obra a serviço de alterações da estrutura de uma sociedade injusta” (AMARAL, 2003).

² Ver: CHAGAS, Rodrigo Pereira; SILVA, Aline de Vasconcelos. *Arte e engajamento “em um país como o nosso”*. Entrevista com Gontran Guanaes Netto [06/2009], Itapeperica da Serra. Verinotio revista online, – n.10, Ano V, out./2009. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.21766865925646.pdf>>. Acesso em: 07 abri. 2012.

Todos esses artistas foram do PCB em algum momento, ou mantiveram-se aliados à luta da esquerda. Cada qual combinou, à sua maneira, uma preocupação com a qualidade da obra diretamente vinculada com a preocupação com uma transformação da realidade social. Formalmente eram caracterizados pela arte social figurativa.

Com a influência deles Gontran assumiu a perspectiva da pintura social: da representação da realidade brasileira, da vida do trabalhador do campo, do bóia-fria, do retirante, ora num viés dramático das vidas sofridas ora no apontamento da classe responsável pela construção da história e dotada da possibilidade de levar a cabo uma transformação social. E mesmo que não tenha acessado diretamente todos esses pelo PCB, ele encontrou, principalmente no partido, o acesso ao ideário de um tipo de produção artística no qual todos estavam envolvidos.

Contudo, a contradição da atividade de Gontran no período é o fato de sua grande aplicação na luta política e na agitação cultural do país não terem se refletido em sua produção plástica particular, que no período se mostra bem pouco expressiva. Como se pode ver nestes exemplos a seguir:



Gontran Guanaes Netto: *Capoeira*, [década de 1950]. Óleo sobre tela.



Gontran Guanaes Netto: *Sem título*, 1964. Nanquim sobre papel.



Gontran Guanaes Netto: *Sem título*, 1964. Acrílico sobre madeira.

O pouco desenvolvimento da obra de Gontran até o ano de 1964 pode ser especulado por uma série de questões, quase todas voltadas a sua dificuldade em dedicar-se ao trabalho da pintura.

A primeira é o pouco apoio do PCB ao desenvolvimento de seu trabalho artístico, especialmente até o processo de desestalinização do partido, em 1958³. A militância inicial de Gontran era tarefaira. Por mais que ele tenha conseguido, por meio do partido, um trabalho de ajudante do artista Clóvis Graciano, sua recorrente prática era na venda de jornais, distribuição de panfletos etc. Porém, mesmo após 1958, quando o partido passou a estimular o trabalho específico dos artistas e intelectuais, Gontran manteve-se implicado em outras formas de ação, com pouca dedicação à sua produção artística específica. Sua dedicação passou a se concentrar na construção de espaços destinados à produção científica e cultural, muito mais do que na sua produção artística própria.

Outro elemento é a condição social de Gontran, que dificultava sua dedicação exclusiva ao trabalho com a pintura. Ele sempre precisou desenvolver algumas formas de trabalho assalariado para poder sobreviver. O mercado de artes era diminuto no país e despontava exatamente a partir da década de 1950, mas direcionado para um oposto da perspectiva artística de Gontran: o concretismo e o abstracionismo, que passaram a se impor com dominância na cena artística brasileira – com bastante apoio dos industriais nacionais e internacionais, com a criação de Bienais, galerias, museus, etc. Por conta disso Gontran sempre trabalhou de forma assalariada para adquirir seu sustento e de sua família, sobrando-lhe ainda menos tempo para a pintura.

Assim, Gontran mantinha uma tarefa militante, trabalhava de forma assalariada e não se enquadrava aos novos preceitos das artes plásticas brasileira e, conseqüentemente, sua pintura era pouco expressiva. Porém, é interessante observar a sua compreensão do fato. Em sua leitura, ele pouco trabalhava com os pincéis devido a uma sensação de culpa diante dos operários e militantes. Ele imaginava ser um privilégio trabalhar com a pintura enquanto outros exerciam trabalhos pesados e ou burocráticos e, por conta disso, fugia muitas vezes da pintura. Inclusive, sua tese é de que ele procurava manter uma figuração bem próxima dos artistas sociais brasileiros porque

³ Conforme Rubin (1998), antes do processo de desestalinização, iniciado após o XX congresso do PCB, em 1956, o partido não possuía grande tato no relacionamento com o intelectual. Somente em 1958, após a revisão de suas práticas e as críticas às políticas e ideias defendidas por Stálin, o PCB, segundo Jacob Gorender (in: RIDENTI, 2000, p.68), passou a “aproveitar os intelectuais naquilo em que eles são especialistas, o trabalho intelectual” autônomo, de forma que a propositura ideológica do partido passou a permear a produção da maior parte dos artistas progressistas, sem um direcionamento formal específico.

se escondia atrás da pintura deles, pois, ao realizar uma “figuração comprometida”, por todos associada a uma militância social, ele sentia menos culpa.

Aqui mostra-se o primeiro grande conflito do artista plástico que se interessa pela pintura mas tem receio de aceita-la diante da militância, que já fora aceita anteriormente. Contudo, sem se opor totalmente à leitura de Gontran, é imprescindível observar que além de todas as dificuldades materiais imediatas que lhe foram postas, ele está no meio de uma crise das possibilidades críticas da própria forma de fazer arte que ele acreditava e essa crise se expressou de uma maneira subjetiva particular para ele.

Como um indivíduo militante Gontran encontrou-se em conflito com a forma burguesa de se fazer arte, da pintura de cavalete, do indivíduo isolado, capaz de assumir sozinho a subjetividade de um mundo total e que tem suas obras restritas à circulação mercadológica e/ou em museus e galerias, a um público restrito e elitizado. Ele estava diante da crise de possibilidade de atuação crítica da obra de arte tradicional, que já havia se demonstrado na Europa – resultada no surgimento dos movimentos históricos de vanguarda– e apresentava-se, à sua maneira, no Brasil, justamente com a ereção das instituições artísticas oficiais (museus, galerias, salões, críticos, marchands, etc).

Por esse motivo, acreditamos que a sua pintura e militância expandem-se justamente quando ele chega na Europa e encontra outros debates e possibilidades do fazer artístico comprometido socialmente, oriundos da resposta dos artista à crise da arte burguesa. Mas, enquanto permanece no Brasil, Gontran enfrenta constantemente o dilema de tentar convergir sua pintura particular com a militância política; frustrando-se, muitas vezes.

Efeitos da ditadura

Quando o golpe de estado foi instituído no Brasil a trama de relações e a produção cultural na qual Gontran se envolvia (o nacionalismo, anti-imperialismo, comunismo), com uma perspectiva progressista e social, foi atacada e, aos poucos, desmantelada. As primeiras vítimas foram os movimentos trabalhistas (com as técnicas de tortura, prisão, arrocho salarial, assassinato, etc) e apenas os intelectuais e artistas que mantinham uma relação direta com os movimentos sociais (SCHWARZ, 2005). A violência de Estado se institucionalizou após o AI-5, em 1968, a partir do

qual diversas outras camadas sociais passaram a ser largamente perseguidas, inclusive artistas e intelectuais (ALVES, 2005).

No momento do Golpe Gontran trabalhava na FAAP e atuava no Centro de Estudos Sociais. Este segundo foi imediatamente dissolvido e seus documentos foram queimados. Sua prática passa a ser na militância clandestina. Ele mantém-se como professor da FAAP e assume formas secretas de resistência ao governo ditatorial. Seu ateliê se tornou, muitas vezes, espaço para reuniões secretas de militantes e, em determinadas situações, transformou-se em hospital clandestino. Entre suas práticas cotidianas estava a confecção de jornais, panfletos e a ilustração de muitos desses materiais.

Sua produção plástica, que já não era de grande porte anteriormente, permaneceu evoluindo em pequenas proporções. Se com o clima anterior de efervescência cultural, suas atividades práticas já se conflitavam com o trabalho na pintura, a partir de 1964 a necessidade de manter-se constantemente em luta direta, a condição de medo, os trabalhos clandestinos etc. dificultavam mais ainda o desenvolvimento de sua pintura. Mesmo assim, é possível observar um certo avanço em suas formas e uma busca sua por um estilo ou uma marca própria com a pintura.



Gontran Guanaes Netto: *Sem título*, 1967. Óleo sobre tela.



Gontran Guanaes Netto: *Sem título*, 1965. Óleo sobre tela.

Porém, após 1968 sua condição se tornou extremamente mais complicada. Depois da instituição do AI5 Gontran foi preso duas vezes, uma no DOPS outra na OBAN e passou a sentir com maior peso a força da opressão. Foi tomado pela cultura do medo (ALVES, 2005) e sentiu não ter mais condições de permanecer no país. Exilou-se na França, onde residiu até 1985 e integrou a batalha ideológica contra o governo militar mantida por diversos outros exilados. Com o exílio inauguram-se suas novas formas de produção plástica e de prática política, que nos ocuparemos agora.

As influências de Gontran no exílio

Logo que chega à França Gontran é recepcionado e abrigado por um casal de cientistas, antigos membros do Partido Comunista Francês (PCF), que lhe foram indicados por seu amigo Eli Silva, físico brasileiro e também antigo membro do PCB. A ideia de Gontran era arrumar alguma forma de trabalho para poder sobreviver e logo foi desencorajado por seus companheiros devido a ausência de documentos oficiais. A diferença entre Brasil e França, no campo cultural, então se colocaram. Era mais promissor para Gontran realizar, na França, o trabalho como artista do que qualquer outro subemprego. Enquanto no Brasil sempre houveram diversas formas de empecilhos ao seu trabalho artístico.

Gontran foi incentivado a pintar por seus acolhedores, que lhe conseguiram, junto com colegas da Universidade de Orsay, uma casa para ele morar e trabalhar (na

vila de Orsay), material de pintura e meios para ele se alimentar e sobreviver. Então o artista pôs-se a pintar e já em 1970 realizou sua primeira exposição em solo francês.



Gontran Guanaes Netto: *Sem título*, 1970. Óleo sobre tela (Acervo pessoal do Artista).

Suas primeiras obras ainda se destacam por um baixo desenvolvimento plástico, porém, marcam um recomeço de sua pintura, ainda com a tentativa de encontrar uma particularidade de estilo e de manejar sua produção plástica como meio de militância política. Aqui, sua tentativa de ação política mostra-se, principalmente, na repercussão da ação de um artista exilado do que na própria pintura.

O primeiro destaque a se fazer são referentes às possibilidades de ação cultural encontradas por Gontran na França. Neste país – ao contrário do Brasil e de tantos outros países de capitalismo hipertardio – o legado da revolução francesa e do universalismo liberal (FAURE,1991), e também das lutas populares e trabalhistas, como a primavera dos povos 1848, a comuna de Paris, 1871, etc. (DE MICHELI, 1991), impulsionaram uma vasta produção artística realista no século XIX, colocando o país como o principal centro da arte moderna ocidental e garantindo-lhe uma herança cultural ampla e humanista. E mesmo após as lesões francesas com a Segunda Grande Guerra e a perda de seu posto de principal polo cultural mundial para os EUA – haja vista que o poderio econômico estadunidense tenha os colocado como o principal controlador da instituição arte contemporânea –, o legado histórico de Paris como um centro de promulgação da cultura permaneceu, mesmo que modificado (ROSEMBERG,1974). Gontran, por um golpe de sorte⁴, exilou-se neste país e pôde aproveitar deste legado cultural para dar cabo ao seu trabalho como artista.

⁴ Segundo entrevista concedida a Rodrigo Chagas e Aline Vasconcelos (2009), Gontran pensava em se exilar no Canadá, mas decidiu se instalar na França após encontrar um amigo que lhe informou uma possível presença de vários brasileiros em Paris.

Além de um cenário mais promissor para a produção artística Gontran também encontrou na França diversos grupos e redes de exilados latino-americanos, que se impulsionavam uns aos outros e, principalmente, criaram no exílio uma identidade cultural, um consistente bloco de luta ideológica e uma forte onda de produção cultural qualitativa.

O exílio “massivo” dos latino-americanos no último terço do século XX foi, para Miguel Rojas Mix (2001), a maior onda de exílio ocorrida na história do continente, principalmente para intelectuais, artistas e estudantes. Em torno desses exilados criou-se uma grande movimentação cultural devido à notoriedade que assumiam as notícias dos regimes ditatoriais latino americanos, em todo o mundo; pela carga emotiva e política trazida pelos intelectuais exilados, impedidos de trabalhar em seus países e obrigados a deixá-los; e pela necessidade de participação daqueles que se encontravam distantes dos conflitos aprofundados no continente latino-americano; além da simpatia de setores progressistas de diversas nacionalidades.

Com a instauração dos regimes militares e o “exílio em massa”, consolidou no exterior uma identidade cultural latino-americana a partir de uma percepção mais apurada da semelhança histórica e dos rumos dos países deste continente, em um momento em que a afirmação nacional, forjada em diversos caminhos (e também na arte) se transformou em afirmação continental (ROJAS MIX, 2001). A esta reflexão, Cristine Frerot (1984) propõe que a memória de um continente, marcado por constantes lutas e fragmentação, criou certa particularidade e comunhão entre os artistas latino-americanos, distinguindo-os das demais ‘vanguardas’ artísticas e os incorporando à vida cultural europeia (principalmente a francesa), com um desejo manifesto de “reivindicar a diversidade, a vitalidade e a potencialidade cultural e política da América Latina” (FREROT, 1984, p. 78, tradução nossa).

A condição de Gontran como artista latino-americano, militante e exilado viabilizou a sua entrada no circuito artístico europeu, em um momento em que sua obra ainda mantinha pouca expressão. E o amadurecimento de sua obra se fez, em boa parte, em diálogo com as lutas pela causa latino-americana, em um movimento de construção coletiva.

Sua preocupação com o problema latino figurou bastante clara no tema de parte de suas obras como também no sentido de tantas outras ações que levou a cabo individualmente ou de forma coletiva (iniciativas como salões, vendas de obras, organização de exposições, museus, etc.). Em seu currículo consta a participação em quase uma centena de atividades realizadas em todo o mundo (exposições, salões, palestras, fóruns, encontros etc.), nas quais figuraram temas da América Latina (arte,

política, educação, população etc.) e/ou eram organizadas por militantes e agentes culturais latino-americanos. Incluindo as inúmeras intervenções diretas, extra-oficiais, nas quais os problemas do continente latino-americano eram trazidos ao público sem o intermédio e as intervenções na oficialidade artística constituída.

Por fim, principalmente com os latino-americanos e nos mais diversos movimentos existentes no cenário artístico francês, Gontran se deparou, no exílio, com a novidade do tratamento “pós-vanguardista” da arte política ou engajada que ali se realizava. Até então, Os ditames da arte social, ao qual ele se vinculou no Brasil, estavam muito mais restritos (mas não completamente) à relação entre forma e conteúdo, principalmente tangenciada pelo debate da afirmação nacional, da revolução, do povo e do desenvolvimento do país. Já na metrópole francesa, o cosmopolitismo nas artes (característica de sua arte moderna) muito se distanciava de uma ameaça imperialista e por lá a arte comprometida se caracterizava pela crítica à sociedade burguesa e à sua institucionalidade artística, seguida de propostas variadas da tentativa de religação da arte à sociedade ou da busca por seu papel contestatório. Estas preocupações podem ser observadas, de modos específicos e até contraditórios, desde as experiências cinéticas e da *op art*, inauguradoras da arte interativa, como nas formas representacionais diversas do surrealismo e da figuração narrativa, na prática do trabalho coletivo, na formação de espaços alternativos, em instalações, colagens, intervenções públicas e até mesmo na intervenção experimental dos happenings (PEDROSA, 1975) e da arte conceitual (ROSEMBERG, 1974).

Gontran se valeu largamente deste cenário, estimulado pela movimentação cultural das recentes movimentações de maio de 1968, e pelo já citado espaço dos latino americanos, e desdobrou sua produção artística militante. Apresentaremos a seguir às particularidades dessa produção, com ênfase naquela direcionada ao combate ideológico desferido aos governos ditatoriais latino-americanos.

O trabalho exilado em oposição à ditadura

O trabalho coletivo foi um dos principais elementos característicos da produção artística engajada de Gontran. Em artigo intitulado *A propos de l'exposition 'tendances de l'art em France – 1968-1978/1979'*⁵, (1985) os pintores do grupo DDP⁶ demonstraram a existência de um gradual crescimento da politização e da organização dos

⁵ A propósito da exposição tendências da arte na França em 1968-1978/1979 (tradução nossa).

⁶ François Derivery, Michel Dupré e Raymond Perrot.

artistas em grupos, na França, a partir da década de 1950. Conforme esses autores, a principal característica da produção artística francesa foi a relação dialética entre o trabalho individual dos artistas e o trabalho em grupo, tangenciada pelas “tentativas dos artistas para se fazer reconhecer como agentes sociais completos, para intervir mais precisamente na vida cultural, para mudar as estruturas dos mercados de arte...” (DERIVERY; DUPRÉ; PERROT, 1985, p. 87, tradução nossa).

Através do trabalho coletivo, Gontran integrou um movimento amplo de tentativa de transgressão dos fazedores de arte à lógica individualista da produção artística de um período. Um movimento no qual se colocou em questão, no discurso e na prática, a produção artística realizada pelo indivíduo isolado (dos demais artistas e da sociedade), que fundamenta o mito do “monopólio da criatividade” (LE PARC, 1968) e possui grande importância à valorização mercadológica do produto artístico.

De outro lado, o trabalho coletivo também se mostrou como um despontar de consciência dos artistas enquanto grupo social, que se organiza coletivamente para avaliar criticamente suas condições de trabalho e vida, e seu papel social; confluindo, às vezes, em propostas de transformação destas condições⁷.

Um importante exemplo de trabalho coletivo integrado por Gontran foi a sua participação na formação da Brigada Internacional de Pintores *Antifascistas*, em 1975, em Veneza (Itália). Um coletivo formado por doze artistas plásticos de diversas nacionalidades – Julio Le Parc, Alejandro Marcos (Argentina), Jose Balmes, Nunez (Chile), Henri Cueco, Ernest Pignon-Ernest (França), Joop Van Meel (Holanda), Jose Gamarra (Uruguai), Gontran Netto (Brasil), Basaglia, Eulisse. Perusini (Itália) – sob a proposta de “participar por sua prática e imaginação das lutas empenhadas pelas organizações democráticas e antifascistas e reforçar a mobilização de seu próprio meio sobre estes temas”. (HUMBLOT, *Le Monde*, 08 nov. 1975).

O grupo se constituiu em Veneza aspirando ser o “primeiro coletivo internacional de luta antifascistas”, levando em conta a consciência dos artistas sobre o “recrudescimento do fascismo e de seus crimes” e o histórico “das diversas ações praticadas por pintores em todo o mundo” contra essa forma de governo (BRIGADA INTERNACIONAL DE PINTORES ANTIFASCISTAS, 14/10/1975, tradução nossa). O momento de surgimento do grupo se deu na realização de um grande painel no porto da cidade de Veneza (11 metros de comprimento por 2,40 de altura) em apoio aos trabalhadores desse porto, que entraram em greve para boicotar a saída de navios que levariam armas para o governo ditatorial chileno, da época.

⁷ Como no exemplo da formação do Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos, S.N.A.P., em 1977. Disponível em: <<http://www.snapegt.org/>>.

Reunidos com os portuários de Veneza os artistas se posicionaram da seguinte maneira:

A Brigada reunida em Veneza enfatiza a urgência das ações concretas nas lutas antifascistas, particularmente no Chile e na Espanha. Os pintores da Brigada apoiam concretamente, a partir de hoje, por um trabalho específico, o boicote internacional dos doqueiros que se recusam a carregar os navios de Pinochet. Em acordo com a C.U.T.Ch.⁸ e as organizações sindicais internacionais, eles acompanham as ações dos trabalhadores realizadas em diversos portos da Europa.

Os artistas da Brigada sublinham que a escolha de Veneza para começar esta ação é simbolicamente ligada à tradicional abertura cultural desta cidade, hoje reforçada por uma nova participação popular e democrática em sua administração (BRIGADA INTERNACIONAL DE PINTORES ANTIFASCISTAS, 14/10/1975, tradução nossa).

A Brigada realizou diversos afrescos e painéis durante a década de 1970, dos quais Gontran participou da maior parte. Apresentamos alguns abaixo:



Brigada de pintores antifascistas: *Painel realizado pelo Chile, 1976 – Paris.*



Foto da Brigada de pintores antifascistas pintando o *Painel realizado pelo Chile, 1976 – Paris.*

⁸ Central Única dos Trabalhadores do Chile.



Brigada de pintores antifascistas:
Painel realizado pela América Latina [Fragmento], 1977 – Nancy.

Através do trabalho em grupo, os artistas dificultaram a apropriação da pintura pelos meios oficiais e, conseqüentemente, opuseram-se à sua lógica mercadológica. Além disso, o trabalho coletivo permitiu concretizar diversas produções em grandes proporções, geralmente realizadas em festas ou manifestações populares – normalmente difíceis de realizar individualmente –, e que foram capazes de estabelecer um contato direto com o público receptor, uma vez livre da mediação dos mecanismos da arte oficial burguesa.

A característica formal dos trabalhos da *Brigada* segue o caminho da denúncia, mais voltada para o choque e a instrução de público, ao invés da contemplação. Gontran também desenvolveu uma série de trabalhos individuais que seguem um caminho formal semelhante. À luz, novamente, das reflexões de Peter Bürger (2008), qualificamos essa produção como um tipo de obra “não orgânica”.

A obra não orgânica, referida por Bürger através do conceito de Walter Benjamin (1994), é um tipo de obra fragmentada, carente de um sentido total, onde as partes se autonomizam do todo e conseguem se relacionar diretamente com o público, sem a mediação de uma composição estética dotada de um sentido único e, conseqüentemente, sem a atividade contemplativa. Um tipo de obra, também chamada de “não-arte”, na qual a ausência de um sentido geral condiciona que o motivo político individual deixe de estar subordinado ao todo da obra e passe a ter um efeito direto, isoladamente, não mais como uma representação da realidade, mas como parte desta própria realidade e instrumento de sua problematização. Enquanto a obra orgânica

engajada, que se percebe como produto artístico, o conteúdo político é tendencialmente neutralizado na instituição arte; na obra pós-vanguardista, inorgânica, o signo individual, que não aponta ao todo da obra, mas à realidade, permite que o receptor possa acatá-lo, tanto como “declaração importante concernente à práxis vital”, ou “como instrução política”.

Nos primeiros anos do exílio Gontran passou por uma fase de experimentação plástica, produzindo um tipo de obra que se pode aproximar do conceito benjaminiano de “não-orgânico”, mas sem nunca abandonar a pintura. Trata-se de uma produção bastante próxima à *Figuração Narrativa* francesa, na qual o discurso político do artista é direto e escancarado, mantido através de uma obra radical e agressiva, realizada através da técnica do cartaz e da colagem. Como se vê no exemplo abaixo:



Gontran Guanaes Netto: Escuderie Le coq, 1974. Óleo sobre tela .

Nesta obra, Gontran faz uma denúncia ao batalhão de forças especiais da Polícia Militar Paulista, chamado Scuderie Le Coq, também conhecido esquadrão da morte, liderado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Nesta obra e em toda uma série de trabalhos do mesmo período, o contraste de formas, cores e imagens são o veículo utilizado pelo artista para a denúncia dos múltiplos aspectos violentos da intervenção imperialista nas periferias do capital: a fome, a guerra, o uso de armas químicas, a tortura, etc. Nelas, a preocupação política de Gontran é escancarada e direta, e é exemplo das primeiras vezes em que sua

preocupação militante ocupa o plano central de sua obra individual. Sua experiência direta com a violência dos porões da ditadura brasileira e a necessidade de manter-se na luta contra o governo autoritário tupiniquim, em terras distantes, ecoam em uma obra quase panfletária, destinada a criar profundas contradições e choques no espectador.

Com características próximas às produções “não-orgânicas” realizadas por Gontran está uma instalação, destinada aos problemas da América Latina, que merece destaque: a Sala *Escura da Tortura*. Um trabalho concretizado coletivamente com o *Grupo Denúncia* – formado por Gontran, Alejandro Marcos (Espanhol naturalizado argentino), Julio Le Parc (Argentino) e Jose Gamarra (Uruguaio) –, no ano de 1972, e exposto no *Salão da Jovem Pintura* em 1973, com a proposta de se valer deste espaço, já a certo tempo politizado, para a realização de uma pintura que denunciasses a tortura como prática de governo dos regimes militares em quase toda a América Latina⁹.

A instalação é formada por um conjunto de sete obras, de 2,0 x 2,0 metros cada, arranjadas em um semicírculo, aberto apenas à penetração do espectador, na qual se cria uma espécie de espaço fechado e escuro, onde sobressaem as representações de pessoas torturadas em cinza, sobre um fundo negro. Ela foi realizada a partir dos relatos do frei dominicano Tito sobre as brutais formas de tortura por ele sofridas do governo Brasileiro, que foram encenados por jovens artistas franceses voluntários e fotografadas pelo argentino Julio Le Parc, no seu próprio ateliê, em Paris. A partir das fotos, os artistas membros do *Grupo Denúncia* selecionaram sete imagens marcantes que compreenderam serem capazes de expressar o horror vivido pela população sul-americana naquele cotidiano específico e poderem impactar o espectador ao serem representadas em tamanho natural, nos 28 metros quadrados da instalação.

⁹ A tortura na América Latina motivou diversos trabalhos fortes e profundos de artistas exilados, como a Sala Escura da Tortura. Sua amplitude e impacto podem ser elucidadas a partir das palavras da jornalista Karoline Viana Teixeira, retirada do catálogo de exposição da Sala Escura da Tortura, realizado pelo Instituto Frei Tito Alencar em 2001: “Na fala de quem conseguiu sair com vida da sala escura, é recorrente ouvir-se que, numa ditadura, a única coisa verdadeiramente democrática é a tortura. Não importava se eram homens, mulheres, crianças, idosos ou grávidas. ‘Todo brasileiro deveria passar pelo pau de arara para se saber quem é patriota ou não’, disse certa vez um torturador a uma de suas vítimas. (TEIXEIRA, in: INSTITUTO FREI TITO ALENCAR, 2011, p. 25)



Gontran Guanaes Netto: *Sala Escura da Tortura*, 1972. Óleo sobre tela.



Gontran Guanaes Netto: *Sala Escura da Tortura*, 1972. Óleo sobre tela.



Alan Oju: Fotografia com panorama aberto da Sala Escura da Tortura, 2011.

Reunidos, os sete quadros constituem um todo que gera no receptor uma sensação angustiante, pois desfere um ataque direto à sua condição humana, ao sentimento aflorado diante da dor que se quis atingir sem distanciamento. Trata-se de uma “instalação” constituída, lembrando Gontran, de um “intermediário entre a obra de arte” e “um impacto mais teatral”, pois utiliza da força expressiva da pintura e de sua exploração dramática dada pela composição da sala fechada.

No momento de sua realização, a *Sala Escura da Tortura* serviu para denunciar uma condição específica de governos fundados na tortura. Já num momento futuro ela pôde assumir novos contornos, como o da recuperação da memória; da manutenção de seu humanismo vitimado; da retomada da discussão sobre a tortura – ainda existente em diversas partes do globo; entre outros. Sua força expressiva e a grande repercussão e circulação, retomadas com bom ânimo e novo papel atualmente, permitem-nos concebê-la como uma das mais contundentes intervenções plásticas politicamente direcionadas de Gontran. Uma atuação forjada na esteira dos caminhos abertos pela “não-arte” vanguardista, mas que complementa a negação da sociedade pela afirmação do humano.

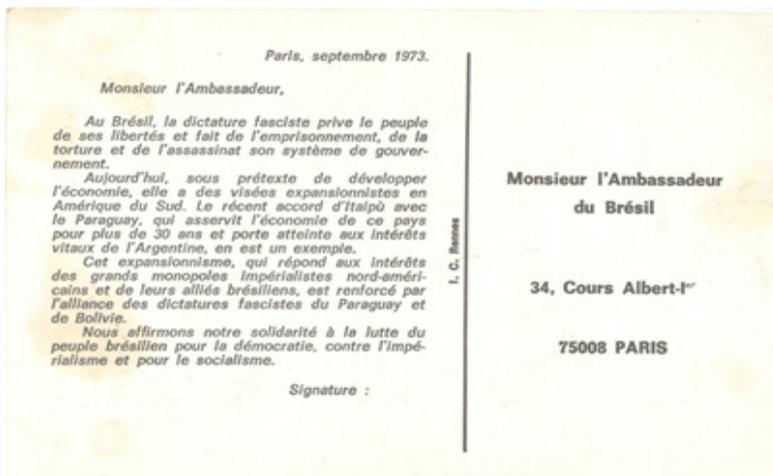
Seguindo pelo caminho de suas experiências estéticas, observamos Gontran desenvolver diversas outras formas de intervenções plásticas, politicamente direcionadas, como a confecção de faixas, cartões postais, cartazes, a criação de instalações e

a pintura de espaços públicos, levadas a cabo pelo artista em intervenção direta no cotidiano social com o objetivo de possibilitar um papel crítico ao material artístico – com um maior desprendimento das barreiras institucionais e, conseqüentemente, com possibilidades de atuação ativa da composição artística no espectador.

Estas formas de realização plástica são prioritariamente fundadas em categorias como a denúncia e a propaganda (mas não só) e geralmente elaboradas com maior simplicidade formal, devido à sua necessidade comunicativa imediata. Podemos falar que este tipo de produção se posiciona em longa distância da suposta retomada da arte à vida, tão desejada pelos movimentos históricos de vanguarda, uma vez não relacionada diretamente à produção da vida. Contudo, elas possuem o mérito de relacionar-se diretamente com o receptor e intentar seu efeito político a partir do desenvolvimento plástico específico e de acordo com o local de circulação.



Gontran Guanaes Netto: *Postal Comitê França-América Latina (frente/verso)*, 1973. Serigrafia sobre papel (acervo Gontran).



Gontran Guanaes Netto: *Postal Comitê França-América Latina (frente/verso)*, 1973. Serigrafia sobre papel (acervo Gontran).



Coletivo de Pintores Antifascistas: *Bandeirola de apoio ao El Salvador*, 1981. Acrílico sobre lona.
Fotografia da manifestação integrada pelo Coletivo de Pintores Antifascistas em favor da luta travada pela população de El Salvador contra a intervenção do imperialismo norte-americano. Na foto, Gontran (de chapéu), ao lado do artista plástico Rodolfo Krasno (à sua esquerda), carrega a bandeirola produzida pelos artistas em meio à passeata operária.

O primeiro exemplo compreende a reprodução de um cartão postal confeccionado por Gontran no *Comité France-Amérique Latine*¹⁰, e no segundo uma bandeira coletiva, realizada com o Coletivo de *Pintores Antifascistas*¹¹, em 1981, em apoio à guerrilha popular liderada pela *Frente Farabundo Martí* de Libertação Nacional (FMLN), contra o golpe de estado em El Salvador.

A reprodução dos cartões foi uma prática bastante utilizada pelo *Comité France-Amérique Latine* nos debates sobre os problemas do continente. Nesse, e em outros realizados por Gontran, uma imagem representativa da violência do governo brasileiro figura ao lado de uma mensagem explicitadora dos problemas nacionais, endereçada ao embaixador brasileiro em Paris. Na frente do cartão está expresso: “O milagre brasileiro é a repressão e a exploração do povo”. No verso:

Senhor Embaixador,

No Brasil, a ditadura fascista priva o povo de suas liberdades e faz da prisão, da tortura e do assassinato seu sistema de governo.

Hoje, sob o pretexto de desenvolver a economia, ele tem visões expansionistas na América do Sul. O recente acordo de Itaipu com o Paraguai, que submete a economia deste país por mais de 30 anos e infringe aos interesses vitais da Argentina, é um exemplo disto.

Este expansionismo, que responde aos interesses dos grandes monopólios imperialistas norte-americanos e de seus aliados brasileiros, é reforçado pela aliança das ditaduras fascistas do Paraguai e da Bolívia.

Nós afirmamos nossa solidariedade à luta do povo brasileiro pela democracia, contra o imperialismo e pelo socialismo. (Tradução nossa).

Neste trabalho, a experimentação estética de Gontran figura ao lado de um texto que condena a ditadura brasileira, o imperialismo norte americano e propõe o socialismo. Com o objetivo de circular de forma ampla, esse cartão acusa às ditaduras militares latino-americanas e, conseqüentemente, pressiona o embaixador brasileiro em Paris, cada vez que os cartões eram enviados a ele. Essa prática artística militante vincula uma imagem à mensagem política e se concretiza através de um relaciona-

¹⁰ O *Comité France-Amérique Latine* surgiu em 1970 como uma associação civil não lucrativa em território Francês, com o objetivo de “fazer conhecer a história, a cultura, as mobilizações e reivindicações dos povos da América Latina e do Caribe, em toda sua riqueza de diversidade[...] Isto é, promovendo e apoiando suas lutas e experiências coletivas em favor dos direitos humanos, da democracia social e política...” Disponível em: <http://www.franceameriquelatine.org/spip.php?rubrique90&lang=fr#outil_sommaire>. Acesso em: 14/10/2013. Gontran participou ativamente das reuniões e atividades do comitê, no qual trabalhou com diversos militantes exilados e de “diversas tendências da esquerda”, segundo ele.

¹¹ Coletivo voltado à intervenção crítica da produção artística em espaços públicos, composto por Bezard, Bouvier, Brandon, Colin, Counil, Derivery, Dupré, Fromanger, Lazar, Leclourec, Le Parc, Matieu, Netto, Perrot, Picart, Riberzani, Vegliante, Vignes, Yvel.

mento totalmente distinto daquele mediado pelas estruturas artísticas tradicionais, pois, nesse caso, os indivíduos tomam contato direto com o produto artístico, com sua mensagem (implícitas ou explícitas) e interagem com ele, na medida em que se apossam do cartão e o direcionam de acordo com seus interesses.

Na reprodução seguinte – a bandeirola produzida pelo *Coletivo de Pintores Antifascistas* em defesa do povo de El Salvador – Gontran integra outro movimento característico da atuação artística das décadas de 1960 e 1970. A bandeira, realizada com trabalho e organização coletiva, desfila pelas ruas e vai ao encontro dos seus espectadores, que tanto se deparam com seu conteúdo como agregam à manifestação dos artistas. Aqui o trabalho artístico invade o cotidiano dos indivíduos e diminui o distanciamento entre a arte e a vida.

Contudo, por mais vastos que sejam os exemplos nos quais a intenção política de Gontran fosse direta e explícita, o sentido da maior parte de sua obra, tanto no exílio, quanto depois, aproxima-se bastante de um tipo de obra mais tradicional, mesmo sem alcançá-la. Um tipo de obra que pode não se enquadrar aos requisitos do racionalismo formal, da unicidade e da totalidade, ou aos preceitos da obra “orgânica” apresentados por Benjamim (1994), mas que procura se relacionar com o público através do caminho contemplativo, no qual se propõe ao receptor um distanciamento e uma reaproximação do mundo, de forma intensificada, capaz de educá-lo. Uma obra em que o trabalho do artista se tornou mais livre, expressivo e espontâneo, e o seu discurso político ficou menos panfletário e se transformou em “ideologia latente” (HAUSER, 1984), incorporada em uma representação avivada de determinada realidade social, a saber, a do trabalhador do campo. Como nas obras apresentadas a seguir:



Gontran Guanaes Neto: *Camponeses de Ribeirão Preto*, 1976. Óleo sobre tela.



Gontran Guanaes Netto: O povo da terra dos papagaios, 1980. Óleo sobre tela.

Com essas obras, resplandecentes de luz e cor, Gontran efetuou, segundo a crítica de arte brasileira Radha Abramo, uma ação política contundente, chamando atenção à existência do trabalhador rural e à extrema miséria de sua vida cotidiana. Uma ação política realizada através de uma pintura que não foi feita para agradar, mas para “exibir as contradições, para aguçá-las pelo tranquilo caminho da contemplação, sendo este, por contradição, o sendeiro mais curto para o espectador modificar-se a si próprio” (ABRAMO, 1982).

Esta obra individual de Gontran circulou, majoritariamente, em espaços alternativos àqueles mantidos pela institucionalidade oficial de seu tempo¹² e pôde desfrutar de situações e condições nas quais foi possível, em partes, desviar a contemplação dos limites comunicativos impostos pela instituição arte (como a fetichização da

¹² Atividades que se não tinham um formato extremamente revolucionário (idealizadoras de novas formas de relação entre arte e sociedade) pelo menos propunham a levantar problemas, ou opor-se aos interesses comerciais artísticos, através de exposições, salões ou mostras com temas direcionados.

obra, sua condição de mercadoria, sua manutenção como objeto de *status* da burguesia, etc.). Haja vista que “o efeito é decisivamente codeterminado pela instituição dentro da qual a obra funciona (BÜRGER, 2008, p. 177).

Porém, mesmo alcançando alguns “momentos estéticos” (JAMESON, 2007), esta obra não foge totalmente aos amplos limites sociais postos à arte contemplativa e à sua capacidade crítica, estendidos em seu período histórico – desde o problema da institucionalidade (BÜRGER) até o ritmo da vida moderna (PEDROSA). O que se mostra, por exemplo, no fato de a maior parte dessas pinturas terem se tornado componentes de museus e acervos particulares, principalmente de membros da classe burguesa, contra a qual o trabalho de Gontran pretendeu se opor; e encontraram-se, por conta disso, impossibilitadas de uma ação social crítica voltada à transformação radical da sociedade.

De outro lado, esta obra também garantiu um certo reconhecimento de Gontran e de sua pintura diante de artistas, promotores culturais, de um certo público (restrito) e de parte da imprensa. O que ampliou a sua possibilidade de realizar outras formas de ação política concentradas no gesto que envolve a obra – ações nas quais a sua criação plástica foi instrumento para o seu trabalho como formulador cultural. Assim, ressalta-se desta contradição o fato de que a obra mais elaborada de Gontran, na qual sobressai a sua força expressiva e espontaneidade plástica, ter concentrado sua ação política imediata, principalmente, em outros elementos que não o seu discurso próprio – mesmo que este não tenha sido anulado totalmente.

É por este caminho que melhor se compreende o crescimento de sua participação em atividades organizativas – na criação de museus, coleções, centros culturais, sindicato, etc. – durante o período em que desenvolveu com maior cuidado esta obra mais contemplativa e espontânea, dona de sua preferência criativa.

Como um artista socialmente comprometido, Gontran utilizou várias formas de atuação que podem ser compreendidas como complementares a sua obra, mas que não se fizeram, definitivamente, sem ela. Referimo-nos a situações em que Gontran interveio socialmente como “um artista”, se valendo do reconhecimento desta condição – às vezes de “personalidade privilegiada” –, a fim de validar seu discurso político. Ou então, em momentos quando, isolado ou junto de demais artistas, Gontran utilizou do reconhecimento de sua pintura como um instrumento de luta política: vendendo e doando obras, organizando mostras, salões, exposições e até museus a fim de determinadas causas sociais.

Ao se pensar na atuação militante de Gontran a partir de seu reconhecimento e/ou de sua obra, discute-se um tipo de atividade na qual o ato político se concen-

tra muito mais no gesto que circunda a produção artística, do que propriamente na obra. Pois, trata-se de ações dirigidas pelo impacto que pode causar a mobilização de artistas em favor de uma causa; a doação de uma obra prestigiosa para outra causa; ou, ainda, a simples venda de um produto artístico para recolher fundos a determinado movimento social. Independentemente do conteúdo – político ou não – da obra.

Destes tipos de atividade, vale o destaque para algumas ações integradas por Gontran que tiveram ampla repercussão social, como o Museu Internacional Contra o Apartheid (1983), O Museu da Solidariedade/Resistência Salvador Allende (1972/1973), O Museu de arte latino-americana de Managuá (1982); *Exposição internacional de arte pela Palestina*, (1978); *Mostra internacional de Arte “Per la Liberta”*, (1983), entre diversos outros.

Em ações como essas, Gontran e tantos outros artistas se valeram de meios normalmente utilizados pelo mercado artístico para a militância política. Pois, para a venda de obras, a construção de museus e exposições “prestigiosas”, ou a abertura de espaços para o discurso do artista, categorias como a valorização mercadológica da arte, o mito do gênio criador, ou o *status* do artista como indivíduo privilegiado assumem grande importância, na atual sociedade de consumo. Caminho pelo qual se ressalta a existência de contradições internas da lógica do fazer artístico da época de Gontran, que também permitem uma atuação política através de diversas prerrogativas institucionais.

Compreende-se, dessa forma, que a produção artística e política de Gontran está inserida em um contexto no qual o poder de impacto (político ou não) de uma obra “não está em seu conteúdo, mas na força emancipadora que ela é capaz de exercer sobre o indivíduo, o que envolve conteúdo, técnica, forma, expressão e, principalmente, a institucionalidade em que ela funciona” (FLORINDO; RIBEIRO; SOUZA. *Jornal de Ciências Sociais*, ano II, n. 6). Tanto aqueles trabalhos de propaganda mais direta, quanto os mais bem elaborados e com maior força de impacto – dentro e fora dos limites institucionais – não exigiram a anulação do outro para sua validação como instrumento de intervenção social crítica e acrescentaram “novos problemas para o artista relativos ao uso da sua arte, ou da sua habilidade em fazer convincentes declarações”. (LIPPARD, 1975, p. 187).

Considerações Finais

Ao contrário da militância tarefaira praticada no Brasil, quando radicado na França e, principalmente, quando desenvolve sua obra, Gontran parece reconhecer as mesmas premissas da militância artística como foi outrora assinalado pela crítica de arte Lucy Lippard, em 1975: a necessidade última do artista em primar pelo empenho na realização de seu trabalho artístico e pela qualidade deste, por mais que saiba que a sua atuação política necessite de ações que extrapolem o referido trabalho.

Pois, conforme a crítica de arte norte-americana, a possibilidade de atuação política da arte se concentra com maior força no fazer artístico do artista, na sua atuação pública enquanto indivíduo que faz arte e do relacionamento que este mantém com o público e também com os meios oficiais, a partir de sua pintura. Uma relação dialética entre a necessidade de ser reconhecido como artista e poder desenvolver o seu trabalho como tal – dentro e fora dos complexos oficiais –, e os meios de romper constantemente com os limites das instituições a fim de provocar alguma ação política.

Compreende-se, assim, que a condição do artista político encerrada em Gontran sempre será contraditória, existindo em uma constante tensão entre a possibilidade de lutar dentro do sistema, com o desenvolvimento de seu próprio trabalho, ou em uma competição desigual com o meio artístico, através de experiências alternativas. Uma relação que nunca estará livre de dilemas, sabendo-se da pintura como uma forma profunda de expressão humana. Mas, como conclui Lucy Lippard, “a única coisa certa é que os artistas continuarão a fazer arte e parte desta arte será sempre reconhecida como arte; parte dela pode mesmo ser chamada de política” (LIPPARD, In: BATTCOCK, 1975, p. 189). E Gontran, que sempre procurou fazer arte e política, encontrou no triste caminho do exílio armas para poder desenvolver as duas frentes.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.

AMARAL, Aracy A. Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil. São Paulo: Nobel, 2003.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Metr pole e cultura: São Paulo no meio do século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na era de sua reproduzibilidade Técnica. In BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAGAS, Rodrigo Pereira; SILVA, Aline de Vasconcelos. Arte e engajamento “em um país como o nosso”. Entrevista com Gontran Guanaes Netto [06/2009], Itapeverica da Serra. Verinotio revista on-line, – n.10, Ano V, out./2009. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.21766865925646.pdf>>. Acesso em: 07 abri. 2012.

DE MICHELI, Mario. As vanguardas artísticas do século XX. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DERIVERY, François; DUPRÉ, Michel; PERROT, Raymond. A propôs de l’exposition ‘tendances de l’art em France:1968-1978/1979. In: DERIVERY, François; DUPRÉ, Michel; PERROT, Raymond. Chercher L’Esthétique. Paris: Editi ns DDP, 1985.

DREIFUSS, Ren  Armand; 1964: A conquista do estado. A o política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAURE, Elie. A arte moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1991

FERRY, Luc. Homoaestheticus: a inven o do gosto na era democrática. São Paulo: Ensaio, 1994.

FLORINDO, Raul; RIBEIRO, Fábio R.; SOUZA, Leandro C. A Necessidade da Arte. *Journal de Ciências Sociais*. Curso de Ciências Sociais – Centro Universitário Funda o Santo André, Santo André, ano II, n. 6.

FREROT, Christine. Les va-et-vient de la mémoire: Regard sur quelques peintres latino-am ricains de Paris. *Revue Amérique Latine*, out. 1984.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo:  tica, 2007.

LIPPARD, Lucy. O dilema. In: BATTCOCK, Gregory. A nova arte. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura Brasileira: Utopia e massifica o (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

- MORAES, Denis. A esquerda e o golpe de 1964. São Paulo, Expressão Popular, 1975.
- PEDROSA, Mario. Discurso aos Tupiniquins ou Nambás (1975). In: ARANTES, Otilia F. A. (org) PEDROSA, Mário. Política das Artes. Textos escolhidos I. São Paulo: Edusp, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROJAS MIX, Miguel. Los exílios filosóficos em três movimentos, 2001. Disponível em: <<http://miguelrojasmix.net/wp/?p=510>> Acesso em: 05/11/2013.
- ROSEMBERG, Harold. A tradição do novo. São Paulo: perspectiva, 1974.
- RUBIN, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. História do marxismo no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- TEIXEIRA, Caroline Viana. “Bem, o pau de arara é assim...”. in: INSTITUTO FREI TITO ALENCAR. Exposição Sala Escura da Tortura. Fortaleza: Instituto Frei Tito, 2011.

Documentos do Acervo Especial Gontran Guanaes Netto do colegiado de Ciências Sociais do CUFA:

- ABRAMO, Radha. A força triste na obra do brasileiro Gontran. Folha de S. Paulo, Artes Pláticas/Crítica, São Paulo, 17 nov. 1980.
- ABRAMO, Radha. [Texto redigido para exposição] CASA DAS AMÉRICAS: Gontran Guanaes Netto, Havana, 1982.
- BRIGADA INTERNACIONAL DE PINTORES ANTIFASCISTAS. Comunicado à imprensa 14/10/1975
- HUMBLOT, Catherine. Et. Politique em Italie. Le Monde, Culture, Paris (França), 08 nov. 1975.
- SINDICAT NATIONAL DES ARTISTES PLASTICIENS [estatuto], 1977.
- SINDICAT NATIONAL DES ARTISTES PLASTICIENS [chamamento para assembléia], 1977.

ARTIGO

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO VERSUS DITADURA MILITAR: 1964-1985 – A CLANDESTINIDADE TAMBÉM MATA

Resumo

Este artigo possui como objetivo principal examinar a dinâmica partidária do PCB na sua última clandestinidade (1964-1985), período em que foi duramente combatido, e, mesmo com toda a perseguição imposta, desempenhou um importante papel na luta pela redemocratização no Brasil. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um trabalho de reconstituição política que procura examinar a agremiação comunista. Para tanto utilizamos as referências bibliográficas relativas aos elementos mais significativos do contexto nacional do período. Concluímos que o fato de ter ocorrido uma longa ditadura militar impôs ao PCB uma severa clandestinidade, refletindo na sua fragilidade partidária no período de redemocratização e na sua pouca expressão política.

Palavras-Chave:

PCB; Ditadura Militar; clandestinidade; redemocratização.

Abstract

This paper has as main objective to examine the partisan dynamics of PCBs in their last underground (1964-1985), a period in which it was hard fought, and, even with all the persecution imposed, the party played an important role in the struggle for democracy in Brazil. From the methodological point of view, it is a work of political reconstruction that examines the communist guild to use both the references concerning the most significant elements of the national context of the period. We conclude that because it occurred a long military dictatorship imposed on the PCB a severe hiding, reflecting weakness in your party during the period of democratization and their little political expression.

Keywords:

PCB; military dictatorship; underground; democratization.

* Doutor em Ciência Política (UFRGS), professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a organização partidária mais antiga do Brasil, fundada em 1922. Passou parte da sua existência na clandestinidade justamente pela caracterização política de ser um partido antissistema (SARTORI, 1982), que pregava uma radical transformação da sociedade a partir da perspectiva marxista. Assim, podemos considerar que, desde o seu nascedouro, teve que trilhar os caminhos da ilegalidade para manter-se atuante no cenário político nacional. No entanto, o partido obteve breves períodos de legalidade, como, por exemplo, entre 1945-1947, no governo Dutra; e, de 1958 até 1964, viveu uma semilegalidade consentida, porém sem conseguir a legalização da sigla partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No entanto, a face mais dura da clandestinidade seria acionada com o advento da Ditadura Militar, em 1964, evento este que, além de romper com a democracia vigente no Brasil, ainda elegia inimigos estratégicos os quais deveriam ser combatidos. Em síntese, o PCB, desde o momento imediato ao Golpe Militar, viu-se alçado a inimigo que deveria ser eliminado. Portanto, durante todo o período da Ditadura Militar teve que agir na clandestinidade política, obtendo o seu registro partidário legal somente em 1985 – com a passagem do governo militar para um civil.

Nesse contexto, este artigo possui como objetivo principal examinar a dinâmica partidária do PCB na sua última clandestinidade (1964-1985), período em que foi duramente combatido; não obstante, este partido, mesmo com toda a perseguição imposta, desempenhou um importante papel na luta pela redemocratização no Brasil. Com o intuito de cumprir o objetivo proposto deste artigo, analisaremos a sua política partidária nas seguintes fases, a fim de uma melhor compreensão de um período tão amplo e conturbado: 1) limiar do Golpe Militar e adesão à política das Reformas de Bases de João Goulart; 2) após Golpe Militar de 64 e discussões no seio do Comitê Central (CC) acerca da perspectiva de luta armada; 3) ajuste político da década de 70 e contribuição ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e, finalizando 4) eleições de 1982, as últimas em que o PCB iria ainda encontrar-se clandestino, atuando dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucedâneo histórico do MDB.

O governo Jango: os antecedentes do golpe militar e o PCB

O período de início dos anos 60, mais precisamente a gestão do governo João Goulart, foi um momento de grandes turbulências no cenário político nacional. An-

tes dele, após o governo de Juscelino Kubitschek, quem assumiu o mandato de presidente do Brasil foi Jânio Quadros, eleito em 1961 pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, e que, mesmo em um curto espaço de tempo, mostrou-se extremamente polêmico e contraditório, culminando com sua renúncia do cargo em 1961. Neste momento, o seu vice-presidente, João Goulart, que foi eleito por uma coligação capitaneada pelo PTB, encontrava-se em missão diplomática na China comunista. Torna-se pertinente enfatizar que ele fora Ministro do Trabalho, no período Getúlio Vargas (década de 50). Aproveitando a oportunidade da renúncia de Jânio Quadros do cargo, os militares tentaram impugnar a ascensão de Goulart ao cargo presidencial, entre outras razões, justamente pelas reservas e ligações deste com a plêiade do trabalhismo.

Mesmo sem sucesso, a articulação golpista de 1961 impôs ao governo de Goulart o modelo parlamentarista. Em janeiro de 1963 foi realizado um plebiscito para definir a forma de governo do Brasil. O resultado deu ampla vitória para o presidencialismo, podendo, assim, Jango assumir plenamente como presidente do Brasil e tocar as tão “afamadas” *Reformas de Base*:

As ‘reformas de base’, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas bancárias, fiscal, urbana, agrária e universitária, bem como, mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como, a legalização do Partido Comunista. Incluíam, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. Embora concebidas como partes de um programa global, a reforma agrária e as medidas dirigidas para aumentar o controle estatal sobre o investimento estrangeiro tornaram-se objetos de iniciativas de políticas públicas e polarizaram a luta política. (FIGUEIREDO, 1993, p. 66).

Essas reformas tornar-se-iam o grande ponto de ruptura e instabilidade do governo de Jango. Ainda, devemos realçar que tais demandas contemplavam os anseios do espectro nacionalista e da esquerda moderada que apoiava Goulart: 1) o PTB, 2) PCB, 3) Ligas Camponesas, 4) entidades sindicais, 5) UNE; um grupo eclético, mas sem, digamos, “densidade” política. Neste espectro se acentuava um jogo de forças que tensionava o governo entre esquerda e direita; assim como na própria estrutura política (executivo-legislativo) que compunha o aparato institucional, dando, neste momento, uma nítida moldura de um sistema político caracterizado como pluralismo polarizado (SARTORI, 1982). Em síntese, tínhamos uma grande fragmentação no sistema partidário, ativada por uma carga ideológica muito distante entre eles,

ocasionando, assim, uma fragilidade e pouca coesão no centro político capitaneado pelo PTB.

Neste processo em curso, o delineamento das *Reformas de Base* favorecia ao PCB, fazendo com que os comunistas endossassem plenamente o governo de Jango, buscando legitimá-lo, com o intuito de granjear futuramente a tão sonhada legalização partidária. Sendo assim, Segatto aponta, na sua obra *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB – 1954-1964* (1995), que nesse período os comunistas do PCB aprofundaram a sua política de alianças com o PTB, apoiando o governo do presidente, assim como buscavam influenciá-lo politicamente. No entanto, segundo Segatto (1995), embora o PCB aderisse ao programa político de Goulart, internamente havia um tensionamento no lócus partidário, fazendo com que o partido oscilasse entre a *reforma e a revolução*: 1) por um lado, pleno apoio às *Reformas de Base*; e, 2) por outro lado, buscava imprimir, na medida do possível, um caráter mais aguerrido na sua política, ao apoiar toda a sorte de manifestações, forçando, assim, uma radicalização que não era compatível dentro do limite da política de Jango. Essas oscilações custariam caro, pois o governo de Goulart não tinha a estrutura e o amparo necessários para suportar tamanhas pressões e, ao mesmo tempo, nem a oposição nem a esquerda conseguiam compreender os frágeis limites institucionais do presidente.

É relevante enfatizar também que um dos pontos nodais das *Reformas de Base* era a questão agrária. Este ponto tornava-se, no curso da política do período, o grande “calcanhar de Aquiles”, tensionando, portanto, o governo Goulart em seu grau máximo: “Goulart argumentou que a solução do problema agrário por meio do funcionamento de mecanismos democráticos e legais estava sendo dificultado pela guerra de retórica entre a esquerda e a direita” (FIGUEIREDO, 1993, p. 72). Embora o PCB fosse o fiador das políticas de Goulart, internamente, conforme já enfatizado, havia também uma disputa em sua seara política, justamente por esse excessivo atrelamento da política pecebista ao aparelho estatal do governo. Como reflexo dessa adesão exacerbada, Segatto (1995) aponta que, neste momento, ocorria o apogeu da inserção do PCB na política nacional, mesmo semiclandestino, inclusive participando das eleições, pois conseguia burlar a sua ilegalidade, elegendo candidatos dentro de outros partidos mais progressistas. Dessa feita, a política do período oscilava: 1) do ponto de vista das instituições políticas, parafraseando Argelina Figueiredo (1993), entre *democracia e reforma*; e, 2) do ponto de vista do PCB, referindo-se a Segatto (1995), entre *reforma e revolução*.

Quanto ao plano nacional, não obstante as turbulências em curso, Goulart insistia no aprofundamento das reformas. É catalisador o emblemático comício de 13

de março de 1964, quando Goulart conclamava e “pedia urgência para a mudança da ‘arcaica’ Constituição, insistindo que ela ‘não mais correspondia às aspirações do povo [...] porque legaliza[va] uma estrutura econômica obsoleta, injusta e desumana” (FIGUEIREDO, 1993, p. 181). Ainda, ganhou contornos políticos a famosa rebelião dos marinheiros, na qual Goulart endossou os revoltosos, causando transtornos à alta cúpula militar: “o tratamento que o governo deu a esse acontecimento foi mais um estímulo à ação dos militares” (FIGUEIREDO, 1993, p. 184). Quanto ao PCB, em meio a toda essa conjuntura e agitação na seara nacional, aproveitava, a seu modo, para galvanizar apoio político para a sua hoste partidária, assim como para relatar um clima de muita tranquilidade entre as forças militares, nas palavras de seu dirigente máximo:

As forças armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição das Forças Armadas, particularmente do Exército. No exército brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe falando, só fui para a Escola Militar porque era o único lugar onde poderia estudar engenharia [...]. O quer dizer, a pequena burguesia mais pobre, justamente ia para a escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas do nosso povo [...] Temos em nossa direção numerosos ex-policiais, o que causa surpresa com que eles compreendam melhor esta especificidade no caráter das forças armadas brasileiras, lhes pergunto: diga uma coisa, lá no país de vocês, seria possível um antigo oficial do Exército acabar secretário-geral do Partido Comunista? Eles consideram isto impossível, mas no Brasil é possível, dado o caráter democrático das Forças Armadas. (NOVOS RUMOS, 1964 apud GORENDER, 1987, p. 53).

Grande engano de Prestes, pois a oposição junto às forças armadas já estava em franca campanha para abalar de vez o governo de João Goulart. Para este aspecto é pertinente apontar o clássico estudo de Dreifuss, *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe* (1981), no qual mostra como uma elite internacional associada à elite nacional compôs um verdadeiro bloco hegemônico, com o intuito de buscar atingir o poder. Neste sentido, destaca a criação do IPES-IBAD, cujo objetivo era “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (DREIFUSS, 1981, p. 161). Buscando atingir os seus objetivos, esses órgãos citados procuravam ter relações com a Escola Superior de Guerra (ESG). Dessa forma, cristalizavam-se as forças de oposição contra o governo Goulart: empresários, elite externa, for-

ças armadas e coalizão política oponente; para finalizar, bastava trazer o povo para junto da oposição, evitando a repetição do malogrado golpe de 1961. Para tanto, nesse turbulento março de 1964, marcado pelo medo do perigo vermelho, as forças opositoras organizaram, junto com o alto clero, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, consolidando os condicionantes para o golpe, junto com os seus principais atores; sendo que o povo, ou seja, a classe média, agora, apoiava o golpe diferentemente da fracassada estratégia golpista de 1961, abortada pela campanha da legalidade.

Em 31 de março de 1964, encerrou-se um ciclo no Brasil. Instalava-se um Golpe Militar, representando a reação das forças conservadoras compostas pelos setores do empresariado nacional e internacional, em conjunto com setores da classe média, sendo capitaneadas essas forças pelos militares, com a finalidade de contraporem o caráter populista-reformista da coalizão que girava em torno do PTB de João Goulart. De acordo com a aferição de Dreifuss (1981), o golpe não foi um ato abrupto, mas sim um movimento gestado durante um longo tempo, por este bloco, com a finalidade de tomada do Estado.

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista [...] quando os interesses multinacionais e associados notaram a dificuldade crescente em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. (DREIFUSS, 1981, p. 106-107).

Quanto à apreciação por parte da esquerda efetivamente participante, temos a seguinte constatação de Jacob Gorender, personagem de proa do Comitê Central do PCB no período:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. [...] Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no dia 1º de abril, já no dia 3, a operação Brother Sam era desativada no Caribe, os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo. (GORENDER, 1987, p. 67).

Como podemos observar, o golpe de 1964 encerra um ciclo extremamente complexo da política nacional, tanto em face das disputas que polarizavam o cenário institucional, quanto em face do acirramento das disputas no seio da esquerda, principalmente PCB. Os eventos de 1964 não desferiram “apenas” um golpe na democracia brasileira, mas também soterraram o projeto político do PCB, que endossava as *Reformas de Base* e todo o delineamento político a partir de uma revolução pacífica, tão divulgada pelo PCUS; erodindo, assim, todo um trabalho político e uma futura aludida legalização partidária.

PCB: opção pela luta armada ou reforma – o exemplo cubano

Podemos dizer que o Golpe Militar de 1964 serviu como divisor de águas para a esquerda brasileira. O PCB, nesse momento, ainda o maior partido de esquerda nacional, viu-se atacado em toda a sua estrutura orgânica, assim como a sua linha política passaria a ser questionada no imediato ao golpe. No tocante ao questionamento da linha política, devemos lembrar que, no curso da luta no período Goulart, esta já era objeto de disputa interna, sendo acionada mais incisivamente, portanto, com o advento do golpe militar. Ou seja, a unidade na ação da linha política, delineada por uma comissão indicada pelo Comitê Central e aclamada no V Congresso do partido em 1960, mostrava-se mais explicitamente em suas contradições internas. No entanto, como procede a todos os partidos marxista-leninistas, os opositores ainda não podiam contrapor veementemente o centralismo democrático.

Nesse período, a partir de 1964, o PCB iria de fato entrar na dicotomia entre a reforma ou revolução: se permaneceria com a sua linha política tida como reformista (V Congresso) ou entraria definitivamente na seara da revolução. Essa discussão estava no cerne do alinhamento com a Internacional Comunista, que definia a diretriz política de Frente Única para os países latino-americanos e asiáticos, caracterizando-os como países atrasados e ainda com resquícios feudais. Para tanto, justificava-se a necessidade dessa revolução em duas etapas. Assim, uma via mais radical romperia com a dinâmica definida pelos cânones do marxismo internacional, batendo de frente com o PCUS. Era preciso abafar qualquer tentativa mais rebelde no seio do PCB. Porém, os ventos cubanos começavam a soprar no Brasil, a despeito da direção dos comunistas.

Obviamente, o PCB, como caudatário da influência da URSS e a sua propalada via pacífica, demonstrava uma falta de ênfase para com a revolução cubana. Desse

modo, dava mais destaque aos aspectos da luta anti-imperialismo e antilatifúndio tocada pelos revolucionários cubanos, buscando uma comparação “forçada” com o programa do V Congresso. No entanto, sempre ciosos, os comunistas do PCB procuravam relativizar e diminuir o aspecto da insurreição e passagem direta ao socialismo (SADER, 1991). Em síntese, mediante a conjuntura brasileira, a direção do PCB estava muito mais disposta a reerguer o partido e a buscar culpados pelo fracasso do que a compreender o processo cubano, ou seja, Cuba era uma influência geograficamente ainda muito distante. Então, passado o primeiro susto, os comunistas começaram a lentamente reconstruir o PCB, com o intuito de reinseri-lo na seara da política nacional.

Quanto ao cenário político, devemos enfatizar que, embora os militares no Brasil tenham infringido uma ditadura militar, mantiveram, ainda que aparentemente, certa “normalidade” nas instituições democráticas, quais sejam: partidos políticos e eleições regulares, embora rudimentares e com cassações. Tal fórmula orquestrada pelo militares ficaria às claras com a institucionalização do AI-2, que extinguiu de vez os partidos políticos, criando apenas duas agremiações legais dentro de um regime bipartidário controlado pela ditadura militar. Havia, então: 1) por parte da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e, 2) por parte da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Devemos enfatizar, porém, que ser oposição durante a ditadura militar apresentava sérios riscos, pois grande parte dos deputados do antigo PTB de Goulart foi cassada, não podendo, assim, migrar para o MDB (KINZO, 1988).

Esse aspecto peculiar da ditadura militar brasileira se tornava muito importante, pois seria nesse cenário de oposição consentida que o PCB tentaria reorganizar o seu caminho. Conforme nos assegura Maria Dalva Kinzo, na obra *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1988), o PCB foi uma das primeiras organizações políticas que apoiaram o MDB desde o seu nascedouro, em 1965, através da dupla militância – a legal, no MDB, e a ilegal, no PCB, sendo que, como era de se esperar, tinha pouco poder de influência no início de sua trajetória. Embora com o seu limitado tônus dentro do MDB, os comunistas começavam a gestar, dentro desta agremiação política legal, a continuidade da tática de Frente Única, agora na esperança de se unirem aos democratas mais avançados.

No entanto, a parcela mais exaltada e que já estava, desde meados do Governo Goulart, buscando um caminho mais aguerrido e revolucionário começava a ser voz dissonante, agora nitidamente audível, contrapondo-se às diretrizes políticas continuístas do Congresso. Entre as primeiras vozes que despontava surge a figura de

Carlos Marighella, personagem de importância do Comitê Central e ex-deputado constituinte do partido em 1947, porém ainda cioso e respeitoso das diretrizes do Comitê Central (CC) que ele compunha. Não obstante, as fagulhas começavam a ser acesas, principalmente com o advento da eleição de 1966, a qual iria eleger os senadores, deputados federais e deputados estaduais do período: grande parte da militância comunista se rebelou e não concordou em entrar no “jogo da ditadura”, assim definido por eles, o que é um impasse complicado para o PCB. Torna-se pertinente enfatizar que, conforme o PCB ia se enquadrando nos processos políticos previamente conduzidos pela ditadura, mais uma parcela de militantes, especialmente as novas adesões partidárias no pós 64, ia se distanciando da linha tática de Frente Única do partido. Por outro lado, aumentava a procura por novos exemplos de luta, a fim de se romper com a diretriz partidária vigente e trilhar outra via de luta contra a ditadura militar. Um dos grandes faróis tornar-se-ia a Revolução Cubana.

Para os comunistas do PCB, Cuba antes parecia ser um lugar tão distante e com características distintas das da natureza brasileira. Naquele momento, entretanto, parcela da esquerda nacional buscava semelhanças, justamente com o intuito de endossar o exemplo a ser seguido da Revolução Cubana. Nesse meio tempo, chegavam clandestinamente a obra de Che Guevara, *A Guerra de Guerrilhas* (1980), e, principalmente, o livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1967), exemplificando o modelo cubano e servindo como verdadeiros manuais para a consecução da luta revolucionária. Nesse contexto, a situação brasileira servia de cenário. Essas publicações eram apresentadas como receituário para romper com o imobilismo do PCB. Em outras palavras, se não houvesse as condições objetivas para a revolução, ela seria construída mesmo acima do aparato do PCB e com o risco de rompimento partidário (SADER, 1991, p. 172). Podemos dizer que esses livros fizeram a “cabeça” de uma nova geração que aderiu à luta política no curso do pós-64. Ainda se torna importante registrar que esses novos personagens, embora inseridos no PCB, não tinham experiência de militância nas lutas pelas *Reformas de Base* no período do governo Goulart, fato este que os tornava mais descompromissados com o modelo imprimido pelo CC (V Congresso). Contudo, precisamos ponderar tal afirmativa; pois, embora fosse uma nova geração de militantes que surgia na seara comunista, estes tornavam-se também caudatários das discussões já candentes no seio do PCB, vide Marighella e outras figuras de destaque na hoste comunista.

Com a oposição ao Comitê Central assolando a seara do PCB, os dirigentes buscavam ganhar tempo: tirar de circulação eminentes militantes que pudessem pôr em risco a linha política do partido e, no caso extremo, a sumária expulsão com todos os

adjetivos contrarrevolucionários atribuídos aos militantes discordantes, acusando-os pela formação de grupelhos, frações e atuarem contra o real partido representante da classe operária. Em tempo, demarcava-se um processo de ruptura latente, em que muitas dissidências estaduais já começavam a fazer recrutamento de militantes diretamente para elas, e não mais para o PCB: era o início da diáspora e o nascimento de uma nova esquerda no Brasil.

O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro estava marcado para 1964, com o intuito de buscar uma readequação da linha tático-estratégica do PCB aos acontecimentos de 1963, ou seja, a grande proximidade do PCB com as instâncias do governo Goulart e as suas *Reformas de Base*. Obviamente que os acontecimentos abortaram esse congresso, ocorrendo a sua realização somente no ano de 1967, em outra conjuntura, totalmente clandestina e com grandes adversidades, pois a polícia política estava no encaço dos militantes comunistas. Além das adversidades ocasionadas pela clandestinidade, como referido, agora havia fissuras bem visíveis que rachavam de cima a baixo o PCB, da base à direção partidária. Tais abalos faziam com que o CC imputasse fortemente as regras de obediência ao centralismo democrático; no entanto, estas eram insuficientes para abrandar os ânimos dos militantes mais exaltados.

Não obstante, o Comitê Central ia perdendo a sua unidade; aliás, a unidade era, segundo os seus adversários, apenas aparente visando à legitimação das teses no VI Congresso do partido. Além desses fatos, pesava a grande derrota sofrida com o golpe de 1964, que se encontrava ainda latente, além da necessidade de ter bodes expiatórios, os quais, nesse momento, seriam os que tivessem posição contrária à maioria do CC. Mesmo com as manobras da direção, a oposição ia se estruturando em todo o Brasil, surgindo a denominada Corrente Revolucionária: “De início agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella” (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 47).

No tocante às teses do VI Congresso, mesmo vivendo em uma ditadura militar, a linha tático-estratégica do partido não foi modificada: revolução por etapas – nacional e democrática, com a tática de Frente Única. Quanto à Frente Única, esta pretendia reunir uma ampla coalizão de militantes e progressistas nacionais democráticos dentro do MDB, com o intuito de promover uma ampla frente legal para combater a ditadura. Nas palavras de Gorender (1987, p. 90): “Como perspectiva de luta, propunham as Teses a derrota da ditadura militar através das alianças com

a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”.

Tais diretrizes eram radicalmente rechaçadas por grande parte da militância. Os debates em torno da tese iam atestando a perda da coesão interna do PCB. Várias seções estaduais aprovavam teses radicalmente contrárias. Assim o CC foi perdendo por maioria em diversos Estados, entre os quais se destacam: Rio Grande do Sul, que tinha a presença de Jacob Gorender; e São Paulo, dirigido por Marighella. Somam-se ainda as derrotas sofridas no Rio de Janeiro e Guanabara. Segundo Gorender (1987, p. 91), “sob o controle de Prestes e Dias, a Comissão executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espíritos democráticos. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências”. Como era de se esperar, a situação ficaria sombria para os descontentes; pois, além do enalce da repressão, ainda ousavam ir contra as diretrizes do CC.

Em face da exclusão dos oponentes da tese de 1967, os dissidentes buscaram se articular visando a uma unidade, a fim de, novamente, como o PCdoB, em 1962, reconstruir um partido realmente revolucionário. Porém, as adversidades tornavam muito mais difícil a unidade, pois a repressão estava em seu enalce. Assim, além das divergências teóricas e programáticas, a unidade era prejudicada pela repressão, que começava a atingir como mais eficiência os dirigentes comunistas. A unidade não vicejou, fazendo com que, a partir de cada dissidência regional surgisse uma organização própria. Segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 49): “As dissidências se pulverizavam. Com acordos demasiadamente genéricos e dirigentes muitos jovens e inexperientes não formaram lastro suficiente para estruturar uma organização partidária nacional”. Dos frutos da Corrente Revolucionária, surge o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), acrescentando-se a letra R, com o objetivo de demonstrar um continuísmo com o projeto abandonado pelo PCB: à revolução socialista. O PCBR teria destaque no conjunto das lutas no Rio de Janeiro e no Nordeste (DELLA VECHIA, 2005).

Quanto à seção do partido em São Paulo, esta era capitaneada pela figura de Carlos Marighella, que já se encontrava em total oposição ao CC, desde a sua ida a Cuba. De imediato, passou a adotar o nome de Agrupamento Comunista de São Paulo, depois se chamando de Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em face da ida de Marighella a Cuba, a ALN não segue a caracterização de partido, tal e qual o PCBR; pelo contrário, adquire um caráter quase anarco-comunista, baseando-se nas ações armadas com o intuito de desenvolver a revolução. Não havia o centralismo democrático, pois possuía vários comandos visando à luta armada real. Também

mudou o enfoque do campo primordial da luta, deixando de seguir os cânones do castro-guevarismo, com a guerrilha a partir do foco no campo, o foquismo, e incorporando, numa primeira etapa, a tática de guerrilha urbana, para depois enquadrar a passagem para o campo como área estratégica, através de uma coluna guerrilheira. Tal linha política se cristalizaria na elaboração por Marighella do *Mini manual guerrilheiro urbano* (1969), traduzido para vários idiomas. Torna-se importante registrar que, mesmo incorporando algumas mudanças com relação à linha cubana, a ALN era a organização oficial e legitimada pela alta hierarquia militar de Cuba, enviando, já no imediato ao VI Congresso do PCB, os primeiros militantes dissidentes para treinar guerrilha em Cuba (GORENDER, 1987).

Das outras dissidências que não fizeram parte da Corrente destaca-se, pelo vulto que tomou no momento da luta armada, a Dissidência da Guanabara (DI-GB). Esta ganhou expressão com as lutas estudantis do período, mas não logrou unificar as dissidências do PCB. Esta organização rompeu com o CC já em 1966, em face das eleições daquele ano e do apoio do PCB ao MDB. Embora filha legítima do velho partido comunista, a DI-GB não espera as resoluções da VI Congresso do PCB, em 1967, buscando imprimir uma característica própria no curso da luta política. Segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 50), a DI-GB “tentou adquirir um perfil próprio, afirmar uma alternativa entre os que preconizavam ações armadas imediatas (ALN) e os que defendiam a construção prévia de um partido de novo tipo (PCBR)”. No entanto, os caminhos levariam a DI-GB pelas mesmas trilhas da luta armada a partir do AI-5, já que esta era visão do período. Apostando no foquismo cubano como tática de luta, a partir de 1969 adota o nome de MR-8.

Convém registrar que para a esquerda houve dois golpes: 1) o primeiro, de 1964, que durou até 13 de dezembro de 1968, com a institucionalização do AI-5; e 2) depois o segundo golpe, promovido pelo AI-5 pela Junta Militar, sendo conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Com o AI-5, acabavam as esperanças de algumas parcelas da esquerda que ainda buscavam uma articulação com as entidades legais ou semiclandestinas visando construir uma política de massa, pois agora a ditadura apresentava toda a sua força, através da estruturação do aparelho repressivo, dando pouco espaço, portanto, para as lutas nas instâncias legais. Ao mesmo tempo, parte da esquerda possuía uma visão “ingênua”, achando que o AI-5 seria o estopim que ascenderia um barril de pólvora e colocaria em xeque a ditadura; pois acreditavam que, com o aprofundamento da luta armada, as massas iriam se levantar e aderir à luta. Ledo e cruel engano, uma vez que as organizações, longe de ganharem as mas-

sas, ficaram ainda mais isoladas no seu cerco clandestino (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 69).

Não obstante o processo da luta armada, o PCB tentava participar do curso da luta legal, através do MDB, reativando bases e buscando se inserir nas eleições de 1970. Obviamente que tal fato não passava despercebido pelo crivo da repressão. No entanto, o alvo principal da ditadura era abater as organizações armadas que se dedicavam à tentativa de organizar a guerrilha urbana. Assim sendo, aproveitando essa brecha, a direção do PCB buscava reconstruir o partido, mesmo sob a mira de revólver da ditadura, visando, assim, construir novas alternativas de lutas. Tais tentativas de inserção legal faziam com que o PCB perdesse mais ainda o seu atrativo para a juventude radicalizada, que preferia o caminho da luta armada, a qual tinha o objetivo de, justamente, distanciar-se do estigma que assolava o PCB: imobilista e reformista.

Quanto às tentativas da esquerda armada, em meados de 1970, é organizada a Frente Revolucionária, que seria uma união informal dos vários grupos armados, visando a trocas logísticas, com o intuito de efetivar operações armadas. Mas isso seria uma nova derrota, conforme Aarão Reis Filho (1990, p. 73): “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”. Assim, os comunistas se deparavam em poucos anos com a sua segunda derrota. Sobravam sonhos, mas faltavam condições objetivas e físicas para operacionalizar uma virada política. Neste ínterim, de um lado 1) ficara o PCB, galvanizado pelo CC e endossando a política do VI Congresso e com o apoio ao nascente MDB; e de outro lado, 2) os dissidentes, que optaram, em condições totalmente adversas, a uma luta armada extremamente desigual, na qual foram aniquilados política e fisicamente.

O ajuste da linha tático-estratégica do PCB na virada dos anos 1970

Com o fim do ciclo de luta armada no Brasil, os militantes da esquerda que não estavam presos precisavam repensar as suas formas de luta. A questão era como agir politicamente na reconstrução das suas organizações. É importante frisar que, mesmo em meio a mortes, exílios e prisões, o PCB continuava com a sua linha política inclusa no MDB, tentando, mesmo que infimamente, constituir-se como uma unidade de luta contra a ditadura. Quanto às outras parcelas da esquerda, sobrava pouca opção de luta. Tentavam, a seu modo, reconstruir um trabalho clandestino nas

organizações de base, buscando reativá-las ou, com muito receio, seguir o exemplo do PCB ingressando no MDB, embora não confiassem na linha política da oposição legal.

Entretanto, devemos fazer algumas ressalvas; pois, a partir de 1970, entrava no MDB uma nova parcela de deputados eleitos, mais aguerridos, sendo encarados pela imprensa como os “autênticos”, pelo tom da luta, proporcionando, assim, um viés mais de partido de oposição ao MDB. Devemos, porém, suavizar esse tom, pois ser oposição mesmo legalizada no MDB, tinha um ônus: assinar ficha em certas regiões do país em um partido de oposição implicava necessariamente ser perseguido, investigado pela polícia, preterido em nomeação de concurso público, além de uma série de outras medidas coercitivas que os arenistas buscassem lograr. Assim, o campo de oposição do MDB dava-se nos grandes centros urbanos, principalmente na região sul-sudeste, em que o grande embate procedia nas eleições do período.

Durante as eleições de 1966 e 1970, respectivamente, os pleitos que visavam eleger deputados estaduais, deputados federais e senadores eram dominados pela Arena, que venceu essas disputas, em parte, pela ampla campanha da esquerda pelo voto nulo (MOREIRA ALVES, 1984). No entanto, nas eleições de 1974, a situação começaria a mudar, pois a ditadura, acreditando que venceria mais uma vez, decide abrir o debate para a campanha, com o intuito de legitimar-se perante a opinião pública. Assim, acontecem os primeiros debates pela televisão. A oposição criou uma campanha diferenciada, cuja propaganda pela televisão foi elaborada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa (Cebrap), que contava com eminentes pesquisadores, via de regra professores sumariamente aposentados das universidades pelo governo militar (KINZO, 1988). Nessas campanhas, os temas procuravam relacionar a questão da ditadura ao custo de vida, repressão, etc. A propaganda cai perfeitamente para o MDB, proporcionando, em algumas regiões, vitórias para esta agremiação. Em tempo, torna-se importante frisar que, como não havia eleições para governadores, a campanha para senador assumia o tônus e a dramaticidade de uma campanha majoritária.

Com a aceitação por parte da ditadura da vitória parcial do MDB em algumas regiões, em 1974, estas vitórias seriam a senha para a esquerda de que estava ocorrendo um iminente processo de liberalização do regime, mesmo que muitíssimo bem controlado. Era o que bastava para o PCB acreditar que a sua linha tática era a mais acertada, considerando-se, assim, o porta-voz da vitória do MDB. Ainda, com a avalanche de votos recebidos pelo MDB, a esquerda armada, que se recompunha, saindo da prisão, realizava uma autocrítica da luta armada, buscando, assim, reconec-

tar-se com a sociedade, através da senda que começava a galvanizar o apoio popular: os processos eleitorais. Talvez um dos fatos mais singulares da ditadura brasileira foi que, com o intuito de aparentar certa naturalidade do processo político, manteve eleições regulares, tal e qual o calendário no período multipartidário anterior. Tal situação, além de causar uma distinção para as demais ditaduras do Cone Sul, fornecia, na medida do possível, um lastro legal para a articulação subterrânea da esquerda inclusa dentro do MDB. Neste período, teríamos declaradamente a dupla militância: a legal – dentro do MDB – e a ilegal – nas organizações de esquerda que compunham a agremiação emedebista (FIGUEIREDO, 2009).

É relevante destacar que, em 1974, quem assumiu a presidência foi o General Geisel, prometendo uma distensão lenta, segura e gradual. Porém, para efetivar o processo de transição para a democracia no Brasil, algumas cabeças precisavam ser cortadas: a dos comunistas. A ditadura, a fim de tentar efetivar a transição, precisava buscar alguns resguardos legais e, principalmente, ter sob controle os seus possíveis e futuros oponentes. Assim sendo, era inadmissível aceitar que o partido comunista estivesse incluso dentro do MDB e gozando de certa autonomia para se organizar. Ainda devemos registrar que a partir de 1974 o MDB torna-se, de fato, um guarda-chuva político para as organizações de esquerda do período que buscavam burlar a ditadura e eleger representantes dentro desse partido: elegiam como se fosse “simples” candidatos do MDB, mas na verdade respondiam às diretrizes das organizações de esquerda tornando, assim, o MDB um verdadeiro biombo político (KINZO, 1988; MOTTA, 2007).

Em síntese, a ditadura abria as portas, mas necessariamente a direção do PCB deveria ser cortada, pois o objetivo era deixar o partido sem uma estrutura articulada, sem direção organizativa consolidada, de modo a deixá-los sem poder de ação, buscando, assim, confundir o plano de ação dos militantes que estavam dispersos pelo país. Sentença acertada, pois o PCB ficara sem direção efetiva neste período – segunda metade da década de 70 –, em face da severa repressão que se abateu, com o assassinato de parte do CC. Com a repressão imposta, a outra parte da sua direção se espalhou pela Europa. Prestes, que já tinha saído do Brasil em 1971, em virtude do acirramento da ditadura no período Médici, encontrava-se na URSS desde então. Portanto, os soviéticos nesse momento não serviam apenas como esteio teórico, mas também como exílio para os militantes comunistas do PCB, que lá se encontravam exilados.

Ainda precisamos realçar que algumas parcelas das corporações militares tinham interesse de uma volta segura aos quartéis. Para tanto, buscavam promover

uma distensão segura do aparelho coercitivo da ditadura militar – em tempo, a aniquilação dos oponentes era em caráter seletivo, visando o CC do partido comunista. Porém, os dispositivos militares falhavam. Como exemplo paradigmático temos o assassinato de Vladimir Herzog, que mantinha ligações com o PCB, em 1975, e, posteriormente, em 1976, a morte do operário Manoel Fiel Filho. Esses assassinatos, mesmo vivendo sob o regime da ditadura, gerariam uma série de manifestações. Como resposta, o presidente Geisel demite o Comandante do II Exército, o General Ednardo D’Ávila Mello. Era o sinal que os meios de comunicação, sociedade civil, MDB e organizações de esquerda precisavam para efetivar um processo de construção de uma distensão, nas brechas do aparelho repressivo, visando assim a uma possível futura volta à democracia no Brasil.

Embora com a repressão existente, conforme salientado, a sociedade civil começara também modestamente a se reorganizar nas sucessivas lutas – tímidas, ainda num primeiro momento – na segunda metade dos anos 70. Realçamos que o foco da disputa se daria, realmente, nas eleições de 1978, as quais funcionaram como se fosse uma verdadeira disputa plebiscitária: MDB versus Arena. Além de extinguir a direção do PCB, a ditadura ainda editava uma série de medidas como o fito de buscar contornar a situação do caráter plebiscitário que estava tornando forma nas eleições, principalmente no sul-sudeste. Tais atitudes, longe de proporcionar à ditadura uma vitória nas urnas, pelo contrário, reforçava o caráter plebiscitário, proporcionando, assim, algumas vitórias reais ao MDB (LAMOUNIER, 1987; MENEGHELLO, 1989).

O Partido Comunista Brasileiro dentro do MDB-PMDB: a eleição de 1982 e a legalidade sonhada

No final dos anos 70 e início dos anos 80, encontramos o PCB um tanto quanto acéfalo e golpeado; de um lado, pela repressão implacável do regime militar e, de outro, espremido por novos movimentos sociais emergentes. Segundo Pandolfi (1995), os comunistas participaram do processo de luta e redemocratização do período, mas tiveram seu protagonismo relativizado e suplantado por outros novos atores que emergiram no processo de transição, dando ao PCB um semblante de anacronismo político, como se fosse um partido do passado. Além do mais, conforme já referido, o PCB, em virtude da sua tática mais moderada e em franca aliança com o MDB, acabava por gerar uma menor clandestinidade, conseqüentemente, uma maior ex-

posição de seus militantes, ocasionando muitas vezes em prisões generalizadas de quadros da sua agremiação, principalmente a partir do ascenso da viragem eleitoral de 1974. Conforme já enfatizado, o PCB, justamente por ter vários militantes eleitos, nos sucessivos pleitos – 1974, 1976, 1978 –, tornara-se também o alvo dos militares neste fim de década.

Em meio a este cenário de lutas, o Brasil, no final dos anos 70, viu-se diante dos novos movimentos sociais em curso, como as ondas de greves que varreram o ABC paulista, assim como as campanhas contra a carestia, a luta pela anistia, etc. O PCB, mesmo com candidatos eleitos nos pleitos, via-se debilitado nestes anos finais da década de 70, às vezes com as unidades regionais sem ligação com o Comitê Central. Em virtude da fragilidade partidária face à repressão, viu-se a reboque dos novos atores. Podemos ver claramente tal debilidade nas lutas sindicais do período, em que o PCB tinha menor poder no movimento sindical, ficando longe de ser protagonista, assim como esteve à distância de dirigir o processo e ter a hegemonia no campo das lutas, conquistando esta seara política o emergente Partido dos Trabalhadores (SANTANA, 2001).

Quanto ao PCB, conforme Menezes:

Durante os anos de 1978 e 1979 [...] na verdade, o que restava do PCB era apenas uma unidade aparente. No Brasil, o Partido encontrava-se disperso sob as asas dos vários MDB's regionais, muito mais ligados à frente oposicionista (MDB) em cada estado do que ao Comitê Central. Este também encontrava-se disperso, com seus membros em vários países da Europa e na URSS, reunindo-se apenas ocasionalmente. Por sua vez, as bases pecebistas no exterior também encontravam-se dispersas uma das outras e mais ainda em relação ao Comitê Central. (MENEZES, 2002, p. 348).

De qualquer modo, embora houvesse debilidade aparente, o PCB estava ainda vivo em núcleos regionais/estaduais no Brasil, com as suas respectivas células levando a política partidária, construindo partido e resistindo no processo de abertura política. Vemos que, no curso do final dos anos 70, há alguns pontos em destaque no que tange à abertura política, que são: o fim do AI-5 e a Anistia. Estes dois adventos são bem relevantes, pois trouxeram de volta os exilados e a liberdade dos presos políticos e, conseqüentemente, a oportunidade de uma reorganização mais efetiva por parte dos comunistas. Neste percurso, enfatizamos que, somente após a Anistia, em 1979, pode-se melhor construir (ou reconstruir) o partido, efetivar recrutamentos e divulgar as ideias partidárias, agora numa situação de maior visibilidade, como, por exemplo, a venda de jornais. Entretanto, isso acontecia ainda com muito cuidado,

uma vez que, com a extinção do AI-5, em 1978, findavam-se algumas regras de exceção, mas não findavam totalmente as advertências da militância no quesito segurança. Embora se vivesse nos primeiros atos do crepúsculo da ditadura, as agremiações partidárias ainda se dividiam entre o legal (PMDB) e o ilegal (PCB)¹.

Nesse momento, entre a reorganização partidária de 1979 e a eleição de 1982, vivia-se o período da denominada semi-clandestinidade; não mais a clandestinidade absoluta. Quanto à clandestinidade, é relevante enfatizar que esta era uma situação extrema da militância política, em que, por uma questão de sobrevivência física e em face da perseguição sofrida, muitos militantes comunistas precisaram tornar-se clandestinos em seu próprio país. Entrar para a clandestinidade implicava a troca dos seus nomes verdadeiros por outra identidade “fria” em seus documentos pessoais; também era necessário afastarem-se da família e de seu círculo de convivência, com o intuito de preservar a si mesmo e os seus afins (ARANTES, 1999). Em síntese: trabalhavam e viviam como se fossem outra pessoa. Obviamente que, dentro da rede partidária ilegal (PCB), a sua verdadeira identidade de militante comunista se mantinha. Mesmo assim, tinham que usar codinomes e medidas extremas de segurança, a fim de garantir a sua sobrevivência e, conseqüentemente, da sua organização.

No entanto, no novo momento que se abria (1979-82), tinha-se a chamada semi-clandestinidade: as pessoas trabalhavam, viviam, militavam com a verdadeira identidade, porém sempre receosas, não abrindo as questões do partido, não expondo totalmente o seu verdadeiro partido. Enfatizava-se o trabalho na dupla militância, tanto no PCB quanto dentro do PMDB, ou seja, o PMDB dava o suporte legal do locus militante, mas ainda se ocultava o vínculo partidário. Os recrutamentos partidários ainda eram feitos com cuidado, efetivados com muito receio, a fim de não expor a base partidária e sempre com medo de um possível retrocesso político. Ao mesmo tempo que essa dupla militância dava o suporte aos comunistas, por outro lado, o fato de ainda estarem na clandestinidade ainda ocasionava sérios dissabores, uma vez que não podiam construir a sua política às claras, assim como as demais organizações partidárias do período que tinham conseguido a sua legalização. Convém realçar que, em face das lutas do período e dos novos movimentos sociais,

¹ Em 1979, o presidente militar eleito, João Figueiredo, extingue o bipartidarismo: do seio do partido do governo Arena emerge o Partido Democrático Social (PDS). O MDB dá origem ao seu sucedâneo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também, neste momento, consegue o seu registro o Partido Democrático Trabalhista (PDT), formado eminentemente com egressos do velho trabalhismo; o Partido dos Trabalhadores (PT), que galvanizava os egressos das lutas operárias do final dos anos 70; e, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sem expressão. Convém registrar que, como era esperado, o PCB não conseguiu a sua legalização partidária, tendo que continuar militando internamente dentro do PMDB.

principalmente o sindical, o Partido dos Trabalhadores (PT) acabava galvanizando o grosso da militância de esquerda e, por conseguinte, enfraquecendo ainda mais o combalido partido comunista.

Em relação à questão da dupla militância, este fenômeno poderá ser percebido com muito mais clareza e visibilidade no pleito de 1982. No tocante à importância do pleito de 1982 para o processo de redemocratização, este fundamentava-se nas seguintes razões: 1) seria através dos eleitos no pleito de 1982 que iria ser escolhido o novo presidente civil, eleito por voto indireto, através do Colégio Eleitoral; portanto, a eleição poderia pôr em xeque definitivamente a ditadura, dependendo da correlação de forças que se processaria neste cenário eleitoral; 2) pelo caráter de eleições gerais, para governadores, deputados federais, deputados estaduais, assim como para prefeitos e vereadores em diversos municípios (somente em capitais e nas chamadas áreas de segurança nacional não haveria eleição para prefeito); e 3) com a anistia e o fim do AI-5, conseqüentemente, há a volta dos exilados e a liberdade dos presos políticos, ocasionando que o PCB poderia se (re)organizar mais expressivamente, mesmo que dentro das instâncias peemedebistas.

Quanto aos comunistas (PCB), eles aproveitavam justamente o ascenso político do período (eleição de 1982), que era bastante propício, tanto para granjear espaço, quanto para ganhar novos militantes e, conseqüentemente, consolidarem-se no cenário político. Para tanto, contavam a seu favor com uma bem consolidada estrutura institucional do MDB-PMDB, uma vez que a relação infrapartidária dos comunistas com este partido legal estava bem estabelecida, em virtude dos longos anos de convivência. Assim, o PMDB servia perfeitamente como suporte para a consecução tática dos comunistas, tornando a eleição de 1982 um grande cenário político, em que poderiam denunciar a ditadura com mais veemência e com isto granjear mais apoio, aliados e militantes na luta contra o regime militar que caminhava para o seu fim.

No entanto, tal proximidade afetaria a estratégia do partido; pois, mesmo tendo ainda o socialismo como objetivo estratégico final *sine die* (MENEZES, 2002) e o centralismo democrático como organização partidária; sofreria alguns reveses dessa política a curto prazo, como, por exemplo, no que tange à perda de militantes para as fileiras do PMDB, em virtude da dupla militância. Essa bricolagem partidária não trouxe apenas prejuízo no que tange à perda da sua militância para o PMDB; mas, como aponta Pandolfi (1995), produziu também o esvaziamento do caráter de identidade do próprio partido, o que fazia com que o nome *Partidão* fosse somente um jargão afetivo da esquerda, de algo grandioso que já não mais existia. Não obstante os reveses infligidos pela ditadura militar, o PCB ainda perdia a sua maior referência:

Luiz Carlos Prestes, em 1981, numa briga interna que produziu um esvaziamento ainda maior das hostes partidárias.

De qualquer modo, em 1982, tentaram fazer o seu VII Congresso em São Paulo, o qual foi, porém, abortado pela repressão, em nome da Segurança Nacional. O congresso definitivo ocorreria somente em 1984 e seria veiculado com documento cujo título expressa bem os anseios da linha política comunista: *Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PCB* (1984), no qual imprimia um caráter extremamente conciliador para a transição brasileira, dando o papel de fiador desse processo de transição ao PMDB. Em 1985, com a passagem do General Figueiredo e a posse de José Sarney, finalmente, desde a década de 40, o PCB consegue novamente o seu registro junto ao TSE. No entanto, a realidade mostrou-se aquém dos seus prognósticos. Com o advento da legalização partidária e a saída do PMDB, nem todos os militantes optaram por assumir a sua real agremiação partidária de origem, preferindo permanecer no PMDB (MELHEN, 1998). Ainda devemos enfatizar que ficar nesse partido não foi uma regra, mas de fato representou uma parcela muito grande da militância pecebista, que preferiu a “comodidade” de manter-se na arena peemedebista.

Não obstante, por mais esperanças que os comunistas tivessem com a tentativa de novamente voltarem a ser o *Partidão*, após a redemocratização, esse tornava-se definitivamente apenas um nome afetivo de um passado que não existia mais. Embora com os sucessivos influxos (nacionais e internacionais), nos quais o PCB buscou equilibrar-se, o certo é que os pecebistas apresentavam um severo atraso no curso das lutas sociais no Brasil, ou seja, quem pretendia ser a cabeça do movimento, ficara sendo a cauda. O partido buscou sempre dar respostas, mesmo quando as bases já se encontravam bastante distanciadas, conforme pode ser visto nas lutas do período, no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou expressivo reconhecimento nas lutas dos trabalhadores, erodindo, por conseguinte, a base do PCB junto à classe operária que um dia ele sonhara emancipar (SANTANA, 2001).

O PCB na encruzilhada: entre a crise do socialismo e a reafirmação de identidade

Será preciso muito tempo antes que os estragos produzidos no tecido organizativo pelos anos de clandestinidade sejam cicatrizados. (PANEBIANCO, 2005, p. 139).

Embora o foco desse artigo seja os comunistas na sua última clandestinidade, torna-se pertinente enfatizar os (des)caminhos do PCB no início da década de 90. Realçamos que qualquer tentativa de explicação que destoe, ou melhor, que não atrele a explicação dos caminhos partidários aos eventos ocorridos no Leste europeu pecará na avaliação. Esse partido, herdeiro das velhas tradições bolcheviques, estivera ao longo de sua existência colado à práxis terceira internacionalista, bem como a todo o arcabouço do aparato do socialismo real, que legou uma série de modelos a serem aplicados. Porém, a história não se desenrolou como o esperado para esta seara comunista, uma vez que o socialismo real ruiu com o final da URSS. Sem pretender alinhar todos os pormenores que fizeram com que ocorresse a *débâcle* final do socialismo real, enfatizamos que uma série de elementos que já estavam na raiz da velha nação socialista serviu de fomento para tal destino final: modelo de produção extensiva, atrofia das funções do Estado, centralismo de partido, excesso de militarização, etc.

Embora na sua origem a política de Gorbachev tenha ido ao encontro dos anseios da população soviética, e mesmo de comunistas ao redor do mundo que ansiavam por uma política de maior transparência e democracia, a *Perestroika* não logrou o resultado esperado. A população não apoiou Gorbachev em sua política equanimemente, vindo a fragmentar a sua base de apoio e emergindo novos dirigentes mais focados com as novas ordens econômicas do mercado mundial. Assim, uma nova ordem social emergia no cenário político da década de 90, sepultando sonhos geracionais. Obviamente que, nesse processo de ruptura de paradigmas, os PC's ao redor do mundo também vieram a sofrer as sequelas do fim do modelo do socialismo real. Registramos, assim, que o PCB foi fatalmente ferido nesse processo, liquidando, por conseguinte, o seu legado político com a construção do PPS por uma parcela de militantes comunistas.

Entretanto, fazemos algumas ressalvas acerca desse final fatalista e diretamente ligado ao PCUS-URSS. Devemos ponderar em face que o PCB já vinha de uma década de derrota tanto no plano eleitoral, quanto no plano sindical, sendo erodidas as suas bases tanto à esquerda, quanto à direita. Nesse período, conforme já realçado, o PT conseguira galvanizar o grosso da militância sindical, campo que seria por excelência da seara comunista. Além disso, ainda pesava um excesso de atrelamento ao MDB-PMDB na transição pactuada, que fez com que perdesse diversos militantes para esta seara política. Também destacamos que esse atrelamento político, em conjunto com estas agremiações que compunham a Nova República, ocasionou um severo déficit do PCB nas urnas e do perfil deste como partido combatível, sendo

capitalizado este elemento pelo PT. Ainda em face de insistir nas suas diretrizes políticas em diversos congressos, na perspectiva do socialismo calcado em cima de uma *democracia como valor universal*, principalmente a partir do VII Congresso, priorizando: 1) bem mais a cultura política democrática brasileira, 2) do que uma política com características na Terceira Internacional, que visasse à luta de classes e transformação revolucionária; tornou-se, por conseguinte, também este um fator determinante deste enfraquecimento partidário.

Em síntese, destacamos que houve a existência, ao longo da trajetória do PCB, do equilíbrio tenso entre as características nacionais e internacionais; e que, por conseguinte, ativaram-se clivagens distintas. No tocante especificamente ao ocaso ocorrido com o fim do socialismo, este evento foi, de fato, o elemento determinante que faltava para a clivagem reformista tentar sepultar o velho partido e fundar uma nova agremiação. Dessa forma, podemos enfatizar que o PPS não surge dos escombros do velho PCB, mas sim nasce fecundo destas clivagens fomentadas ao longo da década de 70 e 80, as quais ativaram esse modelo impresso na democracia e na representação política como sendo a sua função partidária principal, em detrimento do trabalho focado na classe trabalhadora, movimentos sociais e sindicatos. Assim, consideramos que o X Congresso, em janeiro 1992, que modificou a natureza do PCB para PPS, foi um ajuste de contas forçado, tanto da história, quanto deste grupo majoritário que logrou vencer a contenda e se consolidar como elite dirigente, fomentando a construção do PPS.

Devemos sublinhar que, em novembro de 1991, Roberto Freire “registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) as marcas símbolos do PCB: a foice e o martelo, o nome Partido Comunista Brasileiro, a sigla PCB e a expressão partidão” (SILVA, 1999, p. 271). Tal atitude, inédita na seara política nacional, serviu ainda mais para acirrar os ânimos dos minoritários descontentes com os rumos do PCB. Da parte dos oponentes, “o Movimento Nacional em Defesa do PCB entrou com requerimento junto ao INPI solicitando a recusa do inusitado pedido. Na fundamentação, os signatários denunciam que o assunto jamais foi discutido no Diretório Nacional” (SILVA, 1999, p. 271). Segundo Silva, foram rachados dois polos para o X Congresso, que ficaram com o nome de Renovadores Modernizantes, aqueles que defendiam mudanças dentro do PCB; e os denominados Renovação Revolucionária, os que queriam a manutenção do PCB com a tradição Terceira Internacionalista. O número seguinte do Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB, de dezembro de 1991 (p. 01), destacava que:

Os militantes do Movimento Nacional de Defesa do PCB e todos aqueles que se juntaram à proposta de dar continuidade ao PCB, irão participar do X Congresso com a disposição de derrotar o liquidacionismo e manter a mística do ‘Partidão’, reafirmando a posição sobre a atualidade da questão comunista, não por profissão de fé, mas baseados na lógica histórica dos conflitos sociais, como resultado da luta de classes. [...] A nossa principal tarefa após o X Congresso, será reconstruir o Partido, desmontado pelo grupo liquidacionista que se apossou da direção do Partido Comunista Brasileiro).

Nesse mesmo Boletim (1991, p. 01), vinha à tona a contenda da disputa do nome e símbolo do partido: “considerando que o parlamentar Roberto João Pereira Freire, apesar de eleito pela legenda do PCB, tem o direito de criar outro partido, mas não o de tentar inviabilizar o partido que renega”. Devemos realçar que nesta briga até o jargão “Partidão” estava em disputa, expressão essa que há muito anos (ou décadas) não representava mais o verdadeiro tamanho do PCB. Com a sedimentação de dois grupos declaradamente oponentes, a contenda começou a atingir lances dramáticos, pois cada grupo se autodeclarava o sucessor legítimo da velha cepa do PCB.

Nesta perspectiva, a década de 90 se abre com dois partidos reivindicando a legitimidade como oriundos do velho tronco de 1922. Porém, esses dois partidos – PCB e PPS – tiveram caminhos muito divergentes na década de 90. Ao passo que o PCB (Reconstrução Partidária) procurou construir uma alternativa de esquerda, de fato, na seara política nacional; o PPS iria cada vez mais se enquadrando e sendo um partido da ordem institucional. Quanto a este “novo” PCB, refundado em 1993, percebemos que houve um aprofundamento teórico dentro de um modelo mais ortodoxo, como se fosse uma volta ao passado, como se buscassem o elo perdido da sua velha matriz política. Neste sentido, buscariam reestruturar o partido nacionalmente, mesmo com as severas sequelas que tinham havido no X Congresso e com o PPS brigando na justiça pelo seu nome jurídico. Mesmo tentando imprimir uma posição de esquerda, não logrou nenhuma inserção nas urnas, palco esse secundarizado por esta agremiação, em virtude de uma construção política eleitoral pouco atraente para o eleitorado brasileiro, apoiada em princípios eminentemente classistas.

No tocante ao PPS, conforme observamos, esse partido, após o X Congresso, começou a apresentar uma opção viável na arena política, inserindo na sua agremiação eminentes dirigentes egressos de outras instâncias partidárias. O PPS teve um processo contínuo de crescimento nas urnas, a partir de uma política mais moderada e com abrandamento do seu caráter classista. Embora reivindique a herança do velho partido comunista e em suas diretrizes políticas ainda carregue a insígnia do socialismo, constatamos que, no desenrolar das eleições, este partido estaria cada vez

mais associado ao campo institucional da “grande política”, na perspectiva de tentar (e conseguir) eleger vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores.

Considerações Finais

Os comunistas brasileiros representados pelo PCB permaneceram a maior parte da sua vida legal na clandestinidade, desde o seu nascedouro, lutando contra o status quo, e buscando construir uma alternativa ao socialismo no Brasil. Essas pessoas gozaram de poucos momentos de legalidade política, sendo o período mais severo a ditadura militar, de 1964 a 1985. Nesse período, o partido se viu caçado como oponente do regime militar, fato este que fez aprofundar ainda mais a sua clandestinidade política. Mesmo com severo cerceamento, conseguiu imprimir uma aguerrida luta no combate à ditadura militar e estabelecer-se como veículo tático na luta, através do MDB, desde a fundação deste partido, dando suporte para as sucessivas eleições, desde os anos 60 até o início dos anos 80.

Conforme verificado, o PCB serviu de fiador do MDB junto às outras organizações do período e, principalmente, trazendo os mais radicalizados para dentro da política partidária emedebista. Tais conjuntos de atores conseguiram colocar em xeque o regime militar nas sucessivas eleições ao longo da década de 70, dando um caráter plebiscitário aos sucessivos pleitos. Não obstante, na luta surgiram novos atores no final dos anos 70. Devemos realçar que, nesse período, os comunistas não conseguiram a sua tão sonhada legalidade, com a reforma partidária, desbotando ainda mais o velho partido no cenário político nacional. Assim, na medida que emergia um conjunto de novos atores e novos partidos políticos, o PCB continuava incluso dentro do PMDB, sem poder mostrar a sua real política, servindo de fiador para a consecução da Nova República, que viria através do protagonismo do PMDB.

Em síntese, tais fatos combinados – a clandestinidade longa e a dupla militância – trouxeram um severo ônus à dinâmica partidária, fazendo com que os seus militantes perdessem a identificação com a organização comunista e alguns preferissem assumir o PMDB, mesmo após a legalização partidária, em 1985. Finalizando, as esperanças malogradas das Reformas de Base dos anos 1960, que entre outras questões pontuais vislumbravam a legalização partidária do PCB, foram sepultadas em face da cruel ditadura militar. Somente se pode efetivar o registro legal com a Nova República, em 1985, ou seja, somente 21 anos depois conseguiram sair da clandesti-

nidade. No entanto, o Brasil e o mundo estavam modificados e o cenário político era outro. O PCB era um partido do “passado”, pois: 1) novos atores e Partidos surgiam junto à classe trabalhadora; e, além disso, 2) uma longuíssima clandestinidade imposta pela ditadura militar auxiliava no anacronismo do partido. Concluindo, na esperança de um renascimento no novo período pós-1985, aportam na seara do PCB novos programas e discursos advindos do Leste europeu, como a Perestroika, no final dos anos 80. No entanto, esse novo referencial seria definitivamente sepultado com o fim da URSS, em 1991, em mais uma tentativa malograda. Tais conjuntos de fatos e eventos combinados ao longo das décadas acabaram refletindo na tentativa de “extinção” simbólica do velho PCB, no início de 1992, e com a fundação do PPS (muito embora este partido tenha pouca identidade, de fato, com o velho tronco comunista). Nessa perspectiva, a partir destes apontamentos elencados, destacamos que uma clandestinidade muito longa, como a que foi imposta ao PCB pela ditadura militar brasileira, também ceifa uma organização partidária, pois a fragmenta ao longo do tempo, erodindo a sua militância e não dando veículo para criar uma institucionalização partidária estável, ou seja, a clandestinidade também pode matar.

Recebido em novembro de 2014, aprovado em março de 2015.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARANTES, Maria Auxiliadora. Pacto (revelado): psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Escuta, 1999.

DEBRAY, Régis. Revolução na revolução. Havana: Casa de Las Américas, 1967.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DREIFUSS, René. 1964. A conquista do Estado: ação, política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, César Alessandro S. A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUEVARA, Ernesto Che. A guerra de guerrilhas. São Paulo: Edições Populares, 1980.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. Perspectiva da consolidação democrática: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2. n. 4, junho. 1987, p.43-64.

MARIGHELLA, Carlos. Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos. Junho de 1969. (Mimeo).

MENEGUELLO, Raquel. PT: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MELHEM, Célia Soilbelmann. Políticas de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. Estratégias e táticas da revolução brasileira. Prestes versus o comitê central do PCB. Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, J.; AARÃO REIS FILHO, D. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In. AARÃO REIS FILHO, D. História do marxismo no Brasil. V. 1. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.

SEGATTO, José Antônio. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Antônio Ozaí da. Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista. Revista Diálogos, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.

PCB – DOCUMENTOS CITADOS:

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PC. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

O PCB continua: O socialismo vencerá. BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DO PCB, Rio de Janeiro, dez. 1991.

ARTIGO

MÍDIA E DITADURA MILITAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA AMARAL NETO, O REPÓRTER¹

Resumo

O presente artigo aborda em linhas gerais a relação entre a mídia e a Ditadura Militar, enfatizando o papel da televisão, tendo como foco o programa Amaral Neto, o Repórter, exibido pela TV GLOBO, no período de 1968 a 1983.

Palavras-Chave:

Ditadura militar; jornalismo; televisão.

Abstract

This article discusses in general terms the relationship between the media and the military dictatorship, emphasizing the role of television, focusing on the Amaral Neto, O Repórter program, broadcast by TV Globo, in the period 1968-1983.

Keywords:

Military dictatorship; journalism; television.

* Doutora em História. Professora do Curso de História e dos Programas de Pós-graduação em Letras e em Sociedade e Fronteiras da UFRR.

¹ Uma primeira versão desse texto, intitulada O “Brasil Grande” e o programa Amaral Neto, o Repórter, foi apresentada no 3º Encontro Regional Norte de História da Mídia: 50 anos do Golpe Militar no Brasil, em 10/04/2014, na Mesa Redonda: Memória e patrimônio histórico amazônico, a qual foi publicada no Jornal da ALCAR, Ano 3 - nº 14 - Segunda fase – Junho de 2014.

A implantação de um regime autoritário em uma nação é sempre um processo traumático. A complexidade dos fatores e motivos que levam a sua instauração, bem como as estratégias e os mecanismos de legitimação, manutenção e sobrevivência que lançam mão remetem sempre a situações plurais eivadas de singularidades. No campo das ciências humanas e sociais, a elaboração de explicações que nos permitam compreender estas conjunturas complexas aponta, inevitavelmente, para o estudo da forma como os regimes autoritários se veem, se definem e de que maneira propagam esta visão para sociedade. Este processo visa, de modo geral, a construção de um consenso que corrobore a existência do regime, consenso este geralmente construído em um ambiente antidemocrático, onde a liberdade de pensamento e de expressão sofrem pesadas restrições ou interdições.

O século XX apresentou a humanidade um tipo de autoritarismo no qual a força bruta se juntou ao uso eficiente dos meios de comunicação de massa e da tecnologia. Todos os regimes de orientação fascista implantados na Europa, na primeira metade do século XX, souberam aliar estes dois instrumentos vigorosos, visando não só coagir mas, acima de tudo, persuadir. O nazismo alemão foi emblemático e criou uma espécie de modelo, que demonstrou cabalmente que a montagem de uma máquina de comunicação e propaganda era imprescindível para tocar corações e mentes, tornar “reais” e próximas do homem comum uma certa visão de mundo. Os recursos midiáticos à discursos e a ideologias, dando vida à projetos de sociedade impregnados de representações constituídas por meio da palavra, de sons e de imagens, propagadas por veículos inovadores como o rádio e o cinema. O século XX mostrou que no jogo do poder não era mais possível desconsiderar o que chamamos hoje de opinião pública, ainda que amordaçada e cerceada por formas cruéis de repressão política.

No caso brasileiro, vivemos dois períodos em que o país vigorou no país regimes ditatoriais: o Estado Novo, de 1937 a 1945, e o Regime Militar, de 1964 a 1985. De modo geral, ambos, guardando as devidas diferenças entre eles, se espelharam no modelo mencionado acima. Ambos souberam aproveitar com eficiência e eficácia os recursos midiáticos ao seu dispor, inclusive porque ambos arrogavam a modernidade, se colocando como arautos de uma renovação não só querida como necessária.

No primeiro período ditatorial houve a montagem de uma máquina estatal de divulgação e propaganda, assim como de uma estrutura de repressão política e social, que, atuando articuladamente, engendrou um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil e entre o Estado e os meios de comunicação, e seus proprietários. Contemporânea do nazifascismo europeu, a ditadura varguista, contudo,

baseava-se no poder civil, e soube articular com maestria o aparato de repressão ao de propaganda, no qual Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP desempenhava um papel-chave. Ao lado da imprensa, o rádio e o cinema tornaram-se ferramentas de amplificação de um poder personalista e autoritário que emanava da liderança incontestada de Vargas. Bons exemplos disso foram a Rádio Nacional e os noticiários produzidos pelo DIP que antecediam as sessões de cinema.

O período ditatorial seguinte já pode se espelhar na experiência varguista de controle e repressão da sociedade civil, ainda que politicamente e ideologicamente os protagonistas do Golpe Militar de 1964 estivessem em campos opostos dos herdeiros de Vargas. Anos de Guerra Fria também separavam os dois períodos, o que, contudo, só reafirmou a importância do uso da tecnologia e dos meios de comunicação no jogo de poder. Além disso, os militares que tomaram o poder em 1964, assim como os civis que dele participaram, contavam com mais um importante veículo de comunicação, a televisão, que como o rádio era e é viabilizada por meio de concessão estatal.

Cumpra esclarecer que, para começar a conversa e evitar maniqueísmos, reduções ou simplificações, passados 50 anos estamos construindo uma visão muito mais aprofundada deste período. Neste sentido, Daniel Aarão Reis apresenta dois argumentos interessantes para pensar a questão: primeiro, que “a ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições”, acirradas nos últimos anos da década de 1970; segundo, que a longevidade do regime estava alicerçada em “apoios, extensos e consistentes”, advindos de vários setores da sociedade civil e da população em geral, apontando como exemplo os altos índices de popularidade alcançados pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici e as expressivas votações na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (2010, p. 173-174).

Partindo daí, esta breve discussão que trazemos sobre a relação entre a mídia e o Regime Militar apoia-se no fato de que “parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura”, o que justifica a crescente adoção dos termos “Golpe civil militar” e “Ditadura civil militar”, como assinala Melo. Lembra o autor, então, que o melhor caminho não é “vitimizar a sociedade”, seja escamoteando as várias frentes de apoio de civis, seja difundindo uma visão igualmente errônea que “o golpe e a ditadura constituíram-se em oposição à sociedade civil” (2012).

Contudo, não podemos negligenciar a “ação efetiva das elites civis”, da Igreja Católica e da imprensa. No obstante, segue o autor, a ação dos conglomerados

empresariais e de empresas dos mais variados setores, notadamente daqueles considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, participaram ativamente das mudanças “na estrutura do capitalismo brasileiro” e na viabilização do “projeto de classe que tomou o aparelho de Estado em 1964”. Melo explica que:

...uma das resultantes do processo de aceleração da acumulação capitalista conhecido naqueles anos foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerda, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos capitalistas que construíram seus “impérios” naquele contexto (2012).

Nesta seara, as relações entre o regime e o empresariado de mídia, que nos interessa enfocar, e o regime devem ser discutidas neste contexto. Sem rotulá-las simplesmente de colaboracionistas, Melo explica que a atuação dos grandes grupos monopolistas do setor de comunicação foi fundamental na preparação e legitimação do golpe e do regime, O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Grupo Abril (Revista Veja) desempenharam papel importante quando “nos idos de março de 1964 venderam a versão de que era Jango quem pretendia dar um golpe, perpetu-

Campanha do Governo, 1970



Anúncio da Ford, 1970



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

ando-se no poder e abrindo o espaço para que a “infiltração comunista” tomasse o poder” e seguiram camuflando as atrocidades do governo, assim como defendendo as suas “benesses modernizantes” (2012). Os grupos empresariais de comunicação massa, tal qual as empresas de outros setores, também se beneficiaram da política desenvolvimentista e modernizante do regime, sendo as Organizações Globo o seu exemplo mais bem acabado.

Segundo Carlos Fico, montou-se um sistema que institucionalizou as “comunidade de segurança” e “comunidade de informações, argumenta ele:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediria uma caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro” (2004, p. 36).

Para execução deste ambicioso projeto, a repressão, o autoritarismo e as alianças com setores civis, portanto, foram estratégicas. Nas palavras do veterano jornalista Audálio Dantas, “a participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos”. Segundo ele, o alinhamento do empresariado nacional, incluindo os do setor de comunicações era flagrante, diz ele: “os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo vinham, simultaneamente à conspiração que avançava nos quartéis, ampliando a cada dia o espaço para respaldo ao movimento”. Como exemplo disso, dirigentes de grandes empresas jornalísticas, como O Estado de São Paulo, O Globo e a Tribuna da Imprensa, “faziam questão de alardear a sua condição de conspiradores” (2014, p. 65-67), ou seja, mais do que apoiadores foram partícipes e agentes.

Segundo Dantas, a mídia tornou-se um poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar. Em seu relato lembra que “os aplausos da mídia ao golpe não impediram que, uma vez instalados no poder, os militares desfechassem uma furiosa ofensiva contra participantes do governo deposto e cidadãos acusados de atividades esquerdistas”. Ninguém ficou de fora, jornalistas, professores, intelectuais, políticos e cidadãos conários ao regime ou suspeitos de atividades subversivas foram presos e submetidos à tortura; direitos políticos foram cassados. Segundo o jornalista, “rapidamente o golpe que fora saudado como uma revolução revelava a sua verdadeira face” (2014, p. 68).

O ambiente de franca Guerra Fria no qual a Ditadura Militar brasileira se implantou, demonstrava quão estratégico é o controle de informações em todos os níveis. Maria Aparecida Aquino, explica que este controle se efetivou em duas frentes: uma, visava coletar informações sobre a sociedade como um todo, por intermédio de vários órgãos, tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o(s) DOI/CODI(s) (Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) estaduais, e tinham uma tarefa repressiva e punitiva, ou seja, “detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada”; a outra visava “para preservar a imagem do regime”, através do controle da informação que circularia na sociedade, que seria veiculada à população brasileira, sendo necessário exercer um rígido controle dos veículos e meios de informação (1999, p. 15), que teve na censura o seu instrumento mais visível e truculento.

Fico acrescenta que “não houve uma censura durante o regime militar, mas duas”: censura da imprensa era “revolucionária” e era “regulamentada por normas ostensivas”, efetivando-se de “maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas”; a “segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas”, era “praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida” e baseava-se na

Anúncio do Dia Panamericano da Propaganda, 1970



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

“longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira” (2004, p. 37). Ressalta-se que este controle passou por diferentes fases e gradações, as quais não trataremos aqui, mas, de maneira geral, tinham como mediadores internos ao regime as contradições entre a linha dura e os seus críticos militares e civis e a resistência impressa pela sociedade, notadamente a partir da segunda metade da década de 1970. Mas a tônica das relações entre a mídia e o Regime está bem representada no texto do anúncio abaixo.

O enquadramento dos meios de comunicação no período da Ditadura Militar se deu por dois caminhos, voluntariamente ou involuntariamente. No primeiro caso, houve a adesão e a colaboração, tendo prevalecido enaltecimento laudatório, como no anúncio acima, ou o abrandamento das cores fortes do Regime, que ganhavam tons de missão, de tarefa cívica, de destino nobre cumprido com energia. Uma frase de efeito do anúncio mostra bem isso: “Esta certo o presidente (Médici), governar não é apenas decidir e ordenar, mas principalmente comunicar”.

No segundo caso, as pressões vinham basicamente da censura e da interferência nos negócios das empresas. Aquino, referindo-se à mídia impressa explica que os “acordos/ordens” emitidos pelo regime tinham a finalidade de decidir sobre o que devia ou não ser publicado, implicando também em uma autocensura. Embora eventuais resistências tenham ocorrido (figuradas, nas entrelinhas, subliminares ou contrariando os ditames da censura), houve um controle eficiente exercido pelo “Estado que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado (1999, p. 222).

Com a televisão não foi diferente, principalmente por que através dos aparelhos de TV a disseminação de discursos e imagens tornou-se assim mais eficaz e a Ditadura Militar levou a sério o dito popular que diz que uma imagem diz mais que mil palavras. Neste aspecto, a televisão reunia em um mesmo veículo jornalismo, diversão, propaganda, por meio do som (como o rádio) e das imagens, cada vez mais vivas e reais com os avanços tecnológicos verificados no período.

O aparelho de televisão, nas décadas de 1960 e 1970, começou a baratear de preço e a se popularizar. Segundo dados compilados por Maria Luíza Baracho, em 1960, eram 600 mil aparelhos; em 1970, chegavam a 4.600.000; e em 1979, eram 16.700.000 televisores, dos quais 4.530.000 em cores (2007, p. 5). A televisão potencializou o uso das imagens, notadamente nos programas noticiários diários, os quais já faziam parte do cotidiano dos brasileiros por meio do rádio, trazendo para a apresentação das notícias o movimento da vida vivida, notadamente a partir da introdução do *videotape* e mais tarde das transmissões via satélite. Aos noticiários,

somavam-se as novelas e os programas de variedades cada vez mais diversificados, tendo em vista a concorrência entre as emissoras medida pelo IBOPE. Conquistar telespectadores e anunciantes dependia do produto oferecido, o qual dependia de uma série de fatores, inclusive de ordem técnica e humana. A medida que TV se fazia presente em mais lares, a audiência se tornava mais exigente e ávida por novidades.

A intervenção do Estado na economia e a montagem de uma infraestrutura pelo governo eram elementos importantes do projeto “modernizante” instaurado no país. Isso implicou em um enquadramento das emissoras, no estabelecimento de “trocas” que deveriam atender aos projetos e interesses das duas partes. Ao estabelecer uma relação pactuada e dócil com o Regime, as emissoras visavam minorar a intervenção da censura nas suas atividades e em seus negócios.

Esta relação marcou sobremaneira a consolidação da televisão como um veículo de comunicação de massas. Sobre isso, Itania Gomes, aponta que a consolidação da televisão brasileira está associada ao projeto de modernização e desenvolvimento do Regime e às suas políticas de Segurança Nacional e de integração nacional. Informa que no bojo deste projeto conjunto, sobressai a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em 1965, como uma ação fundamental desta política modernizadora para setor das telecomunicações, que por meio da criação e implantação de um aparato técnico possibilitou que o telefone e a televisão (via satélite) interligassem às regiões mais afastadas do país e também o Brasil ao resto do mundo (2010, p. 7). Em 1969, vimos em tempo real a chegada do homem à lua e, em 1970, a Copa do Mundo e a conquista do tricampeonato do futebol. As transmissões via satélite tornavam realidade o Brasil grande, moderno e integrado, a “menina dos olhos” do Regime Militar.

Este tipo de relação assentava-se, na visão de Itania Gomes, as seguintes bases: as emissoras controlavam a produção de conteúdo das suas programações, em troca o governo viabilizava a infraestrutura necessária para a consolidação da indústria televisiva e o apoio político para a aprovação da legislação de seu interesse. Como exemplo disso, a autora cita um protocolo de autocensura, assinado pela TV Globo e a TV Tupi em 1973, no qual se comprometiam a regular a produção dos conteúdos exibidos (2010, p. 8).

Neste contexto *sui generis* surge a TV Globo, em 1965. O complexo ambiente sócio político, anterior e posterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 marcou a implantação e a consolidação da poderosa Rede Globo. Na visão das pesquisadoras Kátia Krause (2013) e Itania Gomes (2010), a emissora já nasceu imersa nas relações que articulavam os interesses da elite brasileira e do governo militar, os quais implicaram

a submissão da emissora à ideologia da Segurança Nacional e à censura, enquanto se transformava na principal emissora de televisão do país.

A exemplo de outros grupos empresariais de mídia, a Globo é um dos melhores exemplos da relação subserviente e cooperativa estabelecida entre o Regime Militar, os meios de comunicação e o empresariado nacional. A caminhada da TV Globo até chegar a ser líder de audiência foi pavimentada pela articulação entre uma estratégia de acomodação às “regras do jogo” e uma gestão empresarial afinada com o mercado e o lucro. O “pacto” estabelecido entre a TV Globo e o Regime Militar foi, portanto, um dos pilares fundadores do decantado “padrão Globo de qualidade”, que lhe garante até os dias de hoje altos índices de audiência e um fluxo de caixa equivalente a outras gigantes do setor espalhadas pelo mundo.

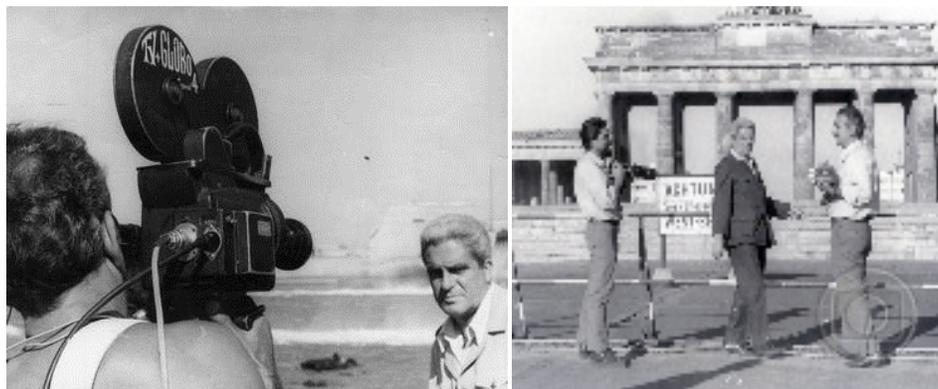
Vários programas que figuraram e figuram na grade de programação da TV Globo foram estratégicos para as boas relações da emissora com o Regime Militar, como o *Jornal Nacional* que está no ar sem interrupções desde 01 de setembro de 1969 (GOMES, 2010, p. 6). Contudo, um programa merece destaque quando pensamos na relação da mídia com os Governos Militares e, também, quando pensamos na relação entre o Regime e a Amazônia, o programa *Amaral Neto, o Repórter*. Para muitos brasileiros, como eu, por exemplo, as primeiras e surpreendentes imagens de um Brasil imenso e desconhecido chegaram pelos *takes* e narrações do jornalista e político Fidélis do Amaral Neto.

A trajetória de Amaral Neto (1921-1995) – registrada no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/FGV) e nos sites Memória Globo e O Globo (nostalgia) – foi marcada desde o seu início pelos vínculos com o poder civil e militar, mediados por sua atuação como jornalista, e por sua vinculação às ideias ultraconservadoras. Em 1939, aos 18 anos, ingressou na *Escola de Marinha Mercante* e, em 1947, começa a sua carreira de jornalista, no jornal *Correio da Noite*, no Rio de Janeiro, tendo trabalhado nos principais jornais do período, como o *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *O Jornal*, *Gazeta de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, além de ter editado a revista *Maquis* (1957-1962), veículo de oposição aos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Junto a isso, teve uma vida política longa e movimentada como deputado federal. Durante seus 30 anos de vida política esteve ligado à UDN (1960-1966), ao MDB (1966-1967), à Arena (1967-1979), ao PDS (1980-1993) e ao PPR (1993-1995), nos últimos períodos se notabilizando pela defesa da instituição da pena morte.

Colaborou como redator em alguns programas para a televisão, mas ganhou notoriedade neste veículo ao criar um programa cujo formato inovador aliava o jorna-

lismo ao documentário. O programa *Amaral Neto, o Repórter* estreou na TV Tupi em maio de 1968 e em dezembro do mesmo ano passou a ser exibido pela TV Globo, permanecendo no ar durante 15 anos, até 1983. Amaral Neto fazia as reportagens, a locução e a apresentação do programa, enquanto a direção geral, a montagem e boa parte das imagens eram feitas pelo repórter cinematográfico mexicano radicado no Brasil, Chucho Narvaez, (KRAUSE, 2013, p. 1).

Amaral Neto e Chucho Narvaez em *Amaral Neto, o Repórter*



Fonte: <http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

De acordo com os sites Memória Globo e O Globo (nostalgia), a proposta do programa, no formato reportagem-documentário, “era explorar territórios, paisagens, costumes e tradições brasileiras desconhecidos pelo grande público”. Foi exibido de 07/12/1968 até 1983, aos domingos, até 1970, passando depois para os sábados, sempre às 22h30. Ainda segundo o site, o “forte tom de aventura” e a “exaltação ufanista” davam forma aos temas abordados, afinados com o ideal de “Brasil grande” e da integração nacional. Com uma hora de duração, o programa transbordava o “espírito desbravador nas reportagens”, o que, segundo seu criador, era “fundamental para competir com os seriados norte-americanos da época e conquistar o público”. O rol de assuntos pautados para o programa era muito variado, tais como “a pesca da baleia no litoral do Rio Grande do Norte, as cataratas de Foz do Iguaçu e as atividades dos pelotões de fronteira na selva amazônica”.

Amaral Neto



Fonte: <http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

Ainda segundo informações do site, antes das transmissões via satélite “a equipe viajava pelo Brasil, gravava três programas e mandava, por avião, para o Rio”, primeiro em 16 milímetros e depois em *videotape*. Posteriormente, se beneficiou largamente dos avanços tecnológicos em curso, sendo o “pioneiro na utilização do então sofisticado equipamento com som ótico (capaz de gravar imagem e som)”. A equipe do programa percorreu o território brasileiro “em busca de imagens fortes”, sendo alvo de suas pautas “parques nacionais e monumentos históricos pelos quatro cantos do país” e, ainda reportagens internacionais, como “a rotina de paraquedistas portugueses em Moçambique, a vida dos leões-marinhas no extremo sul da Argentina”, o “suposto local de origem do café na África” e uma entrevista com “Hailé Selassié, então imperador da Etiópia”. Um dos programas de maior sucesso foi sobre o fenômeno da pororoca, cujas filmagens foram realizadas em Macapá. Em dezembro de 1973 foi gravado um programa sobre Roraima. Um dos aspectos que marcou a trajetória do programa foi a qualidade técnica, algo que ainda carecia no audiovisual brasileiro. Por outro lado, a produção do programa contava com um aparato de peso, pois para viabilizar todas essas “aventuras”, sua produtora contou com o suporte da TV Globo e com todo apoio logístico do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O programa Amaral Neto, o Repórter inaugurou um estilo que daria frutos, o programa Globo Repórter é o mais notório e perene. Thales Andrade informa que foi uma das primeiras atrações televisivas a sair dos estúdios e dos auditórios, trazendo para dentro dos lares brasileiros “imagens externas e campos ampliados de forma ágil e inusitada, que propiciaram aventuras espetaculares em que o ambiente natural adquiriu especial importância” (2004, p. 2). O programa levava a sério a missão de

penetrar um Brasil “profundo”, de mostrar “o Brasil que o Brasil não conhece”, de propagandear a ideia que o Brasil era o “país do futuro”, apresentando-o por meio de imagens e sons de grande qualidade técnica para a época.

Neste cenário em que o ufanismo e o patriotismo antecederiam e justificavam as mudanças no sentido da modernização capitalista do Brasil, o programa *Amaral Neto, o Repórter* reverenciava e amplificava esse projeto. Thales Andrade argumenta que a abordagem de Amaral Neto militarizava “o relacionamento entre o campo comunicacional e as regiões do país”, as quais foram documentadas nos seus programas. Para o pesquisador, os temas dos programas retratavam o grande “país inóspito”, composto por regiões e paisagens desconhecidas, tratadas geralmente como obstáculos a serem vencidos “na guerra simbólica travada pela nova ordem política contra a rudeza do ambiente natural, as distâncias etc.” (2004, p. 3). Neste sentido, o discurso pró-regime depositava no Estado a grande tarefa de conduzir o país para superação de seus problemas crônicos, viabilizando seu desenvolvimento pleno, e do seu histórico atraso, rumo à modernização das relações sociais, custe o que custar.

No ambiente de guerra interna – explicitado em toda a sua força e crueldade, a partir de 1968 – o território nacional tinha que ser guarnecido e protegido: da subversão e da desobediência promovida pelos inimigos internos; da ganância dos inimigos externos. Na ótica do Regime, algumas partes deste território de dimensões continental eram enquadradas como fronteiras frágeis, carentes da presença e da mão forte do Estado. O discurso nacionalista e de afirmação da soberania nacional do Regime Militar, passava pela integração das regiões brasileiras, mas, para isso, era preciso conhecê-las e desvendá-las para, então, domá-las. É aí que entra o programa Amaral Neto, o Repórter.

Neste sentido, Krause aponta que os programas *Amaral Netto, o Repórter* retomavam permanentemente a mensagem de “que ‘o certo’ seria o desbravamento e ocupação imediata do vasto território nacional” e que o errado “seria deixar o território abandonado e inexplorado” (2013, p. 11). O formato do programa agregava o realismo das imagens a um discurso ufanista, por vezes dramático, por vezes otimista, mas acima de tudo grandiloquente, laudatório ao Regime e aos seus mandatários. O jornalista Paulo Henrique Amorim, em seu blog *Conversa Afiada*, lembra o trocadilho que representava bem o adesismo incondicional de Neto: “Amoral Nato, digo, Amaral Neto, o repórter... da ditadura”.

Segundo entrevista concedida pelo poderoso José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, à Folha de São Paulo, em 1998, o programa foi imposto pelos militares, mas havia negociação: “Deixa eu fazer tal novela, libera um pouco mais o

“Jornal Nacional”. Os militares diziam: “Tudo bem se vocês fizerem um programa que mostre as boas coisas do Brasil”. Completando, Boni afirma: “trabalhei muito no programa para poder engolir aquilo, para transformá-lo em aventura”. Podemos dizer que o programa, ainda que imposto como afirmou Boni, encaixou-se naquele contexto em que a busca por audiência não deveria contrapor-se aos ditames do Regime. Na visão de Kátia Krause, “*Amaral Netto, o Repórter* adaptou-se como uma luva à proposta ‘global’ de integração” e, complemento eu, ao projeto de Nação instaurado com o Golpe Militar. Segundo dados levantados pela pesquisadora, os cerca de mil programas exibidos em 15 anos, alcançaram expressivos índices de audiência, medidos pelo IBOPE, e considerável ressonância popular (2013).

Ainda que, hoje, o nome de Amaral Neto não seja muito falado, seu prestígio junto à elite civil e militar durante o período da Ditadura foi grande, e pode-se dizer que foi expressivo também junto aos milhões de telespectadores que o assistiam na TV Globo no horário nobre. Amaral Neto entrava nos lares brasileiros uma vez por semana levando a sua mensagem ufanista e pró-regime travestida de entretenimento. Ao mesmo tempo, o seu programa revestia-se de credibilidade pela qualidade técnica, pelo tom de seriedade, pelo espírito cívico e patriótico que emanavam dos textos e imagens que iam ao ar. Seu criador, se dirigia aos telespectadores em tom de conversa, falava com eles, criando um vínculo de amizade e confiança que legitimava a sua mensagem pró-ditadura, como bem atestam alguns áudios disponíveis na internet.

Neste sentido, podemos inferir que o programa cumpriu a sua missão de arauto do Regime Militar com eficiência e, ainda, como difusor de um projeto de nação que encontra eco ainda na atualidade. O jornalista experiente e o político arguto atuaram conjuntamente para o sucesso da atração, assim como a sua aliança bem dimensionada com o poder instituído e o seu *feeling* para lidar e atuar na mídia televisiva. O sucesso e a trajetória bem sucedida do programa, pavimentaram uma carreira política para o seu criador que durou até a sua morte, sempre afinado com a ideologia ultraconservadora.

As informações sobre o destino deste rico acervo de imagens são descontraídas. Segundo investigação feita por Krause, em 2011, o acervo de Amaral Neto foi comprado pela Fundação Nacional Pró-Memória, em 1988, atual FUNART; mas também há informações que parte dele se encontra no Arquivo Nacional e na Cinemateca do MAM/RJ (2013, p. 7). Os dados sobre o programa e seu criador figuram no site Memória Globo e em outros da emissora e, certamente esta mantém estes preciosos *videotapes* em seu centro de documentação. Mas o fato é que estes não es-

tão disponíveis na internet, encontramos apenas fragmentos de imagens de péssima resolução e um programa inteiro, que foi exibido em 1975, em alusão aos 11 anos do Golpe de Militar, o qual foge ao padrão do programa semanal, pois tem a forma de um documentário, que é narrado por Cid Moreira.

Portanto, a escolha por trazer o programa *Amaral Neto, o Repórter* para esse debate, antes de tudo passou pelas minhas memórias de infância na cidade do Rio de Janeiro, de criança de apartamento criada na frente da televisão. Por outro lado, o programa e seu criador parecem envoltos em uma nuvem, poucos lembram e as referências a eles, ainda que numerosas, são breves e pulverizadas. Trago também pois acredito que se constitui como um tema de pesquisa que pode e deve ser mais bem aproveitado, principalmente a partir de 2014, quando (des)comemoramos o Golpe Civil-Militar.

Revirar a memória dos “anos de chumbo” é importante para repudiá-los. Como afirmou Maria Aparecida Aquino no fechamento de seu trabalho clássico sobre a imprensa e censura...

É fundamental que se diga que a recuperação da memória de tempos de recrudescimento da dominação possibilita a emergência de estratégias diversificadas de resistência, recurso básico para um país que a todo momento precisa estar alerta na luta pela democratização plena e pelo alcance de sua dignidade que, por sua vez, só pode ser atingida em padrões ampliados de justiça social para o seu povo. A possibilidade de acesso à informação certamente tem um papel central em todo esse processo (1999, p. 257).

Por outro lado, anima-nos o fato exposto por Carlos Fico, que “é crescente o interesse de jovens historiadores e de estudantes de cursos de graduação em história pelos temas do período 1964-1985” (2004, p. 30). “Contar” esta história sob vários ângulos é fundamental para que tenhamos muito claro, nós que vivemos e os jovens que já nasceram em um país democrático, o significado da expressão “ditadura nunca mais!”.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. A natureza brasileira nos anos 70: a estética agressiva de Amaral Netto. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. V, n.6, p. 153-172, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978). Bauru: 1999.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. Televisão Brasileira: uma (re)visão. Fênix—Revista de História e Estudos Culturais. Abril / Maio/ Junho de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 2.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. Estudos Avançados. 28 (80), 2014. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. <http://www.fgv.br/cpdoc>

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, Jul./2004.

GOMES, Itania Maria Mota. O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. In: Revista FAMECOS - Dossiê Ditadura. Porto Alegre, v.17, n.2, p.5-14, maio/agosto 2010.

<https://argemiroferreira.wordpress.com/2010/04/03/a-globo-e-a-ditadura-militar-segundo-walter-clark/>

<http://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/04/01/globo-e-ditadura-militar-segundo-walter-clark/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq18059804>

<http://memoriaglobo.globo.com/>

<http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>

<http://www.navioseportos.com.br/amaralneto>

<http://oglobo.globo.com/blogs/nostalgia>

KRAUSE, Kátia, Amaral Netto, o Repórter – o Brasil na televisão, de 1968 a 1983 Anais XXVII Encontro Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

MELO, Demian B. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. p. 39-53

MORAES, Livia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. Revista Brasileira de História da Mídia (RDHM). v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos. Vol.23, no.45, Rio de Janeiro, Jan./Jun 2010.